Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores 4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 5

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 12

3.4 - Política destinação de resultados 13

3.5 - Distribuição de dividendos 17

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 18

3.7 - Nível de endividamento 19

3.8 - Obrigações 20

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 21

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 22

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 49

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 50

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 77

4.5 - Processos sigilosos relevantes 79

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 80

4.7 - Outras contingências relevantes 81

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 82

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 84

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 86

5.3 - Descrição - Controles Internos 89

Índice

5.4 - Programa de Integridade 93

5.5 - Alterações significativas 97

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 98

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 99

6.3 - Breve histórico 100

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 102

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 103

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 105

7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 115

7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 116

7.3 - Produção/comercialização/mercados 120

7.4 - Principais clientes 140

7.5 - Efeitos da regulação estatal 141

7.6 - Receitas relevantes no exterior 150

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 151

7.8 - Políticas socioambientais 152

7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 154

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 155

8.2 - Alterações na condução de negócios 157

8.3 - Contratos relevantes 159

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 160

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 161

9.1.a - Ativos imobilizados 162

9.1.b - Ativos Intangíveis 163

9.1.c - Participação em sociedades 180

9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 183

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 185

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro 199
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 200
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 201
10.5 - Políticas contábeis críticas 202
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 205
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 206
10.8 - Plano de Negócios 207
10.9 - Outros fatores com influência relevante 209

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 210
11.2 - Acompanhamento das projeções 211

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 212
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 217
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 221
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 223
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 224
12.7/8 - Composição dos comitês 230
12.9 - Relações familiares 234
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 235
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 241
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 242

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 245
13.2 - Remuneração total por órgão 249
13.3 - Remuneração variável 253
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 256
13.5 - Remuneração baseada em ações 264
13.6 - Opções em aberto 269
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 271
13.8 - Precificação das ações/opções 272

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão 275
13.10 - Planos de previdência 276
13.11 - Remuneração máx, mín e média 277
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 278
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 279
13.14 - Remuneração - outras funções 280
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 281
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 282

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 283
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 288
14.3 - Política remuneração dos empregados 289
14.4 - Relações emissor / sindicatos 292
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 294

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 295
15.3 - Distribuição de capital 297
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 298
15.5 - Acordo de Acionistas 300
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 302
15.7 - Principais operações societárias 303
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 305

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 306
16.2 - Transações com partes relacionadas 308
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 313
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 315

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 316
17.2 - Aumentos do capital social 317
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 318
17.4 - Redução do capital social 319

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 320

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 321

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 322

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 323

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 324

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 325

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 326

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 327

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 328

18.8 - Títulos emitidos no exterior 329

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 330

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 331

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 332

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 333

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 334

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 335

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 336

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 337

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 338

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 339

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 340

21.3 - Responsáveis pela política 345

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 346

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**MARCELO DA SILVA**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**KLEBER CESAR SILVEIRA GOMES**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

1. I

1.1 Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Kleber Cesar Silveira Gomes**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Kleber Cesar Silveira Gomes

1. F

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo da Silva**
Cargo do responsável	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Marcelo da Silva

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020; (ii) revisão limitada das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes aos períodos findos/a findar-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019 e 2020; e (iii) emissão de carta de conforto referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em conexão com processo especifico de negociação de títulos da Companhia no primeiro semestre de 2020, nos mercados brasileiro, norte-americano e internacional (por opção da Companhia essa operação não foi concluída).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes referente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das informações financeiras intermediárias do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 323.528,03. O montante total da remuneração paga aos auditores independentes referente à emissão de carta de conforto do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em conexão com processo especifico de negociação de títulos da Companhia no primeiro semestre de 2020, nos mercados brasileiro, norte-americano e internacional foi de R$ 845.481,05.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Renato Foganholi Asam	01/01/2019	226.526.228-54	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240, 12o andar, 1203, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (011) 51861000, Fax (11) 51861000, e-mail: faugusto@deloitte.com
Renato Foganholi Asam	01/01/2020	226.526.228-54	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240, 12o andar, 1203, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (011) 51861000, Fax (11) 51861000, e-mail: renatoasam@deloitte.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 2.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	641.472.959,48	560.810.506,95	492.481.041,08
Ativo Total	1.192.643.841,82	1.103.937.105,75	869.536.566,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	904.990.934,21	730.107.899,56	619.585.342,00
Resultado Bruto	447.170.911,24	373.985.921,32	307.596.719,00
Resultado Líquido	113.964.173,36	89.719.946,69	46.277.508,62
Número de Ações, Ex-Tesouraria	53.767.606	53.949.006	53.949.006
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	11,930470	10,395200	9,128640
Resultado Básico por Ação	2,113772	1,663050	0,857810
Resultado Diluído por Ação	2,11	1,66	0,86

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2- Medições não contábeis

As informações sobre as medições não contábeis foram ajustadas para melhor refletir o resultado e EBITDA das operações, ajustado por eventos extraordinários, incluindo os efeitos de provisão e baixa de ativo intangível, uma vez que se trata de ajustes contábeis no resultado que não impactam no fluxo de caixa. Para 2021, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes de gastos relacionados a reforma do prédio corporativo, operações de M&A e incorporação entre controladas, além de créditos e débitos tributários extemporâneos de exercícios anteriores. Em 2020, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes da consultoria EY, créditos tributários extemporâneos de exercícios anteriores, gastos com reforma no prédio corporativo e gastos com Follow on. Em 2019, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes da consultoria EY, despesas com defesa de auto de infração do exercício de 2014, provisão para não realização de adiantamento a fornecedor e créditos tributários extemporâneos (ambos de exercícios anteriores).

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527, de 4 de outubro de 2012 ("**Instrução CVM 527**") conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas das vendas.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas e/ou receitas ocorridas no exercício, mas não relacionadas diretamente ao desempenho da Companhia no período em questão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 os efeitos foram conforme abaixo:

31 de dezembro de 2021

Gastos com reforma no prédio corporativo: Despesas não recorrentes relacionadas à parcela não capitalizável da reforma realizada no prédio administrativo da Companhia.

Gastos com operação de M&A: Despesas não recorrentes relacionadas ao projeto de compra da totalidade das quotas sociais de emissão da empresa Regenera Medicina Avançada Ltda. ("Regenera").

Gastos com incorporação entre controladas: Despesas não recorrentes relacionadas ao projeto de incorporação da controlada Ouro Fino Pet Ltda. pela controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda..

Créditos e débitos tributários extemporâneos: Refere-se a (i) créditos extemporâneos das contribuições de PIS/COFINS decorrentes da exclusão de ICMS na base de cálculo, (ii) débitos tributários das contribuições de IVA (Imposto sobre valor agregado) dos produtos de animais de companhia na subsidiária Ouro Fino de México, S.A de CV. e (iii) perdas relacionadas a contingências tributárias.

31 de dezembro de 2020

Consultoria EY: Despesas de contratação da consultoria EY para revisão do planejamento estratégico da Companhia, com vistas a um novo ciclo de crescimento e perenidade dos nossos negócios.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Créditos tributários extemporâneos: Refere-se a créditos extemporâneos das contribuições de PIS/COFINS, relacionados a insumos essenciais e relevantes para o processo produtivo.

Gastos com reforma no prédio corporativo: Despesas não recorrentes relacionadas à parcela não capitalizável da reforma realizada no prédio administrativo da Companhia.

Gastos com Follow on: Despesas não recorrentes realizadas para negociação de títulos da Companhia nos mercados brasileiro, norte-americano e internacional. Por questões mercadológicas ocorridas no início da pandemia de COVID 19, a Companhia optou por não dar continuidade na operação.

31 de dezembro de 2019

Consultoria EY: Despesas de contratação da consultoria EY para revisão do planejamento estratégico da Companhia, com vistas a um novo ciclo de crescimento e perenidade dos nossos negócios.

Despesas com defesa de auto de infração do exercício de 2014: Refere-se a gastos com defesa de auto de infração exigindo diferenças de PIS e COFINS apurados sob o regime monofásico, referente a fatos geradores ocorridos no ano-calendário 2014.

Provisão para não realização de adiantamento à fornecedor: Refere-se a provisão não recorrente, relacionada a crédito de liquidação duvidosa sobre saldo de devolução, realizada em exercícios anteriores, de produtos com desvio de qualidade e posteriormente convertido em crédito com o fornecedor.

Créditos tributários extemporâneos: Refere-se a créditos extemporâneos das contribuições de PIS/COFINS, relacionados a insumos essenciais e relevantes para o processo produtivo.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais indicados:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R$ milhares, exceto %)	**2021**	**2020**	**2019**
EBITDA	168.790	128.513	96.423
EBITDA Ajustado	172.483	142.383	107.210
Margem EBITDA	18,7%	17,6%	15,6%
Margem EBITDA Ajustado	19,1%	19,5%	17,3%

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é medição não contábil elaborada pela Companhia e representa o saldo de empréstimos e financiamentos, circulantes e não circulantes, líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos.

A Dívida Líquida não é medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de reais, exceto quando indicado)	**2021**	**2020**	**2019**
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	85.045	96.553	118.230
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	297.330	297.786	162.852
Total de empréstimos e financiamentos	**382.375**	**394.339**	**281.082**
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		(2.298)	2.252
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(161.254)	(243.614)	(45.009)
(=) Dívida líquida	221.121	148.427	238.325

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras consolidadas auditadas

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e o EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais:

(em R$ milhares, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**
Lucro líquido	**113.957**	**89.713**	**46.278**
(+) Resultado financeiro líquido	15.420	8.279	13.838
(+) Imposto de renda e contribuição social	11.734	4.124	11.680
(+) Depreciação e amortização	27.679	26.397	24.627
EBITDA	**168.790**	**128.513**	**96.423**
(-) Créditos e débitos tributários extemporâneos	(3.823)	(8.161)	(6.462)
(+) Consultoria estratégica	-	432	3.345
(+) Gastos com reforma no prédio corporativo	603	222	-
(+) Gastos com Follow on	-	713	-
(+) Honorários auto de infração PIS/COFINS	-	-	383
(+) PCLD adiantamento a fornecedores	-	-	3.821
(+) Incorporação entre controladas	305	-	-
(+) Operação de M&A	791	-	-
(+) Provisão para *impairment/b aixa* do ativo intangível	5.817	20.664	9.700
EBITDA Ajustado	**172.483**	**142.383**	**107.210**
Receitas líquidas das vendas	904.991	730.108	619.585
Margem EBITDA	**18,7%**	**17,6%**	**15,6%**
Margem EBITDA Ajustado	**19,1%**	**19,5%**	**17,3%**

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e EBITDA Ajustado

Nós utilizamos o EBITDA e o EBITDA Ajustado para analisar nosso desempenho financeiro e operacional, bem como uma base para algumas das nossas decisões administrativas. Além disso, acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma melhor compreensão da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações e nossa capacidade de obter novos financiamentos para nossos investimentos e capital de giro. No entanto, o EBITDA

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, uma vez que não leva em conta certos custos decorrentes de nossos negócios, o que poderia afetar adversamente nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Dívida Líquida

Nós entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à nossa posição de caixa. Adicionalmente, nos nossos contratos financeiros estamos sujeitos à observância de determinados índices financeiros que utilizam a Dívida Líquida como parâmetros na forma definida nos respectivos instrumentos constitutivos da dívida. Para mais informações sobre os nossos contratos financeiros, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

(i) Aquisição Regenera

Conforme divulgado pela Companhia em fato relevante de 18 de novembro de 2021, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (“OF Saúde Animal”) celebrou contrato de intenção de compra da totalidade das quotas sociais de emissão da Regenera Medicina Avançada Ltda. (“Regenera”).

A Regenera é uma empresa de biotecnologia, fundada em Campinas, SP, no ano de 2012, que atua na área de Medicina Veterinária, trabalhando com pesquisa e desenvolvimento de protocolos terapêuticos envolvendo células-tronco mesenquimais e derivados, e é detentora de patente no Brasil, Austrália e Estados Unidos.

A confirmação da operação estava sujeita à celebração de documentações definitivas, às aprovações de determinadas condições suspensivas e a conclusão de procedimentos regulatórios de forma satisfatória, os quais foram atendidos em 25 de fevereiro de 2022.

Pela aquisição, a OF Saúde Animal se comprometeu a pagar o total de R$20.000, da seguinte forma: (i) parcela de R$15.000 já liquidada em 16 de março de 2022 e (ii) parcela retida de R$5.000 a ser paga em duas parcelas, sendo uma de R$3.000 e outra de R$2.000, mediante resultado de metas previamente acordada entre as partes. O preço da aquisição poderá ser acrescido de duas parcelas adicionais, nos anos de 2027 e 2028, sujeitas ao atingimento de metas que serão apuradas entre os anos de 2022 e 2026.

(ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo (“ILP”)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2022, a Administração aprovou o Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações (“Plano”) da Companhia. O Plano tem como objetivo estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para os seus executivos, visando alinhar as ações dos beneficiários do Plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia, e com isso, promovendo a atitude comprometida e sustentável dos beneficiários

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração e as remunerações em Ações serão realizadas mediante a celebração de contratos de ILP, os quais deverão especificar o número base de ações, termos e condições para transferência das ações pela Companhia aos beneficiários, prazo final para recebimento da remuneração em Ações, preço da ação e as condições de pagamento.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2021	2020	2019
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2021, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5,00% para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25,00% para pagamento do dividendo obrigatório.	Em 31 de dezembro de 2020, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5,00% para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25,00% para pagamento do dividendo obrigatório.	Em 31 de dezembro de 2019, o Estatuto Social da Companhia, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, previa que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, deveria ter a seguinte destinação: (i) 5,00% para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25,00% para pagamento do dividendo obrigatório.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$113.964 mil, o qual foi aprovado em Assembleia Geral, sendo que (i) R$5.698 mil serão destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R$79.345 mil serão destinados à reserva de lucros para expansão.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$89.720 mil, o qual foi aprovado em Assembleia Geral, sendo que (i) R$4.486 mil serão destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) R$62.377 mil serão destinados à reserva de lucros para expansão.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$46.278 mil, o qual foi aprovado em Assembleia Geral, sendo que (i) R$2.314 mil serão destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$32.865 mil serão destinados à reserva de lucros para expansão; e (iii) R$ 10.154.473,75 foram retidos à constituição de reserva especial, em razão da instabilidade trazida pela pandemia do COVID-19.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os percentuais das retenções propostas em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,00% serão destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 69,62% serão destinados à reserva de lucros para expansão.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os percentuais das retenções propostas em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,00% serão destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 69,52% serão destinados à reserva de lucros para expansão.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções propostas em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,00% serão destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 71,02% serão destinados à reserva de lucros para expansão.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

b. regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25,00% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, R$27.067 mil foram propostos para serem distribuídos aos acionistas da Companhia a título de dividendos mínimos obrigatórios, do qual, R$14.299 foi declarado como juros sobre capital próprio.	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25,00% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R$21.308 mil foram propostos para serem distribuídos aos acionistas da Companhia a título de dividendos mínimos obrigatórios, do qual, R$11.973 foi declarado como juros sobre capital próprio.	O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25,00% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à constituição da reserva legal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R$944,6mil foram propostos para serem distribuídos aos acionistas da Companhia a título de juros sobre capital próprio, e o montante de R$ 10.154.473,75 foram retidos à constituição de reserva especial, em razão da instabilidade trazida pela pandemia do COVID-19.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e declarar dividendos à conta de lucro acumulados ou reservas de lucros existentes nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório. Adicionalmente, por meio de proposta do Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar a seus acionistas juros sobre capital próprio, respeitadas as regras e limites impostos pela legislação aplicável.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.	A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer de recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.
e. política de destinação de resultados	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de setembro de 2020, que tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para destinação dos resultados gerados pela Companhia, bem como a forma de distribuição por meio dos dividendos, em cumprimento das disposições legais, estatutárias e contábeis, de acordo com a geração de caixa da Companhia, sem comprometer o seu crescimento e sua necessidade de investimentos.	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado		113.964.174,35	89.719.946,69	46.277.508,62
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		23,750000	23,750000	2,040000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		4,220000	3,800000	0,190000
Dividendo distribuído total		27.066.491,41	21.308.487,34	944.647,10
Lucro líquido retido		79.345.119,84	62.376.691,76	43.018.986,09
Data da aprovação da retenção		20/04/2022	09/04/2021	08/05/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			27.066.491,41	29/12/2021			944.647,10	
Dividendo Obrigatório								
Ordinária					21.308.487,34	30/04/2021		

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	551.170.882,33	Índice de Endividamento	0,86000000	
	0,00	Outros índices	0,34000000	Dívida Líquida / Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Líquida da Companhia era de R$221.121 mil e o patrimônio líquido era de R$641.472 mil, representando um índice de Dívida Líquida / Patrimônio líquido de 0,34 vezes. Por Dívida Líquida entende-se o saldo de empréstimos e financiamentos, circulantes e não circulantes, líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia entende que o índice de Dívida Líquida / Patrimônio líquido representa de forma mais adequada o seu nível de endividamento. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		26.528.464,89	32.918.354,28	4.141.857,05	0,00	63.588.676,22
Financiamento	Quirografárias		18.625.433,39	51.029.996,93	57.232.015,05	118.577.281,78	245.464.727,15
Empréstimo	Quirografárias		65.105.769,72	99.525.864,19	0,00	0,00	164.631.633,91
Total			110.259.668,00	183.474.215,40	61.373.872,10	118.577.281,78	473.685.037,28

Observação

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes

Informações complementares aos itens "3.4 - Política de destinação dos resultados" e "3.5 – Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido"

A Companhia esclarece que os valores descritos nos itens "3.4 - Política de destinação dos resultados" e "3.5 – Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido" deste Formulário de Referência não consideram o resultado atribuído aos acionistas não controladores.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, imagem e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de quaisquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipótese em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou considerados irrelevantes neste momento também poderão nos afetar adversamente no futuro.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa neste Formulário de Referência ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo”, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, imagem e/ou negócios futuros da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante à subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos abaixo se aplicam não somente a nós, mas também às nossas controladas.

(a) a Nós

Nossos direitos de propriedade intelectual são valiosos, e qualquer incapacidade de protegê-los poderia reduzir o valor dos nossos produtos, serviços e marcas.

A nossa incapacidade de proteger ou obter proteção adequada para nossas marcas, patentes, produtos, *know-how*, tecnologias ou novas funcionalidades de nossos produtos e processos pode diminuir a nossa competitividade.

Dadas as especificidades referentes à legislação de propriedade intelectual de cada país, poderemos enfrentar maiores dificuldades em acompanhar ou evitar eventual infringência de nossos direitos de propriedade intelectual no exterior ou garantir a não infringência de direitos de terceiros. Os sistemas jurídicos de alguns países não favorecem a obtenção e/ou proteção de patentes e outros direitos de propriedade intelectual, em especial com relação a produtos de uso veterinário, o que poderia tornar difícil para nós a cessação de eventual violação de nossas patentes e de nossos outros direitos de propriedade intelectual ou a comercialização de produtos concorrentes que violem esses direitos. Além disso, as medidas necessárias para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual no Brasil ou no exterior podem desviar a atenção da nossa administração e os custos relacionados à proteção de nossos direitos de propriedade intelectual podem aumentar substancialmente. Em vista das características da legislação relativa à proteção de propriedade intelectual, que determina períodos de sigilo em que não se pode

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

obter informações sobre tecnologias em processo de registro ou obtenção de proteção, não podemos garantir que nossas pesquisas não venham a infringir direitos de terceiros nem que, em razão de tal fato, os produtos objeto dessas pesquisas poderão ser explorados comercialmente.

Podemos ser obrigados a alterar, no todo ou em parte, alguns dos nossos produtos que supostamente infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e podemos ser obrigados a pagar multas expressivas, *royalties* ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a titulo indenizatório. Qualquer alteração nos nossos produtos ou nas receitas atribuíveis a qualquer de nossos produtos que eventualmente violem direitos de propriedade intelectual de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação e a demanda por nossos produtos, além de nos causar prejuízos financeiros. Além disso, tais alterações poderão requerer a atenção da nossa administração e/ou levar-nos a incorrer em despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatos que podem afetar adversamente nossos resultados.

Nosso departamento de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") poderá não obter êxito no desenvolvimento de novos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios.

Nossos resultados dependem tanto do nosso portfólio atual quanto do desenvolvimento de novos produtos.

Poderemos não ser capazes de determinar com precisão quando ou se os nossos produtos atualmente em desenvolvimento serão aprovados ou lançados, e poderemos não ser capazes de desenvolver, licenciar ou adquirir outros produtos. Além disso, não podemos prever se qualquer produto, quando lançado, obterá êxito comercial ou alcançará índices de venda e receita consistentes com nossas expectativas. A indústria de saúde animal está sujeita a tendências e regulamentações, bem como os trâmites e estruturas disponibilizados pelos órgãos regulatórios ou mesmo mudanças em suas diretrizes, o que pode impactar adversamente o cronograma de (ou eventualmente impedir o) desenvolvimento, registro e comercialização de novos produtos. Nossas pesquisas e testes realizados em animais, fundamentais para o desenvolvimento de novos produtos, podem ser paralisados temporariamente ou até mesmo interrompidos definitivamente por alterações na legislação regulatória. Qualquer atraso na conclusão de nossos esforços de desenvolvimento poderá aumentar nossos custos, retardar o processo de aprovação ou levar à negação de aprovação regulatória de um novo produto. As questões acima mencionadas podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

A distribuição e venda ilegal por terceiros dos produtos da Companhia em versões falsificadas, ou ainda a comercialização de produtos roubados, desviados ou rotulados novamente com novas datas de vencimento podem ter um impacto negativo em nossa reputação e negócios.

Terceiros podem distribuir e vender ilegalmente versões falsificadas de nossos produtos que não atendam aos padrões de exigência de nossos processos de desenvolvimento, fabricação e distribuição. Medicamentos falsificados ou produzidos ilegalmente representam um risco significativo para a saúde dos animais em que são aplicados devido às condições em que são fabricados e à falta de fiscalização de sua produção. Tais podem não ser seguros ou podem ser ineficazes, podendo, inclusive, ocasionar a morte dos animais em que são aplicados ou das pessoas que o manusearam. A reputação e os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente como resultado da comercialização e uso de produtos falsificados ou produzidos ilegalmente que venham a ser considerados equivalentes e/ou vendidos sob a marca da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, a comercialização por canais não autorizados de produtos roubados ou contrabandeados do estoque, dos armazéns, das fábricas ou em trânsito da Companhia, que não sejam armazenados adequadamente, ou, ainda, a comercialização de produtos já vencidos e que sejam reembalados por terceiros com novas datas de vencimento, podem também afetar adversamente a saúde e a segurança dos animais em que são aplicados ou das pessoas que o manusearam, impactando negativamente a reputação e os negócios da Companhia.

Poderemos ser afetados adversamente em decorrência de operações de sociedades sob controle comum ao nosso.

Fomos formados pela cisão parcial da Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A. ("**OF Par**"). Como resultado da cisão, passamos a operar, por meio de nossas subsidiárias, o negócio de saúde animal antes operado pela OF Par, a qual permaneceu operando o negócio de agroquímicos e, posteriormente, foi incorporada pela atual Ouro Fino Química S.A. ("**OF Química**"), sociedade sob controle comum ao nosso. Ainda, celebramos com OF Química um contrato de licença de uso de marca por meio do qual licenciamos o uso da marca “Ouro Fino” para tal sociedade, de forma que tal sociedade possa continuar a utilizá-la na condução de suas atividades no ramo de produtos agroquímicos, após a cisão. Para mais informações acerca dos referidos contratos de licença de uso de marca, veja item 16.2 deste Formulário de Referência.

O condomínio rural ‘Norival Bonamichi e Outro – Condomínio’, cujo nome comercial é Condomínio Rural Ouro Fino, também está sob nosso controle comum. Também celebramos com o Condomínio Rural Ouro Fino um contrato de licença de uso da marca “Ouro Fino”, de forma que tal condomínio possa utilizá-la na condução de suas atividades no ramo pecuário, o que inclui a promoção desta marca por meio de exposições e divulgações em eventos relacionados a animais de elite conhecidos nacionalmente, com ampla divulgação em campeonatos e exposições do setor agropecuário.

Estamos sujeitos a certos riscos relacionados às operações da OF Química e do Condomínio Rural Ouro Fino decorrentes de (i) eventual determinação de responsabilidade solidária ou subsidiaria por contingências (de caráter ambiental, civil, tributário ou trabalhista, por exemplo), presentes e futuras, originadas em períodos anteriores à cisão (no caso da OF Química), por tratarem-se de empresas sob controle comum; (ii) problemas relacionados à produção, comercialização e uso de produtos agroquímicos identificados pela marca "Ouro Fino", que tragam associação negativa e dano de imagem à nossa marca e aos nossos produtos de saúde animal, com relação à OF Química e o Condomínio Rural Ouro Fino; e (iii) responsabilidade solidária resultante de atos praticados pela OF Química e Condomínio Rural Ouro Fino, seus respectivos administradores, empregados, prestadores de serviço, ou por qualquer terceiro que as represente, em violação à Lei nº 12.846/2013 e respectivo Decreto nº 8.420 de 18 de março de 2015, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (nos termos do §2º do artigo 4º da Lei 12.846/2013, há responsabilidade solidária das sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas na obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado).

Estamos sujeitos a riscos normalmente associados a contratos de transferência de tecnologia em desenvolvimento e parcerias com centros de pesquisa.

Alguns dos produtos em nosso *pipeline* dependem de tecnologia que está sendo desenvolvida, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, por empresas de base tecnológica com as quais possuímos contratos de cooperação tecnológica, transferência de tecnologia de *know-how* ou licenciamento. Caso tais empresas, isoladamente ou em conjunto com a Companhia, não

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

sejam capazes de desenvolver com sucesso as tecnologias necessárias, podemos não ser capazes de encontrar ou desenvolver tecnologias substitutas e, em consequência, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes poderá ser adversamente afetada e, consequentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Também detemos parcerias com diversos centros de pesquisa nacionais e internacionais. Tendo em vista principalmente a natureza de nosso relacionamento, temos capacidade limitada para controlar a quantidade de tempo ou recursos alocados por nossos parceiros a projetos de nosso interesse, bem como para gerenciar de forma efetiva alguns riscos a eles relacionados. Alguns desses acordos de parceria permitem rescisão com pouco ou nenhum aviso prévio em determinadas circunstâncias. Tendo em vista a relativa escassez de centros de excelência para determinados tipos de pesquisa, caso algumas de nossas parcerias sejam encerradas e não sejamos capazes de negociar outras de mesmo nível em sua substituição, a nossa estratégia de criação de novos produtos e de aprimoramento dos já existentes também poderá ser adversamente afetada e, consequentemente, poderemos perder parte de nossas receitas.

Poderemos ser afetados adversamente caso ocorram falhas nos sistemas ou caso um de nossos colaboradores da área de biossegurança deixe de cumprir as práticas exigidas pelo MAPA ou regulamentações específicas com relação à produção de vacinas contra febre aftosa.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("**MAPA**") exige rigoroso controle de biossegurança (NBS4) para a manipulação e produção de vacinas contra febre aftosa, que seguem diretrizes da Instrução Normativa 5. Em razão de tal fato, nossos sistemas de controles (automação, HVAC, monitoramentos térmicos, esterilização e descontaminação, energia), nos garantem segurança na manipulação do vírus ativo, e nossos colaboradores da área de biossegurança, que operam tais sistemas, estão treinados e obrigados a cumprir todas as regulamentações aplicáveis para esse segmento. Todos os riscos referentes às possibilidades de escape do vírus de febre aftosa na área biocontida foram mapeados e são controlados. Em uma possível falha operacional ou sistêmica, protocolos de biossegurança são adotados e o sistema de segurança da automação atua com a finalidade de contenção do vírus.

Todo sistema de controle da planta foi construído pensando no risco ambiental e econômico da manipulação do vírus da febre aftosa e concebido para mitigar as consequências que uma possível falha pode gerar, como contaminação ambiental, prejuízos financeiros e sanções, dentre as quais o embargo ou interdição de nossa produção de vacinas, a suspensão ou cancelamento da licença de operação da nossa fábrica de vacinas, ou a proibição de contratar com a administração pública.

Poderemos não ser bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem do sucesso na implementação de diversos elementos de nossa estratégia de crescimento que estão sujeitos a vários fatores, dentre os quais se destacam a nossa capacidade de (i) proteger o poder de nossa marca e cultura, (ii) consolidar nossa participação de mercado e expandir nosso portfólio e nossa cobertura geográfica, nacional e internacionalmente, (iii) alavancar as vendas de nossos produtos e aumentar a rentabilidade de nossas operações e (iv) fortalecer e expandir a oferta de produtos para nossa base de clientes.

O setor de saúde animal é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas e variações na demanda dos mercados consumidores, principalmente no setor de produção de proteína animal. Além disso, alguns aspectos de nossa estratégia de crescimento

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

também podem resultar no aumento dos nossos gastos operacionais, tais como despesas com equipe de vendas, pessoal e fretes, que pode não ser compensado por um aumento equivalente de nossa receita, tendo como resultado em uma diminuição de nossas margens operacionais.

Assim, caso não sejamos bem sucedidos na execução de nossa estratégia de negócios, nossos planos para aumentar nossa receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa.

Poderemos não obter êxito na aquisição e integração de outros negócios.

Poderemos buscar aquisições ou alianças estratégicas para captar sinergias como parte de nossa estratégia de negócios. Poderemos não concluir essas transações oportunamente ou de forma rentável, ou mesmo não as efetivar. Além disso, poderemos estar sujeitos a restrições ou limites regulatórios ou outros fatores não previstos que nos impeçam de gozar dos benefícios esperados. Poderemos não obter êxito na integração de funcionários ou dos produtos e tecnologias adquiridos, ou referida integração poderá exigir recursos e investimentos significativamente maiores do que aqueles originalmente previstos. Poderemos não ser capazes de integrar com êxito os negócios adquiridos aos nossos negócios atuais, assim como poderemos não ser capazes de alcançar as sinergias, melhorias ou eficiências esperadas. Em decorrência de tais aquisições ou alianças estratégicas, poderemos assumir dívidas significativas, além de passivos ou contingências desconhecidas, e tais dívidas, passivos e/ou contingências podem nos sujeitar a prejuízos financeiros e de imagem e a cláusulas restritivas que limitem nossas futuras atividades.

Nossos resultados operacionais podem ser afetados negativamente por encargos relativos à aquisição, amortização de despesas relativas a ativos intangíveis e depreciação de ativos. Poderemos estar sujeitos a litígios relacionados a tais aquisições, licenciamentos ou outras alianças, inclusive reivindicações de ex-funcionários, clientes e terceiros, sendo que, neste caso, eventuais cláusulas de indenização de passivos e contingências negociadas no âmbito da aquisição podem ser insuficientes para compensar custos e despesas incorridos ou prejuízos sofridos. Dependendo da operação, poderemos ainda estar sujeitos à obtenção de aprovação das autoridades brasileiras de defesa da concorrência, sendo que tal aprovação poderá ser concedida com uma série de medidas restritivas, tais como alienação de parte dos ativos adquiridos, ou não ser concedida em tempo hábil. Quaisquer fatores acima podem impactar de forma negativa nossos resultados operacionais e situação financeira.

Dependemos de membros de nossa administração, e podemos enfrentar dificuldades em sua substituição por profissionais igualmente qualificados.

Grande parte de nossas operações dependem das habilidades e esforços da nossa administração. Contudo, os nossos administradores poderão se desligar da Companhia no futuro por diversos motivos. Se qualquer de nossos administradores se desligar da Companhia, poderemos enfrentar dificuldades na sua substituição por profissionais igualmente qualificados. Para mais informações sobre os nossos administradores, ver item 12.5 deste Formulário de Referência.

A concorrência por pessoal qualificado na indústria de saúde animal é forte porque há um número limitado de profissionais com formação e/ou experiência nessa área. A perda de qualquer membro de nossa administração e as dificuldades enfrentadas em sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderá ter um efeito adverso sobre nosso negócio.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas são rés em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista e poderão ser envolvidas em processos de diversas naturezas no curso normal de seus negócios cujos resultados não se pode garantir que serão favoráveis à Companhia e às suas controladas. Os riscos inerentes a tais processos podem não ter sido provisionados ou as provisões constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obriguem a dispender valores significativos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais e reputação. Para maiores informações a respeito dos processos judiciais e administrativos nos quais somos parte, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, os administradores da Companhia e de suas controladas podem vir a ser parte em processos judiciais, arbitrais e administrativos, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções e afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente.

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos empregados. Qualquer deterioração dessas relações, ou aumento dos custos do trabalho, pode afetar adversamente nosso negócio.

Em 31 de dezembro de 2021, possuíamos 1.121 empregados. Grande parte de nossos empregados pertencem a sindicatos, sendo abrangidos por acordos de negociação coletiva. Qualquer aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações trabalhistas, paralisações em qualquer de nossas unidades operacionais, sejam decorrentes de atividades sindicais, rotatividade de empregados ou a outros fatores, podem prejudicar de forma negativa nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Nosso departamento de P&D realiza testes em animais. Tais testes poderão estar sujeitos a proibições ou novas regulamentações, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Conforme legislação aplicável, por atuarmos no ramo de produtos e vacinas para saúde animal, antes de registrarmos novos produtos veterinários perante o MAPA e outros órgãos regulatórios internacionais, e consequentemente, iniciar a sua fabricação e comercialização, somos obrigados a realizar testes em animais. A legislação aplicável, estabelecida pelo Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, pelo MAPA, e outros órgãos internacionais, elenca os procedimentos e as condições que devem ser observados durante a realização dos testes em animais. A realização de testes em animais em algumas indústrias vem sendo objeto de controvérsias e publicidade negativa, sendo objeto, inclusive, de manifestações e protestos de organizações contrárias a esta prática. Algumas dessas organizações buscam a proibição de tais testes ou estimulam a adoção de regras mais rígidas para a sua realização. Na medida em que estas organizações obtenham êxito em suas proposições, nosso departamento de P&D e, consequentemente, nossos resultados operacionais e situação financeira, poderão ser afetados adversamente. Além disso, a publicidade negativa para nós ou para o setor em que atuamos poderá prejudicar nossa reputação.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual acidente ou falhas logísticas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A operação de transporte de carga, seja terrestre, marítimo ou aéreo, apresenta riscos inerentes de acidentes, falhas mecânicas, colisões, perdas de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou dano de carga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, reivindicações de natureza social ou ambiental, greves, condições meteorológicas adversas e desastres naturais que podem nos afetar, resultando em perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

Podemos ser afetados de maneira adversa em caso de revogação, alteração e/ou não renovação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes e/ou mudanças nas leis tributárias ou em suas interpretações.

Somos beneficiados por incentivos fiscais concedidos por autoridades fiscais em âmbito federal e estadual, como, por exemplo, a dedução incentivada de dispêndios em P&D e a isenção/redução de base de cálculo em determinadas operações sujeitas ao ICMS. Os incentivos podem ser revogados, ter sua abrangência ou percentual alterado e/ou reduzido ou ter sua vigência suspensa. Eventual revogação, suspensão, alteração, redução ou questionamento pode implicar a perda total e/ou parcial dos referidos incentivos fiscais, afetando significativamente de maneira adversa a nossa situação financeira. Adicionalmente, benefícios fiscais são usualmente concedidos por prazo determinado, exigindo a apresentação de pedido de renovação por parte do beneficiário quando de sua expiração e, por vezes, o cumprimento de determinadas condições. A não renovação de referidos benefícios fiscais por parte da autoridade competente, ou o não cumprimento de quaisquer das condições impostas ao beneficiário em decorrência dos benefícios fiscais, pode afetar significativamente de forma adversa a nossa situação financeira.

Além disso, o governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações na política fiscal, bem como expressado abertamente a intenção em submeter ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária que pode afetar a Companhia e nossos clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos produtos e serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Adicionalmente, não é incomum a existência de divergência entre contribuintes e as autoridades fiscais no tocante à aplicação da legislação tributária. Nesse sentido, a Companhia poderá ser adversamente afetada caso venha a prevalecer eventual interpretação das autoridades ficais divergente daquela que adotamos ao apurar os efeitos e incidências tributárias em nossas operações.

Danos não cobertos pelas nossas apólices de seguros podem resultar em perdas que podem ter efeito adverso sobre os nossos negócios.

Na ocorrência de eventos não segurados pelas apólices de seguros que contratamos, tais como eventos dolosos, ou quando os danos a serem indenizados forem maiores que os limites de cobertura previstos em nossas apólices, poderemos incorrer em gastos relevantes para pagamento de indenizações, mitigação de perdas ou reparo ou aquisição de equipamentos e instalações, os quais podem afetar adversamente nossas receitas, investimentos e situação financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Avanços tecnológicos na saúde animal e na medicina veterinária por empresas concorrentes poderia afetar negativamente o mercado para nossos produtos.

O mercado para nossos produtos pode ser afetado negativamente pela introdução de produtos novos por outras empresas, bem como pela ampla aceitação de produtos alternativos aos nossos. Além disso, avanços tecnológicos na saúde animal por empresas concorrentes podem superar a nossa tecnologia e reduzir ou eliminar o mercado para nossos produtos. A introdução ou aceitação de tais produtos ou tecnologias colocados por nossos concorrentes poderiam afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

A realização de provisão para* impairment *de ativos intangíveis identificáveis poderá ser requerida.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), se determinarmos a não recuperabilidade, mesmo que temporária, de ativos intangíveis identificáveis, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, seremos obrigados a deduzir o saldo destes ativos por meio de provisão e contabilizar um custo correspondente.

Determinar se existe e o montante da potencial deterioração envolve dados quantitativos e critérios qualitativos que são baseados em estimativas e premissas que exigem julgamentos de gestão significativos. Eventos futuros ou novas informações podem alterar a avaliação da administração de um ativo intangível em um curto espaço de tempo. A periodicidade e o montante das deteriorações registradas em nossas demonstrações financeiras consolidadas de receitas e deduções de valor contabilizados em nossos balanços patrimoniais consolidados podem variar se as conclusões da administração se alterarem. Qualquer deterioração de ativos intangíveis identificáveis poderia ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e condições financeiras.

Problemas em manufatura e capacidade produtiva reduzida podem causar desabastecimento, custos não previstos e recolhimento dos produtos no mercado

Somos produtores de nossos itens de venda na grande maioria dos casos. Assim, qualquer rompimento desta cadeia produtiva ou da cadeia produtiva dos terceiros que eventualmente produzem alguns de nossos itens por encomenda, pode afetar nossa capacidade de entregar os produtos para venda. Demandas não previstas muito superiores à nossa capacidade produtiva imediata ou de terceiros nos casos de produtos fabricados por eles por encomendas podem levar ao desabastecimento momentâneo de produtos no mercado. Além disso, desvios podem ocorrer na produção, armazenamento ou distribuição de nossos produtos, que podem levar ao recolhimento de nossos produtos no mercado.

Os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com o nosso estatuto social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para a deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, podemos não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em nosso estatuto social ou mesmo não distribuir dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, caso nosso Conselho de Administração determine que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos nossos acionistas.

Poderemos, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas, inclusive dos investidores em nossas ações, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações.

Eventual reconhecimento de vínculo empregatício com relação a representantes comerciais, decorrente de condições fáticas específicas, poderá impactar negativamente nossa condição financeira e resultado operacional.

Nossos representantes comerciais são pessoas jurídicas contratadas, nos termos da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965. De acordo com precedentes jurisprudenciais, o vínculo empregatício com representantes comerciais pode ser reconhecido dependendo das condições fáticas sob as quais os serviços são prestados. Caso este entendimento fático venha a se confirmar em relação a algum de nossos representantes comerciais, poderemos experimentar custos adicionais, causando um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

Podemos não conseguir manter ou renovar contratos de locação nos locais nos quais operamos, ou renová-los em condições menos favoráveis do que as atuais.

Parte dos imóveis onde estão localizadas nossas operações relacionadas a distribuição e comercialização são de propriedade de terceiros. A execução de nossas atividades nesses imóveis se dá por meio de contratos de locação, sublocação, subarrendamento, arrendamento, e comodato, parte dos quais, em geral, por prazo determinado. Com o término do prazo contratual, não há garantia de que os contratos atualmente em vigor serão renovados, ou de que tal renovação ocorrerá em termos considerados adequados por nós, sendo que a localização de nossos estabelecimentos é fator relevante para o desenvolvimento de nossa estratégia comercial. Assim, nesta hipótese, podemos ser afetados negativamente.

Parte de nossos contratos está vigente por prazo indeterminado, o que pode nos obrigar a devolver o respectivo imóvel ao proprietário e interromper nossa operação em curto prazo, caso as respectivas contrapartes não pretendam manter e/ou renovar tais contratos ou se os termos contratuais para renovação não forem atraentes para nós.

Ademais, a alienação dos imóveis de terceiros onde estão localizadas nossas operações também pode nos obrigar a ter que desocupar tais imóveis em curto prazo, nos casos em que o novo proprietário não queira manter vigente o respectivo contrato e, cumulativamente: (i) a locação não seja por tempo determinado; (ii) o contrato não possua cláusula de vigência em caso de alienação; e (iii) o contrato não esteja registrado na matrícula do imóvel.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter nossos sistemas de tecnologia da informação podem resultar em danos financeiros e à nossa reputação.

Contamos com a operação ininterrupta de sistemas complexos de tecnologia da informação para administrar nossas operações, processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas e financeiras, e para cumprir com os requisitos regulamentares, legais e fiscais. Dependemos de nossa infraestrutura de tecnologia da informação para a fabricação de nossos produtos, atividades de vendas e compras, bem como para as comunicações entre nossos colaboradores, clientes e fornecedores.

Falhas ou interrupções no sistema poderiam comprometer a nossa capacidade em executar essas funções em tempo hábil, o que poderia prejudicar nossa capacidade de produção, a realização dos nossos negócios, o relacionamento com nossos clientes, ou atrasar nossos relatórios financeiros.

Os nossos sistemas de informação são vulneráveis a deficiência, falhas ou acessos não autorizados. Se os nossos sistemas de informação vierem a falhar ou forem violados, tal falha ou violação, resultando em eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das nossas operações poderiam afetar adversamente nossa capacidade de realizar funções críticas de negócio e dados sensíveis e confidenciais poderiam ser comprometidos, afetando adversamente nossos resultas operacionais, condição financeira e reputação. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Eventual perda de nossa propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações pode afetar negativamente nossos resultados financeiros.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("**LGPD**"), que entrou em vigor no mês de agosto de 2020 e transformou a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias podem estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou fornecedores, podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, sujeitar-nos a ações judiciais e a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios, resultando em passivos financeiros, sanções, penalidades e danos à nossa reputação. Não podemos garantir que nossas medidas de segurança evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor de suas ações.

Riscos relacionados a ônus constituídos sobre os imóveis da Companhia.

Parte dos imóveis de propriedade da Companhia está onerada por alienação fiduciária com a finalidade de garantia de pagamento das obrigações contraídas pela Companhia, no âmbito regular de suas atividades, perante a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na hipótese de inadimplemento da Companhia no pagamento destas obrigações, a credora poderá proceder com a excussão da garantia. Caso a Companhia não possua outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, referidos ativos poderão ser arrematados por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome da própria credora.

Caso a Companhia não logre êxito em negociar com o novo proprietário termos de um contrato de locação que regule a ocupação dos respectivos ativos para o exercício regular de suas atividades, poderá ser solicitada a desocupação do imóvel pela Companhia em 30 dias.

Neste contexto, se não conseguirmos operar nossos estabelecimentos ou se tivermos que suspender ou fechar alguns estabelecimentos existentes. a estratégia de negócios poderá ser afetada de forma adversa.

Podemos ser afetados por violações ao nosso Código de Conduta, à Lei Anticorrupção e leis semelhantes.

Os nossos mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os nossos controles internos, podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da nossa administração, funcionários, parceiros de negócio, representantes, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços ou prepostos, bem como terceiros que agem em nosso nome atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992, a Lei n° 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”).

O não cumprimento do nosso Código de Conduta, da Lei Anticorrupção e de demais normas anticorrupção aplicáveis por nossos administradores, funcionários, parceiros de negócio, representantes, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços ou prepostos, bem como terceiros que agem em nosso nome pode nos expor a sanções previstas nos referidos normativos.

A Lei Anticorrupção, introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. A Lei Anticorrupção estabelece sanções administrativas a serem aplicadas como consequência de um ou mais atos lesivos ou potencialmente lesivos à administração pública. O não cumprimento ou a alegação de não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode trazer consequências desfavoráveis, resultando, por exemplo, em multas, perda de alvarás de funcionamento, proibição ou suspensão de nossas atividades, perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública, e danos à reputação, bem como em outras penalidades, podendo nos afetar de modo adverso relevante e, consequentemente, os valores mobiliários de nossa emissão.

(b) aos nossos controladores, diretos e indiretos

Os interesses dos nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Somos controlados por dois acionistas, Jardel Massari e Norival Bonamichi, cada um com participação societária, direta ou indireta, de 28,8% e 27,5%, respectivamente, de nossas ações. Nossos acionistas controladores possuem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de nossos acionistas, inclusive reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e condições e valores para pagamento de quaisquer dividendos futuros. Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

(c) aos nossos acionistas

A Companhia entende que não está exposta a riscos em razão de seus acionistas, ou seja, aqueles em que a fonte do risco é o acionista.

(d) às nossas controladas e coligadas

Dependemos da distribuição de resultados de nossas controladas e poderemos ser afetados adversamente caso nossas controladas tenham o seu desempenho prejudicado.

Somos controladores de sociedades que desenvolvem atividades específicas. Nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos nossos acionistas está diretamente relacionada ao fluxo de caixa e lucros de nossas controladas, as quais estão sujeitas, dentre outros, aos mesmos riscos operacionais, societários e regulamentares a que estamos sujeitos, conforme descritos neste item 4.1. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e para a deliberação de dividendos aos nossos acionistas.

(e) aos nossos fornecedores

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Dependemos do fornecimento de matérias-primas provenientes de países estrangeiros para a consecução de nossos negócios.

Nosso suprimento de matérias-primas importadas está concentrado com fornecedores de alguns poucos países estrangeiros, sendo que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, fornecedores chineses e indianos representam aproximadamente 28,9% e 9,68%, respectivamente, de nossos gastos com matérias-primas. Alterações nas condições macroeconômicas, regulatórias e legais nos países em que estão localizados nossos fornecedores relevantes, tanto com relação à indisponibilidade da matéria-prima quanto ao aumento do preço, podem impactá-los negativamente, de modo que eles podem vir a reduzir, deixar de fornecer ou encarecer a matéria-prima. Adicionalmente, nossos fornecedores são independentes e têm seus próprios objetivos financeiros, de modo que as ações tomadas ou sofridas por eles, tais como controle de qualidade inconsistente ou inadequado, paralisações e o não cumprimento de suas obrigações contratuais, poderão ter um efeito negativo sobre nossos resultados. Verificadas tais condições, poderemos sofrer impactos adversos nos nossos custos e resultados operacionais, bem como na nossa reputação.

Dependemos de terceiros no provimento de materiais e serviços, os quais estão sujeitos ao aumento de custos de mão-de-obra e material.

Os materiais usados na fabricação dos nossos produtos podem estar sujeitos a limitações de disponibilidade e volatilidade de preços causados por alterações na demanda, condições de clima, condições de fornecimento, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores. Ademais, custos de mão de obra podem estar sujeitos a variações em decorrência da sua disponibilidade, regulações governamentais, ambiente econômico e outros fatores.

Aumentos na demanda e disponibilidade ou preço de materiais utilizados na fabricação de nossos produtos e aumentos nos custos de mão de obra podem aumentar os custos de fabricação de nossos produtos. Podemos não conseguir repassar todos ou parcela relevante de tais custos aos nossos clientes, o que poderia afetar adversa e relevantemente nossas condições financeiras e resultados operacionais.

Ademais, alguns terceiros fornecedores são as únicas fontes de certos materiais necessários para a produção de nossos produtos, tais como matérias-primas, insumos e embalagens, primárias e secundárias. Podemos não conseguir alcançar a demanda de certos produtos se quaisquer dos terceiros fornecedores cessarem ou interromperem suas operações, não renovar nossos contratos ou de qualquer outra maneira deixarem de cumprir com suas obrigações conosco.

As nossas operações podem ser afetadas por eventual ineficiência logística e por falhas de infraestrutura.

Dependemos do transporte rodoviário, marítimo e aéreo para termos acesso a matérias-primas nacionais e importadas e para a distribuição de nossos produtos. Qualquer atraso, problema ou falha nesses sistemas logísticos poderá afetar negativamente a obtenção de insumos, impedir a entrega de nossos produtos ou impor a nós custos adicionais. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros estão subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Adicionalmente, caso os concessionários de serviços públicos que operam ativos na cadeia de infraestrutura logística na qual as nossas operações estão inseridas não sejam capazes de (i) operar de maneira satisfatória, (ii) efetuar os investimentos necessários para manutenção e expansão de suas operações ou (iii) atender os requisitos e obrigações relacionadas às suas concessões, os nossos negócios podem ser negativamente afetados.

Somos dependentes de órgãos públicos para desembaraço dos materiais importados, como MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ("**ANVISA**"), Receita Federal do Brasil e Polícia Federal. O atraso do processo de desembaraço por qualquer motivo pode resultar em atraso na produção e consequentemente em prejuízos financeiros para a Companhia.

(f) aos nossos clientes

A concentração de nossos clientes poderá afetar negativamente a cotação de nossos produtos.

Nossos clientes, diretos e indiretos, incluem revendas agropecuárias, distribuidores, cooperativas, agroindústrias, *pet shops*, consultórios, clínicas, hospitais veterinários e produtores pecuários. Uma tendência de concentração de nossos clientes no mercado pode impactar adversamente nossa capacidade de negociação dos preços de nossos produtos. Nos últimos anos, verificamos que houve maior concentração em relação aos produtores pecuários, particularmente na suinocultura e na avicultura. Caso essa tendência de concentração continue, esses clientes poderão tentar melhorar sua rentabilidade por meio da alavancagem de seu poder de compra para a obtenção de cotações favoráveis, forçando-nos a reduzir os preços de nossos produtos, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Mudanças nas preferências dos consumidores podem afetar adversamente nosso negócio.

A demanda para a produção de produtos saúde animal é fortemente ligada à demanda de consumidores de carne e produtos lácteos. A indústria de alimentos em geral está sujeita a mudanças na demanda, tendências e preferências do consumidor, como por exemplo a substituição de proteína animal por proteína sintética ou vegetal. Tendências na mudança da indústria de alimentos e muitas vezes a nossa incapacidade de prever, identificar ou reagir a mudanças pode levar, entre outras coisas, à redução na demanda e redução nos preços de nossos produtos de saúde animal, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Podemos não nos adaptar a mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação, o que pode impactar negativamente a nossa participação de mercado, as margens e a distribuição dos nossos produtos.

Atualmente, nossa distribuição de produtos no segmento de animais de estimação é realizada por distribuidores ou subdistribuidores que atuam como intermediários entre os fabricantes e os lojistas (*pet shops*, consultórios, clínicas e hospitais veterinários).

A entrada no Brasil de grandes redes de *pet shops* internacionais e o fortalecimento de redes de *pet shop* nacionais pode provocar uma necessidade de mudança na nossa estrutura de distribuição atual, incluindo a utilização da internet como canal de venda.

Podemos não nos adaptar a tais mudanças nos canais de distribuição de produtos destinados a animais de estimação, o que poderá impactar negativamente nossa participação de mercado, as margens e a distribuição dos nossos produtos, bem como nossos resultados operacionais.

(g) ao nosso setor de atuação

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Efeitos adversos observados na saúde humana relacionados ao consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários poderão resultar na redução das vendas de tais produtos.

Nossos negócios dependem fortemente do setor de produção de proteína animal. Caso o público entenda que o consumo de alimentos derivados de animais que utilizem produtos veterinários, como os nossos, traz riscos à saúde humana, poderá ocorrer uma redução na produção de tais alimentos, e, consequentemente, na demanda de nossos produtos. Poderá também haver uma redução na demanda de produtos pecuários ou estes poderão ter sua reputação afetada em decorrência da evolução da percepção dos consumidores sobre questões relacionadas aos direitos dos animais, à nutrição, à saúde ou a outras questões. Qualquer dano à reputação do setor de produção de proteína animal também poderá se estender às companhias que atuam em setores relacionados, inclusive a nós. Uma percepção negativa dos consumidores com relação ao uso de um ou mais de nossos produtos no setor de produção de proteína animal também poderá resultar na redução do uso de tais produtos, e poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O surto de doenças infecciosas transmitidas por animais poderá afetar adversamente a venda de nossos produtos.

As vendas de nossos produtos destinados à indústria pecuária poderão ser afetadas adversamente pelo surto de doenças transmitidas por animais, tais como a gripe aviária e suína, febre aftosa, encefalopatia espongiforme bovina (popularmente conhecida como “doença da vaca louca”), *porcine epidemic diarrhea*, dentre outras, que podem levar a inúmeras mortes ou ao sacrifício preventivo de animais de produção. Consequentemente, poderá haver uma redução na demanda de produtos destinados à indústria de proteína animal devido a restrições mais rigorosas para exportação e proibição de importação, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo.

O mercado de saúde animal é altamente competitivo e composto por empresas brasileiras e multinacionais. Acreditamos que muitos de nossos concorrentes conduzem atividades de P&D em áreas atendidas por nossos produtos e nas áreas para as quais estamos desenvolvendo produtos, e as vendas de nossos produtos podem ser impactadas negativamente pela introdução e/ou ampla aceitação pelo mercado de produtos alternativos ou recém-desenvolvidos destinados ao mesmo público ao qual nossos produtos são destinados.

Dentre nossos concorrentes encontram-se grandes companhias farmacêuticas globais, além de empresas especializadas em saúde animal. Esses concorrentes poderão ter maior acesso a recursos financeiros, de *marketing*, técnicos e outros, e, como resultado, poderão ser capazes de atribuir mais recursos ao desenvolvimento, produção, *marketing* e venda de seus produtos, iniciando ou mantendo concorrência de preços ou beneficiando-se com aquisições e outras oportunidades. Concorrentes multinacionais também poderão ter maior economia de escala, devido ao seu tamanho e nível de participação no mercado global. Além da concorrência com participantes estabelecidos no mercado, novas empresas podem ingressar em nosso segmento e reduzir substancialmente nossa participação de mercado ou tornar nossos produtos obsoletos.

Caso qualquer de nossos concorrentes se destaque no mercado ou caso sejamos forçados a reduzir ou sejamos incapazes de estabelecer preços competitivos aos nossos produtos, nossos resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados adversamente.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os produtos destinados à saúde animal fabricados e comercializados pela Companhia poderão não ter os mesmos efeitos e reações para todos os animais nos quais serão aplicados.

Somente após a sua efetiva comercialização nossos produtos são submetidos a condições em larga escala de transporte, armazenagem, uso e exposição a outras interações (ex: as medicamentosas) e poderão surgir novos eventos adversos ou problemas de qualidade não previstos em seu desenvolvimento, acarretando a necessidade de recalls, interrupção de produção, redesenvolvimento e até interrupção de comercialização.

Quando do lançamento de nossos produtos no mercado, os efeitos e reações observados nos testes por amostragem em decorrência do processo de P&D poderão não ser verificados para toda a população de animais para os quais serão aplicados. Efeitos ou reações diversas daquelas esperadas com base no processo de P&D poderão prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, afetando adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Poderemos ser afetados adversamente caso a febre aftosa seja erradicada do país e a vacinação do rebanho bovino deixe de ser obrigatória.

Atualmente, a aplicação da vacina contra febre aftosa ainda é obrigatória em parte dos Estados brasileiros. Contudo, observa-se o avanço do plano de erradicação da vacinação obrigatória contra febre aftosa, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA e estima-se que até o final de 2026, todos os estados brasileiros possuam status de zona livre de febre aftosa sem vacinação.
As vendas dessa vacina responderam por aproximadamente 4,4% de nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Assim, quando a vacinação deixar de ser obrigatória no país, poderemos ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.
Para maiores informações, consulte o detalhamento do PNEFA (https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa/plano-estrategico-pnefa-2017-2026)

O uso incorreto ou contraindicado de nossos produtos poderá prejudicar nossa reputação ou resultar em danos financeiros.

Nossos produtos foram aprovados para uso em circunstâncias específicas no tratamento de determinadas doenças e condições em espécies alvo. Poderá ocorrer um aumento no risco de imagem da Companhia caso os médicos veterinários, produtores pecuários, proprietários de animais de estimação ou outros indivíduos tentem utilizar nossos produtos de forma incorreta e/ou contraindicada, incluindo a utilização em espécies para as quais não tenham sido aprovados (inclusive em humanos). Além disso, o uso de nossos produtos para indicações além daquelas para as quais foram aprovados poderá ser prejudicial ou não ser eficiente, o que pode afetar adversamente nossa reputação e levar ao aumento de risco de litígios. Caso sejamos considerados envolvidos, por qualquer agência governamental, reguladora ou órgão judiciário, na promoção de quaisquer de nossos produtos para utilização contraindicada, tal agência ou órgão poderá eventualmente exigir a alteração de nosso procedimento de treinamento ou de nossos materiais e práticas promocionais, sendo que poderemos ainda estar sujeitos a multas e penalidades significativas no âmbito administrativo e judicial. A imposição de tais sanções também pode afetar nossa reputação e nossa posição no mercado. Quaisquer dessas hipóteses poderão afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

Riscos relacionados às autorizações, licenças e alvarás necessários às nossas operações.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de autorizações, licenças e alvarás, incluindo licenças municipais de funcionamento e autos de vistoria do corpo de bombeiros, relacionados à operação e à localização dos nossos estabelecimentos. Devemos obter e renovar periodicamente tais autorizações, licenças e alvarás.

Não podemos assegurar que a obtenção ou renovação dessas autorizações, licenças e alvarás ocorrerá tempestivamente. A falta de qualquer dessas autorizações, licenças ou alvarás ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas ou, conforme o caso, a suspensão ou até o encerramento das atividades realizadas no respectivo imóvel, e pode, ainda, em determinados casos, resultar na rescisão de contratos celebrados com terceiros, o que poderá ter um efeito adverso nos nossos resultados operacionais e negócios.

Além disso, futuras regulamentações ou quaisquer alterações à regulamentação vigente podem acarretar a necessidade de efetuarmos investimentos substanciais para a adequação de nossas atividades à nova regulamentação, bem como não podemos garantir que conseguiremos cumprir novas regulamentações ou suas alterações, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

Nossa estratégia de negócios poderá ser afetada de forma adversa relevante se não conseguirmos abrir e operar nossos estabelecimentos, se tivermos que suspender ou fechar alguns estabelecimentos existentes em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás, ou se um acidente afetar adversamente um estabelecimento enquanto esse estiver com uma licença pendente.

Nossas operações dependem do fornecimento de água e energia elétrica. O racionamento de água e/ou energia elétrica pode nos afetar de maneira adversa.

Nosso processo produtivo consome grandes quantidades de água e energia elétrica. A capacidade operacional de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, bem como o próprio fornecimento de água, depende dos níveis do recurso armazenados nos reservatórios e nos fluxos dos rios. Existe, consequentemente, uma forte relação de dependência com os índices pluviométricos. O nível inferior de chuvas e o período de estiagem, poderá levar a uma queda nos níveis dos reservatórios e redução da capacidade operacional das hidrelétricas e no fornecimento de água em determinadas regiões no país, trazendo uma crise ao setor e forçando a população e indústria a um racionamento de energia.

O eventual racionamento de água e/ou energia poderá impactar diretamente nosso processo produtivo, o que poderá afetar adversamente nossa receita e nossos resultados operacionais.

(h) à regulamentação dos setores em que atuamos

Atuamos na indústria brasileira de produtos de uso veterinário e alimentação animal , setor da economia sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças ou registro de nossos produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante.

Estamos sujeitos às leis e regulamentos municipais, estaduais e federais, a permissões e exigências para a obtenção e renovação de licenças de estabelecimentos e registro de produtos, inclusive junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária ("**CRMV**"), e aos padrões operacionais e de segurança do MAPA. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção periódica dessas entidades em nossas plantas industriais para verificar o cumprimento das

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

normas e regulamentações vigentes e emissão de certificados de boas práticas de fabricação. A regulamentação do setor ***de produtos de uso veterinário e alimentação animal*** inclui regras para aprovação de produtos e unidades industriais.

Caso descumpramos qualquer de nossas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes ou renovar as licenças de estabelecimentos aplicáveis ou por não manter vigentes ou renovar os registros de nossos produtos, ou, ainda, em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004 e suas atualizações (Decreto nº 8.448, de 2015 e Decreto nº 8.840 de 2016),, e no Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R$ 880,00 a R$ 2.640,00, dobrados sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Com a publicação do Decreto 8.448 de 06 de maio de 2015, que alterou alguns artigos do Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, e regulamentou a Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012 ("**Lei dos Genéricos**"), passou a permitir-se a entrada de medicamentos genéricos no mercado veterinário. Com a publicação da Portaria 196/2021 (MAPA), estabeleceu-se os níveis de classificação de risco de atividades econômicas dependentes de atos públicos de liberação sob a responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assim como os prazos para sua aprovação tácita

Não podemos assegurar que o governo não irá alterar a regulamentação aplicável às nossas atividades, bem como as exigências para obtenção ou renovação de licenças de nossos estabelecimentos ou registro para fabricação e comercialização de nossos produtos, ou, ainda, atrasar a emissão dessas licenças ou registro de produtos. Qualquer mudança significativa na regulamentação em tais exigências, bem como a inabilidade em atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças de estabelecimentos e registros de produtos ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, pode nos impedir de vender e distribuir determinado(s) produto(s) e/ou causar atrasos no lançamento de produto(s) e/ou aumentar os custos para obter ou renovar licenças ou registro de nosso(s) produto(s), o que pode nos afetar adversamente.

Produtos destinados à saúde animal estão sujeitos a impactos gerados por eventuais alterações regulatórias e questões relacionadas com resíduos, segurança, eficácia ou bem estar-animal, o que poderá prejudicar a fabricação e/ou comercialização de nossos produtos, bem como nossa reputação.

Alterações regulatórias e questões não previstas relacionadas a resíduos, segurança, eficácia e bem-estar animal podem surgir mesmo após a aprovação do produto, independentemente de serem científica ou clinicamente suportadas, resultando em *recalls*, retiradas de produtos do mercado, suspensão ou redução de vendas, bem como em atribuição de responsabilidades pelos danos causados pelo produto e outras reivindicações. Além disso, dependemos de perspectivas positivas sobre segurança e qualidade de nossos produtos e dos produtos de saúde animal em geral por parte de nossos clientes, veterinários e consumidores finais, e a falta de tais perspectivas poderá prejudicar a comercialização de nossos produtos e a nossa reputação, independentemente da efetiva existência de problemas de resíduos, segurança, eficácia ou bem-estar animal. Essas questões e os prejuízos a elas relacionados podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Como exemplo da possibilidade de alteração na regulamentação aplicável a nossas atividades, e que pode inclusive afetar produtos já registrados, podemos citar a Instrução Normativa nº 51, de 19 de dezembro de 2019, emitida pela ANVISA que estabelece que os medicamentos veterinários registrados até a data de publicação da regulamentação e que contenham em sua formulação insumo farmacêutico ativo sem limite máximo de resíduo indicado nesta Instrução Normativa nº 51 deverão possuir tal limite não superior a 10 microgramas por quilo, caso a caso, observado o prazo de adequação previsto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 328, de 19 de dezembro de 2019. Em 22 de janeiro de 2021 foi publicada a portaria 200 pelo SDA/MAPA, regulamentando o procedimento para adequação do registro dos produtos de uso veterinário frente à alteração de Limite Máximo de Resíduos (LMR), trazida pela instrução normativa 51. Essa nova portaria estabelece que o MAPA internalizará os LMR instituídos pela Anvisa. Quaisquer restrições à comercialização dos nossos produtos poderão nos impactar de maneira relevante.

Nossos negócios estão sujeitos a regulamentação relevante, bem como a tendências regulatórias e de mercado.

Os novos produtos que estamos desenvolvendo somente poderão ser fabricados e comercializados caso sejamos capazes de obter todas as aprovações regulatórias exigidas em cada jurisdição em que atuamos. Mesmo após o registro e comercialização de um produto, ele poderá estar sujeito a novas revisões e eventualmente necessitará de aprovações adicionais para manutenção no mercado. A falha ou atraso no processo de obtenção e manutenção de aprovações em qualquer jurisdição poderá nos impedir de vender nossos produtos em tal jurisdição até que sua aprovação ou manutenção seja regularizada. A alteração de leis e regulamentações federais, estaduais, municipais e estrangeiras aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, a utilização de produtos de nosso portfólio pode ser reduzida em razão de mudanças comportamentais de nossos clientes, tendências regulatórias ou de mercado, e existência de políticas de qualidade em determinados clientes, como a adesão voluntária da não utilização de antimicrobianos como aditivos alimentares. Caso algum desses fatores ocorra, nossa receita poderá ser negativamente impactada.

Uma regulamentação mais severa ou a diminuição de apoio financeiro governamental com relação à criação, processamento ou utilização de animais para produção de alimentos poderá reduzir a demanda de nossos produtos para a indústria pecuária.

O setor de produção de proteína animal está sujeito a uma regulamentação extensa e cada vez mais rigorosa. Caso os produtores pecuários sejam afetados por nova regulamentação ou por alterações à regulamentação existente que restrinjam ou limitem a utilização de nossos produtos, a nossa capacidade de comercializar tais produtos poderá ser reduzida ou se tornar menos rentável, e, como resultado, poderemos ter nossos resultados operacionais e situação financeira afetados adversamente.

Uma regulamentação mais rigorosa relacionada à indústria pecuária ou aos nossos produtos poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e situação financeira. Ainda, muitas companhias de produtos alimentícios, inclusive produtores pecuários, se beneficiam de subsídios governamentais e linhas de crédito diferenciadas para a produção, comercialização e investimento em animais de produção ou em insumos utilizados na cadeia de produção de proteína animal. Caso tais subsídios e benefícios sejam reduzidos ou eliminados, essas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

companhias e produtores poderão se tornar menos rentáveis, e, como resultado, a utilização de nossos produtos poderá ser reduzida.

(i) aos países estrangeiros em que atuamos

Uma parcela de nossas vendas e lucros é originária de nossas subsidiárias localizadas no México e na Colômbia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o ativo de nossas subsidiárias no México e na Colômbia representaram, respectivamente, 1,73% e 2,56% de nosso ativo consolidado. As receitas líquidas das subsidiárias mexicana e colombiana no mesmo período representaram 3,1% e 3,7%, respectivamente, de nossa receita líquida consolidada. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais nas subsidiárias do México e Colômbia podem ser negativamente afetados por fatores fora de nosso controle, tais como flutuações cambiais e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que afetem os respectivos países.

Nossas exportações estão sujeitas a uma ampla gama de riscos ligados às operações internacionais.

As exportações corresponderam a 11,9% da nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Nos principais mercados para os quais exportamos estamos sujeitos a fatores que não dependem de nosso controle, tais como: (i) variações das taxas de câmbio; (ii) deterioração da conjuntura econômica; (iii) imposição de aumento de tarifas, tarifas *antidumping* ou outras barreiras comerciais e/ou fitossanitárias; (iv) imposição de controles cambiais e restrições para realização de operações de câmbio; (v) greves ou outros eventos que possam afetar os portos e meios de transporte; (vi) o atendimento de diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros; e (vii) sabotagens de produtos. Nosso desempenho financeiro futuro dependerá, em extensão significativa, da conjuntura econômica, condições política e social existentes nos nossos principais mercados de exportação.

Além disso, nossas operações podem ser afetadas por greves de funcionários portuários ou de agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e demais agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais exportamos nossos produtos, ou nos portos estrangeiros que os recebem. Greves prolongadas de tais agentes poderão prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

Poderemos ser afetados adversamente pelo uso indevido ou má representação de nossos produtos nos países para os quais nossos produtos são exportados.

Devido a exigências legais e regulatórias existentes em determinados países para os quais exportamos, somos obrigados a registrar nossos produtos perante os órgãos locais competentes (e.g. ministérios da agricultura) em nome de terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, residentes nesses países. Nesses casos, como a titularidade do registro de nossos produtos está em nome de terceiros, nossa representatividade perante órgãos estrangeiros também é por eles exercida. Não podemos assegurar o cumprimento da legislação e regulamentações aplicáveis nos países para os quais exportamos nossos produtos por parte desses terceiros. Eventual descumprimento por tais terceiros da legislação e regulamentação aplicáveis nos respectivos países pode, independentemente de termos ou não contratos que regulem nossa relação com esses terceiros, impactar negativamente nossos negócios, deteriorar nossa marca e imagem e resultar em efeitos materiais adversos em nossa situação financeira e resultados operacionais.

(j) à questões socioambientais

Preocupações crescentes com as mudanças nas condições climáticas e indisponibilidade de recursos naturais podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A indústria de saúde animal e a demanda por diversos de nossos produtos em uma determinada região poderão ser afetadas por mudanças nas condições climáticas e pelo surgimento ou aumento de pestes ou anomalias associadas ao clima, o que pode influenciar na produção e distribuição de nossos produtos e nos rendimentos do mercado pecuário, bem como resultar na exigência de medidas regulatórias adicionais que aumentem os custos dos produtores pecuários para cumprimento destas regulações. Como consequência, poderemos verificar diminuições ou flutuações regionais e sazonais em nossos resultados operacionais.

Além disso, produtores pecuários dependem de condições favoráveis do mercado de *commodities* e da disponibilidade de recursos naturais. A saúde de seus animais e sua capacidade operacional podem ser afetadas adversamente caso ocorram condições desfavoráveis no mercado de *commodities* ou a indisponibilidade de recursos naturais ocasionada por diversas condições adversas, dentre elas inundações, secas e outras de ordem climática. Todos esses fatores poderão elevar os nossos custos operacionais ou diminuir a disponibilidade das matérias primas de que necessitamos, diminuindo a demanda por nossos produtos e impactando negativamente em nossos resultados operacionais.

Nossas operações e/ou produtos podem impactar o meio ambiente ou causar, ou contribuir para a contaminação ou exposição a substâncias perigosas.

A natureza de nossas operações também nos expõe ao risco de sinistros ambientais. Podemos estar sujeitos a reclamações por parte do poder público, autoridades ambientais, empregados, prestadores de serviços e terceiros por suposta lesão corporal, danos à propriedade e danos a recursos naturais decorrentes de exposição a, ou contaminação por, substâncias perigosas, causadas por nossas operações, instalações ou produtos, e não haverá garantia de que custos e responsabilidades materiais não serão incorridos em conexão com tais reivindicações. Além disso, órgãos do governo e agências reguladoras estão mostrando crescente preocupação com o impacto dos produtos de saúde animal e de operações de gado sobre o meio ambiente. O estabelecimento de dispositivos mais rígidos na legislação ambiental pode exigir tempo e recursos adicionais de nossa parte para responder a essas exigências, tanto para produtos novos quanto para produtos existentes, o que pode afetar as vendas de nossos produtos e nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas à legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, a legislação e regulamentação em vigor estabelecem exigências de licenças ambientais e cumprimento de suas condicionantes, padrões para o descarte de efluentes, outorgas para captação de água, autorizações para uso de produtos químicos controlados, cadastro para acesso ou remessa de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, emissões atmosféricas regulares, gestão de resíduos sólidos e exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas.

Incorremos em custos para a prevenção, controle, redução ou eliminação de emissões no ar, solo e água, bem como para o descarte e manejo de resíduos em nossos laboratórios e em nossa fazenda experimental. O cumprimento dessa legislação e regulamentação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas em razão de sua eventual inobservância.

Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de investimentos e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à sua previsão atual.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os investimentos necessários para atendimento à legislação ambiental poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, com possível impacto no resultado de nossas operações. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar nosso negócio, resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas.

O não cumprimento da legislação relativa à proteção do meio ambiente também pode sujeitar o infrator a sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e/ou a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de créditos públicos e privados. Tais fatores podem ter impacto negativo em nossas receitas, de modo a dificultar a captação de recursos no mercado financeiro.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que nos tenham sido impostas em razão do licenciamento de nossos complexos industriais, ou que venhamos a assumir em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso relevante em nossa imagem e reputação, em nossas receitas e em nossos resultados operacionais.

(k) Riscos macroeconômicos

A contínua crise econômica e instabilidade política no Brasil pode ter um efeito material adverso nos nossos negócios, operações e condição financeira.

A instabilidade econômica no Brasil causada, dentre outros motivos, pelo aumento da inflação nos últimos anos, pela desaceleração do PIB e pela incerteza sobre se o Governo Federal conseguirá promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo. Como exemplo, o atual Governo Federal deve propor termos gerais de reforma fiscal e tributária para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o Governo Federal será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso Nacional para aprovar reformas específicas adicionais.

Além disso, membros do governo brasileiro, bem como os diretores de grandes empresas estatais, enfrentaram ou enfrentam alegações de corrupção e lavagem de dinheiro como resultado de investigações em andamento pelo Ministério Público Federal e outras autoridades brasileiras. Essas pessoas supostamente aceitaram subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a várias empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção. Os lucros dessas propinas supostamente financiaram as campanhas eleitorais de partidos políticos que constituíam a coalizão do governo federal anterior e tais recursos não foram contabilizados ou publicamente divulgados.

Esses recursos também foram supostamente destinados ao enriquecimento pessoal de algumas pessoas. Vários políticos, incluindo membros do Congresso, e diretores de alto escalão de grandes companhias e empresas estatais no Brasil que foram presos e condenados por várias acusações relacionadas a corrupção, celebraram acordos de delação premiada com o Ministério Público, pediram demissão e/ou foram destituídos de seus cargos.

Não somos capazes de estimar totalmente o impacto dos desdobramentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros nos negócios da Companhia. A recente instabilidade econômica e política levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros. Qualquer instabilidade econômica contínua e incerteza política podem afetar negativamente os nossos negócios.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos nossos negócios.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do Governo Federal e também por ciclos econômicos instáveis. O Governo Federal tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no país. As ações do Governo Federal para controlar a inflação muitas vezes envolvem o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações para o Brasil. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- aumento do preço do petróleo e de outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos ocorridos no Brasil ou que afetem o país.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. O presidente do país tem poder para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos.

Não somos capazes de estimar o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros nos negócios da Companhia. Além disso, em virtude da atual instabilidade política, há uma incerteza substancial sobre as políticas econômicas futuras e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo Governo e se essas políticas afetarão negativamente a economia, os negócios da Companhia ou sua condição financeira. A instabilidade política e econômica atual levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a um aumento na volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro, que também podem afetar adversamente os nossos negócios e as nossas ações. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os nossos negócios e as ações.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e qualquer surto de tais doenças no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, seus negócios e o resultado de suas operações.

Surtos ou potenciais surtos de doenças, como o Coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso nas operações da Companhia. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Surtos de doenças também podem resultar em restrições na mobilidade de pessoas, podendo impactar o acesso do pessoal às instalações e até mesmo a produção da Companhia, o que prejudicaria sua reputação e o preço das ações de sua emissão.

Infraestrutura e deficiência de mão-de-obra no Brasil podem afetar o crescimento econômico e ter um efeito material adverso sobre nós.

Nosso desempenho depende do crescimento da economia brasileira. O PIB brasileiro apresentou um crescimento de 1,3% e 1,1% nos anos de 2018 e 2019, respectivamente e no ano de 2020, apresentou queda de 4,1%. O crescimento contínuo é limitado pela infraestrutura inadequada, incluindo a escassez de potenciais de energia e transporte deficiente, logística e setores de telecomunicações, a falta de mão de obra qualificada, e a falta de investimentos públicos e privados nessas áreas, que limitam a produtividade, bem como a eficiência.

Qualquer um desses fatores pode levar à volatilidade do mercado de trabalho e, em geral, afetar o rendimento, o poder de compra e os níveis de consumo, o que poderá limitar o crescimento ou resultar em contração e, em última análise, ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

A percepção de risco em outros países pode afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos títulos de emissores brasileiros.

O valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo Estados Unidos, países europeus, outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As reações dos investidores à evolução nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em títulos de emissores brasileiros, incluindo os nossos títulos. Isso pode afetar adversamente o preço de mercado dos nossos títulos, restringir o acesso da Companhia aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar operações no futuro em condições favoráveis.

Entre os anos de 2016 e 2020, houve um aumento de volatilidade nos principais mercados devido, entre outros fatores, a incertezas sobre como os ajustes de política monetária nos Estados Unidos afetariam os mercados financeiros internacionais, a crescente aversão ao risco de países emergentes, e as incertezas quanto às condições macroeconômicas e políticas brasileiras. Essas incertezas nos afetaram negativamente, inclusive no que diz respeito ao valor de mercado dos títulos emitidos pela Companhia. Além disso, continuamos expostos, atualmente, a interrupções e volatilidade nos mercados financeiros globais por conta de seus efeitos no ambiente financeiro e econômico, particularmente no Brasil, como a queda da atividade econômica, o aumento da taxa de desemprego, o poder de compra dos consumidores e a falta de disponibilidade de crédito. A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais poderá aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico no Brasil, o que poderá ter um efeito material adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

situação financeira da Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os nossos resultados operacionais, bem como o valor de mercado de nossas ações.

Historicamente, em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu recorrentes desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas quatro décadas. O Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo (i) desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal; (ii) sistemas de mercado de câmbio flutuante; e (iii) controles cambiais. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se a desvalorização de 17,1% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R$3,87 por US$1,00, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, observou-se a desvalorização de 4% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R$ 4,03 por US$1,00. Por fim, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, observou-se a desvalorização de 29% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R$ 5,20 por US$1,00.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente. As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros internas, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Os nossos negócios, a situação financeira, os nossos resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais, na medida em que a instabilidade cambial gera a possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras decorrentes.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores. O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de *rating* dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch.

A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil para BB em fevereiro de 2016, com perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil, como sinais de piora para a situação de crédito. Em janeiro de 2018, rebaixou a classificação do Brasil de BB para BB-, com perspectiva estável. A Classificação se manteve a mesma em abril de 2020.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Em fevereiro de 2016, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil, em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. Em abril de 2018, última classificação realizada pela agência, a perspectiva foi atualizada para estável.

Em maio de 2016, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a classificação de crédito soberano do Brasil foi rebaixada novamente para BB- e expectativa estável, com base, entre outras razões, no déficit fiscal, no aumento da dívida pública e na incapacidade do governo de implementar as reformas necessárias para a melhora das contas públicas. Em maio de 2020, a agência manteve a classificação em BB- e atualizou a perspectiva para negativa.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das nossas ações. Tal cenário pode se intensificar a depender das políticas a serem adotadas pelo novo Governo Federal a partir deste ano, o que poderá afetar adversamente o preço das ações de emissão da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tal investimento considerado, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado que os mercados de países mais desenvolvidos, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem ações de nossa emissão pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações de nossa emissão. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor de negociação das ações de nossa emissão.

Estamos expostos a riscos de crédito, o que pode afetar desfavoravelmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos.

Estamos sujeitos a riscos de crédito relacionados aos recebíveis de nossos clientes às contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos de curto prazo. Considerando-se que o valor contábil dos nossos ativos financeiros representa a exposição do crédito, a exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2020 era de R$ 7,5 milhões em depósitos bancários e R$ 218,0 milhões em aplicações financeiras e ainda R$ 209,4 milhões em contas a receber.

Caso nossos clientes ou as contrapartes nos instrumentos financeiros detidos por nós venham a descumprir suas obrigações, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como nossa capacidade de pagamentos, poderão ser negativamente afetados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades do Grupo Ouro Fino o expõem a riscos de mercado relacionados principalmente às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros. Essas variações podem acarretar perdas em investimentos, receitas, aplicações financeiras e de dívidas contratadas.

Estamos sujeitos a flutuações na taxa de câmbio, o que pode afetar desfavoravelmente nossos negócios, nossa condição financeira, nossos resultados operacionais e nossa capacidade de pagamentos.

O risco cambial é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira possam fazer com que o Grupo Ouro Fino incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. Nós e nossas controladas estamos expostas principalmente a variações na taxa de câmbio referente ao dólar norte-americano e ao euro, de modo que eventuais oscilações em referida taxa podem nos levar a incorrer em perdas não esperadas.

A exposição da Companhia à moeda estrangeira decorre, substancialmente, dos empréstimos captados em euros. Em 31 de dezembro de 2020, cerca de R$ 33,5 milhões dos empréstimos e financiamentos bancários eram denominados em euros.

Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos a riscos decorrentes de oscilações nas taxas de juros, que poderão afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nós e nossas controladas estamos expostas a potenciais perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, principalmente as dívidas referenciadas em Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) e na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Esse risco está atrelado predominantemente aos empréstimos e aos financiamentos que nós e nossas controladas contratamos junto a instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Alguns dos nossos passivos têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2020, tínhamos R$ 393,2 milhões em endividamento bancário, dos quais 78,7% estavam sujeitos a instrumentos ligados a taxas pós-fixadas.

Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 – Processos Não Sigilosos Relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total envolvido nos processos em que a Companhia e suas controladas são parte era deR$ 88.353.460,56, dos quais R$ 2.462.389,13 foram provisionados. As provisões da Companhia são registradas conforme Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

A Companhia mantém também provisão para passivo contingente, sem processos administrativos ou judiciais, no montante de R$ 1.384.693,09 , reconhecido em combinação de negócios, que de acordo com o item 23 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, devem ser provisionados mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação.

A Companhia também possui demandas ativas no âmbito tributário, no valor total de R$ 64.727.853,18 , sendo R$ 62.503,00 classificados com chance de perda remota, R$ 63.329.206,26 classificados com chance de perda possível e R$ 1.336.143,92 classificados como chance de perda provável

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza. Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa nosso patrimônio, nossa capacidade financeira ou nossos negócios, além de processos envolvendo outros fatores que podem influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem.

Processos de natureza tributária

A Companhia possui processos tributários em trâmite na esfera administrativa e judicial (contingências passivas - débitos tributários), em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R$ 83.677.757,57 . Conforme avaliação dos advogados externos da Companhia, do valor total da contingência em questão R$ 1.629.035,85 são avaliados como de perda remota, R$ 81.167.360,18 como de perda possível e R$ 881.361,54 como perda provável.

Do valor demonstrado acima, R$ 52.482.887,86 versam sobre discussões na esfera federal, envolvendo, principalmente, discussões relacionadas às contribuições sociais (PIS/COFINS). O valor residual, R$ 31.194.869,71 versa sobre discussão relacionada ao ICMS, no âmbito estadual. Abaixo a descrição dos temais mais relevantes discutidos pela Companhia.

O valor de R$ 51.803.368,86, sendo R$ 17.620.135,68 de principal, R$ 26.430.203,37 de multa qualificada (150%) e R$ 7.753.029,81 de juros, refere-se a um Auto de Infração de PIS e COFINS lavrado contra a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em maio de 2019, referente aos fatos geradores ocorridos no ano-calendário de 2014, exigindo diferenças de PIS e COFINS apurados sob o regime monofásico, por desconsiderar as operações das empresas comerciais Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. A Companhia apresentou impugnação em junho de 2019, demonstrando o propósito negocial das empresas, a existência de margens nas vendas, bem como a razoabilidade das transações. Em outubro de 2019, o processo foi julgado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre/RS, que manteve o lançamento do crédito tributário cobrado no auto de infração de PIS/COFINS Atualmente,

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

aguarda-se a distribuição do processo no CARF para julgamento do recurso. voluntário interposto pela Companhia.

Os assessores jurídicos externos da Companhia, considerando o panorama jurisprudencial sobre as matérias no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("**CARF**"), avaliam que as discussões relacionadas aos temas em destaque têm chances de perda possível.

Já no âmbito estadual, a principal discussão envolve questões relacionadas a supostos débitos de ICMS decorrentes de entendimento diverso, tido pela fiscalização, sobre a aplicação da isenção prevista no Convênio 100/97 para importações de produtos técnicos destinados à formulação de produtos para o setor pecuário, que representa o montante de R$ 10.036.117,95 , discutidos na esfera administrativa. Em suas defesas, a Companhia apresentou provas de que as operações realizadas tiveram destinação para a produção de produtos do setor pecuário, sendo, no seu entendimento, aplicável a norma de isenção contida no Convênio ICMS nº 100/97. Os advogados externos da Companhia que patrocinam estas demandas avaliam as chances de perdas como possíveis.

Alguns processos já foram julgados definitivamente pelo TIT – Tribunal de Impostos e Taxas, que decidiu a favor da controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda., cancelando o crédito tributário. Dentre os processos tributários que representam uma possível contingência, aqueles individualmente considerados relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas, encontram-se abaixo descritos.

Processo: AIIM nº 15956.720055/2019-36	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	27/05/2019
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 51.803.368,86
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração e Imposição de Multa exigindo diferenças de PIS e COFINS relativos ao período de 2014, apurados sob o regime monofásico por desconsiderar as operações das empresas Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda., e multa de 150%. Foram arrolados como responsáveis solidários ambas as empresas comerciais; os sócios Norival Bonamichi e Jardel Massari; e os diretores à época do período autuado. Em 28.05.2019 lavratura do AIIM. Em 29.05.2019, ciência do AIIM. Em 28.06.2019, protocolo da Impugnação. Em 15/10/2019, a impugnação foi julgada improcedente. Em 28/10/2019, tomamos ciência da decisão da DRJ mediante o download do documento via E-CAC. Em 26/11/2019, foi protocolado o recurso voluntário. Atualmente, aguarda-se distribuição do processo no CARF para julgamento do recurso voluntário interposto pela Companhia.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 51.803.368,86

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo: AIIM nº 4.076.484-9	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	27/04/2016
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 13.025.987,10
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração e imposição de multa que discute infrações relacionadas à falta de recolhimento do ICMS ou ao creditamento indevido do imposto, dentre as quais se destacam: (i) suposto crédito indevido de ICMS na aquisição de energia elétrica, amparada em nota fiscal de empresa comercializadora de energia; (ii) erro na aplicação da alíquota de 4% do ICMS, em operações interestaduais; (iii) falta de recolhimento do imposto supostamente incidente sobre operações com produtos “desinfetantes”, os quais não estariam sujeitos à isenção de que trata o inciso I do artigo 41 do Anexo I do Regulamento do ICMS do Estado de São Paulo (RICMS); (iv) creditamento indevido do ICMS, decorrente da escrituração de notas fiscais inidôneas que não atendem aos requisitos do item 3 do par. 1º do Art. 58 do RICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, em razão da suposta inexistência do estabelecimento remetente. O auto de infração foi lavrado em 27.04.2016, tendo sido apresentada impugnação em 8.6.2016. Em 14.7.2016, foi publicada decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 01.08.2017, a empresa foi intimada a respeito da retificação e ratificação do AIIM. Em 30.08.2017, foi apresentada uma nova impugnação. Em 12/12/2017, o processo foi distribuído para a Delegacia Tributária de Julgamentos de Sorocaba para o julgamento da defesa. Em 21/02/2018, foi publicada decisão que reduziu o auto de infração. Em 18.04.2018, foi interposto recurso de ofício pela Fazenda Estadual. Em 30.05.2018, foi interposto recurso ordinário pela empresa e contrarrazões ao recurso de ofício da Fazenda Estadual. Em 22.11.2018, iniciou-se o julgamento dos recursos interpostos, tendo sido requerida vista dos autos. Em 26.04.2019, foi publicada a decisão que deu parcial provimento ao recurso Ordinário interposto pela empresa e negando provimento ao de ofício, mantendo apenas o item 11 (energia elétrica). Em 06.06.2019, a Fazenda Pública interpôs Recurso Especial. Em 19.07.2019, a empresa apresentou suas contrarrazões e interpôs recurso especial. Em 7.11.2019, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões ao recurso especial da empresa. Em 14.04.2020, recursos foram distribuídos. Em 01.12.2020 após a realização de sustentação oral pelos patronos da empresa, o processo foi retirado de pauta. Em 06.04.2021 o recurso especial da empresa foi parcialmente provido e o recurso especial da Fazenda Pública foi conhecido. Atualmente, aguarda-se a distribuição dos recursos para julgamento. Atualmente, aguarda-se retomada da sessão para o julgamento de mérito do recurso especial da Fazenda Pública, bem como a publicação da decisão que deu parcial provimento ao recurso especial da empresa. <u>Observações</u>: a empresa efetuou o pagamento integral da exigência fiscal consubstanciada no item 4 do AIIM (uso indevido da alíquota de 4% em saídas internas, sendo a alíquota correta de 18%), Quanto ao item 7 (importação de produto técnico com isenção do ICMS) do lançamento fiscal, a empresa efetuou o recolhimento parcial do citado débito, relativamente às operações com o produto NMETHIL, documentado pelas NF-e’s n. 23269,

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	23763 e 24566. A Companhia efetuou o pagamento no valor de R$ 222.648,81, sendo R$ 34.648,04 referente ao item 4 e R$ 188.000,77 referente ao pagamento parcial do item 7. Os valores envolvidos reportados não contemplam os valores do item 4 do AIIM, integralmente recolhido pela Companhia, bem como parte do item 7, o qual foi objeto de recolhimento parcial.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 13.025.987,10

Processo: AIIM nº 4.025.788-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	17/07/2013
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 7.104.129,02
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produto técnico, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. O auto de infração foi lavrado em 17.07.2013, tendo sido apresentada impugnação em 19.08.2013. Em 03.10.2013, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 01.11.2013. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões em 22.01.2014 e em 16.04.2014 foi proferida decisão anulando a decisão de primeira instância. Em 25.09.2015, o processo foi redistribuído à Unidade de Julgamento de Araraquara. Em 14.10.2015, foi publicada decisão que manteve o AIIM, razão pela qual foi interposto, em 13.11.2015, o recurso ordinário da empresa. Em 28.01.2016, foram protocoladas as contrarrazões da Fazenda Pública. Em 13.08.2019, o processo foi distribuído à relatora Ângela Sartori. Em 24.09.2019, a 1ª Câmara Julgadora deu parcial provimento ao recurso ordinário da empresa, cancelando-se a exigência relativa à quantidade de Doxiciclina Hiclato que foi destinada ao setor agropecuário. Em 19.11.2019, a representação fiscal interpôs recurso especial, o qual foi contra-arrazoado pela empresa em 20.12.2019. Em 17.02.2021, foi publicada a decisão da Câmara Superior do TIT que, por maiorias de votos, pegou provimento ao recurso especial da Fazenda Pública. Atualmente, aguarda-se o julgamento pela Câmara Superior do TIT. . A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos destinados a animais de companhia, no valor de R$ 336.601,14, sendo que o montante

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	em discussão se refere apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário. Processo encerrado de forma favorável aos interesses da empresa
g. chance de perda	Processo encerrado de forma favorável aos interesses da empresa.
h. análise do impacto em caso de perda	na

AIIM nº 4.100.695-1	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	25.10.2017
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.380.659,66
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração e imposição de multa por meio do qual o Fisco paulista imputa à empresa o cometimento de 4 infrações relacionadas à falta de recolhimento do ICMS ou ao creditamento indevido do imposto, dentre as quais se destacam: (i) não transmissão eletrônica à Secretaria da Fazenda dos arquivos magnéticos da Declaração do Valor de Aquisição da Energia Elétrica em ambiente de contratação Livre; e (ii) creditamento indevido do ICMS relativamente a operações de aquisição de energia elétrica, aplicada no processo industrial da empresa, sujeitas ao regime da substituição tributária. O auto de infração foi lavrado em 25.10.2017, tendo sido apresentada impugnação em 24.11.2017. Em 29.01.2018, o processo foi distribuído para a Delegacia Tributária de Julgamentos de Campinas para o julgamento da defesa. Em 28.03.2018, foi proferida decisão que manteve o Auto de Infração. Em 11.4.2018, foi interposto recurso ordinário em nome da empresa. Em 17.5.2018, foi proferida decisão que admitiu o processamento do recurso. Em 03/07/2018, foram apresentadas contrarrazões ao recurso ordinário da empresa pela Fazenda Pública. Em 28.04.2020 o processo foi redistribuído. Em 12.05.2020 a empresa apresentou seus memoriais de julgamento. Em 04.02.2021, foi publicada a decisão que deu parcial provimento ao recurso ordinário interposto pela empresa. Em 05.03.2021, foi apresentado pedido de retificação de julgado. Em 03.04.2021 Fazenda interpôs recurso especial em fase de decisão que deu parcial provimento. Em 18.05.2021, a empresa interpôs recurso especial e apresentou suas contrarrazões. Em 01.10.2021 foi publicada a decisão que indeferiu o pedido de retificação de julgado. Em 01.12.2021, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões ao recurso especial interposto pela empresa. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso especial interposto pela empresa. aguarda-se inclusão do processo na pauta de julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 1.570.779,05

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

AIIM nº 4.007.430-4 / 4.007.427-4	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	17/07/2012
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.107.276,22
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a transferência indevida de créditos de ICMS (saldos credores) de estabelecimentos filiais para a Matriz centralizadora, quando esta já se encontrava em situação de saldo credor do imposto. **AIIM n. 4.007.430-4** O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação em 15.08.2012. Em 07.11.2012, foi publicada decisão de 1ª instância administrativa que manteve integralmente a autuação fiscal, sendo que da decisão foi interposto recurso de ordinário pela empresa em 05.12.2012 e foi contrarrazoado pela Representação Fiscal em 04.03.2013. Em 13.02.2015, o recurso ordinário foi distribuído ao Relator Raphael Zulli Neto, da 10ª Câmara Julgadora, do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Em 27.03.2015, após realização de sustentação oral, o recurso ordinário da empresa foi provido, para cancelar integralmente a exigência fiscal. Em 30.07.2015, a Fazenda Pública interpôs recurso especial, que foi contrarrazoado pela empresa em 16.12.2015. Atualmente, aguarda-se inclusão do recurso especial da Fazenda Pública na pauta de julgamento. **AIIM n. 4.007.427-4** O auto de infração foi lavrado em 17.07.2012, tendo sido apresentada impugnação em 15.08.2012. Em 28.03.2013, foi publicada decisão de 1ª instância administrativa que julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada para reduzir a multa para R$100.000,00, e abriu prazo para a Representação Fiscal apresentar recurso de ofício. Em 28.05.2013, foi deferido e emitido pela SEFAZ/SP, Termo de Aceite do PEP do ICMS n. 20035292-2, tendo em vista a opção da empresa em quitar, com os benefícios do Decreto n. 58.811/2012, os itens III.3 e IV.4 da autuação. Em 13.06.2013, foram apresentadas contrarrazões ao recurso fazendário e interposto recurso ordinário pela empresa, sendo que em 18.09.2013, foram apresentadas, pela Representação Fiscal, contrarrazões ao recurso ordinário pela empresa. Nessa mesma data, os autos foram remetidos ao Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Em 01.06.2015, o recurso ordinário foi distribuído ao Relator Julianao Di Pietro, da 7ª Câmara Julgadora, do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Em 21.10.2015, o recurso ordinário da empresa foi parcialmente provido para reduzir em 90% o valor original da multa e negou provimento ao recurso de ofício da Fazenda Pública. Em 02.03.2016, a empresa apresentou pedido de retificação de julgado para que fosse expressamente consignado na parte dispositivo do acórdão que, além da redução do valor da multa para 10% do seu valor original, fosse afastada a incidência de atualização monetária sobre o valor básico da

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	multa, a fim de evitar problemas posteriores na fase de execução do acórdão. Em 04.03.2016, a Fazenda interpôs recurso especial, que foi contrarrazoado pela empresa em 15.04.2016. Em 01.09.2016, foi publicada decisão deferindo o processamento do pedido de retificação de julgado apresentado pela empresa, bem como sobrestando o exame de admissibilidade dos demais recursos interpostos até o julgamento final do pedido de retificação de julgado. Em 15/10/2020, foi publicada a decisão que conheceu e proveu o pedido de retificação de julgado da empresa. Em 29/10/2020, foi protocolizado recurso especial pela fazenda pública, sendo que, em 23/11/2020, foi protocolizado recurso especial pela empresa e, em 14/12/2020, protocolizado, pela empresa, contrarrazões ao recurso especial da fazenda pública. Atualmente, aguarda-se distribuição e posterior julgamento dos recursos especiais interpostos.Em 08/11/2021, foi interposto Pedido de Retificação de Julgado pela empresa Aguarda-se o exame de admissibilidade do Pedido de retificação de Julgado apresentado pela empresa. <u>Observação</u>: adesão parcial da exigência do AIIM n. 4.007.427-4 ao PEP (os valores pagos com os benefícios do Decreto nº 58.811/2012, foram excluídos do cálculo – R$ 70.309,29).
g. chance de perda	Possível (45%) – R$ 1.473.435,99 Provável (20%) – R$ 4.804,38 Remota (75%) – R$ 1.629.035,85
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 3.107.276,22

AIIM nº 4.045.389-3	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	04/09/2014
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.635.641,81
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação do produto técnico “Doxiciclina Hiclato”, utilizado na elaboração de produto final por ela comercializado, denominado “Corta Curso”. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. O auto de infração foi lavrado em 04.09.2014, tendo sido apresentada impugnação em 07.10.2014.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Em 10.12.2014, foi publicada decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 12.1.2015, foi protocolada manifestação quanto à diligência realizada. Em 28.4.2015, o processo foi distribuído para julgamento à Delegacia Tributária – Unidade de Julgamento de Taubaté. Em 11.6.2016, foi publicada decisão de primeira instância que manteve integralmente a autuação fiscal. Em 08.07.2015, foi interposto o recurso ordinário, sendo que em 21.8.2015, foram protocoladas as contrarrazões da Fazenda Nacional. Em 05.10.2015, o processo foi distribuído ao Juiz Samuel de Oliveira Magro da 3ª Câmara Julgadora do TIT. Em 16.10.2015, foram apresentados memoriais pela empresa ao Relator. Em 1.12.2015, foi proferida decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 15.08.2017, a 3ª Câmara Julgadora anulou a decisão de primeira instância determinando o retorno dos autos para novo julgamento. Em 19.03.2019, houve nova distribuição da defesa para julgamento, perante a Unidade de Julgamento de Taubaté (DTJ-2). Em 09.04.2019, foi publicada decisão converteu o julgamento em diligência para certificar o valor recolhido pela empresa. Em 12.04.2019, foi publicada a decisão intimando as partes acerca do resultado da diligência. Em 24.05.2019, foi protocolada manifestação da empresa. Em 17.07.2019, a Unidade de Julgamento de Taubaté manteve integralmente o auto de infração. Em 27.08.2019, a empresa interpôs recurso ordinário. Em 10.09.2019, o recurso ordinário da empresa foi admitido. Em 7.11.2019, foram apresentadas contrarrazões pela Fazenda Pública. Em 28.07.2020, a empresa apresentou seus memorais complementares Atualmente, aguarda-se a retomada do julgamento do recurso ordinário da empresa. a distribuição do recurso ordinário. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha “pet”, no valor de R$ 104.567,91, sendo que o montante em discussão se refere apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 2.635.641,81

AIIM nº 4.057.222-5	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	12/05/2015
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.442.088,12
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação de produtos técnicos, utilizado na elaboração de produto final comercializado pela Companhia. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio n. 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	No mesmo auto de infração também é exigido o ICMS relativamente a notas fiscais complementares emitidas pela empresa, em decorrência de operações de importação de produtos destinados à agropecuária e ao setor "pet" anteriormente realizadas. O auto de infração foi lavrado em 12.05.2015, tendo sido apresentada impugnação em 12.06.2015. Em 06.07.2015, o processo foi distribuído para julgamento à Unidade de Julgamento de Presidente Prudente. Em 27.07.2015, o processo foi convertido em diligência. Em 30.09.2015, foi proferida decisão de primeira instância mantendo integralmente o AIIM. Em 12.11.2015, foi protocolado o recurso ordinário, sendo que em 11.1.2016, foi publicada decisão deferindo o processamento do referido recurso com vista à representação fiscal. Em 13.04.2016, foram protocoladas as contrarrazões da Fazenda Pública. Em 15/12/2017, foi publicada decisão que converteu o julgamento em diligência. Em 21/02/2018, foi publicada decisão intimando as partes a se manifestarem acerca do resultado da diligência. Em 2/04/2018, foi protocolada manifestação da empresa. Em 12/09/2018, foi proferida que negou provimento ao recurso ordinário da empresa, sendo publicada no dia 13/09/2018. Em 15/10/2018, a empresa protocolou pedido de retificação de julgado e recurso especial. Em 11.01.2019, foi publicada a decisão que indeferiu o processamento do pedido de retificação de julgado e deferiu o processamento do recurso especial da empresa. Em 14.03.2019, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões. Atualmente, aguarda-se a distribuição do recurso especial. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha "pet", no valor de R$ 581,09, sendo que o montante em discussão se refere apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 2.442.088,12

Processo Administrativo RFB nº 10840.900.814/2013-31	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Ribeirão Preto/SP
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	Abril/2013
d. partes no processo	Delegado da Receita Federal do Brasil de Ribeirão Preto X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.296.815,72 + R$ 396.833,98 – **Total R$ 1.693.649,70**
f. principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade, apresentada pela empresa, ante Despacho Decisório de autoridade da Delegacia da Receita Federal em Ribeirão Preto, que não homologou o pedido de compensação dos débitos de IRPJ/CSL com crédito de saldo negativo de IRPJ (Exercício 2012 - ano calendário 2011). O fisco não homologou a DCOMP alegando que a DIPJ apontou débito de IRPJ e não saldo negativo, como demonstrado na DCOMP. O contribuinte foi notificado para regularizar a situação e não o fez no prazo determinado.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Em manifestação ao Despacho Decisório, a empresa reiterou a apuração de saldo negativo de IRPJ no ano calendário 2011, no valor original de R$ 631.259,68, motivo pelo qual requereu a emissão de novo despacho decisório, para que o direito creditório seja corretamente analisado pela autoridade administrativa. Atualmente, o processo encontra-se em julgamento da Manifestação de Inconformidade (Crédito). Vale ressaltar que, a RFB aplicou multa isolada em razão da não homologação da DCOMP em discussão no processo administrativo nº 10840.900.814/2013-31, no valor de R$ 396.833,98 Processo de Autuação nº 11080-731.035/2017-14
g. chance de perda	Processo encerrado favoravelmente a empresa
h. análise do impacto em caso de perda	na

AIIM nº 4.043.779-6	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	03/07/2014
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.528.744,74
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração que discute a falta de recolhimento de ICMS supostamente incidente sobre a importação do produto técnico “Sulfametoxazol”. De acordo com a fiscalização, a isenção de que trata o inciso I do Artigo 41 do Anexo I do RICMS de São Paulo, com base no Convênio 100/97, não se aplicaria a este produto que também tem aplicação na fabricação de produtos da linha “pet” e, portanto, não seria destinado exclusivamente à agropecuária. O auto de infração foi lavrado em 03.07.2014, tendo sido apresentada impugnação em 06.08.2014. Em 07.11.2014, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 08.12.2014. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões ao referido recurso. Em 24.02.2015, o processo foi distribuído à 2ª Câmara Julgadora do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, sob relatoria do juiz Adolpho Bergamini. Em 09.04.2015, foi iniciado o julgamento do processo. Após sustentação oral realizada pela Dra. Juliana Faria de Oliveira Ramos, o processo foi retirado em vista. Em 13.11.2015, o processo foi novamente incluído em pauta, tendo sido mantido o lançamento fiscal. Em 23.11.2015, foi publicada decisão negando provimento ao Recurso Ordinário. Em 22.12.2015, foram apresentados Pedido de Retificação de Julgado e Recurso Ordinário. Em 06.12.2016, foi publicada decisão que deferiu o processamento do Pedido de Retificação de Julgado e sobrestou o exame de admissibilidade do Recurso Especial. Em 23.09.2019, houve a distribuição do pedido de retificação de julgado ao relator Celso Barbosa Julian. Em 9.10.2019, foi publicada decisão que não conheceu do pedido de retificação de julgado.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Em 14.04.2021, foi publicada a decisão que não conheceu do recurso especial da empresa. Atualmente, aguarda-se o arquivamento definitivo do processo. A empresa impetrou o Mandado de Segurança n.1036601-91.2021.8.26.0053 o julgamento do recurso especial da empresa. A Companhia efetuou o pagamento parcial da exigência fiscal, relacionada à parte do produto empregada na fabricação de produtos da linha "pet", no valor de R$ 15.748,08, sendo que o montante em discussão se refere apenas aos produtos destinados ao mercado agropecuário.
g. chance de perda	Arquivamento definitivo
h. análise do impacto em caso de perda	na

AIIM nº 4.042.028-0	
a. juízo	Posto Fiscal de Ribeirão Preto – DRT 6 – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	3ª instância
c. data de instauração	13/10/2014
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.423.814,94
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração e imposição de multa que discute a (i) falta de pagamento de ICMS nas operações com mercadorias tidas pela fiscalização como "desinfetantes", as quais não fariam jus à isenção de que trata o art. 41 do Anexo I do RICMS, tanto nas operações internas como em operações interestaduais, uma vez que não atendem a exigência de destinação exclusiva auso em atividade agropecuária; e (ii) aplicação de alíquota de 4% em saídas interestaduais de mercadorias sem similar nacional. O auto de infração foi lavrado em 13.10.2014, tendo sido apresentada impugnação em 19.11.2014. Em 29.12.2014, foi publicada decisão que manteve integralmente o auto de infração. Contra tal decisão foi interposto Recurso Ordinário em 29.01.2015. A Fazenda Estadual apresentou suas contrarrazões ao referido recurso. Em 21.07.2015, o julgamento foi convertido em diligência para análise das provas apresentadas pela empresa, que retornou em 14.08.2015. Em 03.11.2015, foi publicado acórdão que negou provimento ao recurso da empresa. Em 03.12.2015, a empresa interpôs recurso oficial. Em 06.12.2015, decisão deferindo o processamento do recurso especial do contribuinte. Em 30.01.2017, apresentação de contrarrazões pela Fazenda Pública. Em 28.01.2017, processo devolvido para nova distribuição. Em 16.12.2020, publicação da decisão que não acolheu o recurso especial do contribuinte e manteve a decisão recorrida. Contencioso administrativo encerrado. Atualmente, aguarda-se interposição de Ação Anulatória de Débito no âmbito judicial. Em 28.01.2021 AIIM enviado para a unidade fiscal de cobrança
g. chance de perda	Contencioso administrativo encerrado

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto em caso de perda	na

Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 1019199-65.2019.8.26.0053	
a. juízo	7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	22/04/2019
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.030.924,65
f. principais fatos	Trata-se de ação anulatória em face do Estado de São Paulo, objetivando a anulação dos débitos tributários consubstanciados nos itens I.1 e II.4 do AIIM nº 4.020.249, os quais imputam à empresa as respectivas acusações: (i) falta de pagamento do ICMS nas remessas de mercadorias para armazenagem, tendo em vista a inexistência de cadastro dos destinatários como armazéns gerais junto à JUCESP; (ii) creditamento indevido do ICMS em decorrência do recebimento de saldo credor pela empresa, na condição de estabelecimento centralizador, em montante superior aos débitos que apurou no período, no contexto de uma apuração centralizada. Em 22.4.2019, foi distribuída a ação. Em 08.07.2019, a empresa realizou o protocolo de petição requerendo a realização da prova pericial contábil. Em 10.7.2019, foi proferida a decisão que deferiu a produção de prova pericial contábil. Em 27.11.2019, foi proferida a sentença que julgou procedente a ação. Em 6.12.2019, a empresa opôs embargos de declaração em face da sentença, tendo em vista que o cancelamento dos valores de ICMS não constou na sua parte dispositiva. Em, 13.12.2019, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazões aos embargos de declaração. Na mesma data, a Fazenda Pública interpôs recurso de apelação em face da sentença. Em 8.1.2020, foi proferida a decisão que não acolheu os embargos de declaração da empresa. Em 7.2.2020, a empresa apresentou suas contrarrazões ao recurso de apelação da Fazenda Pública e interpôs recurso de apelação em face da sentença. Em 12.02.2020, a Fazenda Pública apresentou suas contrarrazoes ao recurso. Em 04.05.2020, os recursos foram distribuídos. Em 23.03.2021 o processo foi incluído na pauta de julgamento. Em 19.04.2021 foi publicado o acórdão que negou provimento aos recursos de apelação. Em 28.06.2021 os autos transitaram em julgado. Em 02.07.2021 o Estado de São Paulo informou que está recalculando o AIIM. Em 19.08.2021 a empresa apresentou petição esclarecendo que o débito foi cancelado integralmente não havendo valores passiveis. Em 27.09.2021, a empresa deu início ao cumprimento de sentença instaurado pela empresa
g. chance de perda	processo encerrado favoravelmente à empresa.
h. análise do impacto em caso de perda	

Processo: AIIM nº 4.145.685-3	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	1ª instância

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	22/11/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.187.284,42
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo sob a acusação de que a empresa teria incorrido em 4 supostas infrações que implicaram em falta de recolhimento e creditamento indevido do ICMS, quais sejam: (i) utilização supostamente indevida da alíquota de 4% em operações interestaduais com o produto SINCRO ECG, sob a alegação de que o produto estaria arrolado na lista de bens sem similar nacional expedida pela CAMEX; (ii) inaplicabilidade da isenção prevista no art. 41, inciso I, do Anexo I, do RICMS, por entender que o produto "CB-30 T.A." supostamente não teria destinação exclusiva ao setor agropecuário; (iii) falta de pagamento do ICMS, na qualidade de substituta tributária, em razão do fato do produto "CB-30 T.A." ser um mero produto de limpeza, sujeito a esse regime; e (iv) escrituração indevida de créditos de ICMS, sob a justificativa de que as operações com empresas comercializadoras de energia elétrica, por estarem sujeitas à substituição tributária, não gerariam direito a crédito. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 1.187.284,42

Processo: 1036601-91.2021.8.26.0053	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo
c. data de instauração	15/06/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.550.443,90
f. principais fatos	Trata-se de mandado de segurança impetrado pela empresa visando assegurar o seu direito líquido e certo de ter as provas apresentadas nos autos do processo administrativo decorrente do AIIM n. 4.043.779-6 conhecidas e devidamente apreciadas, dada a ilegalidade e o abuso de poder incorridos pelo acórdão proferido pelo Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo. Além disso, a ação mandamental também visa assegurar o direito da empresa de ter o seu recurso especial interposto naqueles autos conhecido e devidamente apreciado em seu mérito. Atualmente, aguarda-se a intimação do Estado de São Paulo para a apresentação de contrarrazões
g. chance de perda	Possível

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto em caso de perda	R$ 1.550.443,90

Processo: 1000426-89.2021.8.26.0153	
a. juízo	Fazenda Pública do Estado de São Paulo
b. instância	2ª Vara do Foro de Cravinhos - SP
c. data de instauração	12/03/2021
d. partes no processo	Fazenda do Estado de São Paulo X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.545.689,00
f. principais fatos	Trata-se de ação de rito comum ajuizada pela empresa com a finalidade de assegurar, inclusive liminarmente, e mediante oferecimento de apólices de seguro garantia, o seu direito de obter a antecipação dos efeitos da penhora de futuras execuções fiscais a serem ajuizadas pelo Estado de São Paulo e, assim, obter provimento jurisdicional que lhe assegure (i) o direito de obstar que os débitos decorrente dos Autos de Infração e Imposição de Multa ns. 4.042.028-0 e 4.042.029-2 impeçam a emissão da Certidão de Regularidade Fiscal a que faz jus, até o ajuizamento da respectiva execução fiscal; (ii) o direito a não inclusão de referidos débitos no rol de quaisquer órgãos de restrições ao crédito (tais como SERASA, SCPC, CADIN, protesto em cartório, dentre outros); e (iii) o direito de que o referido débito não constitua óbice à qualquer procedimento relacionado a crédito acumulado de ICMS, bem como obstáculo para regimes especiais, até o ajuizamento de execuções fiscais para a cobrança de tais débitos. Atualmente, aguarda-se o julgamento em primeira instância
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 2.545.689,00

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e as controladas da Companhia figuravam como parte em 21 processos de natureza trabalhista, sendo todos processos judiciais.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de R$ 1.302.596,72, R$ 1.637.945,68 e R$ 1.576.248,59 respectivamente, dos quais R$ 1.576.248,59 foram provisionados por se tratarem de processos com chance de perda provável, conforme avaliação dos advogados externos e internos da Companhia.

Estes processos versam, principalmente, responsabilidade subsidiária, pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade, intervalo intrajornada, descaracterização do acordo de compensação e banco de horas e horas extras.

Dentre os processos de natureza trabalhista e em 31 de dezembro de 2021, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Reclamação trabalhista nº 0010765-87.2018.5.15.0153	
a. juízo	6ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	27/06/2018
d. partes no processo	R.S.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda e Transgabriel.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 579.468,62
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida R.S.S. pleiteando a condenação subsidiária da Companhia, caso não haja pagamento pela Transgabriel, em virtude de relação comercial de transporte entre 1ª reclamada e a Companhia. Os seguintes pedidos foram requeridos: a) a antecipação de tutela provisória de urgência para o fim de que se determine a expedição de Alvarás Judiciais para o levantamento do seu FGTS e para que se habilite perante o FAT para conseguir o benefício do Seguro Desemprego; b) a condenação da Primeira como devedora principal e a Segunda, como tomadora dos serviços, deverá ser condenada a responder como devedora subsidiariamente responsável pelos direitos inadimplidos pela Primeira; c) horas extras e seus reflexos ----------R$ 169.058,40; d) horas extras decorrentes do intervalo de 11 horas consecutivas entre duas jornadas não efetivamente usufruído e seus reflexos.....R$ 48.302,37; e) verbas rescisórias .....R$ 4.956,31; f) salários atrasados, ...R$ 7.769,01; g) 13º salário integral de 2017, ...R$ 2.589,06; h) férias vencidas + 1/3..... .....R$ 10.358,68; i) parcela de 40% sobre o FGTS, ...R$ 2.315,37; j) diferenças de FGTS + 40%, ...R$ 15.885,94; k) multa do art. 477, da CLT, ...R$ 2.508,93; l) aplicação do art. 467, da CLT, ...R$ 21.937,94; m) indenização adicional, ...R$ 2.508,93; n) repetição de indébito, ...R$ 2.809,52; o) o pagamento de indenização por danos morais.....R$ 10.000,00. Sentença de improcedência em relação a Companhia. Pendente de julgamento em segunda instância.
g. chance de perda	Possível R$ 579.468,62
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável a Companhia poderá arcar subsidiariamente se a 1ª reclamada não assumir sua responsabilidade.
i. valor provisionado (se houver)	n/a

Reclamação trabalhista nº 0010662-80.2018.5.15.0153	
a. juízo	6ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/06/2018
d. partes no processo	M.S.B. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda e Transgabriel
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 174.388,84
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida M.S.B. pleiteando a condenação subsidiária da Companhia em caso de não pagamento pela Transgabriel em virtude de relação comercial de transporte entre 1ª reclamada e a Companhia. Foram feitos os seguintes pedidos pelo Reclamante: a) antecipação de tutela provisória de urgência para o fim de que se determine a expedição de Alvarás Judiciais para o levantamento do seu FGTS e para que se habilite perante o FAT para conseguir o benefício do Seguro Desemprego; b) a condenação da Primeira como devedora principal e a Segunda, como tomadora dos serviços, deverá ser condenada a responder como devedora subsidiariamente responsável pelos direitos inadimplidos pela Primeira; c) horas extras e seus reflexos, ...R$ 58.631,52; d) verbas rescisórias, ...R$ 8.417,19; e) salários atrasados, ...R$ 7.769,01; f) 13º salário integral de 2017, ...R$ 2.589,06; g) férias vencidas + 1/3, ...R$ 3.452,89; h) parcela de 40% sobre o FGTS, ...R$ 1.883,18; i) diferenças de FGTS + 40%, ...R$ 14.435,42; j) multa do art. 477, da CLT, ...R$ 2.508,93; k) aplicação do art. 467, da CLT, ...R$ 20.381,98; l) o pagamento de indenização por danos morais.....R$ 10.000,00.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Reclamação Trabalhista julgada improcedente em relação a Companhia. Pendente de julgamento em segunda instância.
g. chance de perda	Possível R$ 177.912,48
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável a Companhia poderá arcar subsidiariamente se a 1ª reclamada não assumir sua responsabilidade.
i. valor provisionado (se houver)	n/a

Reclamação trabalhista nº 0011140-55.2018.5.15.0067	
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	20/09/2018
d. partes no processo	M.F. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 174.388,89
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida M.F. pleiteando a condenação subsidiária da Companhia em virtude de relação comercial de transporte entre 1ª reclamada e a Companhia. Foram feitos os seguintes pedidos pelo Reclamante: a) a Antecipação de Tutela Provisória de urgência para o fim de que seja reconhecida a Rescisão Indireta do seu Contrato de Trabalho na data de 02/08/18 e, em consequência, que se determine a imediata expedição de Alvarás Judiciais para o levantamento do seu FGTS e para que se habilite perante o FAT para conseguir o benefício do Seguro Desemprego; b) condenação da Primeira como devedora principal e a Segunda, como tomadora dos serviços, deverá ser condenada a responder como devedora subsidiariamente responsável pelos direitos inadimplidos pela Primeira; c) horas extras e seus reflexos .....R$ 297.396,00; e) horas extras decorrentes do intervalo de 11 horas consecutivas entre duas jornadas não efetivamente usufruído e seus reflexos .....R$ 27.036,00; f) domingos e feriados acrescidos do adicional de 100% e reflexos....R$ 49.627,21; g) v e r b a s r e s c i s ó r i a s , ...R$ 8.092,67; h) s a l á r i o s v e n c i d o s .....R$ 18.127,69; i) 13º salário integral de 2017 .....R$ 2.589,67; j) f é r i a s v e n c i d a s + 1 / 3 .....R$ 3.452,89; k) parcela de 40% sobre o FGTS .....R$ 1.874,42; l) diferença s de FGTS + 40% .....R$ 18.678,25; reajuste salarial e reflexos , ...R$ 1.964,36; mu l t a d o a r t . 4 7 7 , d a CLT, ...R$ 2.508,93; o) aplicação do ar t . 467, da CLT.....R$ 21.937,18; p) r e p e t i ç ã o d e i n d é b i t o .....R$ 2.954,84; q) a baixa na sua CTPS,; r) o pagamento de indenização por danos morais,.....R$ 10.000,00. Em primeira instância, a Companhia foi condenada de forma subsidiária às seguintes parcelas: verbas rescisórias, com a aplicação do reajuste normativo da CCT de 2018/2019, a partir de 1º/5/2018; salários de janeiro a julho de 2018; saldo salarial de 2 dias de agosto de 2018; aviso prévio indenizado de 51 dias, com a projeção do contrato de trabalho para 2/10/2018; 13º salário de 2017 (12/12); 13º salário de 2018 (9/12); férias vencidas+1/3 de 2017/2018; férias proporcionais+1/3 (4/12); diferença de FGTS de toda contratualidade e incidente sobre as verbas rescisórias e multa de 40%; horas extras e reflexos, devolução dos descontos a título de contribuição confederativa; multas dos artigos 467 e 477, §8º, da CLT; indenização moral no importe de R$3.000,00, e honorários advocatícios de 15%. Sentença reformada em segunda instancia julgando improcedente a reclamação trabalhista em relação a Companhia. Interposto recurso de revista por parte do reclamante que não foi admitido, Interposto agravo interno pelo reclamante, pendente de julgamento.
g. chance de perda	Provável R$ 174.388,89

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável a Companhia poderá arcar subsidiariamente se a 1ª reclamada não assumir sua responsabilidade.
i. valor provisionado (se houver)	R$ 174.388,89

Reclamação trabalhista nº 0011243-07.2018.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	21/11/2018
d. partes no processo	F.J.J. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 497.288,66
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida F.J.J. pleiteando a condenação subsidiária da Companhia em virtude de relação comercial de transporte entre 1ª reclamada e a Companhia. Pedidos feitos pelo Reclamante: a) Antecipação de Tutela Provisória de Urgência para o fim de que seja reconhecida e declarada a Rescisão Indireta do seu Contrato de Trabalho na data de 10/10/18 e, em consequência, que se determine a imediata expedição de Alvará Judicial para que se habilite perante o FAT para conseguir o benefício do Seguro Desemprego; c) a condenação da Primeira como devedora principal e a Segunda, como tomadora dos serviços, deverá ser condenada a responder como devedora subsidiariamente responsável pelos direitos inadimplidos pela Primeira; d) horas extras e seus reflexos.....R$ 178.437,32; e) horas extras decorrentes do intervalo de 11 horas consecutivas entre duas jornadas não efetivamente usufruído e seus reflexos.....R$ 16.221,19; f) domingos e feriados acrescidos do adicional de 100% e reflexos.....R$ 29.776,32; g) verbas rescisórias, ...R$ 6.373,46; h) salários vencidos, ...R$ 8.286,93; i) 13º salário integral de 2017, ...R$ 2.589,67; j) férias vencidas + 1/3, ...R$ 17.264,45; k) FGTS + 40%, ...R$ 12.358,86; l) reajuste salarial e reflexos, ...R$ 2.176,65; m) multa do art. 477, da CLT.....R$ 2.508,93; n) aplicação do art. 467, da CLT.....R$ 23.436,68; o) repetição de indébito, ...R$ 1.743,84; p) a baixa na sua CTPS; q) o pagamento de indenização por danos morais.....R$ 10.000,00; r) indenização estabilitária, ...R$ 38.366,99 Processo julgado com a condenação da Companhia em responsabilidade subsidiária, ao pagamento: - dos salários atrasados integrais dos meses de janeiro/2018, 21 dias do mês de março/2018, além dos primeiros 15 dias do afastamento, de 22/03/2018 a 05/04/2018; - saldo de salário de 10 dias do mês de outubro de 2018; - do aviso prévio indenizado (42 dias); - do 13º salário integral de 2017; - do 13º salário proporcional de 2018 (11/12 – já computado o prazo do aviso prévio); - das férias integrais acrescidas do 1/3 constitucional, relativas ao período aquisitivo 2015/2016, de forma dobrada; - das férias integrais acrescidas de 1/3 constitucional, relativas ao período de 2016/2017, de forma dobrada; - das férias integrais acrescidas de 1/3 constitucional, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, de forma simples; - das férias proporcionais acrescidas de 1/3 constitucional, relativas ao período aquisitivo 2018/2019 (02/12 – já computado o prazo do aviso prévio); - do FGTS, inclusive com incidência sobre as parcelas rescisórias, e multa de 40% sobre a totalidade dos depósitos de FGTS relativo a integralidade do contrato de trabalho; - da multa do artigo 467 e 477, § 8º da CLT; - das diferenças salariais e repercussões;

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	-da indenização do período de estabilidade; -da restituição dos descontos a título de contribuição confederativa; - da indenização por danos morais no valor de R$ 5.000,00 - das horas extras e reflexos; - dos repousos semanais remunerados suprimidos, em dobro, e reflexos; - da dobra sobre domingos e feriados laborados e reflexos; - do intervalo interjornada suprimido e reflexos. Foi dado parcial provimento ao recurso ordinário da OF, mas mantida a condenação com subsidiária. Interposto recurso de revista, não admitido. Interposto agravo interno pela Companhia pendente de decisão.
g. chance de perda	Provável R$ 497.288,66
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de decisão desfavorável a Companhia poderá arcar subsidiariamente se a 1ª reclamada não assumir sua responsabilidade.
i. valor provisionado (se houver)	R$ 497.288,66

Reclamação trabalhista nº 0020874-60.2016.5.04.0017	
a. juízo	17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	13/06/2016
d. partes no processo	R.S.A. X Ouro Fino Pet Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 904.530,68
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por R.S.A. pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício pelo período de PJ e pagamento das verbas trabalhistas decorrentes da relação; indenização pela dispensa dentro do trintídio; reconhecimento da natureza salarial da alimentação fornecida e reflexos; reconhecimento da natureza salarial das diárias de viagem, pagamento de diferenças (2 meses) e reflexos; acúmulo de função; diferenças salariais pelo reajuste das normas coletivas; gratificação pelo dia do comerciário; pagamento do lanche na jornada extraordinária; pagamento de adicional noturno e horas reduzidas; horas extras e reflexos; intervalo intrajornada e reflexos; intervalo entrejornadas e reflexos; indenização pelo uso do veículo particular; participação nos lucros e resultados; férias em dobro; indenização por danos morais; diferenças em DSRs; pagamento de FGTS + 40%, multa do art. 467 da CLT e honorários advocatícios. A Companhia apresentou contestação, negando o vínculo empregatício no período em que o reclamante foi representante comercial e requerendo a improcedência dos demais pedidos. Realizada a audiência inicial em 13.09.2016 e o cumprimento das cartas precatórias de inquirição de testemunhas. Processo julgado parcialmente procedente, que condenou no pagamento ao dia do comerciário, correspondente à remuneração de dois dias nos meses de outubro de 2012, 2013 e 2014 e participação nos lucros e resultados do ano de 2015, de forma proporcional, correspondente a 8/12 do valor total que seria devido ao autor caso mantido o contrato de trabalho, sendo que desta decisão o reclamante interpôs recurso ordinário. Acórdão favorável para a Companhia, uma vez que negado provimento ao recurso interposto pelo reclamante. Interposto embargos de declaração pelo Reclamante, aguardando a decisão. Negado provimento, interposto recurso de revista pelo reclamante, aguardando decisão em terceira instância.
g. chance de perda	Provável: R$ 172.000,00 / Possível: R$ 491.168,00 / Remoto: R$ 241.362,68
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 904.530,68
i. valor provisionado (se houver)	R$ 172.000,00

Reclamação trabalhista nº 0011646-44.2016.5.15.0150	
a. juízo	Vara do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância – Cumprimento de sentença

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	24/11/2016
d. partes no processo	J. L.S.F. X Ouro Fino Agronegócio Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 236.294,15
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por J.L.S.F. pleiteando reconhecimento de vínculo empregatício e unicidade contratual com o período em que foi contratado como CLT, além das verbas devidas do reconhecimento de vínculo; horas extras; danos morais e materiais. Em contestação, a Companhia requereu a improcedência dos pedidos. Sentença parcialmente procedente para condenar a reclamada para reconhecer o vínculo do período de PJ e declarar a unicidade contratual com o pagamento das férias vencidas em dobro e simples não prescritas; pagamento de 13º salários proporcionais e integrais; pagamento das verbas rescisórias; aviso prévio proporcional a 21 dias; FGTS + 40%; indenização seguro desemprego; recolhimentos previdenciários. Opostos Embargos de Declaração pelas partes, sendo provido o da reclamada e desprovido o do reclamante. Interposto recurso ordinário pela reclamada, o qual foi provido parcialmente para reconhecer que o contrato de emprego entre as partes se iniciou em 26/11/2009, para reduzir o pagamento das diferenças de aviso prévio a 18 dias, para determinar que a reclamada forneça as guias necessárias ao recebimento do seguro desemprego e para determinar a dedução de 16 dias por ano no cálculo das férias deferidas, bem como da quantia de R$ 129.777,49 dos valores objeto da condenação. . Negado seguimento ao recurso de revista. Interposto agravo. Negado provimento ao agravo. Apresentado o cálculo de liquidação. Pago o valor de R$ 442.488,48. Cálculos ainda em discussão. Está em segunda instância.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 236.294,15
i. valor provisionado (se houver)	R$ 236.294,15

Reclamação trabalhista nº 0011553-47.2017.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	07/12/2017
d. partes no processo	T.B. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 154.004,57
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por T.B. pleiteando o pagamento de adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, diferenças de adicional noturno, equiparação salarial e honorários advocatícios. Foi realizada perícia técnica que afastou a insalubridade e periculosidade. Ação julgada improcedente. Reclamante interpôs recurso ordinário. Dado parcial provimento ao recurso ordinário do reclamante para condenar a Companhia no pagamento de adicional de periculosidade do período de junho de 2014 a setembro de 2016, com reflexos; com honorários periciais, em reversão fixados em R$2.000,00 (dois mil reais), e honorários advocatícios de sucumbência fixados em 10% sobre o valor que resultar da liquidação dos pedidos. Apresentado embargos de declaração. Interposto recurso de revista. Admitido o recurso, pendente de julgamento em terceira instância.
g. chance de perda	Provável R$ 27.969,38
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 27.969,38
i. valor provisionado (se houver)	R$ 27.969,38

Reclamação trabalhista nº 0021792-15.2017.5.04.0022	
a. juízo	22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	26/01/2018

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	C.D.M. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.330.012,00
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por C.D.M. pleiteando o pagamento horas extras, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada; intervalo entrejornada; hora noturna reduzida e adicional noturno; indenização despesas com internet e veículo (km rodado). Realizada perícia que concluiu pela existência de condições insalubres. O processo encontra-se em fase de instrução, tendo sido ouvidas as testemunhas da Companhia, aguardando oitiva das testemunhas do reclamante. Aguardando sentença.
g. chance de perda	Provável R$ 262.229,81 / Possível R$ 27.421,56 / Remota R$ 1.040.360.63
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 1.330.012,00
i. valor provisionado (se houver)	R$ 262.229,81

Reclamação trabalhista nº 0011084.30.2019.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/10/2019
d. partes no processo	G.G.M X Ouro Fino Saúde Animal Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 117.354,06
f. principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida G.G.M pleiteando a alteração do PPP, bem como requerendo as férias gozadas fora do período legal. Ação julgada parcialmente, nas seguintes obrigações: Elaborar novo PPP e entregá-lo ao autor no prazo de 20 (vinte) dias úteis a partir da notificação desta decisão, sob pena de multa de R$2.000,00 (dois mil reais) por dia de descumprimento; Pagar férias em dobro; Juros e correção monetária. Acrescido à condenação, a título de indenização suplementar (art. 404, parágrafo único, do CC c/c art. 8º, § 1º, da CLT) e por força de multa cominatória (art. 139, IV, do CPC c/c art. 769 da CLT), a incidência de juros compensatórios, como remuneração do patrimônio suprimido (art. 591 do CC), desde já fixados em 1% ao mês, a partir do ajuizamento da ação, em analogia à Súmula 618/STF e Súmulas 102 e 131/STJ. Interposto recurso ordinário. Dado provimento ao recurso da reclamada para limitar as alterações relativas ao novo PPP a ser elaborado em favor do autor, devendo constar que o trabalho em Ribeirão Preto ocorreu até 2006, após que o autor passou a se ativar na cidade de Cravinhos, sendo que a exposição ao risco ruído limitou-se também aquela data (da admissão até 2006), obrigação esta que deverá ser integralmente cumprida após o TJ da decisão, com intimação especifica da reclamada para tanto, que deverá fornecê-lo no prazo de 20 dias, sob pena de multa de R$ 2000,00 por dia, a ser revertida em favor do autor, conforme cominado na sentença de origem para limitar a condenação relativa as férias + 1/3 em relação aos períodos aquisitivos de 2015/2016 e 2016/2017 aos 20 dias faltantes, considerando que em relação a elas 10 dias foram convertidos em abono. Correção e juros a ser apurado em liquidação de sentença. Interposto recurso de revista pela OF, ainda pendente de julgamento.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 158.003,13
i. valor provisionado (se houver)	R$ 158.003,13

Reclamação trabalhista nº 0011320-79.2019.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	27/12/2019
d. partes no processo	G.E.C. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 84.704,83

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida G.E.C. pleiteando a nulidade do sistema banco de horas; horas extras, adicional de periculosidade, diferença salarial decorrente do plano de cargos e salários e indenização por descumprimento contratual. A perícia realizada concluiu que o reclamante não desenvolveu atividades periculosas. Sentença de improcedência. Recurso interposto pelo reclamante, ainda pendente de julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 84.704,83
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010922-98.2020.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/10/2020
d. partes no processo	G.P.S. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 68.459,50
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida G.P.S pleiteando Adicional de Periculosidade, retificação do PPP e horas extras acima da 6ª diária ou 8ª semanal, adicional noturno, desconsideração do banco de horas e acordo de compensação de jornada A perícia realizada concluiu que o reclamante não tem direito ao adicional de periculosidade. Sentença de improcedência. Interposto recurso pelo reclamante.
g. chance de perda	Possível: R$ 68.459,50
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 68.459,50
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010405-20.2021.5.15.0066	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	05/04/2021
d. partes no processo	Herdeiros de K.O.V. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 68.459,50
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida pelos herdeiros de K.O.V. pleiteando: Adicional de Periculosidade e insalubridade, retificação do PPP e horas extras acima da 6ª diária ou 8ª semanal, adicional noturno, desconsideração do banco de horas e acordo de compensação de jornada. A perícia realizada concluiu que o reclamante não tem direito ao adicional de periculosidade/insalubridade. Sentença de parcial procedência, para condenar a Companhia no pagamento do intervalo de alimentação e descanso, bem como diferença do adicional noturno e prorrogação. Apresentado embargos de declaração pela Companhia, ainda pendente de julgamento.
g. chance de perda	Possível: R$ 57.131,41
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 57.131,41
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010281-76.2021.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	18/03/2021
d. partes no processo	L.C.O. X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 85.000,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por L.C.C. pleiteando: Descaracterização do banco de horas e acordo de compensação, horas extras, diferença de adicional noturno, adicional de insalubridade/periculosidade, multa convencional, multa 467 CLT. A perícia realizada concluiu que o reclamante não tem direito ao adicional de insalubridade e periculosidade. Sentença: julgada improcedente a ação. Ainda no prazo para interposição de recurso ordinário.
g. chance de perda	Possível: R$ 85.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 85.000,00
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Reclamação trabalhista nº 0010788-37.2021.5.15.0150	
a. juízo	Vara Única do Trabalho de Cravinhos
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	16/08/2021
d. partes no processo	W.R.V.J X Ouro Fino Saúde Animal Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 85.000,00
f. fatos principais	Trata-se de reclamação trabalhista movida por W.R.V.J pleiteando: Adicional de Periculosidade ou de insalubridade, retificação do PPP e horas extras acima da 6ª diária ou 8ª semanal, horas in itinere, adicional noturno, desconsideração do banco de horas e acordo de compensação de jornada, rescisão indireta do trabalho, multa 477. Realizada perícia, mas ainda não apresentado o laudo pelo perito.
g. chance de perda	Remota: 20.873,41; Possível: R$ 66.643,38
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 87.516,79
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Processos de natureza cível e outros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia as controladas da Companhia figuravam como ré em 13 processos cíveis judiciais e 8 processos cíveis administrativos.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de, R$ 66.975,00 , R$ **87.158** e R$ **4.779** , respectivamente, dos quais R$ **4.779** foram provisionados por se tratarem de processos com chance de perda provável, conforme avaliação dos advogados internos da Companhia.

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1050-27.2013.8.11.00998	
a. juízo	1ª Vara Cível da Porto Espiridião
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	16.09.2013
d. partes no processo	Fernanda Marinho Rodriguez (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$26.140,00
f. principais fatos	Autora foi anunciada como ganhadora de concurso cultural, mas, posteriormente, foi excluída do certame por motivo de plágio e não recebeu nenhuma premiação. Ação objetiva a entrega do prêmio (uno 1.000) ou o pagamento do valor correspondente, a divulgação da Requerente como ganhadora e pagamento de indenização por danos morais no valor correspondente a 10 vezes o valor do prêmio pretendido. Exceção de incompetência rejeitada. Apresentada impugnação à contestação. Aguardando a prolação da sentença.
g. chance de perda	Possível R$ 400.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 400.000,00
i. valor provisionado (se houver)	Não há

Processo nº 1001986-08.2017.8.26.0153	
a. juízo	2ª Vara Cível de Cravinhos
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05.09.2017
d. partes no processo	Fae System Indústria, Comércio, Manutenção e Montagens Ltda (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$666.982,00
f. principais fatos	Trata-se de ação de indenização por danos materiais em decorrência de suposto aumento de escopo em obra que a Companhia contratou a autora para elaborar em sua sede. Perícia realizada, a qual foi favorável para a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. Aguardando prosseguimento do feito pelo Juízo para agendamento da audiência de instrução ou julgamento antecipado da lide. Realizada audiência de instrução. Apresentada alegações finais e aguarda prolação de sentença

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

g. chance de perda	Possível R$ 666.982,00
h. análise do impacto em caso de perda	R$666.982,00
i. valor provisionado (se houver)	Não há

Processo nº 0055506-75.2019.8.19.0038	
a. juízo	3ª Vara Cível de Nova Iguaçu/RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05.09.2017
d. partes no processo	Foxvet Distribuidora de Rações e Medicamentos Ltda. e Outros (Autores) e Ouro Fino Pet Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 175.000,00
f. principais fatos	Em razão da rescisão do contrato verbal de distribuição exclusiva de alguns produtos veterinários da Ouro Fino na região da Baixada Fluminense e Serrana do estado do Rio de Janeiro, os autores pedem a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais, perda da carteira de clientes, e danos morais. Aguardando decisão do juiz sobre designação de audiência de instrução ou julgamento antecipado da ação. Proferido despacho deferindo a produção da prova contábil requerida pelos autores, intimando o perito, Eduardo da Silva Barreto, para dizer se aceita o encargo e fazer proposta de honorários, e intimando as partes para apresentarem quesitos e assistentes técnicos em 10 dias. Opostos embargos de declaração pela Companhia para que sejam analisadas as preliminares arguidas em sede defensiva e, caso não acolhidas, para que seja prolatado decisão saneadora, delimitando-se os pontos controvertidos para eventual perícia contábil. Aguardando realização da perícia e elaboração do laudo pericial.
g. chance de perda	Possível R$ 175.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 175.000,00
i. valor provisionado (se houver)	n/a

Processo nº 0049270-18.2013.8.16.0001	
a. juízo	1ª Vara Cível de Curitiba
b. instância	1ª
c. data de instauração	25/10/2013
d. partes no processo	João Moreira Floria Batista (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	133.114,75

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	A ação objetiva o pagamento de indenização por danos morais e materiais pela morte de animais pretensamente intoxicados por vermífogo produzido pela Companhia. Apresentada contestação. Acolhida a alegação de necessidade de reunião da presente ação com anterior ação cominatória movida por empresa do grupo. Realização de audiência de instrução, com oitiva dos autores. Realizada oitiva do representante legal da Companhia Julgamento convertido em diligência com a determinação de prova pericial indireta, com a análise dos documentos constantes nos autos para fins de aferer "nexo causal" do óbito dos animais. Laudo Perial Técnico apresentado. Apresentada impugnação e quesitos complementares, pela OF, os quais foram respondidos pelo Perito Judicial. Apresentada nova impugnação pela OF. Aguardando prolação de sentença.
g. chance de perda	Possível R$ 430.000,00
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 430.000,00
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 0902141-84.2012.8.26.0506	
a. juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto
b. instância	1ª
c. data de instauração	03/03/201 2
d. partes no processo	Revoncenção: Primaiz Sementes Ltda. (Autor) e Ouro Fino Agronegócio Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 286.345,04
f. principais fatos	Ação de discussão de eventuais prejuízos decorrentes de escritura pública de compra e venda de milho (atividade descontinuada da Companhia) Aguardando realização de perícia.
g. chance de perda	Possível (tanto pela ação quanto para a reconvenção)
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 286.345,04 (relativo à reconvenção)
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 1001121-53.2015.8.26.0153	
a. juízo	1ª Vara Cível de Cravinhos
b. instância	1ª
c. data de instauração	11/11/2015

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

d. partes no processo	Claudio Mesquita de Assunção. (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 136.329,80
f. principais fatos	Ação de responsabilização civil com pedido de indenização por danos morais e materiais, em razão de suposta ineficácia do produto Ricobendazole 10 que tenha causado a morte de alguns animais. Aguardando designação de audiência para oitiva de testemunhas. Expedida carta precatória para oitiva das testemunhas do autor. Distribuída carta precatória em Hidrolândia, aguardando data da audiência
g. chance de perda	Possível R$ 136.329,80
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 136.329,80
i. valor provisionado (se houver)	N/A

Processo nº 000795-22.2016.8.08.0042	
a. juízo	Vara Única Cível de Rio Novo do Sul
b. instância	1ª
c. data de instauração	21/09/2016
d. partes no processo	Central Agropecuária Ltda. ME (Autor) e Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 72.194,30
f. principais fatos	Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais decorrentes de suposta entrega de uma vultosa quantidade de produtos pela Ouro Fino, sem qualquer pedido de formalização pela Autora. A Companhia, além de contestar a ação, apresentou reconvenção considerando que foi uma compra e venda de produtos efetivamente concretizada. Aguardando prolação de sentença ou outra determinação do juíz, após audiência de instrução e apresentação das alegações finais.
g. chance de perda	Possível R$ 72.194,30
h. análise do impacto em caso de perda	R$ 72.194,30
i. valor provisionado (se houver)	N/A

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de R$ 88.353460,56, dos quais 2.462.389,13foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4.1 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência, não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejamos parte.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário de Referência, os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, repetitivos ou conexos relevantes em conjunto são apenas os processos de natureza trabalhista que versam sobre reconhecimento de vínculo empregatício e responsabilização subsidiária, e estes já se encontram descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 2002, uma das controladas da Companhia firmou um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho que tem por objetivo ajustar conduta proveniente do Inquérito Civil nº 10569-04, o qual tem por finalidade a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho.

Restou devidamente acordado entre a controlada da Companhia e Ministério Público do Trabalho, dentre outras obrigações pontuais à época da celebração, que a controlada da Companhia deverá manter o percentual de contratados portadores de deficiência que impõe a lei, o que a Companhia tem feito desde a assinatura do referido Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Política de gerenciamento de riscos e controle internos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos e controles internos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

Temos uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração, que engloba os riscos corporativos, estratégicos, financeiros e operacionais.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As práticas adotadas pela Companhia buscam estabelecer diretrizes e competências para o processo de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, a avaliação, a priorização, o tratamento, a comunicação e o monitoramento dos riscos do negócio, observando as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas do mercado. A política visa ainda estabelecer a estrutura de gestão e controle de riscos, e proporcionar uma linguagem comum de gestão de riscos, de modo que divulgue e estimule a cultura de gestão de riscos.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Companhia busca proteção razoável para os riscos corporativos, estratégicos, financeiros e operacionais, conforme descritos abaixo:

- Riscos corporativos: riscos que podem afetar a Companhia como um todo e, com isso, a continuidade do negócio.
- Risco estratégico: riscos que advêm da falta de capacidade da Companhia em se resguardar de eventos desfavoráveis ao cumprimento de suas estratégias.
- Riscos financeiros: riscos relacionados às variações cambiais, flutuação das taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez.
- Risco operacional: riscos que se relacionam com todo o ambiente interno da Companhia, por meio de equívocos humanos e/ou de sistemas ou devido à ausência de treinamentos aos colaboradores.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos e em linha com nosso processo de Gestão de Riscos, uma vez identificados, os riscos devem ser analisados e classificados por natureza, categoria e origem dos eventos (internos ou externos) e ter seu tratamento definido. Caso necessário, serão implementados planos de ação, com a indicação dos responsáveis por cada risco e posterior implementação de planos monitoramento específico para mitigar os respectivos riscos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos, o gerenciamento de riscos é atualmente conduzido pelo Conselho de Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário, pela área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna e por cada colaborador indicado pela Companhia para criar e implementar um plano de ação para mitigar o risco sob sua respectiva tutela. Dentre as atribuições de cada um dos órgãos e áreas da Companhia, destacamos:

(a) Conselho de Administração: responsável por (i) aprovar a Política de Gestão de Riscos; (ii) avaliar periodicamente os riscos reportados pelo Comitê de Auditoria Estatutário e acompanhar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

as ações de gestão de riscos; (iii) aprovar os riscos a serem priorizados e aprovar o plano de resposta dado a estes riscos; (iv) acompanhar os resultados do processo de gerenciamento de riscos; (v) aprovar o grau de apetite a risco aceitável da Companhia; e (vi) deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias;

(b) Comitê de Auditoria Estatutário: responsável por (i) obter, com o Conselho de Administração, a aprovação dos riscos a serem priorizados e o plano de resposta para tais riscos; (ii) efetuar o reporte ao Conselho de Administração sobre o gerenciamento de riscos; (iii) acompanhar e deliberar sobre as mudanças na avaliação de criticidade dos riscos; e (iv) propor o apetite a risco da Companhia ao Conselho de Administração;

(c) Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna: responsável por (i) acompanhar e reportar as mudanças na criticidade dos riscos; (iii) assessorar e monitorar os planos de ação para os riscos; e (iv) coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos da Companhia;

(d) colaboradores: responsáveis por: (i) implantar ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta deliberado pelo Conselho de administração para a mitigação dos riscos; (ii) realizar a avaliação do risco em realçaõ à sua probabilidade e ao seu impacto; e (iii) efetuar a revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia acredita que a estrutura operacional e organizacional adotada para a gestão de riscos é adequada e garante a efetividade da Política de Gestão de Riscos, uma vez que se dá por meio de um processo integrado e simultaneamente independente entre as áreas envolvidas, com a adoção de uma metodologia formal e linguagem comum, observando um padrão de políticas e procedimentos alinhados às boas práticas do mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos, que incluem diretrizes estabelecidas para os principais fatores de riscos de mercado (risco de taxa de câmbio, taxa de juros e de crédito), aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos de taxa de juros, taxa de câmbio e de crédito, com a finalidade de minimizar os riscos relacionados e mitigar possíveis variações não esperadas no resultado do Grupo Ouro Fino.

- Risco de taxa de juros: perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros.
- Risco de taxa de câmbio: risco de que as alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que o Grupo Ouro Fino incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos.
- Risco de crédito: relacionado com as contas a receber dos clientes, aplicações financeiras e contratos de derivativos.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Com relação ao risco de taxa de juros, buscamos manter aplicações financeiras indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário ("**CDI**"), de modo a neutralizar parcialmente o efeito das flutuações de juros sobre as dívidas referenciadas em CDI e os contratos de *swap*. Adicionalmente, buscamos monitorar as taxas de juros de maneira contínua, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No tocante ao risco de taxa de câmbio, temos como prática utilizar operações de derivativos, substancialmente, contratos de *swap* cambial para troca de encargos de empréstimo e financiamentos originalmente em moeda estrangeira para a moeda real mais encargos com base na variação do CDI. Eventualmente, quando necessário for, poderemos contratar operações de termo de moeda do tipo *Non Deliverable Forward* ("**NDF**") para proteção de variações no resultado decorrentes de desequilíbrio de ativos e passivos em moeda estrangeira, que são originadas das exportações de nossos produtos (conta clientes) e da importação de matérias-primas para produção (conta fornecedores).

No que se refere ao risco de crédito relacionado aos recebíveis dos nossos clientes, além de análises de crédito com estabelecimento de limites de exposição individuais, de acordo com o *rating* estabelecido pela área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, possuíamos vigente, em 31 de dezembro de 2020, apólice de seguro de crédito que cobria parcialmente a carteira de recebíveis. Para mitigar o risco de crédito associado com os ativos financeiros, especialmente as aplicações financeiras, optamos por instituições financeiras de primeira linha.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os instrumentos financeiros derivativos preferencialmente utilizados para proteção da exposição cambial são os swaps cambiais e NDF, por terem características de demanda de caixa somente no vencimento final da operação, ou quando revertido.

Nas proteções das exposições a taxas de juros, o instrumento financeiro derivativo *swap* é o usualmente utilizado.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para o gerenciamento dos riscos de variação cambial, utilizamos como parâmetro para proteção o descasamento líquido em moeda estrangeira, buscando reduzir a exposição excessiva aos riscos de variações cambiais, equilibrando nossos ativos não denominados em reais contra nossas obrigações não denominadas em reais, o que protege nosso balanço patrimonial. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos por meio de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

No tocante ao gerenciamento dos riscos de taxas de juros, o parâmetro utilizado considera a relevância da exposição líquida, baseados em valores, prazos e taxas de juros comparados com a taxa CDI. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos por meio de planilhas de cálculo para acompanhamento das operações efetuadas.

Os parâmetros e controles internos utilizados para o gerenciamento do risco de crédito do contas a receber consideram o monitoramento do perfil da carteira por *rating* e suas respectivas exposições.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção (*hedge*).

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Nossa política de riscos financeiros define as diretrizes para a exposição máxima aos fatores de riscos financeiros e, após sua revisão e aprovação em dezembro de 2019, passou a incluir também informações quanto às políticas de riscos de crédito, estabelecendo alçadas para a concessão dos limites de crédito por cliente, de acordo com o *rating* estabelecido pelo Departamento de Crédito. O gerenciamento desses riscos financeiros é de responsabilidade da Diretoria Financeira.

Uma vez identificadas nossas exposições aos riscos financeiros, a Tesouraria e o Departamento de Crédito são responsáveis por consolidar todos os parâmetros, buscar proteção com operações no mercado e tomar as decisões de modo a mitigar esses riscos de acordo com a política estabelecida.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Avaliamos a efetividade da política de gerenciamento de riscos financeiros por meio da nossa Tesouraria e Departamento de Crédito. Nossa estrutura financeira é centralizada e todas as decisões financeiras, contratos e os fluxos de caixa passam pela Tesouraria. A efetividade das políticas de riscos financeiros adotada é acompanhada pelo Conselho Fiscal e a Auditoria Interna monitora os controles existentes pelos departamentos responsáveis. A Administração da Companhia considera que a estrutura operacional e os controles internos para a verificação da efetividade da política adotada são adequados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca constantemente aprimorar suas práticas de gestão, as quais consideram sua estrutura de controles internos e melhores práticas de governança corporativa.

A Diretoria é o principal órgão de gestão responsável pelo estabelecimento e pela manutenção de controles internos que visam garantir, com razoável segurança, a eficiência operacional, o cumprimento com leis e regulamentos e a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") e o Conselho Fiscal são outros importantes órgãos de fiscalização responsáveis pela estrutura e operação do ambiente de controle interno.

Atualmente, a Companhia conta com as seguintes principais práticas relacionadas ao ambiente de controle interno:

- Código de Conduta (já adaptado aos requerimentos da Lei Anticorrupção e respectiva regulamentação) aprovado em 2 de maio de 2016, pelo Conselho de Administração, e atualizado em 23 de setembro de 2020;
- Canal de Denúncias operado por empresa terceirizada e independente, disponível 24 horas, em português, espanhol e inglês;
- Comitê de Ética;
- Departamento de Governança, Riscos e Conformidade (desde maio de 2019);
- Departamento de Auditoria Interna (desde janeiro de 2008);
- Auditoria Externa realizada por empresa padrão "Big 4";
- Política Anticorrupção e Antissuborno, aprovada em dezembro de 2019 pelo conselho de administração;
- Política para Prevenção de Conflitos de Interesses, aprovada em dezembro de 2019 pelo conselho de administração;
- Política de Doações;
- Norma de Reembolso de Despesas, e;
- Norma de Viagens Corporativas.

Destacam-se como ações mais recentes de aprimoramento da estrutura de controles:

- Atualização periódica das matrizes de riscos e controles para as áreas operacionais, conforme melhores práticas de mercado;
- Utilização de ferramenta de *data analytics*, para obtenção de informações sobre o desempenho dos processos internos da Companhia, como parte do cronograma de auditoria interna (auditoria e monitoramento contínuo);
- Revisões periódicas dos perfis de acesso ao sistema SAP; e
- Aprimoramento dos controles de análise de risco para concessão de novos acessos SAP, a partir da associação de controles compensatórios aos riscos de acesso de segregação entre funções e ação crítica;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Utilização de ferramenta para coleta e análise de dados cadastrais e reputacionais de terceiros, para avaliação de eventuais riscos de associação com terceiros (*due diligence*);
- Contratação de empresa terceirizada e independente para gestão e operação do Canal de Denúncias Ouro Fino e campanha de comunicação interna para conscientização e incentivo ao uso de boa-fé (a partir de setembro de 2019);
- Realização de treinamento com nossos colaboradores de Brasil, México e Colômbia quanto ao nosso código de conduta, atualizado em setembro de 2020.

A Diretoria entende que o atual processo de controles internos da Companhia é satisfatório para garantir os objetivos propostos, inclusive o de fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria Executiva

O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores são, juntamente com os demais gestores da Companhia, os principais responsáveis pelo estabelecimento de controles internos compatíveis e adequados aos níveis de riscos verificados nos processos de negócio e de apoio da Companhia.

Conselho de Administração

Dentre outras importantes atividades previstas no Estatuto Social da Companhia e em lei, compete ao Conselho de Administração: (i) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (ii) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (iii) escolher e destituir o auditor independente da Companhia; (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (v) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; e (vi) a aprovação prévia para a aquisição, pela Companhia, de suas próprias ações.

Comitê de Auditoria Estatutário

Órgão consultivo de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, constituído de acordo com os artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e com o disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308, conforme alterada pela Instrução CVM 509, com a finalidade de: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Conselho Fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, são: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna

A área de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna da companhia é composta por 2 (dois) colaboradores e 1 (um) gerente, que reportam-se tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, sendo responsável, por avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo. É responsável também pela gestão do Canal de Denúncia e por análises e investigações que se façam necessárias. Os resultados dos trabalhos e planos de ação são reportados aos gestores operacionais, Diretoria, CAE, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Comitê de Ética

Composto pelos gestores das áreas de recursos humanos, jurídico e GRC, tendo por principal responsabilidade o esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Diretor Presidente é o responsável pela eficiência dos controles internos da Companhia, com supervisão do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal, os quais se baseiam em informações transmitidas pelos demais gestores e auditores internos e externos. A Auditoria Interna reporta o resultado de seus trabalhos trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário. O reporte da Auditoria Interna ao Conselho Fiscal é realizado sob demanda. Os gestores das áreas em escopo das auditorias internas e externas, quando necessário, elaboram planos de ação corretivos para melhoria dos processos. O status da implementação dos planos de ação propostos são acompanhados trimestralmente pela Auditoria Interna, que reporta o andamento das ações para a Administração e Comitê de Auditoria Estatutário.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado por nossos auditores externos, em conexão com o exame das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não foram reportadas deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores concordam com as recomendações dos auditores independentes reportadas em conexão com o exame das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e tem adotado medidas corretivas ao longo dos últimos exercícios sociais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) Regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia busca a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública por meio de políticas internas, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas, e o Código de Conduta que podem ser acessadas nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com); e (iii) sistema de controles internos.

Conforme descrito no item 5.3 deste Formulário de Referência, nosso sistema de controles internos é composto pelo (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncias; (iii) Departamentos de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna; (iv)Auditoria Externa, realizada por empresa padrão “Big 4”; (v) Política Anticorrupção e Antissuborno; (vi) Política Para Prevenção de Conflito de Interesses; (vii) Política de Doações; (viii) Norma de Reembolso de Despesas, e; (ix) Norma de Viagens Corporativas.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados por nós, frequência de reavaliação dos riscos e a adaptação das políticas, procedimentos e as práticas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados são:

- *Auditoria interna*. Os trabalhos de campo da auditoria interna são realizados por 2 (dois) colaboradores e 1 (um) gerente, e visam avaliar os processos de negócio e de apoio, seus riscos e controles internos, analisando a adequação do desenho dos referidos controles e sua efetividade ao longo do tempo frente às políticas corporativas, leis e regulamentações em vigor. A equipe de auditoria reporta-se ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

- *Partes Relacionadas*. Os mecanismos e procedimentos de integridade para transações com partes relacionadas estão devidamente dispostos na Política de Transações com Partes Relacionadas. Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, ver item 16.1 deste Formulário de Referência; e

- *Política Anticorrupção e Antissuborno.* Em dezembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração da companhia a sua Política Anticorrupção e Antissuborno, visando estabelecer e consolidar os padrões e regras internas que assegurem as práticas preventivas de combate à corrupção empresarial, conforme diretrizes da Lei Anticorrupção Brasileira e melhores práticas de mercado.

- *Política para Prevenção de Conflitos de Interesse.* Em dezembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração da companhia a sua Política para Prevenção de Conflitos de Interesses, instituindo diretrizes e procedimentos para a prevenção, identificação, declaração e resolução de situações que possam representar conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- *Contratação de serviços.* A Companhia insere em seus contratos e nos seus Termos e Condições de Fornecimento a adesão dos contratados e fornecedores aos termos do Código de Conduta além das cláusulas anticorrupção.

A Companhia reavalia os riscos e adapta as suas políticas sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas, mudanças relevantes na Companhia ou alteração da legislação em vigor.

A Companhia possui uma Política para Contratações com Órgãos da Administração Pública Nacional e/ou Estrangeira, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece orientações sobre a conduta dos colaboradores da Companhia na contratação com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira, para fornecimento de bens e/ou serviços pela Companhia, garantindo que tais contratações sejam pautadas pelos princípios éticos, morais e de respeito às leis que norteiam as atividades da Companhia desde a sua fundação.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Auditoria Estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, monitora e avalia sistematicamente o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Além disso, o Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por: (i) analisar a contratação e destituição de auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de riscos, e; (v) avaliar e monitorar a exposição de riscos; e (iv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

O Comitê de Ética, por sua vez, composto pelos gestores das áreas de recursos humanos, jurídico e Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, é responsável pelo esclarecimento de dúvidas e análise de situações envolvendo o cumprimento do Código de Conduta da Companhia. Além disso, a Companhia possui um canal de denúncias voltado ao público interno e externo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
A Companhia possui um Código de Conduta formalmente aprovado e atualizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de setembro de 2020, O Código de Conduta pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações,, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do Código de Conduta se aplicam a todos os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, representantes comerciais, distribuidores, contratados, subcontratados e quaisquer outros fornecedores ou adquirentes de bens ou serviços da Companhia, suas controladas e subsidiárias (em conjunto, "**Colaboradores**") e clientes, órgãos e funcionários públicos, imprensa, meio-ambiente e comunidade, dentre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia realiza treinamentos durante a integração e periódicos, os quais ocorrem uma vez ao ano, a todos seus colaboradores, a fim de assegurar que todos conheçam e se empenhem na disseminação e no cumprimento do Código de Conduta.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Conduta prevê que qualquer violação às normas ou orientações nele estabelecidas resultará em medidas disciplinares apropriadas de acordo com a gravidade da conduta. Entre as medidas disciplinares cabíveis estão a advertência, suspensão temporária, e o desligamento do Colaborador, inclusive por justa causa. Além disso, o Código de Conduta prevê expressamente a penalização por meio de multas e outras penalidades no caso de descumprimento pela Companhia e seus Colaboradores das normas de proteção à concorrência.

(b) canal de denúncia

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O nosso canal de denúncias Ourofino, passou a ser operado por empresa terceirizada especializada e independente em setembro de 2019, e está sob responsabilidade do departamento de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, o qual é responsável também pelas apurações das denúncias. Ele está disponível para recebimento de denúncias de terceiros e colaboradores, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em português, espanhol e inglês, a partir dos números 0800-891 4636 (Brasil), 01-800-752-2222 (Colômbia), e 01-800-1233312 (México), ou ainda por meio do sítio eletrônico www.resguarda.com/denunciaourofino. As denúncias são recebidas por meio de um canal gratuito, onde os atendimentos são registrados por um operador independente, ao qual somente o Comitê de Ética e a equipe de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna possuem acesso. Todos os relatos recebidos são transcritos e permanecem disponíveis em uma plataforma eletrônica gerida pela empresa terceirizada, garantindo assim a confidencialidade das informações fornecidas pelo denunciante e seu anonimato.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Companhia utiliza-se de sistemas de tecnologia da informação e procedimentos de controles internos que asseguram o sigilo e confidencialidade e restringem o acesso de terceiros não autorizados, bem como garante que nenhum funcionário, colaborador, estagiário, voluntário, contratado ou demais pessoas que reportem de boa-fé uma suspeita ou violação de lei, regulamento, políticas ou do Código de Conduta, sofrerão qualquer retaliação, sanção, ou ação negativa.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O departamento de Governança, Riscos, Conformidade e Auditoria Interna é o órgão responsável pelas apurações das denúncias recebidas.

(c) adoção procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Além daqueles já descritos neste item 5.4 do Formulário de Referência, a Companhia realiza procedimentos quando da realização de fusões, aquisições e reestruturações societárias, visando à identificação de vulnerabilidade e de risco de práticas irregulares.

Neste sentido e com o propósito de detectar eventuais fraudes ou quaisquer atos ilícitos pelas empresas envolvidas, a Companhia dispõe de assessores externos e equipe interna especializada responsável pela realização de quaisquer destes processos, bem como segue determinadas práticas de diligência, dentre as quais cabe citar:

- inclusão de cláusulas que promovam a proteção da Companhia em minutas de contratos;
- due diligence voltada à identificação de possíveis indícios de corrupção;
- realização de due diligence de integridade na empresa-alvo antes da conclusão do processo de fechamento do negócio, e
- inclusão de cláusulas anticorrupção nos contratos de compra e venda ou de fusão.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas nos principais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos no item 4 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 5.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	10/04/2014
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	17/10/2014

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico

O grupo econômico no qual a Companhia hoje se insere foi constituído em 1987 por seus sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari, inicialmente com negócios voltados exclusivamente para a fabricação de produtos veterinários para animais de produção (bovinos, equinos, aves e suínos).

No período de 1987 a 1999, o crescimento das operações ocorreu de forma orgânica e, substancialmente, na linha de animais de produção. Em 2000, a Ourofino deu o primeiro passo rumo à diversificação atuando também no mercado de produtos para animais de companhia (cães e gatos).

De 2001 a 2004, acreditando na inovação e no desenvolvimento tecnológico como diferenciais estratégicos, a Ourofino investiu na construção, em Cravinhos, Estado de São Paulo, de um novo e moderno parque industrial e tecnológico, uma vez que as antigas instalações já não comportavam o seu crescimento.

O ano de 2007 marcou o início dos investimentos para a entrada no segmento de biológicos, com a construção de uma moderna planta industrial (fábrica e laboratório biosseguro) para a produção de vacinas contra febre aftosa. As obras foram concluídas em outubro de 2008 e a certificação pela Comissão de Biossegurança do MAPA foi concedida em dezembro do mesmo ano. Essa certificação tornou a Ourofino apta para receber as sementes de vírus e iniciar o desenvolvimento da vacina. A licença para comercialização foi concedida pelo MAPA em outubro de 2010, após dois anos de desenvolvimento.

Ainda em 2007, a Ourofino iniciou a construção da planta industrial de produtos terapêuticos hormonais, com o objetivo de desenvolver um portfólio para protocolo completo de Inseminação Artificial por Tempo Fixo (IATF). A construção da fábrica foi concluída no início de 2008 e a comercialização da produção própria iniciada no segundo semestre daquele ano.

No ano de 2014, o Grupo concluiu o processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de suas ações ordinárias, passando a serem negociadas na B3 no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3.

Em 2015, intensificamos nossas ações no mercado externo: (i) fortalecemos nossa presença no México com a ampliação da equipe comercial e aumento da base de clientes e (ii) concluímos, em setembro, o processo de aquisição do nosso distribuidor local na Colômbia, com objetivo de ampliar a presença da Companhia nesse país.

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por grandes mudanças estruturais que objetivaram a retomada dos níveis históricos de rentabilidade da Companhia

O ano de 2018 representou um ano de grandes conquistas e fortalecimento da Companhia no mercado de saúde animal. O projeto da construção da fábrica de biológicos passou por avanços relevantes com o começo de produção da vacina contra a circovirose (PCV2b). Além disso, em 2018 a Companhia retomou o posto de terceira colocada em participação de mercado de acordo com o SINDAN.

Em 2019, a Companhia começou a comercialização da vacina contra a circovirose (Safesui Circovírus). Desenvolveu também um planejamento estratégico, reforçando a visão de uma empresa de portfólio amplo, multiespécie e com estratégia de inovação incremental, focando na abordagem comercial de venda de produtividade ao campo e intensificação da experiência do cliente, e direcionando esta estratégia, por meio de melhoria na execução.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 2020, a Companhia olhou simultaneamente para seu planejamento e para a participação de seus colaboradores em sua execução. Como forma de contextualizar a abordagem da empresa e engajar sua equipe para acelerar os resultados na estratégia, a Companhia se dedicou à evolução de sua cultura organizacional. A definição dos valores Jogar para Ganhar, Cuidar das Pessoas e Conectar com o Mundo abrange os comportamentos esperados na equipe para que a Companhia alcance este novo patamar de negócios, objetivo de sua estratégia para reimaginar a Saúde Animal.

Em 2021, a Companhia alinhada ao planejamento estratégico e buscando diversificar as plataformas tecnológicas dos seus produtos, ampliou a oferta de vacinas recombinantes e com o lançamento da Safesuy Mycoplasma,Houve também o lançamento da linha Conclue de kit diagnósticos rápidos para 8 doenças que acometem cães e felinos, do brinco mosquicida Na Mosca e a vacina Ourovac Raiva que previne a raiva em rebanhos. Adicionalmente em fato inédito da nossa histórica, anunciamos a nossa primeira transação de M&A, esse movimento delineado em nosso planejamento estratégico dentro do pilar de parcerias e transações, segue a estratégia de avanço em mercados adjacentes e tratamentos de doenças crônicas, em especial no segmento de pets. A aquisição da Regenera nos coloca na **vanguarda de inovação em biotecnologia** ao trazer o tratamento com **células tronco** para o nosso portfólio.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia considere relevante para este item 6.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7. Atividades do emissor

7.1 – Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

Somos a maior empresa de origem nacional de saúde animal e terceira maior quando consideradas as empresas nacionais e internacionais, segundo dados de 2020 do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal – SINDAN ("**SINDAN**"), em um mercado com predominância de grandes farmacêuticas multinacionais.

Em 2020, o mercado de produtos veterinários no Brasil apresentou uma taxa de evolução de 18% frente o ano de 2019.. Com isso o setor mantém uma taxa média de crescimento entre os anos de 2016 a 2020 de 11,25% (CAGR 2016/2020).

Ao final do exercício de 2020, alcançamos 8,4% de *Market share* total, de acordo com dados do SINDAN, com um portfólio completo de produtos para saúde animal, composto por 108 produtos, bem como marcas altamente reconhecidas no mercado nacional.

Atuamos na (i) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de vacinas e produtos veterinários para uso em animais de produção, que incluem, substancialmente, bovinos, equinos, aves e suínos ("**Animais de Produção**"); (ii) fabricação e comercialização, no mercado nacional, de produtos veterinários para uso em animais de companhia, que incluem cães e gatos ("**Animais de Companhia**"); e (iii) exportação de produtos do segmento de Animais de Produção e Animais de Companhia ("**Operações Internacionais**").

Iniciamos nossas operações em 1987, e, ao longo desses mais de 30 anos de trajetória, consolidamos nossa posição de liderança no mercado brasileiro de saúde animal principalmente em razão da qualidade e diferenciação dos nossos produtos e do atendimento especializado aos nossos clientes, decorrente de nosso amplo conhecimento das necessidades do mercado. Nosso sucesso decorre, dentre outros fatores, dos seguintes diferenciais competitivos:

- portfólio de produtos especificamente desenvolvidos para os mercados em que atuamos e em constante evolução tecnológica, resultado da qualidade de nossa equipe de Pesquisa e Desenvolvimento ("**P&D**") e de sua capacidade multidisciplinar de desenvolvimento de produtos. Tal equipe é formada principalmente por farmacêuticos, veterinários, químicos, biólogos e biotecnólogos;
- grande proximidade com nossos clientes, o que nos proporciona melhor conhecimento das suas necessidades;
- plantas industriais novas, as quais acreditamos estar entre as mais modernas do setor na América Latina e que são operadas por equipe técnica altamente especializada, o que garante o alto padrão de qualidade dos nossos produtos;
- alta capilaridade e extensa força de vendas no Brasil, com uma equipe comercial própria e de representantes comerciais do segmento de animais de produção que atende, diretamente, mais de 4.300 clientes ativos, incluindo revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e grandes consumidores finais; e
- marca altamente reconhecida no mercado, resultado da alta qualidade de nossos produtos, de nossa estratégia de marketing diferenciada, da nossa sólida base de clientes, construída ao longo desses mais de 30 anos de história, e de nosso relacionamento próximo e de longa data com os compradores de nossos produtos.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Nossa receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 730,2 milhões, representando um aumento de 17,8% em relação à receita líquida do exercício social anterior, que foi de R$ 619,6 milhões.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de informações financeiras da Companhia.

(em R$ milhões, exceto%)	Exercício social findo em 31 de dezembro				
	2020	2020x2019	**2019**	2019 x 2018	**2018**
Receita líquida	730,2	17,8%	619,6	5,2%	589,2
Animais de Produção	543,3	16,3%	467,1	1,9%	458,6
Animais de Companhia	100,1	13,5%	88,2	16,7%	75,6
Operações Internacionais	86,7	34,8%	64,3	16,9%	55,0
EBITDA (1)	128,5	33,3%	96,4	-21,9%	123,5
EBITDA Ajustado (2)	142,4	32,8%	107,2	-18,6%	131,7
Margem EBITDA (3)	17,6%	2,0p.p.	15,6%	-5,4p.p.	21,0%
Margem EBITDA Ajustado (4)	19,5%	2,2 p.p.	17,3%	-5,0p.p.	22,3%

(1) Calculamos o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e amortização. Em razão desse cálculo, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBTIDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA oferece uma melhor comparabilidade e permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também de nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Para uma reconciliação do EBITDA com o nosso lucro líquido, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Calculamos o EBITDA como o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e amortização, e o EBTIDA Ajustado excluindo adicionalmente despesas para melhor refletir o lucro líquido das operações, ajustado por eventos extraordinários. Para 2020, os ajustes são referentes a despesas não recorrentes da consultoria EY, créditos tributários extemporâneos de exercícios anteriores, gastos com reforma no prédio corporativo e gastos com Follow on. Em 2019, não considera despesas da consultoria EY, despesas com defesa de auto de infração do exercício de 2014, provisão para não realização de adiantamento à fornecedor e créditos tributários extemporâneos (ambos de exercícios anteriores). Em 2018, não considera provisão para contingências e créditos tributários extemporâneos (ambos de exercícios anteriores. Em razão desse cálculo, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização e também pelas nossas operações descontinuadas e outros itens julgados não recorrentes. Consequentemente, acreditamos que o EBTIDA Ajustado funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA Ajustado oferece uma melhor comparabilidade e permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também de nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro. Para uma reconciliação do EBITDA Ajustado com o nosso lucro líquido, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA do exercício, dividido pela receita líquida do respectivo exercício.

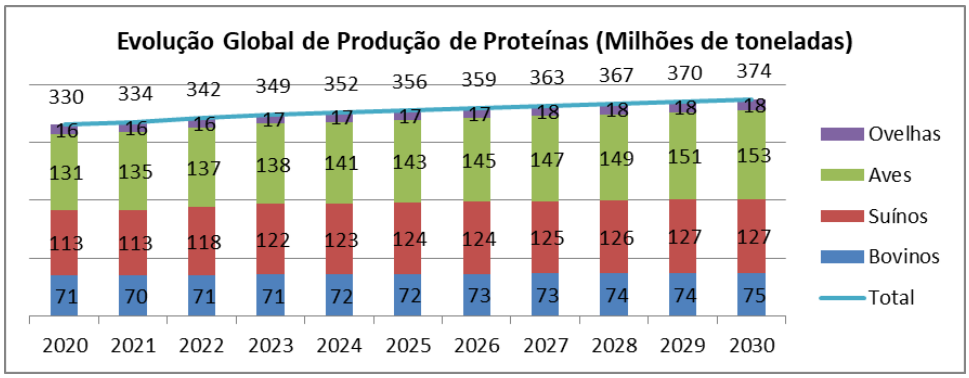
(4) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado do exercício, dividido pela receita líquida do respectivo exercício.

Oportunidades de Mercado

Crescimento do agronegócio brasileiro.

O Brasil, de acordo com o Agricultural Outlook 2021-2030 será responsável por grande parte da produção mundial de carne. O aumento mundial da produção de proteína é estimado em 13%, e o Brasil será responsável por cerca de 7,5% deste aumento. No mundo, a carne de suínos será responsável por 33% do crescimento total da produção, a de aves por 52% e a carne bovina por 9%.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da OECD-FAO Agricultural Outlook 2021-2030

Produção Brasil (mil ton)	2020	2030	%
Bovina	9.192	9.819	6,82%
Suína	4.065	4312	6,0%
Frango	13890	16325	17,53
Total	27.147	30.456	12,1%

Fonte: OECD-FAO Agricultural Outlook 2021-2030

Nesse contexto, o Brasil, seguirá com a necessidade de aumento da produtividade da indústria de proteína animal por meio de investimentos em tecnologia e prevenção e tratamento de enfermidades animais, a fim de acelerar o ganho de peso do rebanho e diminuir o tempo para abate.

Adicionalmente, a pecuária deve estar atenta à característica altamente tecnológica da agricultura que propicia aumento de área cultivada à custa de espaço anteriormente dedicado à criação extensiva de animais, em função de melhor rendimento aos proprietários de terras.

A pecuária bovina de corte está presente no cenário econômico nacional desde a época colonial. Nas últimas décadas, a pecuária bovina de corte desenvolveu-se através da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de novas terras, sendo a maioria desprovida de infraestrutura e tendo desgaste do solo pelo sistema intensivo de produção de grãos. A produção nacional sempre se caracterizou pelo sistema extensivo. Hoje nota-se uma inversão na ocupação das terras, pois há um forte processo de expansão da fronteira agrícola sobre a área anteriormente destinada à pecuária. Essa expansão das áreas agrícolas, junto do aumento do preço da terra, força a redução da pecuária extensiva, exigindo que o pecuarista seja cada vez mais tecnificado para obter os melhores resultados em suas propriedades. Nesse contexto, o aumento da demanda por tecnologia torna-se fundamental para que o pecuarista mantenha seu negócio competitivo em termos de rentabilidade em comparação com as oportunidades apresentadas pela agricultura.

Crescimento do mercado veterinário brasileiro.

Segundo o SINDAN, o mercado veterinário brasileiro movimentou cerca de R$ 7,66 bilhões em 2020 apresentando crescimento de 18% frente o ano de 2019.%.

Acreditamos que o crescimento do mercado brasileiro de saúde animal será impulsionado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento da produção de proteína animal para atender o crescimento do consumo dos mercados interno e externo;

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- aumento do nível de tecnologia aplicada no campo em busca de maior produtividade, como o uso de tecnologias de inseminação artificial, com consequente aumento na utilização de produtos para saúde animal;
- maior utilização de biotecnologia (produtos biológicos e biofármacos inovadores) com foco na prevenção de doenças; e
- expectativa de crescimento do segmento de Animais de Companhia, aliado ao fato da relação entre as famílias e seus animais de estimação ter se tornado cada vez mais emocional, com aumento do uso de itens fundamentais, como comida, banho, cuidados com a saúde, vacinas, etc.

Com relação ao segmento de Animais de Companhia, o Brasil é o país com a segunda maior população de cães e gatos do mundo, estimada em aproximadamente 81,5 milhões de animais domiciliados, (de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - APINPET). Consideramos uma população de 55,9 milhões de cães e 25,6 milhões de gatos domiciliados. A crescente preocupação da sociedade brasileira com a saúde dos Animais de Companhia, que são considerados como “membros da família”, proporciona uma oportunidade de investimento para a indústria veterinária de acordo com as pesquisas realizadas pela COMAC(Comissão de Animais de Companhia).***Dinâmica da indústria farmacêutica veterinária.***

A estrutura da oferta na indústria farmacêutica veterinária é caracterizada por empresas que lideram o processo de inovação de produtos e por empresas seguidoras. Acreditamos ocupar posição de destaque, como a principal empresa nacional, no grupo das empresas que lideram o processo de inovação, que é composto majoritariamente por empresas multinacionais.

Importante ressaltar também que, devido às diferenças entre os padrões de raças e peculiaridades sanitárias, climáticas e nutricionais de cada país, há uma necessidade de desenvolvimento de produtos que atendam a essas especificidades, e que se diferenciem daqueles desenvolvidos nos países de origem das empresas farmacêuticas multinacionais. Uma maior capacidade de atendimento a especificidades locais constitui diferencial competitivo importante para a maior aceitação dos produtos nesses mercados. Acreditamos que a expertise de nossa equipe comercial, aliada ao relacionamento de longo prazo com nossos clientes, constituem um diferencial competitivo para entender e antecipar as necessidades do mercado em que atuamos.

NOSSOS PONTOS FORTES

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são os seguintes:

Posição de liderança no atrativo mercado de saúde animal no Brasil.

De acordo com dados do SINDAN, ocupamos, em 2020, a quarta posição no mercado nacional de saúde animal, que possui predominância de grandes companhias farmacêuticas globais. Devido ao nosso posicionamento de liderança, acreditamos possuir vantagens competitivas em relação aos nossos concorrentes para acompanhar o acelerado crescimento da demanda nacional por produtos de saúde animal, tanto no segmento de Animais de Produção, quanto no de Animais de Companhia. Acreditamos que possuímos estruturas adequadas que nos permitirão aumentar nossa produção e atender ao crescimento da demanda por produtos de saúde animal. Acreditamos que nossos centros de P&D têm tecnologia adequada para nos

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

permitir antecipar as necessidades de nossos clientes e desenvolver produtos que tenham boa aceitação no mercado.

Marca altamente reconhecida.

Acreditamos ser reconhecidos no mercado pela qualidade de nossos produtos, pela nossa característica inovadora e pelo atendimento próximo e diferenciado a nossos clientes. Ao longo de nossos 34 anos de atuação, adquirimos prestígio e reconhecimento no mercado de sanidade animal, traduzidos, inclusive, em diversos prêmios que nos foram atribuídos, tais como:

- Estamos entre as 8 melhores empresas para se trabalhar no estado de São Paulo, em premiação da consultoria da GPTW no ano de 2021.
- Ourofino Saúde Animal é eleita a melhor empresa das Américas Latina e do Sul pela Animal Health em 2021, que considera aspectos como crescimento e inovação.
- Ourofino Saúde Animal recebe prêmio da Abrasca com melhor relatório de sustentabilidade no ano de 2021.
- Ourofino Saúde Animal é reconhecida com Selo Mais Integridade do Ministério da Agricultura – MAPA no ano de 2021.
- o Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica na categoria Grande Empresa em 2005 e o reconhecimento como uma das 40 empresas mais inovadoras do Brasil em 2006, segundo a FINEP;
- o primeiro lugar entre as empresas mais admiradas do segmento veterinário em 2010, de acordo com a revista Carta Capital;
- a “Melhor Indústria Farmacêutica para Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A de 2013; e
- a melhor empresa entre as indústrias do setor veterinário das Américas Latina e do Sul pela consultoria internacional Animal Pharm (Awards 2015 - Best Company – Latin & South America). O resultado por votação considerou aspectos como inovação, desenvolvimento e estratégias internacionais em negócios para sanidade animal.

Equipe comercial altamente qualificada e sólida base de clientes.

No segmento de Animais de Produção, temos uma atuação diferenciada do padrão do mercado, que possui grande dependência de distribuidores. Nossos produtos são vendidos por uma equipe comercial com mais de 200 profissionais especializados, composta em sua grande maioria por médicos-veterinários espalhados por todos os estados brasileiros. Essa equipe atende, diretamente, mais de 5000 clientes ativos, que incluem revendas, cooperativas, agroindústrias e produtores rurais presentes em todo o território nacional, estendendo nosso relacionamento para cerca de 13.500 fazendas, das quais 10000 são visitadas regularmente.

Possuímos um relacionamento de longo prazo e de confiança com nossos clientes, dentre os quais os três maiores representam cerca de 15% de nossa receita (18% e 23% para os 5 maiores e 10 maiores, respectivamente), não havendo, portanto, concentração que gere dependência com relação a clientes específicos. Neste mesmo segmento, também comercializamos os produtos destinados a Animais de Produção para o México e Colômbia, onde em ambos os países possuímos operação próprias.Cerca de 55% de nossos clientes são consumidores finais, 38% são revendas e 7% são varejistas.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

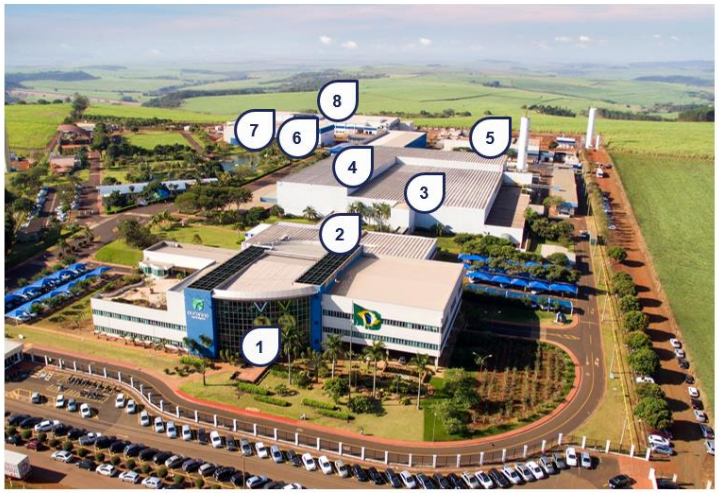
No que diz respeito ao segmento de Animais de Companhia, possuímos uma equipe de geração de demanda formada por 75 consultores técnicos, que atingem cerca de 5 mil veterinários. Também mantemos uma relação de longo prazo com 41 distribuidores, estrategicamente localizados em todo o território brasileiro, responsáveis por distribuir nossos produtos. Acreditamos que por meio destes distribuidores conseguimos acessar cerca de 27 mil pontos de venda. Em 2020, nossa equipe de Animais de Companhia realizou cerca de 50 mil visitas à veterinários.

Nossa vantagem competitiva neste segmento é ter grande representatividade nas vendas de nossos distribuidores (aproximadamente 49% das vendas), possuir diversos programas de treinamento (cerca de 4.000 treinamentos, atingindo mais de 22 mil pessoas), que fomentam a marca Ouro Fino, e uma estrutura de segmentação para atingir os veterinários com maior potencial de vendas.

Com relação às nossas exportações, possuímos clientes em 16 países, incluindo México e Colômbia, com estruturas locais próprias e, de 2019 a 2021, tivemos um crescimento em faturamento de 79% nas receitas de Operações Internacionais. Esse segmento é fundamental para nossa estratégia de crescimento.

Parque industrial com avançado padrão tecnológico e nova planta de biotecnologia.

Possuímos um moderno e completo parque industrial de saúde animal em Cravinhos (SP), com 23.500 m^2 de fábricas construídas, que abriga as seguintes unidades:



1. Corporativo
2. Laboratórios para controle de qualidade e P&D
3. Fábrica de famacêuticos
4. Armazém / Centro para distribução
5. Fábrica de defensivos animais
6. Fábrica de hormônios
7. Fábrica de vacina da febre aftosa
8. Fábrica e Controle de qualidade de biológicos

O projeto foi concebido conforme os preceitos das “Good Manufacturing Practices (GMP)”. São atendidos conceitos das normas aplicáveis do Ministério de Agricultura (MAPA), incorporando conceitos das mais rigorosas normas regulatórias mundiais como as emitidas pelo “Food and Drugs Administration - FDA”, dos Estados Unidos, e pela “European Medicines Agency – EMA”, da União Europeia.Dentro de nosso parque industrial, concluímos em 2010 a construção de uma fábrica de biológicos certificada pelo MAPA para a produção da vacina contra a febre aftosa, equipada com um laboratório biosseguro classificado no mais alto nível de biossegurança, o NBS4 ou NB4. Em 2011 iniciamos as vendas da vacina contra a febre aftosa.

Em junho de 2014, concluímos, também em nossa planta de Cravinhos, um novo centro de pesquisa em biotecnologia para desenvolvimento de vacinas e moléculas funcionais biológicas para Animais de Produção (principalmente, bovinos e suínos) e Animais de Companhia, com vistas não somente ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas também à viabilização da produção dessas vacinas e moléculas funcionais em escala industrial.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Em complemento a este centro de pesquisa em biotecnologia, iniciamos em 2014 a construção de uma planta de produção segura de produtos biotecnológicos que foi projetada para atender, além da legislação brasileira, cenceitos de qualidade harmonizados entre as principais agências mundiais. O projeto foi idealizado para ser flexível quanto à diversidade de produtos que possam ser obtidos pela fábrica, bem como facilidade de incremento de capacidade fabril. A planta foi inaugurada em 2018 e conta com mais de 6.800 m^2 de área construída. A primeira venda de vacinas produzidas pela planta ocorreu em fevereiro de 2019.

Excelência em P&D de produtos.

Adotamos uma estrutura de P&D focada na busca e captação de oportunidades alinhadas às nossas estratégias de negócio, e que tem demonstrado ser capaz de desenvolver produtos inovadores e de alto valor agregado.

Nos últimos três anos, investimos aproximadamente 7% de nossa receita líquida em P&D, totalizando cerca de R$110 milhões. Em nossa experiência com P&D, temos observado que o ciclo médio da fase de desenvolvimento de novos produtos é de 36 meses, contados a partir do encerramento da fase de pesquisa até a aprovação final no MAPA e início da comercialização do produto. Nos últimos seis anos, lançamos no mercado 34 novos produtos. Mais recentemente, lançamos uma vacina para Animais de Produção (suínos), medicamentos nutricionais para Animais de Companhia e um novo produto no México e na Colômbia.

Para o desenvolvimento de novos produtos, possuímos parcerias com diversos e prestigiados pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Fundadores com histórico de sucesso comprovado, administração com ampla experiência e alto nível de governança corporativa.

Nossos fundadores, os Srs. Norival Bonamichi e Jardel Massari, demonstraram, ao longo desses 33 anos de história, empreendedorismo, capacidade e *know how* para expandir nossos negócios e explorar novos nichos do mercado de saúde animal, o que resultou em forte e consolidado crescimento orgânico da Companhia.

Além disso, contamos com uma equipe de administração profissional composta por executivos qualificados e experientes no mercado de saúde animal, que acreditamos nos proporcionar uma maior capacidade de explorar oportunidades em nosso setor e agilidade para adequar nossos planos de negócios às demandas de mercado. Acreditamos que a aliança entre o empreendedorismo de nossos fundadores e a capacidade e experiência de nossos administradores possibilita uma grande geração de valor para a Companhia, impulsionando cada vez mais seu faturamento e reconhecimento no mercado em que atuamos.

Há vários anos, temos adotado sólidas práticas de governança corporativa. Desde 2005, somos auditados por empresa de auditoria externa das chamadas "*big four*", além de continuarmos conduzindo auditorias internas. Em 2007, a BNDESPar tornou-se acionista da Companhia, e, contribuiu com nossas estratégias de negócios e práticas de governança corporativa. Em 2010, passamos a seguir as normas internacionais de contabilidade (IFRS) publicadas e revisadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, em nossa antiga estrutura societária, mesmo como empresa de capital fechado, já adotávamos determinadas práticas de companhias de capital aberto, como, por exemplo, a elaboração desde 2013 de informações trimestrais (ITR). Em 2012, implantamos na Companhia o Conselho de Administração, que conta atualmente com uma maioria de membros independentes, em 2013, implantamos o Conselho Fiscal, que atualmente possui três membros. Em janeiro de 2014, implantamos um novo sistema de gestão integrado (ERP) para a Companhia, o SAP, visando uma melhor tecnologia da informação e maior controle nos processos internos, cujo projeto de implantação recebeu o

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

prêmio *"Impact Awards 2014"* durante a 17ª Conferência Anual da ASUG Brasil (Associação de Usuários SAP). Também ao final de 2014, implantamos o Comitê de Auditoria Estatutário composto por 3 membros, sendo coordenado por um conselheiro independente do Conselho de Administração.

Por fim, em 2014, realizamos nossa oferta pública inicial de ações, com a obtenção do nosso registro de companhia aberta perante a CVM e listagem e admissão à negociação das ações de nossa emissão no segmento diferenciado de governança corporativa da B3, denominado Novo Mercado.

NOSSA ESTRATÉGIA

Temos como objetivo o crescimento contínuo de nossos negócios com o desenvolvimento e expansão das nossas atividades, aprimorando continuamente nossos produtos por meio de gestão estratégica de portfólio, inclusive com o desenvolvimento de nossa atuação no segmento de biológicos, a fim de entregar produtividade ao homem do campo e um bom cuidado aos tutores de Animais de Companhia, e assim, proporcionar lucratividade e geração de valor para nossos acionistas. Em 2019, revisitamos nosso planejamento estratégico e reforçamos nosso propósito de reimaginar a saúde animal, como empresa de portfólio amplo, multiespécie e com estratégia de inovações incrementais. Para tal fim, seguimos uma estratégia baseada no crescimento de nossos segmentos de atuação:

Segmento de Animais de Produção.

Temos como objetivo ampliar nossa participação de mercado no segmento de Animais de Produção, que representou 9,1% no ano de 2020 (de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ourofino), por meio do aumento de nosso atual portfólio de produtos e expansão de penetração na base de clientes. Com nosso portfólio em 2020, atingimos cerca de 51% de todos os subsegmentos do mercado de animais de produção, de modo que dentro dos subsegmentos que atuamos, teríamos 18,1% de *market share* no mercado participativo.

Como forma de expandirmos nossos negócios no segmento de Animais de Produção, planejamos expandir nosso portfólio de produtos farmacêuticos e biológicos (vacinas), nesse último caso especialmente para bovinos e suínos, aumentar nossa presença de mercado em áreas e regiões parcialmente exploradas e fortalecer nossa participação no segmento de aditivos para melhor eficiência em bovinos.

Além de expandir nossa participação, acreditamos também que o segmento de Animais de Produção no Brasil ainda está muito distante dos países mais desenvolvidos, tanto em termos do tamanho do rebanho quanto em termos da tecnologia empregada na criação dos animais, de modo que cremos que a demanda interna por nossos produtos tende a aumentar significativamente na medida em que os produtores pecuários se tornem mais tecnificados. Também acreditamos que o Brasil, devido a questões de competitividade na cadeia de produção de proteínas, tem condições de aumentar sua participação no mercado internacional, e que, para isso, investirá ainda mais em sanidade animal, o que sem dúvida trará grandes oportunidades para a Companhia.

Destacamos o nosso centro de P&D em biotecnologia, que irá permitir o desenvolvimento de novos produtos de alto valor agregado, bem como a avaliação de oportunidades de aquisições seletivas de tecnologias promissoras nesse segmento.

Segmento de Animais de Companhia.

Pretendemos continuar expandindo nossa participação de mercado no segmento de Animais de Companhia que, no ano de 2020, foi de 6,3%, de acordo com dados do SINDAN/PPE_Ourofino,

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

aproveitando tendências como a humanização dos animais de estimação, e o aumento dos cuidados com os pets, que são considerados cada vez mais como *"*membros da família". Com nosso portfólio, acreditamos atingir cerca de 38% de todos os subsegmentos do mercado de Animais de Companhia. Dentro dos subsegmentos que atuamos, temos 21% de participação em 2020, e nossa estratégia de lançamentos de produtos permitirá maior abrangência.

Pretendemos continuar com nossa P&D de novos produtos e com o aprimoramento dos produtos-chave de nosso atual portfólio, além de entrar no importante mercado de biológicos (vacinas) para consolidação de nossa marca no segmento. Em 2120, o portfólio da companhia contou com 39 produtos para Animais de Companhia

Segmento de Operações Internacionais.

Reforçamos nosso plano de crescimento internacional por meio da revisão da estratégia de *"go-to-market*" local*,* nos mercados-chave de saúde animal da América Latina, principalmente México e Colômbia. Também temos a oportunidade de registrar, nesses mercados, novos produtos já registrados no Brasil e de levar à estas novas localizações, a nossa estrutura comercial. Nossa visão para cada país é a seguinte:

México. O México possui um dos maiores mercados de saúde animal da América Latina com um rebanho bovino de aproximadamente 35,5 milhões de cabeças em 2020, de acordo com dados do Conselho Mexicano de Carne de 2021.

Diferentemente do mercado brasileiro de saúde animal, a venda direta para grandes produtores pecuários e para distribuidores, no mercado de saúde animal mexicano, é significativa, devido a existência de grandes operações intensivas no país, tanto na produção de leite como na produção de carne em confinamento (*feedlots*). Diante disso, seguimos com a estratégia estabelecida em anos anteriores de fortalecimento da equipe própria para maior aproximação com esses grandes produtores e também os canais de distribuição. Neste sentindo estamos agora também estendendo nossa presença no varejo, através de uma equipe própria de geração de demanda junto aos 500 maiores pontos de vendas do país. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país reside no desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1997, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país.

Continuamos com o processo de incremento e desenvolvimento das equipes comerciais, de assistência técnica e *marketing* próprias, intensificando dessa forma um controle direto das nossas operações comerciais no país e uma maior aproximação com o consumidor final que vem aumentando nossa influência no processo de sua decisão de compra.

Colômbia. A Colômbia possui outro dos maiores mercados de saúde animal da América Latina, com um rebanho bovino de 28,5 milhões de cabeças em 2020, de acordo com dados da Food and Agriculture Organizazion of The United Nations (FAO).

No mercado colombiano de saúde animal, os grandes participantes do mercado global possuem subsidiárias instaladas para atender o mercado local, o que demonstra a atratividade desse mercado. Além disso, parte importante de nossa estratégia de crescimento para o país, assim como no mercado mexicano, vem sendo realizada por meio do desenvolvimento de novos produtos e seu licenciamento para comercialização junto aos órgãos regulatórios locais, com os quais possuímos contato desde 1998, quando obtivemos nosso primeiro registro de produto no país. Com o objetivo de aumentar nossa participação de mercado na Colômbia, adquirimos em 2015 nosso distribuidor local, possibilitando a instalação de uma controlada no país e o controle das políticas de comércio, *marketing* e assistência técnica locais, provendo maior agilidade em nossos processos decisórios de captura de oportunidades. Estamos seguindo, assim, com a

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

estratégia de aumentar nossas margens e participação de mercado, desde que passamos a eliminar intermediários e passamos a nos aproximar mais dos consumidores finais.

Estratégia e Novos negócios.

Além do contínuo desenvolvimento nos segmentos em que já atuamos, também analisamos potenciais aquisições e parcerias a fim de reforçar nossa posição nesses segmentos e também expandir nosso portfólio de produtos e nossas atividades em novos mercados. Possuímos comitês estruturados de forma a avaliar oportunidades em regiões da América Latina que possuam potencial de escalabilidade e ganho de eficiência. Os principais segmentos que buscamos neste sentido são os de diagnósticos, nutrição, biológico, medicamentos substitutos para antibióticos e ectoparasiticidas.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Não aplicável.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Os produtos por nós comercializados são segmentados em três categorias: (i) animais de produção; (ii) animais de companhia; e (ii) operações internacionais.

Animais de Produção

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de vacinas e produtos veterinários para animais de produção, que consistem em:

- ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos);
- aves;
- suínos; e
- equinos.

Ademais, este segmento compreende também a prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor. Atendemos, para este segmento, mais de 4.500 clientes ativos no Brasil, contando com um portfólio de 71 produtos veterinários para o ano de 2020, que compreendem, dentre outros, vacinas, antiparasiticidas, antibióticos, terapêuticos e nutricionais.

Animais de Companhia

Este segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de produtos veterinários para cães e gatos.

Atendemos, para este segmento, 41 áreas de distribuição no Brasil, que chegam a atingir mais de 27 mil pontos de vendas, contando com um portfólio de 31 produtos veterinários no ano de 2020, que compreendem, dentre outros, otológicos, dermatológicos, nutricionais, antibióticos, anti-inflamatórios, antiparasiticidas e desinfetantes.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de vacinas e produtos veterinários para Animais de Produção e Animais de Companhia para o mercado externo. Atualmente, exportamos nossos produtos para 15 países, sendo os mais importantes para nossa estratégia de crescimento, o México e a Colômbia.

Nossos produtos também podem ser divididos nas seguintes categorias, de acordo com seus tipos, finalidades e áreas terapêuticas:

Categoria	Descrição	Número de Produtos por Segmento (2020)			% da Receita Líquida (2020)
		Animais de Produção	Animais de Companhia	Operações Internacionais	
Antiparasiticidas	Produtos que previnem ou eliminam parasitas externos e internos, como pulgas, carrapatos e vermes	16	3	A Ourofino atualmente exporta para 15 países em todo o mundo	33,59%
Terapêutico	Produtos utilizados na prevenção e tratamento de doenças, como anti-inflamatórios, analgésicos e hormônios	19	16		28,08%

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Antibióticos	Produtos que previnem, matam ou retardam o crescimento de bactérias, fungos ou protozoários	16	5		16,63%
Outros	Produtos complementares: dor e sedação, oncologia e produtos antieméticos	10	10		10,37%
Vacinas	Preparações biológicas que previnem doenças dos tratos respiratório, gastrointestinal e reprodutivo ou induzem uma resposta imune específica	4	-		9,4%
Nutricionais	Produtos que fornecem medicamentos, nutrientes e probióticos para o gado	4	5		1,88%
Número de produtos no portfólio (2021)		71	31	97(1)	-

(1) 32 no México e 31 na Colômbia, entre produtos para Animais de Produção e Animais de Companhia.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
(em R$ milhares, exceto %)	**2020**	**% do total**	**2019**	**% do total**	**2018**	**% do total**
Animais de Produção	543.259	74,41%	467.083	75,4%	458.584	77,8%
Animais de Companhia	100.135	13,72%	88.234	14,2%	75.615	12,8%
Operações Internacionais	86.714	11,88%	64.268	10,4%	55.016	9,3%
Receita líquida	**730.108**	**100,00%**	**619.585**	**100,0%**	**589.215**	**100,0%**

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Tendo em vista que as despesas gerais e administrativas, o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social são geridos de forma única, não temos por prática a segregação destas para nossos diferentes segmentos. Assim, não é possível auferir a participação de cada segmento no nosso lucro líquido. No entanto, apresentamos abaixo o lucro operacional de cada segmento antes das despesas gerais e administrativas, bem como o lucro líquido total de nossas atividades.

Apresentamos abaixo a participação dos três segmentos em nossa receita líquida nos últimos três exercícios sociais:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020						
(em R$ milhares, exceto %)	**Animais de Produção**	**% do total**	**Animais de Companhia**	**% do total**	**Operações Internacionais**	**% do total**	**Total**
Lucro bruto	**248.590**	**66,47%**	**69.670**	**18,63%**	**55.726**	**14,90%**	**373.986**
Despesas com vendas	**-120.118**	**70,59%**	**-25.109**	**14,76%**	**-24.931**	**14,65%**	**-170.158**
Despesas com pesquisas e inovação							**-39.668**
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	**-47.225**

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

(não segmentadas)							
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	**-14819**
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	**102.115**
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	-8.278
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	**93.837**
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	**-4.124**
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	**89.713**
	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019						
(em R$ milhares, exceto %)	**Animais de Produção**	**% do total**	**Animais de Companhia**	**% do total**	**Operações Internacionais**	**% do total**	**Total**
Lucro bruto	**208.530**	**67,80%**	**61.134**	**19,90%**	**37.932**	**12,30%**	**307.596**
Despesas com vendas	**-132.272**	**69,20%**	**-32.079**	**16,80%**	**-26.715**	**14,00%**	**-191.066**
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	**-44.874**
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	**140**
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	**71.796**
Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	-13.838
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	**57.958**
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	**-11.680**
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	**46.278**
	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 (consolidado)						
(em R$ milhares, exceto %)	**Animais de Produção**	**% do total**	**Animais de Companhia**	**% do total**	**Operações Internacionais**	**% do total**	**Total**
Lucro bruto	**235.952**	**72,80%**	**53.200**	**16,40%**	**34.978**	**10,80%**	**324.130**
Despesas com vendas	-120.931	69,70%	-28.880	16,60%	-23.717	13,70%	-173.528
Despesas gerais e administrativas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	-43.259
Outras receitas, líquidas (não segmentadas)	-	-	-	-	-	-	-9.369
Lucro operacional	-	-	-	-	-	-	**97.974**

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Resultado financeiro (não segmentado)	-	-	-	-	-	-	-15.150
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	**82.824**
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-13.957
Lucro líquido das operações continuadas	-	-	-	-	-	-	**68.867**

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Nossa geração de valor ao mercado está intimamente relacionada à capacidade de entender, pesquisar e desenvolver soluções, quer sejam produtos ou serviços, que atendam as necessidades atuais de nossos clientes e as tendências do mercado de produção de proteína animal e de animais de estimação.

Superar de forma assertiva e ágil o desafio de gerar soluções de valor e manter um portifólio robusto, requer uma equipe comprometida e altamente capacitada com relação ao acompanhamento e análise dos diferentes segmentos do mercado de saúde animal, tendências do setor, pesquisa e desenvolvimento, assuntos regulatórios e estudos clínicos.

O passo inicial de todo este processo consiste em uma profunda compreensão dos desafios atuais e futuros do setor e uma articulação adequada para a resolução do problema ou “das dores” do cliente. O entendimento dos desafios e necessidades do mercado é um processo contínuo e coordenado que envolve desde a equipe técnica e comercial, até fóruns de discussão com clientes e especialistas, sendo este processo coordenado pela área de Gestão Estratégica de Portfolio (GEP), área alocada dentro da Diretoria de Desenvolvimento Estratégico e Novos Negócios (DENN).

A Diretoria de DENN, conta também com a área de Inteligência de Mercado (IM) que atua em conjunto com a GEP nas análises do mercado atual, tendências relacionadas ao uso de produtos veterinários e construção de cenários. A partir deste amplo entendimento e, alinhado ao planejamento estratégico da empresa e as informações advindas dos clientes e especialistas, a área de GEP envolve outras áreas da empresa, tais como Novos Negócios (NN), Assuntos Regulatórios, Gestão de Projetos, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Finanças, a fim de, transformar as oportunidades levantadas em inovações e soluções, que atendam às necessidades do mercado de forma eficaz e segura, além de, estarem totalmente alinhadas aos requisitos regulatórios e de mercado. E ao mesmo tempo que coordena o desenvolvimento dos novos produtos e serviços, a área de GEP trabalha com as Unidades de Negócios (UN) na construção de cenários comerciais para cada um deles e ao final, juntamente com a área Financeira, são feitos os estudos de viabilidade financeira para cada projeto.

Uma forma de ampliar nossa capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, é através da adoção da estratégia de inovação aberta, ou seja, além do conhecimento interno firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Estratégia estruturada e uma clara visão de futuro, proximidade com clientes e especialistas, estrutura organizacional que privilegia ideação, desenvolvimento e inovação, fazem com que pipeline e portfolio permitam a sustentabilidade e perpetuação do negócio.

Adicionalmente, o escopo de pesquisa e desenvolvimento compreende:

- Projetos, responsável pela priorização e acompanhamento de projetos de P&D através de ferramentas de gestão e controle dos projetos;
- núcleo de propriedade intelectual (com atribuição de registro de marcas e depósito de patentes no Brasil e no exterior); além da responsabilidade de monitoramento das patentes feitas pela concorrência (produtos, tecnologias etc.);

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- área de assuntos regulatórios, responsável pela submissão do pacote regulatório para registro de novos produtos aos órgãos regulatórios competentes no Brasil e no exterior, bem como pela vigilância regulatória e manutenção das licenças vigentes, tanto para produtos, quanto para estabelecimentos;
- área de estudos/pesquisas clínica e pré-clínicas, responsável pelas provas de conceito (pré-clínicos) para auxiliar na escolha da melhor formulação e pelo desenvolvimento e atendimento regulatório através de testes clínicos oficiais para registro de novos produtos;
- área de pesquisa e desenvolvimento, responsável pela tecnologia farmacêutica (desenvolvimento de formulações), desenvolvimento métodos analíticos e bioanalíticos, estudos de estabilidade, biotecnologia (tecnologias de produção em bactérias e leveduras, DNA recombinante). A gerência de pesquisa e desenvolvimento está separada em fármacos e biológicos, visando maior foco e desempenho nas ações mais particulares de cada tipo de produto.

Com o intuito de tornar nosso setor de P&D mais eficiente, firmamos parcerias com diversos pesquisadores, universidades e centros de pesquisa nacionais e internacionais. Adicionalmente, conduzimos estudos clínicos e pré-clínicos em bovinos, suínos e ovinos, além de realizar análises laboratoriais de suporte, em uma fazenda experimental localizada na cidade de Guatapará, no Estado de São Paulo.

Nosso processo de pesquisa e desenvolvimento pode ser dividido em 5 fases, sendo executado pelas Diretorias de P&D mais DENN:

(1) **Ideação e concepção**: essa fase consiste (a) na identificação de demanda do mercado; (b) em inovações realizadas pelo nosso time de P&D; (c) desenvolvimento de nosso portfólio de produtos por meio de avaliações e pesquisas frequentes.

(2) **Desenvolvimento Inicial**: essa fase consiste na discussão dos possíveis caminhos de desenvolvimento e da análise de viabilidade das inovações potenciais identificadas na primeira fase. Este processo compreende uma análise técnica e comercial do projeto pelas nossas áreas técnicas, comercial e marketing e financeira.

(3) **Prototipagem**: essa fase consiste na produção do protótipo do produto em nossa linha piloto. Nessa fase o produto tem seu conceito e eficiência aprovados ou rejeitados por nossa equipe técnica.

(4) **Desenvolvimento avançado**: nesta fase a formulação escolhida é testada tanto em condições controladas como em condições reais de uso e ao final, é feito o escalonamento industrial e preparação do dossier de registro para submissão às autoridades regulatórias.

(5) **Registro & Pré-comercialização**: Nesta fase são preparados os planos de marketing e serviços técnicos, visando o lançamento do produto. Caso aprovado pelas autoridades, o produto passa a integrar nosso portfólio e é comercializado.

Com relação ao nosso processo de produção, este é conduzido em nosso parque industrial, localizado na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, que conta com uma infraestrutura moderna, , separada em diferentes blocos onde estão nossas plantas de biológicos e de farmacêuticos, que incluem os produtos terapêuticos hormonais e defensivos animais.

Biológicos

Nosso processo de produção de biológicos atualmente consiste primeiro na produção de vacinas contra febre aftosa. Sua produção tem início com o escalonamento de cultivo de células BHK_{21},

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

provenientes do banco de células, até obter volume de 5.000 litros. Este volume é atingido acrescentando-se meio de cultivo para células, que é uma mistura de vários componentes, como proteínas, vitaminas e fatores de crescimento. Estes, por sua vez, são dissolvidos em água para injetáveis (WFI), suplementando com soro bovino e esterilizado por filtração.

Posteriormente, as células são transferidas para a área de máxima biossegurança (nível 4 NBS), onde são infectadas com vírus da febre aftosa para a produção do cultivo de vírus. O cultivo viral é clarificado por centrifugação para retirada do debri celular e, posteriormente, inativado com adição de etilenimina binária – BEI para impossibilitar sua capacidade de replicação e transferidos para área de quarentena.

Depois de conferir a inativação do vírus, por parte do laboratório de controle de processo, estes são transferidos para a área de formulação, onde são concentrados e purificados. Posteriormente, eles são misturados com o adjuvante oleoso para obtenção da vacina granel, que é envasada em quatro apresentações 15 doses (30 ml), 50 doses (100 ml), 50 doses (100ml) e 125 doses (250 ml) para comercialização no mercado nacional e no mercado externo.

Todo esse processo de produção das vacinas contra febre aftosa passa por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada, para então serem enviadas para testes oficiais no MAPA.

Outra vacina que é produzida é a vacina de Circovírus para suínos. Uma vacina recombinante utilizando a plataforma de Baculovírus. Sua produção tem início com o escalonamento de cultivo de células TN, provenientes do banco de células, até obter volume de 400 litros. Este volume é atingido acrescentando-se meio de cultivo para células, que é uma mistura de vários componentes, como proteínas, vitaminas e fatores de crescimento específicos para este tipo de células.

Posteriormente, as células são infectadas com Baculovírus que contém as sequências recombinantes de proteínas de interesse do Circovírus para a produção do cultivo de vírus. Terminado o cultivo as células passam por homogeneizadores de alta pressão para liberar os antígenos que são posteriormente inativados quimicamente com β- propiolactona e acondicionados em bag estéril e levados para câmara fria para quarentena.

Depois de conferir a inativação do vírus, a concentração de antígenos e esterilidade, por parte do laboratório de controle de qualidade, estes são transferidos para a área de formulação, são misturados com o adjuvante (polímero) e soluções estabilizantes para obtenção da vacina granel, que é envasada em duas apresentações 50 doses (50 ml) e 100 doses (100 ml).

Todo esse processo de produção das vacinas contra Circovirose passa por um rígido controle de qualidade, desde a produção de células e vírus até a vacina envasada, para então serem disponibilizadas para área comercial.

Farmacêuticos

Buscamos nortear o processo de fabricação de nossos produtos farmacêuticos por práticas denominadas BPF (Boas Práticas de Fabricação) estabelecidas pelo MAPA que têm como objetivo assegurar que nossos produtos tenham a mais alta qualidade e eficiência do mercado. A totalidade dos insumos produtivos passa pelo nosso controle de qualidade e, do mesmo modo, todos os produtos acabados são testados pelo controle de qualidade antes do envio ao mercado.

Injetáveis. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área limpa classificada. Temos linha de alta capacidade produtiva que dispõe de

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

lavadora automática, túnel de esterilização, envase e recrave automáticos. Ainda, temos outras duas linhas de envase para processo de produtos de grandes volumes e frascaria de plástico.

Líquidos orais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase.

Cremes e pomadas. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Temos duas salas de envase segregadas: uma com processo estéril para a produção de antimastíticos e uma segunda para a produção de pomadas. Na primeira sala a substância formulada é enviada via tubulação para o envase em máquina automática e na segunda o produto é transportado em tanques móveis (Bins) para a sala de envase. Há produção de seringas, bisnagas plásticas e metalizadas.

Sólidos. O setor de sólidos é dividido em comprimidos e pós. No setor de comprimidos a substância de formulação é produzida em misturadores em “V” de aço inox 316L e transferidos para a sala de compressão. Caso seja requerido o revestimento das drágeas executamos este processo em área adjacente. Após a drágea pronta é executado o processo de embalagem final. No setor de pós, os insumos são misturados em equipamentos em “V” e Ribbons Blenders. Após a mistura, a substância pode ser envasada em sacos, potes ou sachês.

Hormônios. Os insumos são misturados em reatores de aço inox 316L para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase com área classificada quanto à esterilidade.

Defensivos Animais. Os insumos são misturados em reatores de aço inox para a obtenção da substância formulada. Posteriormente, esta substância é enviada via tubulação para salas de envase. Há duas salas de envase distintas para cada classe de produto: pequenos volumes e grandes volumes.

O processo produtivo de nossos produtos é do tipo batelada, ou seja, trabalhamos com lotes de produção sequenciais. Estes processos produtivos são, por força da legislação aplicável, únicos e padronizados e têm sua origem no momento de desenvolvimento dos produtos. Sendo assim, após a definição da fórmula e dos processos produtivos correspondentes a determinado produto, qualquer alteração posterior deverá ser previamente aprovada pelo MAPA

Buscamos realizar durante todo o ano em nossas plantas manutenções preditivas e preventivas. Paradas momentâneas de equipamentos para reparos ocorrem ocasionalmente e são executados em sua maioria por colaboradores qualificados da própria empresa. Todo o nosso parque fabril possui coberturas de seguros para os principais riscos relacionados ao nosso negócio.

Nossas instalações produtivas são bastante flexíveis, o que nos permite produzir uma grande quantidade de formas farmacêuticas e apresentações.

Relacionamento Comercial via Centro Técnico de Capacitação

Oferecemos diversos cursos nas áreas de gestão de propriedades leiteiras e corte, manejo, gestão de pessoas (gerentes e capatazes), casqueamento, nutrição, e reprodução como os cursos de inseminação artificial em tempo fixo (IATF) ultrassonografia e Doppler na Fazenda Experimental Ourofino. Promovemos a capacitação de profissionais de todo o Brasil possibilitando o acesso ao conhecimento técnico, relativo à produtividade com rentabilidade do setor agropecuário. Investimos na capacitação deste pessoal arcando com todas as despesas como estadia, alimentação e materiais utilizados no curso. Contamos com o apoio de especialistas do departamento técnico mestres e doutores além de profissionais renomados em

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

áreas distintas como gestão de propriedades que contribuem na aplicação prática dos conceitos trabalhados em sala de aula e aulas práticas nas próprias dependências do CTC (Centro Técnico de Capacitação), no intuito de levar aos produtores soluções eficientes que melhoram a performance da produção e incrementam a rentabilidade do setor. No último dia do treinamento oferecemos aos participantes uma visita à nossa sede, para que conheçam o processo de fabricação dos produtos que utilizaram.

Nº de pessoas capacitadas no CTC	
2012	89
2013	522
2014	498
2015	645
2016	513
2017	469
2018	609
2019	663
2020	92[1]
2021	130[2]

[1] Devido à pandemia, os treinamentos presenciais aconteceram até 13/03.

[2] Devido à pandemia, os treinamentos presenciais foram impactados, devendo retomar os patamares anteriores em 2022..

(b) característica do processo de distribuição

As vendas de nossos produtos são altamente pulverizadas, abrangendo todo o território nacional e alguns países estrangeiros. Nossa equipe comercial realiza visitas mensais aos nossos clientes e vende diretamente para os canais de atendimento, que incluem revendas agropecuárias, cooperativas, agroindústrias, distribuidores e produtores pecuários. Assim, nossa estrutura logística precisa ser capaz de atender diferentes volumes e tipos de pedidos em todo o território nacional e internacional. Para tanto, adotamos uma operação logística descentralizada, por meio de seis centros de distribuição locados de terceiros, localizados em Vinhedo, Cachoeirinha, Aparecida de Goiânia, Betim, Cajamar (PET) e Cuiabá. Esses centros de distribuição são abastecidos de acordo com a previsão de demanda.

Dessa forma, após a fabricação, todos os produtos liberados pelo controle de qualidade são vendidos para os centros de distribuição referidos acima, e uma parte fica armazenada na fábrica cumprindo o prazo de análise e liberação, funcionando como uma reserva de abastecimento complementar, o que permite mais rapidez no abastecimento dos centros de distribuição em caso de rupturas de estoques.

Além disso, estabelecemos os centros de distribuição de acordo com a nossa estratégia de negócio, buscando novas oportunidades e ganhos de eficiência logística por meio de aproximação dos mercados mais relevantes para nossos produtos. Com estoques mais próximos

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

aos mercados, conseguimos reduzir os prazos de entrega, diminuir os custos dos pedidos, aumentar o nível de serviço e a satisfação de nossos clientes.

Nossa malha logística nos permite atender a praticamente todos os municípios do Brasil, com alto nível de serviço. Operamos atualmente com operador logístico, que seleciona as transportadoras com base no custo de pedido e, principalmente, no nível de serviço para cada região, garantindo a efetividade de nossa estratégia de vendas pulverizadas.

Para produtos destinados ao mercado externo, contratamos empresas de exportação especializadas. Atualmente, contamos com três fornecedores de serviços (transportadoras) para a realização de exportações, que são efetuadas em três diferentes modais: marítimo, aéreo e rodoviário, dependendo do destino e necessidade do importador.

A contratação dos fretes internacionais se dá por meio de agentes de cargas, enquanto a emissão do RE (registro de exportação), do SD (solicitação de despacho) e a liberação da carga propriamente dita são realizadas por despachante aduaneiro contratado pela empresa.

(c) características dos mercados de atuação

Visão Geral

A indústria de saúde animal, que compreende a fabricação e comercialização de produtos de uso veterinário destinados a animais de produção e animais de companhia (*pets*), é um setor econômico global em crescimento e que passa por algumas transformações, sendo elas:

- Inovação na linha de cuidados;
- Aumento das exigências regulatórias;
- Evolução do consumo de proteína animal;
- Humanização e aumento de gastos com pets;
- Aumento da produtividade no campo;
- Transformação da experiência do cliente;
- Busca por alimentos saudáveis e rastreáveis;

Todos estes fatores impactarão diretamente o uso dos produtos veterinários, e a Companhia deverá passar por adaptações em suas estratégias de portfólio de produtos, pesquisa e desenvolvimento e acesso a mercado.

O setor global de saúde animal possui como característica a volatilidade no desenvolvimento, elaboração e fabricação de novos produtos ou aprimoramento dos produtos já existentes, adequando-se às necessidades dos clientes em diferentes regiões e países pelo mundo. O Brasil, sendo um país de proporções continentais, também apresenta tais variações:

- diferenças econômicas, tais como padrões de vida em regiões mais ou menos desenvolvidas;
- diferenças culturais, tais como preferências alimentares para diferentes animais em cada região;
- diferenças epidemiológicas, como a prevalência de certas cepas bacterianas e virais;
- diferenças de tratamento, como a utilização de diferentes tipos de medicamentos e vacinas, em particular os produtos de alta tecnologia;

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

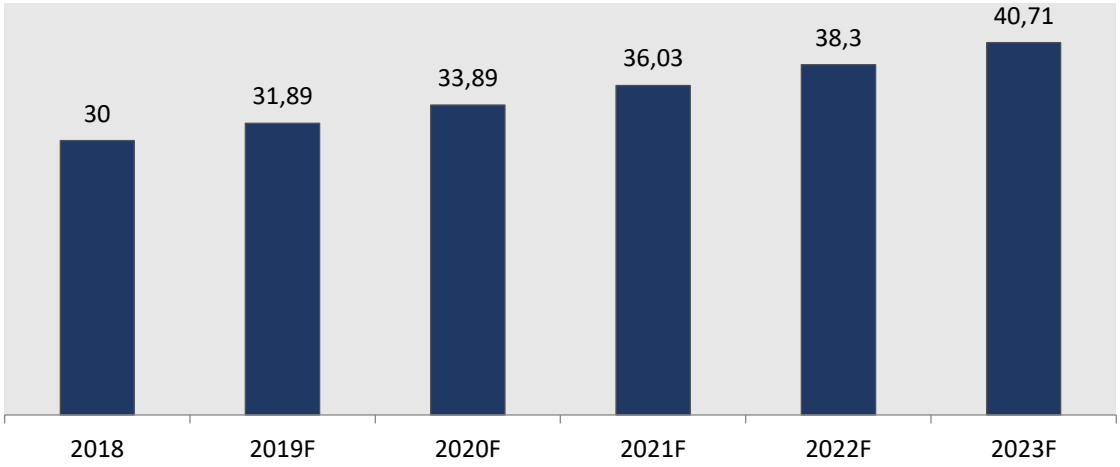
- diferenças ambientais, tais como a sazonalidade, o clima e a disponibilidade de terra arável e de água doce; e
- diferenças regulamentares, como as normas para a aprovação de produto e manufatura, no caso de produção orientada à exportação.

Tem-se observado, nos últimos anos, um crescente aumento na demanda por proteína animal e laticínios na alimentação da população mundial, ocasionado principalmente pelo aumento populacional no mundo, melhora de poder aquisitivo de uma parte significativa da população mundial e de estudos que orientam o consumo de maior quantidade de proteína animal na dieta alimentar. Aliado a este fator, acreditamos que o crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos também tem levado ao aumento do rendimento disponível das pessoas, acarretando no aumento de animais domésticos, ou *pets*, à escala global.

Para conseguir responder a este aumento na demanda por proteína animal e laticínios em escala global, a utilização de medicamentos e produtos veterinários, bem como de vacinas animais, é fundamental para apoiar o crescimento esperado dos rebanhos e aumentar a eficiência do processo de criação, mantendo os animais livres de doenças. No mesmo sentido, o aumento no número de animais domésticos tem levado ao aumento consistente da demanda por tratamentos médicos para *pets*, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e o surgimento constante de novas vacinas e medicamentos.

O mercado mundial de saúde animal tem crescido constantemente nos últimos anos com uma taxa composta de crescimento anual de 5% (Health for Animals, com dados Vetnosis) de 2016 a 2018, chegando em 2021a um valor estimado de US$ 36 bilhões de dólares (previsões EY, a partir de dados Animal Pharm).

Mercado global de saúde animal, em bilhões de dólares



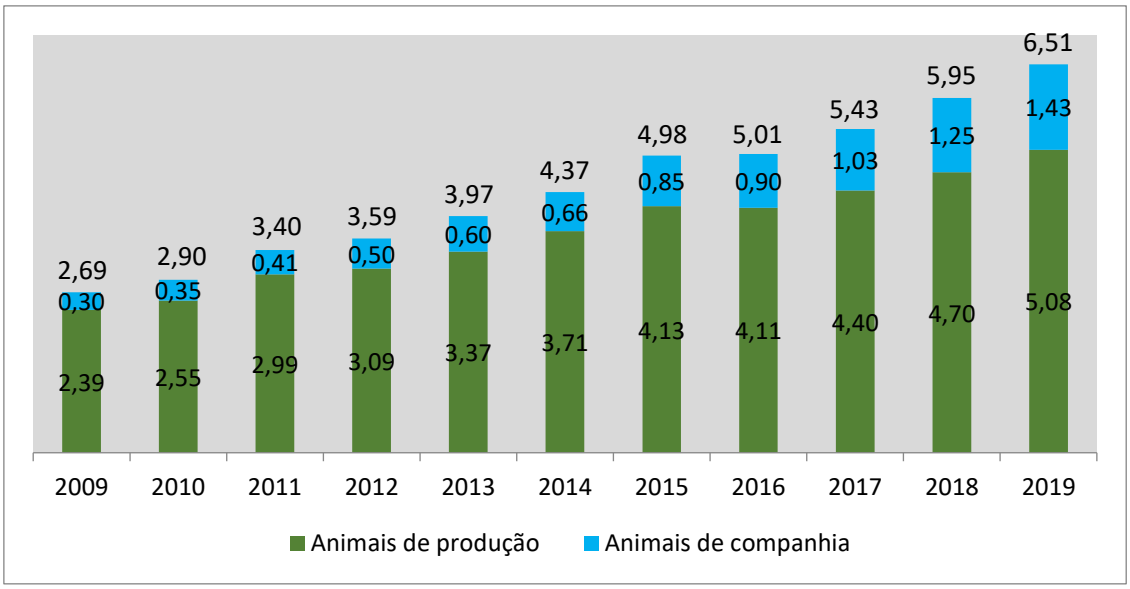
Fontes: Elaboração interna, com base em dados da Animal Pharm

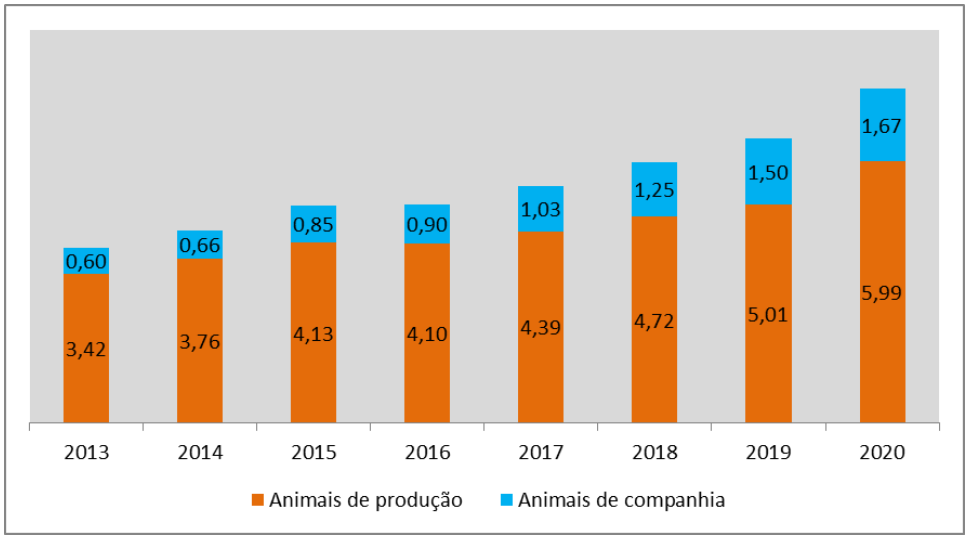
O Brasil é um dos mais importantes países no cenário mundial de saúde animal, É esperado que o mercado brasileiro continue crescendo a uma taxa maior que a mundial: de 2016 a 2020, registrou uma taxa composta de crescimento anual de 11,25%, chegando em 2020 a um valor de R$ 7,66 bilhões de reais.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Mercado brasileiro de saúde animal, em bilhões de reais





Fonte: SINDAN

Animais de produção

O segmento de animais de produção subdivide-se em ruminantes (gado de corte, gado de leite, ovinos e caprinos), equinos, aves e suínos. Os níveis de produção e qualidade deste segmento de mercado são críticos para responder ao aumento da demanda à escala global, fruto do aumento da população mundial e dos padrões de vida da mesma, particularmente nos mercados emergentes. O aumento do padrão de vida e do poder de compra da população nesses mercados gera uma maior demanda por carne bovina e produtos lácteos. Em 2021 apesar do cenário incerto causado pela pandemia do COVID-19, o setor de proteína mitigou os riscos através do aumento das exportações e continuidade dos investimentos em tecnificação.O aumento das exportações de proteína animal também tem se mostrado uma poderosa alavanca para

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

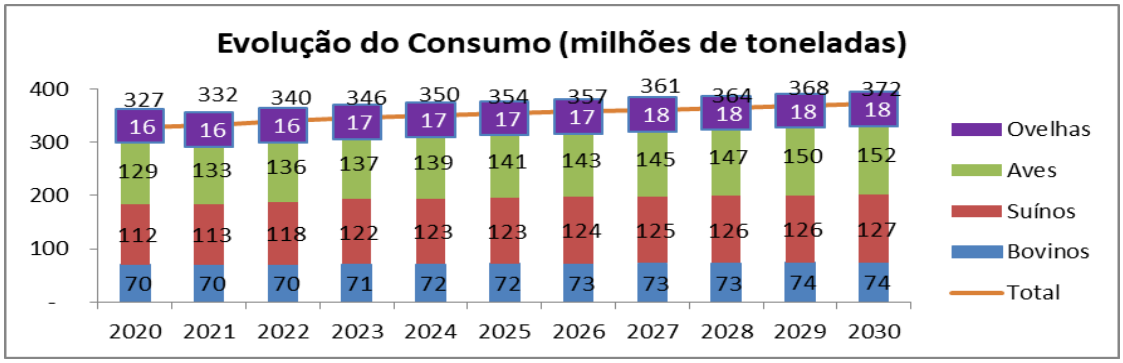
impulsionar o crescimento do setor de saúde animal. Desde 2018, a China consolidou-se como o principal destino da carne bovina brasileira devido à drástica redução de seu rebanho suíno (para menos de 50% com os surtos constantes de Peste Suína Africana), o que propiciou espaço para aumentar as exportações brasileiras de todos os tipos de carne para este país. De acordo com a Secretaria de Comércio Exterior, em 2021, 50% da proteína bovina exportada do Brasil teve a China como destino. A América Latina e Caribe serão os responsáveis por suprir o mundo com os commodities agrícolas, com uma projeção de crescimento de 19%, puxados pela soja, carne bovina, suína, e açúcar, de acordo com o Outlook Agricultural 2021-2030. O atendimento às demandas do segmento de animais de produção para consumo depende altamente do sucesso do mercado de saúde animal e consequentemente do desenvolvimento e aprimoramento dos medicamentos e vacinas veterinárias, com o intuito de impedir a proliferação de doenças, tanto nos animais como nos consumidores finais. Nos últimos anos o nível das exigências em relação a barreiras fitossanitárias pelos países importadores de proteína animal e laticínios, tem aumentado consideravelmente, levando os produtores a terem um maior cuidado com a saúde dos seus rebanhos.

No Brasil, o segmento de animais de produção representa aproximadamente 79% do mercado nacional de saúde animal, com receitas de aproximadamente R$ 5,9 bilhões de reais em 2020.

Alguns fatores que podem ser considerados drivers para este desempenho são:

- aumento do consumo de proteína animal e laticínios;
- necessidade de aumento da tecnificação para elevar a produtividade; e
- escassez de área mundial disponível para a produção animal.

O consumo de proteína animal e laticínios tem apresentado tendência de crescimento, ocasionada pelo aumento da população mundial, particularmente nos países emergentes, e do aumento da economia em escala global. De acordo com o Outlook Agricultural 2021-2030, a estimativa para a população mundial, que sairá de 7,7 bilhões entre os anos de 2018-2020, é projetada um número de 8,5 bilhões em 2030, o que representa uma taxa de crescimento anual de 0,9%. De acordo com dados da FAO, estima-se que o consumo global de carne cresça a uma taxa anual de 1,3% nos próximas 10 anos..



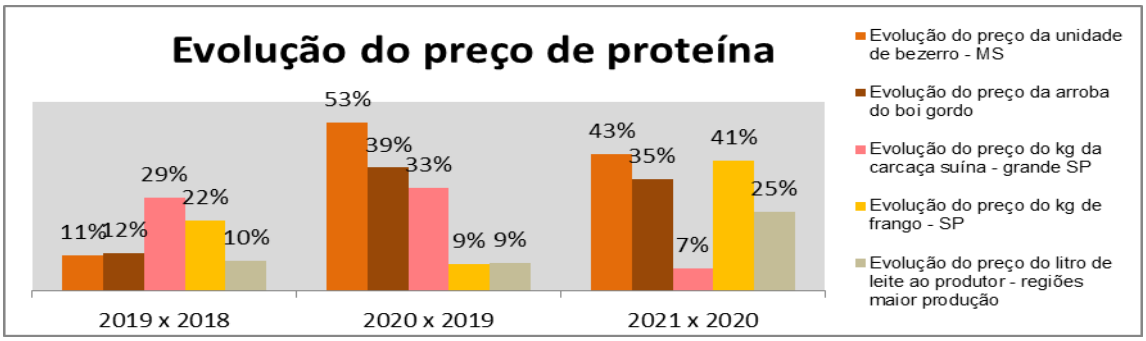
Fonte: OECD FAO Agricultural Outlook 2021-2030

O Brasil é destaque no cenário mundial quando o assunto é produção de proteínas. De acordo com o USDA, nosso país possui o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, além de ser o maior exportador dessa carne, a projeção para 2030 é de que o Brasil represente 29% das

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

exportações totais do mundo. Além disso, é o maior exportador de aves e segundo maior produtor dessa carne. Em suínos, o país é o quarto maior exportador e produtor.

Observa-se, portanto, que o crescimento do mercado de animais de produção no Brasil sofrerá impacto tanto pelo aumento de consumo no Brasil, como pelo aumento do consumo global de carne, leite e derivados, gerando uma pressão positiva para os produtores nos preços recebidos. Em 2021, com relação ao ano anterior, os preços de carne bovina, suína e de aves subiram no mercado nacional aproximadamente 35%, 7% e 41% , respectivamente, de acordo com os dados do CEPEA/ESALQ – USP: “Indicador do Boi Gordo CEPEA/B3”, “Preços da carcaça suína especial (R$/kg)” e “Preços do frango resfriado CEPEA/ESALQ - Estado SP”.



Fonte: Cepea 2021.

O Brasil é destaque no cenário mundial quando o assunto é produção de proteínas. De acordo com dados da FAO, no ano de 2020, o Brasil já tinha cerca de 218 milhões de cabeças de gado,, o Brasil tem o maior rebanho comercial de bovinos do mundo, além de ser o maior exportador desse tipo de carne. Ainda, é o maior exportador de aves e segundo maior produtor desse tipo de carne. Em suínos, o país é o quarto maior exportador e produtor, chegando a exportar cerca de 1 milhão de toneladas da proteína no ano de 2021, tendo a China como principal destino, de acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior.As vendas no mercado de saúde animal também são impactadas de forma relevante pela evidente tendência de aumento de produtividade e crescimento do mercado de animais de produção no Brasil e no mundo. Os produtores e criadores de animais de produção estão cada vez mais conscientes da importância dos produtos de saúde animal para a melhoria dos seus resultados operacionais, como se pode constatar pelo aumento dos seus indicadores de produtividade tanto no mercado de leite como no mercado de carne nos últimos anos. Os custos com saúde animal não devem ser um impedimento para os produtores continuarem a investir na saúde e desenvolvimento de animais de produção no Brasil, visto que representam cerca de 1,5% a 3,0% do custo total de criação de bovinos, por exemplo.

Para dimensionar o avanço da agropecuária e sua tecnificação, vale lançar mão da análise pelo efeito “pouca terra”. Considerando o período de 2003 a 2019, a produção de proteínas de origem animal (carnes, leite, ovos) aumentou 66% em uma área com redução acima de 15%, resultando em uma evolução acima de 96% da produtividade, praticamente dobrando o índice, de acordo com análises da consultoria Athenagro.

Evolução da área de pastagens e da produtividade agropecuária no Brasil

2003	2019	Avanço 2019 x 2003	
		Diferença	%

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Carnes, leite e ovos - milhões de toneladas	40,09	66,49	26,40	65,9%
Área total pastagens - milhões ha	193,00	163,00	-30,00	-15,5%
Produtividade da área ocupada - ton/ha/ano	20,8%	40,8%	20,0%	96,4%

Fontes: Athenagro, dados Conab, Agroconsult, Agrosatélite, IBGE, Inpe/Terraclass, Lapig, Inpe/Prodes, Rally da Pecuária, Map Biomas, Embrapa

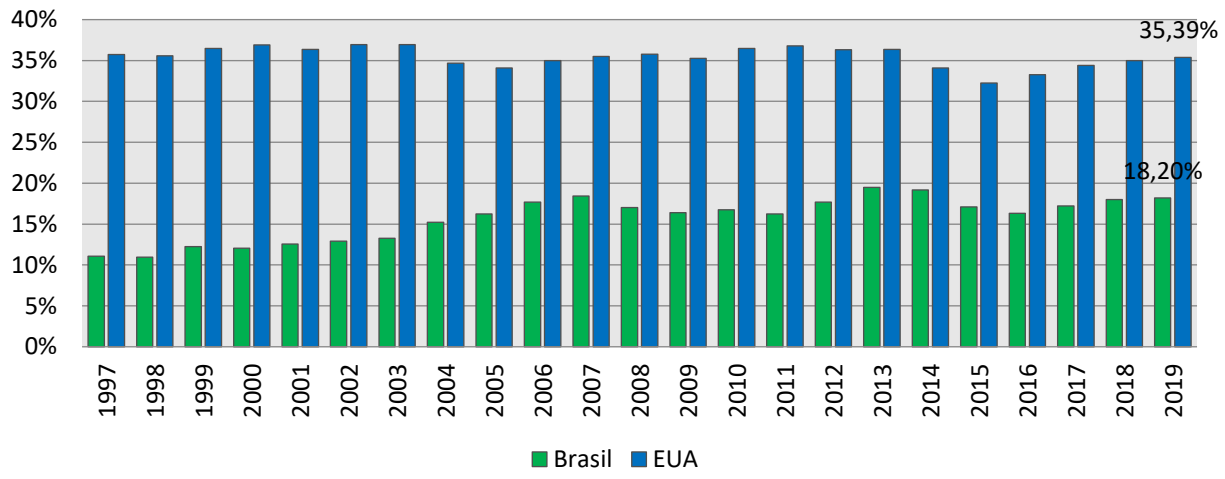
Além disso, em 2019, de acordo com o USDA, nos Estados Unidos, o peso médio dos bovinos abatidos foi de 624 quilos, enquanto no Brasil, a pesquisa trimestral do abate de animais mostrou, para o mesmo ano, peso médio dos animais, de 289 quilos. Ou seja, em média, nos Estados Unidos o animal é abatido com 2,16 vezes o peso do animal brasileiro, demonstrando um grande espaço para aumento de produtividade dos bovinos no Brasil.

Sobre este panorama de melhoria da produtividade, está inserida a indústria veterinária, onde a demanda por produtos veterinários tem potencial crescimento devido ao baixo índice de tecnificação nas propriedades. De acordo com dados da consultoria Athenagro, no ano de 2019, somente 11% do gado bovino brasileiro seria classificado como pertencente a propriedades com alto nível de tecnificação, enquanto 54% dos animais encontravam-se em fazendas de média tecnificação e 36%, em baixa. O uso de tecnologias dentro das propriedades está ligado aos tratamentos curativos e cada vez mais sobre o uso de terapias preventivas, onde o produtor que busca maiores índices de produtividade utiliza um manejo profilático através da vacinação do rebanho. Além disso, outro potencial de difusão é o potencial de melhoramento genético do rebanho brasileiro e o uso de protocolos de reprodução, com a técnica de inseminação artificial por tempo fixo (IATF).

Sobre o uso de protocolos de IATF, que aumentam a produtividade dos pecuaristas, observa-se cada vez mais a aderência por este tipo de tecnologia. O acompanhamento da taxa de desfrute, que é a produção em arrobas ou cabeças em determinado espaço de tempo em relação ao rebanho inicial, é um indicador que mostra essa evolução. Em 1997, essa taxa era de 11% e, em 2019, já passava de 18%, valor ainda baixo, comparado aos Estados Unidos, por exemplo, que estava em 35,4% no mesmo ano, mas mostrando números próximos, praticamente lineares, ao longo dos últimos 22 anos (Fonte: CEPEA). Ou seja, o Brasil mostra bastante espaço para aumentar a produção de seu rebanho e isto tem ocorrido ao longo do tempo.

Histórico da taxa de desfrute no Brasil, 1997 a 2019

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



Fonte: CEPEA

Animais de Companhia

O segmento de animais de companhia, ou pets, subdivide-se em cães e gatos. Um termo mais amplo seria "animais domésticos", que inclui também outros pequenos animais, como peixes, aves, pequenos mamíferos e répteis.

Acreditamos que o forte crescimento econômico mundial ao longo dos últimos anos, em particular nos países emergentes, levou ao aumento do rendimento disponível dos cidadãos mundiais, acarretando o aumento de animais domésticos, ou pets, à escala global. Outro fator a ser considerado é a proximidade da relação de convivência das pessoas com esses animais dentro de suas residências, o aumento da expectativa de vida juntamente com a mudança dos perfis familiares encontrados atualmente.

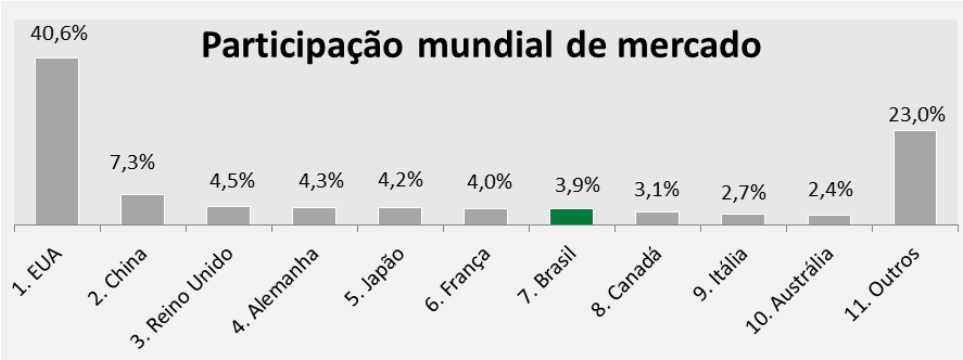
Esses pontos levam ao aumento da demanda de cuidados com os pets, ocasionando o desenvolvimento da medicina veterinária e da indústria do segmento com o surgimento constante de novas soluções para os animais de companhia incluindo vacinas, diagnósticos e medicamentos capazes de aumentar a expectativa e a qualidade de vida desses animais.

No Brasil, com o aumento da renda disponível e melhoria do padrão de vida, o gasto com pets apresenta tendência crescente, tanto em termos absolutos, com o aumento do número de animais de companhia, quanto unitariamente, considerando os gastos incorridos pelos tutores de animais domésticos.

Segundo a Abinpet, o faturamento mundial para animais de companhia no ano de 2020 foi de US$145,8 bilhões, com os Estados Unidos representando quase 40% desse mercado total, seguido da China, com 7,3%.

Principais países em vendas de produtos para animais de companhia

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



Fonte: Euromonitor, elaborado pela Abinpet

O Brasil figura como o sétimo principal mercado, com participação de 3,9% do total de faturamento em dólares, no setor, em 2020. Contudo, em anos anteriores, antes da desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, o Brasil chegou a ocupar a segunda posição em representatividade no faturamento do mercado pet global. Segmentando este faturamento, temos que 75% é advindo de Pet Food, 17% de Pet Vet e 8% de Pet Care.

Em que pese o fato do total de animais de estimação nos Estados Unidos ser de 184 milhões (90 milhões de cães e 94 milhões de gatos de acordo com a APPA, pesquisa 2017/2018), ainda existe um potencial muito grande a ser explorado no mercado brasileiro. Aliado a isto existe o fato de a relação entre as famílias e seus animais de estimação ter se tornado cada vez mais emocional.

Para dimensionar a lacuna de mercado a ser explorada, realizamos um comparativo com o mercado de produtos para cães e gatos dos Estados Unidos, principal do mundo, em termos de penetração da população pet, valor de mercado total e participação de faturamento relacionado a cuidados veterinários neste montante, conforme a tabela a seguir.

	A. População do país	B. Quantidade de cachorros e gatos	Penetração Pet	Mercado total pet	Gastos em saúde vet
	milhões		B / A	US$ Bi	US$ Bi
EUA	328,2	183,9	56%	52,6	31%
Brasil	210,2	80,4	38%	6,2	18%

	A. População do país	B. Quantidade de cachorros e gatos	Penetração Pet	C. Mercado total pet	Gastos em saúde vet	Gasto por animal
	milhões		B / A	US$ Bi	US$ Bi	C / B
EUA	331,1	183,9	56%	59,2	31%	$ 321,89
Brasil	211,8	81,5	38%	6,3	17%	$ 76,93

Abinpet, APPA, IBGE, Censo EUA

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A mudança de status dos pets é evidente. Eles deixaram de ser vistos como animais de estimação para se tornarem membros da família e ninguém deixa um ser que “ama” sem itens fundamentais, como comida, banho, cuidados com a saúde, vacinas, dentre outras.

Em 2020, o segmento de animais de companhia, no Brasil, representou aproximadamente 22% do mercado total de saúde animal, com receitas em torno de R$1,67 bilhão de reais. No período de 2016 a 2020, segundo dados do SINDAN, o mercado de saúde animal para o segmento de pets tem crescido no Brasil, em termos nominais, a uma taxa anual composta de 16,7%, o que pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- Formação de novos perfis de famílias, com redução na quantidade de filhos por casal ou mesmo ocorrência de famílias unicelulares;
- Aumento da renda disponível dos tutores de animais de companhia;
- Aumento da expectativa de vida das pessoas e dos pets;
- Humanização dos pets, fazendo com que as pessoas os tratem como membros da família e gastem maior parte de seus orçamentos com os animais;
- Verticalização dos grandes centros urbanos, o que exige maiores cuidados com os animais domésticos; e
- Lançamento de novas tecnologias de prevenção e tratamento.

Fortes Barreiras à Entrada no Mercado de Saúde Animal

O mercado de saúde animal oferece fortes barreiras para a entrada de novos participantes, as quais defendem nossa posição como o principal player nacional e um dos principais no contexto global. Uma potencial entrada no mercado de saúde animal no Brasil exigirá do novo participante, um processo de autorização legal extenso e oneroso, com um significativo investimento.

Entre as barreiras mais relevantes podemos destacar:

Registro dos produtos

A entrada de novos players está limitada aos tempos de pesquisa e desenvolvimento dos novos produtos e aos prazos para obtenção das diversas autorizações legais e regulatórias. Em média, após concluídos toda a fase interna de pesquisa e desenvolvimento, os registros de produtos junto aos órgãos competentes são concedidos, no prazo aproximado superior a dois anos.

A fabricação de um novo produto no mercado brasileiro de saúde animal pode requerer a construção de uma fábrica totalmente operacional. A construção de uma planta industrial pode levar até dois anos para ser satisfatoriamente concluída.

Marcas

O estabelecimento de marcas fortes, com um track record de sucesso, aliado à fidelidade e uma boa relação com clientes, é essencial para a penetração no mercado de saúde animal.

Rede de distribuição/vendas

A presença de uma rede de distribuição que abrange todo o território nacional, bem como de uma equipe de forças de venda capacitada e de uma rede sólida de clientes, mostram-se essenciais para a entrada no mercado de saúde animal.

Produtos

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O desenvolvimento de novos produtos ou aprimoramento dos já existentes, obtidos a partir do conhecimento de realidade local e da percepção das necessidades dos clientes, que pode apenas ser atingida com a atuação ao longo de muitos anos no mercado, são necessários para a consolidação no setor de saúde animal.

Os novos players devem possuir um vasto portfólio de produtos, com uma completa rede de fórmulas e dosagens, e com diferentes métodos de aplicação adaptáveis a diferentes produtores.

Contexto regulatório

O Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, conforme alterado pelo Decreto nº 8.448, de 6 de maio de 2015, o Decreto 8.840 de 24 de agosto de 2016, e o Decreto 6.296 de 12 de dezembro de 2007, regulam e estabelecem orientações para a inspeção de produtos veterinários e produtos para alimentação animal e de instalações produtivas. Neste contexto, todas as unidades produtivas e plantas industriais do setor de saúde animal devem respeitar as Boas Práticas de Fabricação" definidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

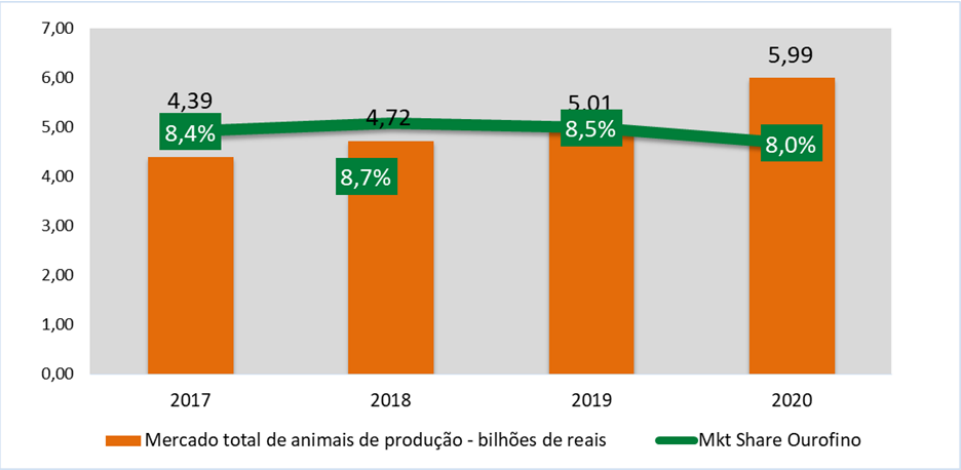
(i) participação em cada um dos mercados

Animais de produção

Nossa média de crescimento anual no segmento animais de produção, no período compreendido entre os anos de 2016 a 2020, de 9,2%, resultando em um Market share no valor de 8% considerando os valores divulgados pelo SINDAN.

Faturamento de Saúde Animal para animais de produção e m*arket share* Ourofino

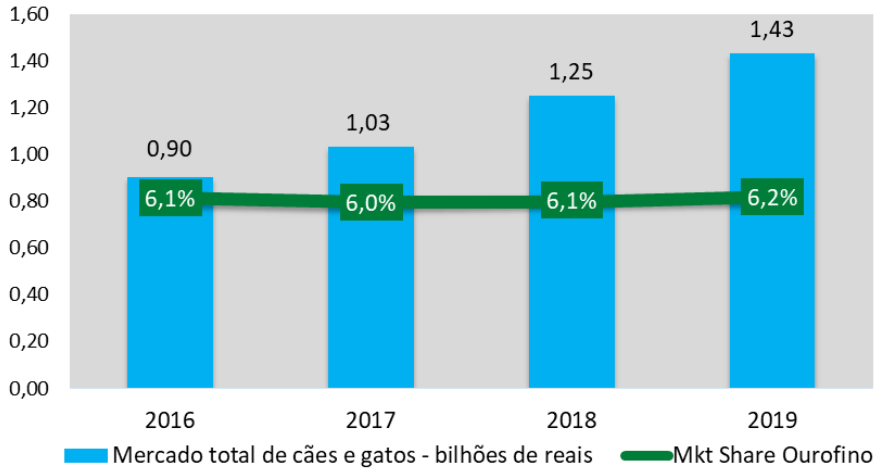
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



Fonte: Análises internas, com base em dados do SINDAN 2020.

Animais de Companhia

Nossa média de crescimento anual no segmento de animais de companhia, no período compreendido entre os anos de 2016 a 2020, foi de 16,1%**Faturamento de saúde animal para cães e gatos e *market share* Ourofino, 2016 a 2019**



Fonte: Análises internas, com base em dados do SINDAN.

(ii) condições de competição nos mercados

Nossos principais concorrentes possuem uma forte presença tanto nos segmentos de Animais de Produção como no segmento de Animais de Companhia. De acordo com os resultados do SINDAN (IG), ocupamos, no final de 2020, a quarta posição no mercado veterinário brasileiro com um *market share* de aproximadamente 8,4%.

Somos a maior empresa brasileira no mercado global de saúde animal, em meio a um cenário de várias fusões e aquisições recentes, que propiciaram concentração de relevância do mercado brasileiro em poucas empresas multinacionais. Alguns exemplos a citar são a aquisição mais recente da Bayer pela Elanco, a Merial sendo adquirida pela Boehringer Ingelheim, a Vallée comprada pela MSD e a Hertape Calier, pela Ceva. Outras aquisições de menores proporções, que serviram para empresas estrangeiras entrarem no Brasil foram a aquisição da Biovet pela

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Vaxxinova, a Vencofarma pela Dechra e ainda, a Clarion e anteriormente a Farmagrícola, pela Vetóquinol.

De acordo com Ajay Dhankhar, da McKinsey, com toda esta movimentação, pode-se esperar que haja, em um horizonte de até cinco anos, um movimento de revisão dos portifólios resultantes, com a venda de muitas marcas de produtos que se tornaram redundantes para as fusões formadas. Assim, estas grandes empresas multinacionais, frutos de M&As, podem inicialmente sofrer reduções de tamanho, devido à transferência de ativos não essenciais, para investir em áreas estratégicas de interesse. Desta forma, empresas locais encontrarão oportunidades de reforçar suas linhas com os produtos repassados.

(d) eventual sazonalidade

A sazonalidade em nosso setor decorre principalmente de fatores como: clima tropical, sistema extensivo de produção e manejo, além de características regionais.

Os produtos que comercializamos são destinados, em sua maioria, ao controle de agentes (parasitas e/ou microrganismos) que acometem os animais nas diferentes fases do seu ciclo de vida. Estes agentes têm o seu desenvolvimento e proliferação ligados a condições climáticas, tais como temperatura e umidade. Assim, as vendas de nossos produtos podem sofrer variações ao longo do ano de acordo com as condições predominantes em cada estação e em cada região do país.

O ciclo de vida dos agentes causadores de doenças se desenvolve com maior ou menor intensidade em decorrência de fatores e condições climáticas, como por exemplo:

- Ectoparasitas externos (moscas, carrapatos, berne, sarna, piolho e pulga): necessitam de calor e umidade para o seu desenvolvimento, portanto se desenvolverão com maior intensidade nas estações da primavera e verão quando estas condições estarão presentes com maior intensidade, criando um ambiente propício para sua multiplicação. Em consequência deste fato, as nossas vendas de produtos para controle destes agentes se intensificarão nestas épocas em decorrência da maior procura dos pecuaristas pelos medicamentos. Pelo outro lado, quando nestas estações a humidade e o calor são menores do que o esperado, ocorre menor utilização dos produtos de controle devido a menor disseminação dos parasitas.

- Agentes causadores de doenças respiratórias: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo o ano, todavia encontram os meios para multiplicação nos animais durante o inverno, quando os mesmos apresentam seu sistema respiratório debilitado em virtude da baixa umidade e temperatura, sendo assim a venda de antibióticos para controle destas doenças aumenta nesta época do ano;

- Agentes causadores de doenças gastrintestinais: estão presentes no meio ambiente ao longo de todo ano, mas encontram condições ideais para acometimento dos animais durante o verão e primavera, quando os mesmos apresentam este sistema mais debilitado em virtude das altas temperaturas e ingestão de alimentos com alto teor de umidade, consequentemente a venda de produtos para controle destas doenças é potencializada nestas épocas do ano;

- Produtos para reprodução: para que os animais se reproduzam é necessário que tenhamos alimento em abundância e esta situação, em sistemas extensivos de criação, predomina durante a primavera, o verão e parte do outono, portanto, os produtos voltados para reprodução serão utilizados com maior intensidade nestas estações.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Possuímos também em nosso portfólio, produtos que não sofrem impacto dos fatores anteriormente mencionados, mas apresentam uma sazonalidade relacionada aos diferentes programas sanitários adotados pelos produtores de determinadas regiões, sendo que este fenômeno é mais comum nas criações com sistemas mais intensivos como nos casos da avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite.

A profissionalização dos produtores e, consequente, aumento do uso de tecnologias é fator importante neste processo, pois tende a diminuir o impacto da sazonalidade das doenças à medida que os produtores passam a se preocupar mais com o controle estratégico (prevenção da doença) do que com o tratamento. Neste caso o uso dos produtos deixa de estar relacionado ao aparecimento das doenças e migra para fases mais específicas de controle, o que tende a diluir o uso dos produtos durante o ano.

De forma geral, possuímos produtos para uso em vários segmentos e que podem ser usados para o tratamento ou controle de mais de uma doença o que faz com que a sazonalidade apresente um efeito muito mais pronunciado para determinados produtos e/ou segmentos do que para o faturamento global do negócio.

Em animais de companhia também há uma sazonalidade de produtos relacionada a condições climáticas, principalmente produtos relacionados ao controle de ectoparasiticidas, que têm venda mais forte no verão, e produtos para doenças articulares e controle da dor no inverno. Esse aspecto não impacta, significativamente, a sazonalidade de venda total da empresa.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Temos um relacionamento de qualidade e de longo prazo com nossos fornecedores, sendo que muitos deles são parceiros de longa data. A relação com nossos fornecedores é regida pelos valores por nós adotados, mas primordialmente pela necessidade de qualidade de fornecimento.

Possuímos um programa de desenvolvimento e qualificação de fornecedores, através do qual são realizadas ações de treinamento, transferência de conhecimento e de tecnologia, bem como são realizadas auditorias de qualidade. Adquirimos matérias primas de fornecedores qualificados, que tenham passado pelo programa de qualificação e que atendam aos nossos requisitos de qualidade.

Nossas relações com fornecedores estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, no caso dos países em que o Brasil possui acordos bilaterais, como Argentina e Uruguai, mas os insumos que adquirimos, bem como nossas atividades, estão sujeitas à regulamentação aplicável. Para mais informações ver item itens 7.5 e 7.7 deste Formulário de Referência.

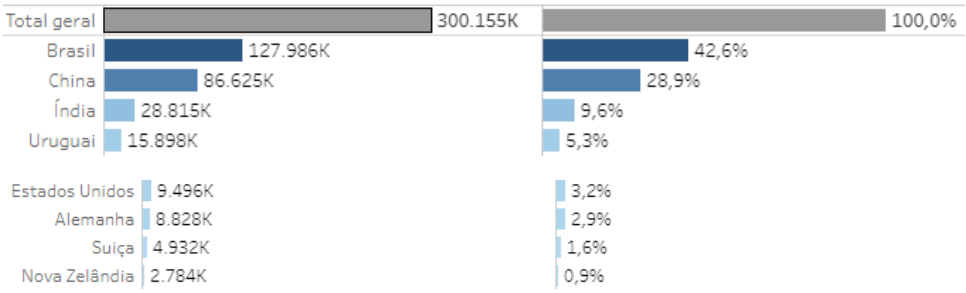
(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Possuímos uma base diversificada de fornecedores e, devido ao esforço ativo na gestão de compras em cada elo da nossa cadeia produtiva, não possuímos forte dependência de um único fornecedor. Somos capazes de responder com considerável agilidade às interrupções de abastecimento de um determinado fornecedor, deslocando o fornecimento do insumo para outro fornecedor qualificado. Adotamos como prática buscar pelo menos dois fornecedores para cada matéria prima, mitigando, assim, o risco de fornecimento.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Nossos fornecedores estão situados no Brasil e em mais 14 países diferentes, com destaque para China, Índia, Uruguai, Estados Unidos, Nova Zelândia, Alemanha e Suiça, sendo que esses países, somados ao Brasil, representam 95% de todas as nossas compras de insumos.

Apresentamos abaixo a representatividade de cada país em relação ao total de todas as nossas compras de insumos:



Fonte: análises internas.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, até meados de 2017 não era relevante a volatilidade nos preços dos insumos que adquirimos para a fabricação de nossos produtos. Contudo, desde o final do ano de 2017 temos observado a volatilidade no preço de alguns insumos importados, de modo que os preços podem ser impactados pela volatilidade da taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano e ao euro.

Com as recentes discussões comerciais entre China e EUA, poderá haver impacto na volatilidade cambial do real em relação ao dólar, também impactando no preço de materiais importados.

Situações emergenciais internacionais poderão impactar na retomada de fabricação e transporte de mercadorias em outros países ou também reduzir a produção do país, impactando em abastecimento de matéria-prima. Em 2021, apesar do cenário de pandemia global e da valorização do dólar, não tivemos falta de insumos e matérias-primas que pudessem impactar as nossas atividades.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Regulatória

A fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário e de alimentação animal em território nacional é realizada pelo MAPA por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

De acordo com os Decretos de nº 5.053, de 22 de abril de 2004 (e suas atualizações), e nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 , todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário e produtos destinado à alimentação animal para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA, para efeito de licenciamento. As licenças para funcionamento dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário e nutrição animal somente serão concedidas após inspeção e aprovação das instalações que devem ser adequadas ao estabelecido pelos mencionados Decretos, atendendo às normas de Boas Práticas de Fabricação ("**BPF**") estabelecidas pelo MAPA, aos regulamentos específicos de produção, ao controle de qualidade e biossegurança por ele definidos, e também às normas de higiene e segurança do trabalho, estabelecidas pelos órgãos oficiais competentes. Uma vez concedida a licença para o funcionamento do estabelecimento da indústria farmacêutica veterinária, esta deverá ser renovada anualmente, devendo a empresa proprietária requerer sua renovação . No caso do estabelecimento que produz, fábrica, manipula, fraciona, importa e comercia produto destinado à alimentação animal, o registro de estabelecimento será efetuado por unidade fabril e terá prazo de validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente.

Os produtos de uso veterinário, nacionais ou importados, incluindo vacinas, devem também ser devidamente registrados e aprovados pelo MAPA, especificamente pela Coordenação de Registro Fiscalização de Produtos Veterinários ("**CPV**") do Departamento de Saude Animal e Insumos Agropecuários ("**DSA**") do MAPA. O registro concedido ao produto de uso veterinário nacional ou importado terá validade por dez anos, renovável, a pedido do interessado, por períodos sucessivos de igual duração, por meio da apresentação de requerimento protocolizado até a data de vencimento. Ademais, a Instrução Normativa SDA Nº 35, de 11 de setembro o de 2017, estabelece os procedimentos para fabricação, armazenamento, manipulação, comercialização, distribuição, importação e exportação de substâncias sujeitas a controle especial quando destinadas ao uso veterinário e dos produtos de uso veterinário que as contenham.

Dada a importância dos produtos veterinários no diagnóstico, na prevenção, no tratamento e na erradicação das enfermidades dos animais, na produção de alimentos e nas questões sobre seu impacto na saúde pública, todo produto deverá cumprir com as mais exigentes normas de qualidade, matérias-primas, processos de produção e de produtos terminados, para o qual se tomarão por referência as reconhecidas internacionalmente.

Caso a Companhia descumpra quaisquer das obrigações perante o MAPA, no que se refere aos produtos de uso veterinários, poderá se sujeitar não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas no artigo 82 do Decreto nº 5.053/04, tais como: (i) advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé; (ii) multa no valor de R$ 880,00 a R$ 2.640,00 (oitocentos e oitenta reais a dois mil seiscentos e quarenta reais), dobrados

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

sucessivamente nas reincidências, até três vezes, sem prejuízo, quando for o caso, do cancelamento do registro do produto ou da cassação do registro do estabelecimento; (iii) apreensão do produto; (iv) inutilização do produto; (v) suspensão da venda ou da fabricação do produto; (vi) cancelamento do registro e licenciamento do produto; (vii) interdição do estabelecimento; (viii) cancelamento do registro e licenciamento do estabelecimento; e (ix) apreensão e inutilização do material de propaganda.

Além dos produtos de uso veterinário, os produtos da Companhia destinados à alimentação animal e classificados como aditivo zootécnico melhorador de desempenho para serem comercializados também devem, obrigatoriamente, estar registrados no MAPA, com exceção de ingredientes, suplementos para ruminantes, premix, núcleos, suplementos destinados a alimentação animal, concentrados e rações destinados à alimentação animal que são isentos de registro, conforme disposto na Instrução Normativa nº 542018, Instrução Normativa nº 110/2020, Instrução Normativa nº 51/2020 e Instrução Normativa 03/2021. O registro destes produtos terá validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período, sucessivamente, desde que pleiteado com antecedência de até sessenta dias do seu vencimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante o MAPA, seja por não manter vigentes os alvarás dos estabelecimentos, ou por não manter vigentes ou renovar os registros dos produtos, ou ainda em caso de não observância da legislação setorial, estará sujeita não apenas a sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas no Decreto nº 6296/2007, tais como: (i) advertência (ii) multa de até dez salários mínimos; (iii) apreensão de matérias-primas e produtos acabados; (iv) suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento; (v) cassação ou cancelamento do registro.

Conforme estabelece a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 e a Resolução nº 1177, de 17 de outubro de 2017, as entidades que fabricam e/ou manipulam produtos de uso veterinários devem, obrigatoriamente, estar registradas perante o Conselho de Medicina Veterinária, correspondente aos Estados/Regiões onde funcionarem, bem como devem obter uma Anotação de Responsabilidade Técnica, indicando o profissional responsável técnico encarregado das atividades veterinárias. Caso a Companhia descumpra quaisquer das determinações estabelecidas na regulamentação aplicável poderá se sujeitar ao pagamento de multa no valor de R$ 3.000,00, dobrada na reincidência até o limite de R$ 24.000,00, nos termos do art. 1º da Resolução do Conselho Regional de Medicina Veterinária nº 682, de 16 de março de 2001.

Conforme estabelece a Lei nº 11.974, de 08 de outubro de 2008, compete ao Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal – CONCEA, credenciar e monitorar as instituições que realizam pesquisas científicas e testes em animais. Cumpre ressaltar que nossos estabelecimentos que realizam pesquisas cientificas e testes em animais estão devidamente registrados perante o CONCEA, bem como tais atividades são realizadas em conformidade com a legislação aplicável. Ademais, nossas atividades de pesquisas científicas e a realização de testes em animais são devidamente supervisionados por nossas Comissões de Ética no Uso de Animais – CEUAs, constituídas para garantir que todas as normas e exigências legais sejam respeitadas durante a realização dos testes.

A Lei de Biossegurança (Lei 11.105 de 24 de março de 2005), estabelece normas de segurança e fiscalização para atividades que envolvam OGM e derivados, sendo que os interessados deverão requerer autorização pela CTNBIO (comissão técnica nacional de biossegurança) para exercerem atividades relacionadas. Cumpre ressaltar que nossos estabelecimentos que realizam atividades que envolvam OGM e seus derivados são devidamente cadastrados e realizam as atividades em conformidade a legislação aplicável. Essas atividades são devidamente supervisionadas pela comissão interna de Biossegurança (CIBIO).

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

De acordo com a regulamentação aplicável, as pessoas jurídicas que desempenhem atividades que envolvem produtos ou substâncias químicas com propriedades destrutivas, tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas, entre outras características, sujeitas ao controle, regulação e fiscalização pelo Exército e pelos Departamentos competentes da Polícia Federal e da Polícia Civil devem requerer as seguintes licenças: (i) Registro emitido pelo Exército; (ii) Certificado de Registro Cadastral e Certificado de Licença de Funcionamento, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Federal; e (iii) Alvará de Licença e Certificado de Vistoria/Inspeção, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Civil Estadual. Caso a Companhia descumpra quaisquer de suas obrigações perante as mencionadas autoridades governamentais poderá se sujeitar não apenas às sanções civis e penais cabíveis, mas também às sanções previstas na Lei n° 10.357/2001 de 27 de dezembro de 2001: (i) advertência; (ii) apreensão do produto ou substância controlada; (iii) suspensão ou cancelamento das licenças; (iv) revogação das licenças; e (v) multa até R$ 1.064.100,00.

Na data deste Formulário de Referência, os estabelecimentos da Companhia cumprem substancialmente com as regras e requisitos da regulamentação aplicável, incluindo a obtenção e renovação das licenças aplicáveis, sendo empregados os melhores esforços e tomadas as medidas necessárias para o regular funcionamento dos estabelecimentos perante as autoridades governamentais aplicáveis.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A nossa Administração entende ter bom relacionamento com o MAPA, bem como com os órgãos ligados ao MAPA, CTNBio – Comissão técnica nacional de Biossegurança, ANVISA, Ministério da Saúde, autarquias de água e esgoto, DAEE – Departamento de Água e Energia elétrica, SAE – Serviço de água e esgoto, CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, dentre outros. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações e registros necessários para a condução de nossas atividades.

Lei Geral de Proteção de Dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados tem evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida são genericamente assegurados pela Constituição Federal e pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. A Lei nº 8.078, de 11 e setembro de 1990, conforme alterada (Código de Defesa do Consumidor) procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei do Cadastro Positivo"), também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do cadastro positivo, com opção de solicitar sua exclusão. A Lei nº 12.965, de 23 abril de 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei nº 13.709 ("**Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**" ou "**LGPD**"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD, que entrará em pleno vigor em agosto de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia e incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD estabelece uma nova estrutura legal para o tratamento de dados pessoais e prevê os direitos dos titulares de dados pessoais, padrões legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, bases legais que justificam o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relacionados a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou tratamento de dados pessoais de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais sejam coletados.

A LGPD será, portanto, aplicada a toda indústria e/ou negócio que realize tratamento de dados pessoais, não se restringindo apenas a atividades de processamento de dados realizadas através da mídia digital e/ou na internet. Além disso, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**") que, entre outras funções, será responsável por elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, bem como fiscalizar a aplicar sanções em caso de descumprimento à legislação, mediante processo administrativo.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Regulamentação Ambiental

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas municipal, estadual e federal em nossos segmentos de atuação. Essas normas estabelecem restrições e condições para nossas operações referentes à utilização de recursos hídricos, emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, uso de substâncias químicas controladas, tratamento de efluentes, gerenciamento de áreas contaminadas, entre outras.

A aprovação de leis e regulamentos mais rígidos, ou a interpretação mais rígida das atuais leis e regulamentos, pode impor novos riscos e/ou custos sobre a Companhia, além de exigir mais investimentos relacionados a equipamentos de prevenção e controle da poluição. A Companhia não tem como garantir que os custos por ela incorridos no cumprimento da legislação ambiental, em vigor e futura, não irão afetar de maneira adversa seus resultados operacionais e situação financeira.

Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação ao meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental junto ao órgão competente.

Neste viés, nossas atividades estão sujeitas ao prévio licenciamento ambiental aplicável para a construção, a implantação, a modificação, a ampliação e a operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores. O processo de licenciamento envolve a emissão consecutiva de três licenças de acordo com as fases do empreendimento, todas com prazos determinados de validade: Licença Prévia (atesta a viabilidade ambiental e estabelece os

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

requisitos básicos para as próximas fases de implementação), Licença de Instalação (autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade) e Licença de Operação (autoriza a operação do empreendimento e/ou atividades), sendo que a licença de operação (LO) emitida precisa ser renovada periodicamente. O processo de licenciamento ambiental costuma ser custoso e longo, envolvendo a apresentação de estudos técnicos. Ainda, a validade das licenças ambientais depende do cumprimento das condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador na respectiva licença.

Buscamos cumprir com as exigências técnicas das licenças ambientais obtidas para nossas atividades. No entanto, não temos garantia de que conseguiremos renovar tempestivamente as licenças ambientais, bem como não podemos assegurar a obtenção de eventuais licenças exigíveis em razão dos atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de protocolar tempestivamente os respectivos pedidos de renovação de licença ou de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, bem como a operação em desacordo com as licenças concedidas, pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas, que podem resultar em multas de R$500,00 a R$10.000.000,00, suspensão parcial ou total da atividade, entre outras penalidades, sem prejuízo de sanções penais e da necessidade de reparar os danos ambientais na esfera civil. Em geral, o valor máximo da multa é aplicado somente quando a falta do licenciamento adequado ocasiona um risco ambiental.

Responsabilidade Ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais aplicáveis, podemos ser responsabilizados em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração de nexo de causalidade. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço (por exemplo, responsável pela destinação de resíduos), poderá ser demandada à remediação ou pagamento de indenização aquela que tiver maiores condições financeiras para fazê-lo, cabendo, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente decorrente de culpa ou dolo, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. As infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples, multa diária, suspensão parcial ou total das atividades; restrição de direitos; entre outras. As multas por dano ambiental podem chegar a R$50.000.000,00, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos que causam grande impacto ambiental ou risco à saúde humana.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Por fim, a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilização em caráter subjetivo, de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. A Lei de Crimes Ambientais prevê as seguintes penalidades para pessoas jurídicas: i. multa; ii. restritivas de direitos; e/ou iii. prestação de serviços à comunidade

Adicionalmente, é possível a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente, havendo responsabilização dos sócios e administradores da empresa.

Política e Práticas Ambientais

Inserimos conceitos de desenvolvimento sustentável em nossas práticas diárias, formalizando a política integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que estabelece dentre outras, investimentos e melhoria contínua de nossos processos, programas de conscientização ambiental de nossos colaboradores e cumprimento de legislações ambientais.

Mantemos procedimentos atualizados de monitoramento, registro e controle de aspectos ambientais, sendo os dados avaliados e considerados no planejamento dos processos inerentes da empresa. Além disso, somos constantemente atualizados sobre os requisitos legais aplicáveis e outros por nós subscritos, relacionados aos aspectos ambientais associados às nossas atividades, produtos e serviços.

Tais procedimentos por nós adotados preveem o uso de serviços profissionais do Departamento interno de Meio Ambiente e sob demanda são contratados serviços externos para atualização e acompanhamento dos requisitos legais pertinentes, incluindo a análise de como a obrigação legal se relaciona aos aspectos ambientais identificados em nossas operações.

Os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos por nós subscritos são levados em consideração nas etapas de estabelecimento, implementação e manutenção de nossas atividades, produtos e serviços relacionados ao sistema de gestão.

A definição de objetivos e metas ambientais é estabelecida nas funções e níveis pertinentes, aprovados pela nossa Administração e acompanhados, sistematicamente, nas reuniões de análise crítica.

A comunicação ambiental interna e externa mantém procedimento documentado específico para as partes envolvidas, incluindo os prestadores de serviços e visitantes no local de trabalho, o qual define as responsabilidades envolvidas, bem como o ciclo de recebimento, documentação, resposta e registro das decisões tomadas por nós.

Nosso investimento em proteção ambiental inclui ampliação e manutenção de infraestrutura para captação de recursos e tratamento de efluentes, terceirização de serviços especializados e capacitação de colaboradores, tanto aos que lidam diretamente com a área observada, como para os demais como forma de conscientização.

No ano de 2021 deu-se continuidade ao processo de logística reversa em todos os estados onde foram compensados 100% de todos os resíduos não perigosos gerados (papel/papelão,

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

plástico,), cumprindo diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos,PNRS, Lei 12.305/10.

Até a data de fechamento do presente formulário de referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental (tais como a ISO 14001).

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas, patentes e outros direitos autorais somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("**INPI**"), a autarquia federal responsável pelo registro de direitos de propriedade intelectual. Após a concessão do registro de uma marca pelo INPI, o titular passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços.

Somos titulares de diversas marcas registradas junto ao INPI, tais como "OF Ouro Fino", "Ouro Fino Saúde Animal", "Ourofino", entre outras. Adicionalmente, também somos titulares de nomes de domínio registrados junto ao Registro.br, tal como "ourofinosaudeanimal.com".

Contamos com uma combinação de segredos industriais, *know-how*, marcas e também as patentes para proteger nossos direitos de propriedade intelectual. Acreditamos que nossas marcas têm valor significativo e desempenham um papel considerável na manutenção e melhoria da posição competitiva de nossos produtos. Nos últimos anos, temos feito substanciais investimentos para melhorar a identidade e reconhecimento de nossas marcas. Esses investimentos incluem várias aquisições e a diversificação de nosso portfólio de produtos, incluindo o lançamento de novos produtos, a ampliação das linhas de produtos existentes, a melhora da qualidade de nossos produtos, o aprimoramento da apresentação de nossas marcas e embalagens, promoção de campanhas publicitárias e campanhas promocionais.

Parte significante de nossa propriedade intelectual é composta de *know-how* e segredos industriais. Muitas vezes contamos com as competências tecnológicas e de inovação de nosso pessoal e/ou de terceiros, bem como a manutenção dos nossos segredos industriais, em contraposição a exploração de tecnologia patenteada. Dependemos, assim, de acordos de confidencialidade celebrados com funcionários ou terceiros e das leis de proteção à propriedade industrial e concorrência desleal para proteger esse aspecto do nosso negócio. Acreditamos que o nosso sucesso contínuo depende em grande parte os nossos relacionamentos com clientes, capacidade de produção e de apoio, assim como os conhecimentos técnicos que temos desenvolvido na fabricação e concepção de produtos. A ausência de proteção de patentes para a maior parte da tecnologia utilizada em nossos produtos implica em, apesar de tomarmos todas as medidas cabíveis para proteger a nossa tecnologia, não podermos evitar que nossos concorrentes dupliquem nossos processos e/ou produtos, desde que isso seja feito de forma independente.

Entendemos como de alta relevância as marcas utilizadas em nossos produtos de maior margem e de alto valor de faturamento, bem como as solicitações de pedidos de patentes que recaem sobre nossos produtos ou plataformas tecnológicas.

Quanto aos nomes de domínio que utilizamos, estes são criados através de uma plataforma (https://registro.br) que fornece serviços de compra e venda de domínios. Não assinamos qualquer contrato com a plataforma.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Para maiores informações sobre os nossos registros e pedidos de registro de marcas, assim como nossos pedidos de patentes mais relevantes, vide item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 – Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos ao Brasil foi de R$ 643.394 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o que corresponde a 88,12% da receita líquida total no exercício.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aferiu receitas relevantes provenientes de países estrangeiros, substancialmente na Colômbia e no México. A receita líquida consolidada proveniente dos clientes atribuídos, respectivamente, à Colômbia e ao México, foi de R$ 27.007 e R$ 22.393 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que corresponde a, respectivamente, 3,70% e 3,07% da receita líquida total no exercício.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Apresentamos abaixo a receita total proveniente de cada país estrangeiro em que a Companhia atua e sua participação na receita líquida total da Companhia:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	
(em R$ milhares, exceto %)	**Receita líquida**	**% do total da receita líquida total da Companhia**
Colômbia	27.007	3,70%
México	22.393	3,07%
Equador	6.910	0,95%
Uruguai	5.449	0,75%
Paraguai	4.909	0,67%
Bolívia	3.763	0,52%
Panamá	2.045	0,28%
Costa Rica	2.029	0,28%
Outros	12.208	1,67%
Receita líquida total do segmento de Operações Internacionais	86.714	11,88%
Receita líquida total da Companhia	**730.108**	**100,00%**

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Alterações na legislação e regulamentação que regem as atividades de nossos principais fornecedores estrangeiros, localizados principalmente na China e Índia, podem causar efeitos em nossas atividades locais. Normas mais exigentes quanto a controle ambiental, por exemplo, podem levar a aumento de preços, reduções de capacidade produtiva e suspensões temporárias de produção em algumas fábricas para adaptação e modernização.

As operações da Companhia de vendas no mercado exterior representados pelo segmento de Operações Internacionais estão sujeitas a uma extensa regulamentação local, que estabelece a necessidade de obtenção de registros sanitários perante órgãos reguladores locais (geralmente, Ministérios de Agricultura). Cada país tem sua legislação e regulamentação próprias com relação a uma série de questões que afetam nossos produtos, tanto na obtenção e manutenção de registro, como na comercialização (por exemplo, exigências quanto a rótulos e bulas).

A vigência dos registros dos produtos também é variável a cada país, e sua renovação deve ocorrer de acordo com a regra de cada localidade. Para todos os países, os registros podem ser suspensos ou cancelados pelos órgãos regulatórios a qualquer momento, em consequência de alterações no cenário regulatório (tais como publicações de normativas contemplando a proibição de classes de produtos ou moléculas).

Em que pesem nossas receitas provenientes do comercio exterior tenham representado de nossas receitas totais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, possuímos uma pulverização nas vendas na qual os principais países destino, México e Colômbia, representaram apenas 3,93% e 3,9%, respectivamente, de nossas receitas líquidas do exercício. Diante deste cenário de pulverização, eventuais condições adversas na regulamentação de algum país para o qual exportamos nossos produtos produzirão efeitos mitigados.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia divulga informações sociais e ambientais por meio de seu Relatório de Sustentabilidade Anual. Adotamos como compromisso empresarial, o desenvolvimento sustentável em todos os nossos negócios, incentivando práticas que abranjam as dimensões econômica, social e ambiental. Nosso objetivo é criar valor perante a sociedade, além de prevenir riscos aos quais estamos expostos de forma mais abrangente.

Nossa área de sustentabilidade atua de forma transversal no planejamento de ações, na gestão compartilhada e junto aos gestores das diversas operações.

Um de nossos principais trabalhos focados em sustentabilidade é identificar oportunidades para que as operações possam ser aprimoradas em seu desempenho visando as melhores práticas de mercado.

Além disso, inspiramos nossos colaboradores e parceiros de forma constante rumo a um novo conceito de empresa, dando exemplos de postura e geração de valor para o presente e futuro, em todos os aspectos. Conduta ética, transparência, produtos com qualidade e comunicação clara e contínua são os fatores que marcam a gestão da Companhia.

(b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Em seu Relatório de Sustentabilidade Anual, a Companhia adota a metodologia da GRI (*Global Reporting Initiative),* versão standard, as diretrizes (requisitos e estrutura) do Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC) e também faz a correlação com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU).

A GRI é uma organização holandesa independente e sem fins lucrativos, responsável pela criação de uma estrutura mundialmente reconhecida para medir o desempenho sustentável de empresas e outras entidades. A metodologia da GRI visa servir como estrutura para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização e fazer com que a prática de relatos de sustentabilidade se torne padrão. É uma ferramenta que permite maior comparabilidade e relevância de informações nos relatórios publicados.

(c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O relato em 2021 foi submetido ao processo de Asseguração Limitada pela empresa KPMG Auditores Independentes tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, que é equivalente a norma internacional ISAE 3000.

(d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As publicações mais recentes dos relatos de sustentabilidade estão disponíveis no website oficial da Companhia www.ourofino.com/, e na página de relações com os investidores, no seguinte endereço: http://ri.ourofino.com/.

Sustentabilidade

Adotamos como compromisso empresarial, o desenvolvimento sustentável em todos os nossos negócios, incentivando práticas que abranjam as dimensões econômica, social e ambiental. Nosso objetivo é criar valor perante a sociedade, além de prevenir riscos de forma mais abrangente, os quais estamos expostos.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Nossa área de sustentabilidade atua de forma transversal no planejamento de ações, na gestão compartilhada e junto aos gestores das diversas operações.

Principais feitos da área de sustentabilidade em 2021

Um de nossos principais trabalhos focados em sustentabilidade no ano de 2021 foi a revisão da nossa materialidade, onde pudemos reavaliar as temáticas mais relevantes para o negócio. O resultado deste processo em conjunto com as diretrizes do planejamento estratégico são os principais norteadores de ações para o Grupo Ourofino nos próximos anos, considerando a agenda ESG. Chegamos a uma lista de seis temáticas prioritárias, sendo elas: bem-estar animal, mudanças climáticas, inovação e pesquisa, bem-estar e valorização das pessoas, cadeia de fornecimento e segurança alimentar. Também em 2021, lançamos a Política de ESG do Grupo Ourofino.Em 2021, seguimos signatários do Pacto Global da ONU, assumindo a responsabilidade de contribuir para o alcance da agenda global de sustentabilidade. Essa iniciativa voluntária fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

Sociedade

Acima de tudo, sabemos de nossa participação no desenvolvimento socioeconômico do meio em que estamos. Para isso destinamos recursos próprios, ou oriundos de leis de incentivos fiscais, para diversos projetos socioeducativos, contribuindo para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Para além do simples investimento em ações sociais, a Companhia foca atualmente na materialidade do negócio, por isso iniciou um acompanhamento mais próximo dos projetos para assegurar que estejam de acordo com o seu propósito e os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e que de fato tenham o impacto esperado nas comunidades beneficiadas.

Como pretendemos trabalhar a Sustentabilidade

De forma constante, inspiramos nossos colaboradores e parceiros rumo a um novo conceito de empresa, dando exemplos de postura e geração de valor para o presente e futuro, em todos os aspectos. Conduta ética, transparência, produtos com qualidade, gestão socioambiental e comunicação clara e contínua são os fatores que marcam a gestão do Grupo Ourofino Saúde Animal.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 7.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrassem na operação normal de seus negócios nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebrou contratos com suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Os ativos imobilizados, patentes, marcas, licenças e participação em sociedades relevantes estão descritos a seguir.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Cravinhos	Própria
Imóvel	Brasil	SP	Guatapará	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Guatapará	Arrendada
Imóvel	Brasil	SP	Vinhedo	Alugada
Imóvel	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
Imóvel	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Imóvel	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Imóvel	Brasil	MG	Betim	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“HerbalBest”, nº 919.702.490, classe NCL 05	Registro válido até 05/01/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cortiflan", nº 902105507, classe NCL 05	Registro válido até 12/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Curavet", nº 900443782, classe NCL 05	Registro válido até 04/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cursofim", nº 820530123, classe NCL 05	Registro válido até 24/08/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cypermil", nº 816331154, classe NCL 05	Registro válido até 28/09/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermacorten", nº 826286518, classe NCL 05	Registro válido até 03/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermocanis", nº 822134519, classe NCL 05	Registro válido até 29/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermolene", nº 902376519, classe NCL 05	Registro válido até 18/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermopratic", nº 911571884, classe NCL 05	Registro válido até 12/06/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Dermotrat", nº 903894750, classe NCL 05	Registro válido até 17/01/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Desflan", nº 821174843, classe NCL 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Doxifin Tabs", nº 901273635, classe NCL 05	Registro válido até 04/01/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Doxifin", nº 820699527, classe NCL 05	Registro válido até 27/01/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Dual Blend Dual Protection", nº 911186522, classe NCL 05	Registro válido até 08/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Emune", nº 907530699, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Endoclin", nº 911783393, classe NCL 05	Registro válido até 07/08/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Enfrent", nº 908758758, classe NCL 05	Registro válido até 08/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Patentes	BR20 2016 004731 0 para “Dispositivo Intravaginal com tubo de ativo de progesterona acoplável	Vigência até 02/06/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Enragold", nº 904783669, classe NCL 05	Registro válido até 09/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Enrotrat", nº 902970976, classe NCL 05	Registro válido até 05/03/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Epinew", nº 906994179, classe NCL 05	Registro válido até 30/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Eqdomin", nº 903893940, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Estreptomax", nº 823953670, classe NCL 05	Registro válido até 17/04/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ethika (logomarca E)", nº 901367524, classe NCL 35	Registro válido até 04/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Evol (logomarca)", nº 911080015, classe NCL 05	Registro válido até 17/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Evol", nº 907617603, classe NCL 05	Registro válido até 04/06/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ezotec", nº 821174835, classe NCL 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Finador", nº 821174851, classe NCL 05	Registro válido até 15/03/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fiprofort", nº 903940825, classe NCL 05	Registro válido até 11/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Floracanis", nº 826803750, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Patentes	BR10 2014 014502 8 para “Vetor de Expressão”	Vigência até 13/06/2034	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fluatac Duo", nº 901309680, classe NCL 05	Registro válido até 08/02/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fluatac", nº 900901977, classe NCL 05	Registro válido até 08/09/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Fortemil", nº 819266787, classe NCL 05	Registro válido até 23/03/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"FOS 350", nº 909235287, classe NCL 05	Registro válido até 08/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Gentrin", nº 816334080, classe NCL 05	Registro válido até 29/04/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Glicobras", nº 900466480, classe NCL 05	Registro válido até 19/01/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Glutaquat", nº 818161230, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Herbalpet", nº 826920519, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Herbalvet 80", nº 826881050, classe NCL 05	Registro válido até 24/05/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Herbalvet TA", nº 826881041, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Imunya", nº 908181663, classe NCL 05	Registro válido até 03/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Isocox", nº 828632774, classe NCL 05	Registro válido até 04/05/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Iver OF", nº 904585611, classe NCL 05	Registro válido até 31/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Iver Um", nº 903835096, classe NCL 05	Registro válido até 28/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Kolossus's", nº 814609910, classe NCL 05	Registro válido até 04/09/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Lactofur", nº 906794846, classe NCL 05	Registro válido até 14/06/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Leevre", nº 906027535, classe NCL 05	Registro válido até 12/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Leite vai com tudo (logo)", nº 907691838, classe NCL 35	Registro válido até 25/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Lepecid", nº 6078605, classe NCL 01	Registro válido até 10/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Lepecid", nº 4037030, classe NCL 05	Registro válido até 04/05/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Limp & Hidrat", nº 904453995, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Liver Same", nº 915989085, classe NCL 05	Registro válido até 20/08/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"MacVac", nº 909631360, classe NCL 05	Registro válido até 04/09/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Master LP", nº 913918539, classe NCL 05	Registro válido até 05/11/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Masticura", nº 826587780, classe NCL 05	Registro válido até 08/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Mastifin", nº 815476736, classe NCL 05	Registro válido até 13/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Maxi Tabs", nº 902437615, classe NCL 05	Registro válido até 17/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Meloxigel", nº 900721286, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Meloximax", nº 904589854, classe NCL 05	Registro válido até 22/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Metacell", nº 827427808, classe NCL 05	Registro válido até 20/04/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Milagrosa", nº 825784590, classe NCL 05	Registro válido até 06/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Moxi Duo", nº 901819336, classe NCL 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603105, classe NCL 35	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603130, classe NCL 44	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Canter OF", nº 827391170, classe NCL 05	Registro válido até 06/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Bris Shampoo", nº 918.715.539, classe NCL 05	Registro válido até 30/11/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"CB 30 T.A. Ouro Fino", nº 827173440, classe NCL 05	Registro válido até 30/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Celesporin", nº 826607217, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Cemtra", nº 901819425, classe NCL 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Bris Shampoo”, nº 918,715.725, classe NCL 05	Registro válido até 14/12/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Patentes	BR20 2016 010145 5 para “Caixa Porta Blister”	Vigência até 05/05/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Clavet", nº 903127954, classe NCL 05	Registro válido até 23/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Coccimax", nº 823491757, classe NCL 05	Registro válido até 24/06/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Coleção Focinhos", nº 911693424, classe NCL 35	Registro válido até 03/07/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Condromax", nº 826286500, classe NCL 05	Registro válido até 06/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Confiance", nº 905025679, classe NCL 05	Registro válido até 02/01/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Conver", nº 916666336, classe NCL 05	Registro válido até 17/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Multipen", nº 822070294, classe NCL 05	Registro válido até 03/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Patentes	BR10 2016 003466 3 para “Processo de Produção de Anticorpo Monoclonal Anti-3ABC do Vírus da Febre Af	Vigência até 18/02/2036	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Multiplic", nº 904335143, classe NCL 05	Registro válido até 13/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Munizer", nº 907530907, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Na Mosca", nº 900404400, classe NCL 05	Registro válido até 03/11/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Natucell", nº 828225915, classe NCL 05	Registro válido até 22/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Neomin S", nº 815474253, classe NCL 05	Registro válido até 23/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Neopet", nº 905243030, classe NCL 05	Registro válido até 06/10/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Newvet F", nº 820633712, classe NCL 05	Registro válido até 17/10/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"No Pic", nº 827391161, classe NCL 05	Registro válido até 06/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Nokalt", nº 817523790, classe NCL 05	Registro válido até 24/09/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Norflomax", nº 820639052, classe NCL 05	Registro válido até 22/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Nulli", nº 906313481, classe NCL 05	Registro válido até 23/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	colecaofocinhos.com.br	Vigência até 18/06/2031	Conforme acima indicado.	Conforme acima indicado.
Nome de domínio na internet	livredapicada.com.br	Vigência até 22/08/2027	Conforme acima indicado.	Conforme acima indicado.
Nome de domínio na internet	afetosreais.com.br	Vigência até 09/04/2023	Conforme acima indicado.	Conforme acima indicado.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Oftalmune", nº 821478362, classe NCL 05	Registro válido até 10/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913113514, classe NCL 01	Registro válido até 21/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913113557, classe NCL 05	Registro válido até 21/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima. S	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913114936, classe NCL 44	Registro válido até 21/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Horiz)", nº 913234370, classe NCL 35	Registro válido até 27/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913113549, classe NCL 01	Registro válido até 21/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913114707, classe NCL 05	Registro válido até 21/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913115045, classe NCL 44	Registro válido até 21/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino (Vert)", nº 913234664, classe NCL 35	Registro válido até 27/11/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901130257, classe NCL 45	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901148954, classe NCL 05	Registro válido até 10/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901148997, classe NCL 03	Registro válido até 12/09/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901149047, classe NCL 39	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901149888, classe NCL 44	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901193240, classe NCL 35	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Horiz)", nº 901194352, classe NCL 31	Registro válido até 19/06/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901127825, classe NCL 36	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901127868, classe NCL 45	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901148695, classe NCL 03	Registro válido até 12/09/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901148830, classe NCL 05	Registro válido até 10/04/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901148946, classe NCL 31	Registro válido até 19/12/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149241, classe NCL 39	Registro válido até 21/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149411, classe NCL 35	Registro válido até 07/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149667, classe NCL 01	Registro válido até 08/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Agronegócio (Vert)", nº 901149900, classe NCL 44	Registro válido até 09/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Nutrição Animal (logo)", nº 904370011, classe NCL 31	Registro válido até 17/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ourofino Saúde Animal", nº 901194786, classe NCL 05	Registro válido até 07/12/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino Saúde Animal", nº 901194972, classe NCL 05	Registro válido até 07/12/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino TETF", nº 904638081, classe NCL 35	Registro válido até 05/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino", nº 914070797, classe NCL 01	Registro válido até 26/02/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourofino", nº 914071050, classe NCL 05	Registro válido até 26/02/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ouroforte", nº 903595346, classe NCL 31	Registro válido até 05/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ouromed", nº 902310402, classe NCL 05	Registro válido até 14/03/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ourovac", nº 827884818, classe NCL 05	Registro válido até 26/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Pareun", nº 907716202, classe NCL 05	Registro válido até 10/01/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Penfort", nº 820633704, classe NCL 05	Registro válido até 17/10/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Performa EP", nº 916434400, classe NCL 05	Registro válido até 03/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Pirofort", nº 822070308, classe NCL 05	Registro válido até 03/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Precioso Ouro Fino", nº 826286585, classe NCL 05	Registro válido até 30/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Prinion", nº 916070360, classe NCL 05	Registro válido até 09/07/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Privium", nº 907415920, classe NCL 05	Registro válido até 16/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Produce", nº 916199657, classe NCL 05	Registro válido até 30/07/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Propovet", nº 901491314, classe NCL 05	Registro válido até 13/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Protetor OF Pet", nº 900467142, classe NCL 05	Registro válido até 13/12/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Protetor Pet", nº 905243188, classe NCL 05	Registro válido até 10/11/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ractosuin", nº 826920527, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Regepil", nº 908838468, classe NCL 05	Registro válido até 27/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Reimaginando a Saúde Animal", nº 916487130, classe NCL 41	Registro válido até 17/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Rekon", nº 909849919, classe NCL 05	Registro válido até 31/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Reproduz Brasil", nº 912086653, classe NCL 41	Registro válido até 07/08/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Resolutor", nº 906794803, classe NCL 05	Registro válido até 13/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Ricobendazole", nº 912358114, classe NCL 05	Registro válido até 04/09/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Ricofino", nº 820459348, classe NCL 05	Registro válido até 24/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Safesui", nº 909849854, classe NCL 05	Registro válido até 31/10/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sedazine", nº 822134535, classe NCL 05	Registro válido até 29/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sellat", nº 907296980, classe NCL 05	Registro válido até 16/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Seren", nº 911628525, classe NCL 05	Registro válido até 19/06/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Siga Corte", nº 902157701, classe NCL 41	Registro válido até 30/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Siga Leite", nº 902157647, classe NCL 41	Registro válido até 30/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrocio", nº 820610186, classe NCL 05	Registro válido até 17/10/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrocp", nº 900276347, classe NCL 05	Registro válido até 27/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrodiol", nº 901164712, classe NCL 05	Registro válido até 14/12/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"SincroECG", nº 903858282, classe NCL 05	Registro válido até 28/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincroforte", nº 901164607, classe NCL 05	Registro válido até 14/12/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrogest", nº 827884796, classe NCL 05	Registro válido até 19/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincromais", nº 827984243, classe NCL 05	Registro válido até 26/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Sincromil", nº 827984260, classe NCL 05	Registro válido até 26/02/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrorrelin", nº 902889788, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Sincrovet", nº 827984235, classe NCL 05	Registro válido até 07/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Stilverm", nº 816331162, classe NCL 05	Registro válido até 05/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Superforte OF", nº 827155433, classe NCL 05	Registro válido até 27/07/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Superhion", nº 905704169, classe NCL 05	Registro válido até 01/12/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Tetraguard", nº 900095695, classe NCL 05	Registro válido até 03/11/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Top Dog", nº 901362387, classe NCL 05	Registro válido até 15/03/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Trissulfin SID", nº 904603202, classe NCL 05	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Vetell", nº 902473867, classe NCL 05	Registro válido até 15/01/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Vingador", nº 825112044, classe NCL 05	Registro válido até 14/04/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Voss Lacto", nº 907296831, classe NCL 05	Registro válido até 25/10/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Voss Performa", nº 907296700, classe NCL 05	Registro válido até 25/10/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Voss Produce", nº 907297056, classe NCL 05	Registro válido até 16/11/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Voss Rico Oral", nº 908045891, classe NCL 05	Registro válido até 07/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Voss Rico", nº 908045832, classe NCL 05	Registro válido até 07/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Voss Total", nº 908045638, classe NCL 05	Registro válido até 07/02/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Voss Vital", nº 907296777, classe NCL 05	Registro válido até 25/10/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Voss", nº 906553229, classe NCL 05	Registro válido até 17/05/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Zinfix", nº 908621582, classe NCL 05	Registro válido até 06/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Alqima", nº 916486362, classe NCL 05	Registro válido até 03/09/2029	De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido no INPI. Assim, os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiro de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos idênticos ou afins, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades
Marcas	"Trissulfin", nº 814682944, classe NCL 05	Registro válido até 26/12/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	"Amigo Pet", nº 904834140, classe NCL 44	Registro válido até 09/05/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Amoxifin", nº 821478346, classe NCL 05	Registro válido até 07/07/2025	São os mesmos eventos descritos acima	São as mesmas consequências descritas acima

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	MU 8902177-0 para “Disposição Introduzida em Frasco”	Vigência até 08/10/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI) a manutenção de patentes é realizada através do pagamento da taxa de renovação. A extinção do registro pode ocorrer por expiração da vigência, renúncia, falta de pagamento da taxa de retribuição anual e pela falta de uso.	Transformação em bem de domínio publico e consequente perda dos direitos de exclusividade para exploração da invenção objeto da patente.
Patentes	PI 1101659-0 para “Composição Cosmética Contendo Spirulina e Método de Tratamento Cosmético”	Vigência até 04/04/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Patentes	BR 10 2012 026503 6 para “Formulações Farmacêuticas e Processo de Produção de Formulações Farmacêuti	Vigência até 09/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Patentes	BR10 2013 031277 0 para “Processo para Preparar uma Suspensão Anti-Helmíntica e Suspensão Anti-Helmí	Vigência até 05/12/2033	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“Gardien”, nº 919.977.413, classe NCL 05	Registro válido até 09/03/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	“Gardien P4’, nº 918.434.793, classe NCL 05	Registro válido até 04/08/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	Ourofinosaudeanimal.com.br	Vigência até 26/11/2027	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	“Maxicam Solução Oral, nº 919.456.073, classe NCL 05	Registro válido até 08/12/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Aurigen", nº 826587801, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	Ourofinopet.com.br	Vigência até 11/05/2026	Conforme acima indicado.	Conforme acima indicado.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Ourofino.co	Vigência até 29/05/2022	Conforme acima indicado.	Conforme acima indicado.
Nome de domínio na internet	Ourofino.mx	Vigência até 05/08/2022	Conforme acima indicado.	Conforme acima indicado
Marcas	"Ourofino em campo", nº 917103106, classe NCL 41	Registro válido até 24/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Auritop", nº 826803741, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima. São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Aurixazol", nº 901761362, classe NCL 03	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Aurixazol", nº 901761370, classe NCL 05	Registro válido até 22/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Avenger", nº 826607225, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Azicox 2", nº 827427816, classe NCL 05	Registro válido até 20/04/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Back Line", nº 821591320, classe NCL 05	Registro válido até 06/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Bella Ave", nº 902889702, classe NCL 05	Registro válido até 18/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Biofuture", nº 909047014, classe NCL 05	Registro válido até 25/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima. São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Biofuture", nº 909047138, classe NCL 44	Registro válido até 25/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Boi Sabio", nº 905761430, classe NCL 05	Registro válido até 01/12/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"gardien LA", nº 821174827, classe NCL 05	Registro válido até 10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	"Bravus", nº 916070166, classe NCL 05	Registro válido até 09/07/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904602982, classe NCL 03	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603032, classe NCL 05	Registro válido até 06/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Byte", nº 904603067, classe NCL 21	Registro válido até 07/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Conviva", nº 905025806, classe NCL 05	Registro válido até 11/08/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	"Corta Curso", nº 826684416, classe NCL 05	Registro válido até 11/03/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Comercialização, distribuição e logística no mercado interno e externo de produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e produtos agropecuários e produtos de uso fitossanitário, adquiridos da Ouro Fino Saúde Animal.	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	170.307.090,00		
31/12/2020	4,071883	0,000000	45.000.000,00					
31/12/2019	6,266023	0,000000	25.537.597,27					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição da participação da Ouro Fino Agronegócio Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.

Ouro Fino Colombia S.A.S.		-	Controlada	Colômbia			Representação, importação, distribuição de produtos biológicos, farmaceticos veterinários, insumos veterinários, pre misturas, sementes e aditivos veterinários, produção e comercialização de bens, produtos e serviços especializados para o setor pecuário e agrícola.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	2.914.955,00		
31/12/2020	300,261389	0,000000	0,00					
31/12/2019	-71,424975	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A manutenção da participação da Ouro Fino Colombia S.A.S.se justifica pelas atividades operacionais descritas acima.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
Ouro Fino de México Sociedad Anónima de Capital Variable		-	Controlada	México			Elaboação, processamento, compra, venda, distribuição, consignação, importação, exportação e em geral na comercialização de toda classe de produtos de medicina veterinária, assim como de implementos de uso agropecuário e veterinário.	99,640000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	9.028.294,00		
31/12/2020	-3,366590	0,000000	0,00					
31/12/2019	7,346962	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A manutenção da participação da Ouro Fino de México Sociedad Anónima de Capital Variable se justifica pelas atividades operacionais descritas acima.

Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Comercialização no mercado interno de produtos de uso veterinário e destinados à alimentação animal e artigos correlatos para animais de companhia (cães e gatos).	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2020	38.283.721,00		
31/12/2020	21,667034	0,000000	12.900.000,00					
31/12/2019	56,563871	0,000000	7.455.672,74					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição da participação da Ouro Fino Pet Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Cravinhos	Pesquisa, desenvolvimento, industrialização, comercialização, importação e exportação de vacinas e produtos de uso veterinários.	99,990000

				Valor mercado		
31/12/2021	-1,902308	0,000000	10.000.000,00	**Valor contábil**	31/12/2021	344.399.987,84
31/12/2020	11,732279	0,000000	14.000.000,00			
31/12/2019	4,423422	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição da participação da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. se justifica pela cisão da Ouro Fino Participações Empreendimentos S.A. e consequente segregação dos segmentos de saúde animal e agroquímica.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia nesta data são suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. Sua geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócio.

	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de reais, exceto quando indicado)	**2021**	**2020**	**2019**
Índice de endividamento total [1]	0,86	0,97	0,77
Caixa e equivalentes de caixa	161.254	243.614	45.009
Dívida líquida bancária	221.121	148.427	238.325
Índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido	0,34	0,26	0,48

[1] Representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta nível de alavancagem adequado para consecução de seu plano de negócios. A relação entre dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes líquidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e de instrumentos financeiros derivativos) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 era de 0,34 (0,26 em 2020 e de 0,48 em 2019). A tabela a seguir apresenta a estrutura do endividamento da Companhia nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de reais, exceto quando indicado)	**2021**	**2020**	**2019**
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	85.045	96.553	118.230
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	297.330	297.786	162.852
Total de empréstimos e financiamentos	**382.375**	**394.339**	**281.082**
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos		(2.298)	2.252
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(161.254)	(243.614)	(45.009)
(=) Dívida líquida	221.121	148.427	238.325
Patrimônio líquido	641.472	560.810	492.481
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	**0,34**	**0,26**	**0,48**

A Companhia apresentava, em 31 de dezembro de 2021, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, na proporção apresentada na tabela abaixo. Na visão da Diretoria, essa estrutura ainda propicia maior grau de alavancagem, se necessário for, para execução do seu plano de negócios.

	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de reais, exceto quando indicado)	**2021**	**2020**	**2019**
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	551.171	543.127	377.055
Capital próprio (patrimônio líquido)	641.472	560.810	492.481
Capital total (terceiros + próprio)	**1.192.643**	**1.103.937**	**869.536**
Parcela de capital de terceiros	46,21%	49,20%	43,36%
Parcela de capital próprio	53,79%	50,80%	56,64%

i. hipóteses de resgate de ações ou quotas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate de ações ou quotas
Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuiu ações resgatáveis emitidas.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir seus compromissos financeiros. Os índices de liquidez geral (índice que relaciona a liquidez de longo prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo (não considera imobilizado e intangível) pelo passivo e corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2021 eram de 1,46 e 2,97, respectivamente (1,39 e 2,85 em 31 de dezembro de 2020 e 1,32 e 2,02 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R$ 382,4 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de crédito adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia são os instrumentos bancários de financiamento, tais como linhas de capital de giro de bancos comerciais e as linhas de investimento dos bancos de desenvolvimento e agências de financiamento governamentais, como a FINEP e BNDES, além do caixa gerado por meio de suas atividades operacionais.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos no mercado de capitais brasileiro e/ou nas instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2021:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em milhares de reais, exceto %)	Encargos financeiros	Vencimento final	Em 31 de dezembro de 2021	2020	2019
Em moeda estrangeira					
Capital de giro	Variação cambial e taxa média ponderada de 4,85% ao ano (2019 - 4,76% ao ano)	2021		33.540	58.720
Em moeda nacional					
FINEP (Inovação tecnológica)	Taxa média ponderada de 5,80% ao ano (2020 - 5,67% ao ano; 2019 - 5,52% ao ano)	2032	220.636	178.415	142.572
Nota de Crédito à Exportação (NCE)	Taxa média de 11,37% ao ano (2020 - 3,95% ao ano; 2019 - 5,30% ao ano)	2024	83.538	103.902	40.041
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 10,69% ao ano (2020 - 6,46% ao ano; 2019 - 8,26% ao ano)	2025	22.375	27.830	29.419
BNDES - FINAME	Taxa média ponderada de 9,43% ao ano (2020 - 9,34% ao ano; 2019 - 7,73% ao ano)	2023	57	101	239
Capital de giro	Taxa média de 11,29% ao ano (2020 - 4,10%)	2024	47.778	40.077	
Capital de giro	Taxa média de 6,21% ao ano (2020 - 5,14% ao ano; 2019 - 7,75% ao ano)	2022	6.966	7.615	6.149
Arrendamento mercantil financeiro	Taxa média ponderada de 8,07% ao ano (2020 - 7,17% ao ano; 2019 - 10,22% ao ano)	2023	643	1.731	3.522
Risco sacado	Não aplicável		382	1.128	420

Descrevemos a seguir os contratos financeiros relevantes da Companhia e suas controladas, em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em 18 de dezembro de 2014, 7 de dezembro de 2017 e 30 de outubro de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contratos com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP voltados ao financiamento de projetos de desenvolvimento e inovação de produtos, com valor histórico agregado de R$ 285,2 milhões, com vencimentos entre 15 de janeiro de 2024, 15 de dezembro de 2029 e 15 de novembro de 2032. O primeiro desses contratos possui taxa de juros pré-fixada em 4,0%, o segundo é vinculado à taxa de juros longo prazo ("**TJLP**"), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 6,8% ao ano e o terceiro é vinculado à taxa de juros longo prazo ("**TJLP**"), com equalização que produz uma taxa de juros final ao redor de 5,2% ao ano. Esses contratos são garantidos por aval/fiança da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A, alienação fiduciária de imóveis, máquinas, equipamentos, por fiança bancária parcial e/ou seguro garantia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor desses contratos era de aproximadamente R$ 220,6 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 3 de maio de 2017, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de financiamento visando a modernização e adequação regulatória das instalações da planta industrial de Cravinhos, com valor histórico de R$ 33,3 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2025. O contrato possui taxas de juros correspondentes ao mix de 51% da TJLP e 49% SELIC, adicionados de remuneração total entre 3,1% e 3,4% ao ano. Esses contratos são garantidos por aval/fiança da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A, e por fiança bancária. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor desse contrato era de aproximadamente R$ 22,4 milhões.

Cédula de Crédito Bancária com o Banco do Brasil S.A.

Em 29 de setembro de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A., com valor histórico no valor de R$ 40,0 milhões, com vencimento final em 15 de setembro de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 2,20% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor desse contrato era de R$ 40,2 milhões.

Nota de Crédito para Exportação com o Banco do Brasil S.A.

Em 20 de março de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. para o financiamento de operações de exportação, com valor histórico no valor de R$ 60,0 milhões, com vencimento em 20 de março de 2021. Em 29 de setembro de 2020, o contrato foi aditado, com seu vencimento final postergado para 20 de setembro de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 2,20% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor desse contrato era de R$ 60,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nota de Crédito para Exportação com o Banco Itaú Unibanco S.A.
Em 25 de março de 2020, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Itaú Unibanco S.A para o financiamento de operações de exportação, com valor histórico de R$ 30,0 milhões, com vencimento em 26 de março de 2021. Em 12 de agosto de 2020, o contrato foi aditado, com seu vencimento final postergado para 12 de agosto de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 2,25% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor desse contrato era de R$ 23,3 milhões.
Cédula de Crédito Bancário - FINEX 4131 com o Banco Santander
Em 02 de junho de 2021, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Santander S.A. para capital de giro, com valor histórico de R$ 9,0 milhões, com vencimento em 10 de junho de 2024. O contrato possui taxa de juros vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), adicionado a uma remuneração de 1,64% ao ano. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor desse contrato era de R$ 7,5 milhões.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem relações de longo prazo relevantes entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras que não aquelas descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para esses tipos de operações. Adicionalmente, em 2017, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) onde constam cláusulas de obrigatoriedade de manutenção dos seguintes índices de endividamento:

- Dívida líquida/EBITDA: igual ou menor a 3,0; e
- Endividamento geral: igual ou menor a 0,7.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está cumprindo todas as cláusulas restritivas previstas em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de empréstimos e financiamentos contratados com recursos a serem desembolsados conforme abaixo.
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
O contrato firmado entre a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, datado de 30 de outubro de 2020 possui saldo contratado e ainda não desembolsado de R$ 58,5 milhões.
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Em 02 de junho de 2021, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, datado de 29 de dezembro de 2021, no valor total de R$ 53,4 milhões, saldo este contratado e ainda não desembolsado.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 ("2021") COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ("2020")

Demonstração do Resultado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R$ milhares, exceto quando indicado)	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH 2021 /2020 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	904.991	100,00%	730.108	100,00%	23,95%
Custos das vendas	(457.820)	-50,59%	(356.122)	-48,78%	28,56%
Lucro bruto	**447.171**	**49,41%**	**373.986**	**51,22%**	**19,57%**
Despesas com vendas	(190.121)	-21,01%	(170.158)	-23,31%	11,73%
Despesas com pesquisas e inovação	(58.931)	-6,51%	(39.668)	-5,43%	48,56%
Despesas gerais e administrativas	(54.106)	-5,98%	(47.225)	-6,47%	14,57%
Outras despesas, líquidas	(2.902)	-0,32%	(14.819)	-2,03%	-80,42%
Resultado financeiro	(15.420)	-1,70%	(8.279)	-1,13%	86,25%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**125.691**	**13,89%**	**93.837**	**12,85%**	33,95%
Imposto de renda e contribuição social	(11.734)	-1,30%	(4.124)	-0,56%	184,53%
Lucro do exercício das operações continuadas	**113.957**	**12,59%**	**89.713**	**12,29%**	27,02%

Receita líquida

A receita líquida foi de R$ 905,0 milhões em 2021, em comparação com R$ 730,1 milhões em 2020, o que representou um crescimento de R$ 174,9 milhões ou 23,95%. Esse incremento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R$ 125,6 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R$ 21,0 milhões e de Operações Internacionais, no montante de R$ 28,3 milhões.

Animais de Produção

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado interno de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (ruminantes, substancialmente bovinos), equinos, aves e suínos e prestação de serviços de industrialização para outras empresas do setor.

O segmento apresentou receita líquida de R$ 668,8 milhões em 2021, um aumento de 23,1% em relação a 2020. Este resultado seguiu embasado nos ganhos de volume e preços, por todo o portfólio, em especial aos protocolos de IATF, ao longo do ano de 2021.

Animais de Companhia

Esse segmento representa a fabricação e comercialização no mercado nacional de produtos veterinários para animais de companhia (cães e gatos).

O segmento obteve receita líquida de R$ 121,1 milhões em 2021 com crescimento de 21,0% em relação a 2020. Este crescimento foi em função do ganho de volume em maior participação, quanto de preços.

Operações Internacionais

Esse segmento representa a fabricação e comercialização de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, aves e suínos, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos) para o mercado externo, substancialmente para a América Latina.

O segmento apresentou receita líquida de R$ 115,0 milhões em 2021, um aumento de R$ 28,3 milhões ou 32,7% comparado a 2020, com destaque para o crescimento em moeda local, com ganhos de volume.

Custo das vendas

O custo das vendas, em 2021, foi de R$ 457,8 milhões, contra R$ 356,1 milhões em 2020, o que representou uma variação de R$ 101,7 milhões ou 28,56%.

O custo das vendas representou 50,59% e 48,78% da nossa receita líquida em 2021 e 2020, respectivamente. O segmento de Animais de Produção apresentou custo das vendas de 56,65% em 2021 com aumento de 2.41 p.p. em comparação com 2020. A piora na margem bruta observada entre os anos de 2021 e 2020 é decorrente, substancialmente, pela pressão de preços na cadeia de insumos, impactando significativamente o custo das vendas, apesar de parcialmente compensados por repasse de tabela feito extraordinariamente em julho para produtos pontuais. O segmento de Animais de Companhia apresentou custo de vendas de 30,32% em 2021, com pequena melhora de 0,10 p.p. em relação a 2020. O menor resultado na margem bruta se deu pelo impacto dos preços da cadeia de insumos. O segmento de Operações Internacionais apresentou custo de vendas de 36,67% em 2021, com aumento de 0,93 p.p. em comparação com 2020. Este resultado se deve, principalmente, ao *mix* de vendas que contribuiu para a queda da margem.

Lucro bruto

Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2021 foi de R$ 447,2 milhões, em comparação com R$ 374,0 milhões em 2020, o que representou um crescimento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R$ 73,2 milhões ou 19,57%.

Despesas operacionais

Em 2021, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas com pesquisa e inovação, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R$ 306,1 milhões, contra R$ 271,9 milhões em 2020, o que representou um aumento de R$ 34,2 milhões ou 12,58%. As despesas operacionais corresponderam a 33,82% e 37,24% do total da receita líquida em 2021 e 2020, respectivamente. A diluição das despesas operacionais sobre a receita líquida, se deu mesmo em momento de forte pressão inflacionária no Brasil e com dissidio de 11,1% aplicado à folha de pagamento contra 4,8% ocorrido em 2020. Esse resultado reflete a busca pela eficiência na gestão das despesas. Vale destacar, que ocorreram fortes investimentos em P&D, aumento de 48,6% em relação a 2020, no qual estes desenvolvimentos de novos produtos encontram-se em ciclos iniciais, em linha com nosso planejamento estratégico para novos lançamentos e parcerias que visam trazer mais receitas futuras para a Companhia.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa financeira líquida de R$ 15,4 milhões, aumento de 85,8% frente a 2020. O aumento se deu decorrente do impacto da variação cambial sobre as operações “sem efeito caixa” relacionadas ao *hedge* natural entre contas de ativos e passivos (contas a receber e fornecedores), que ficou menos favorável ao longo de todo ano de 2021, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Adicionalmente, houve aumento das despesas financeiras, tanto em função das captações de recursos realizadas ao longo de 2020, quanto pelo aumento do custo médio das operações de capital de giro e NCE em função dos sucessivos aumentos da SELIC ao longo do ano de 2021.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou, em 2021, o montante de R$ 125,7 milhões, contra R$ 93,8 milhões em 2020, o que representa um aumento no resultado no total de R$ 31,9 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou 13,89% e 12,85% da receita líquida em 2021 e em 2020, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social

Em 2021, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma despesa R$ 11,7 milhões, contra R$ 4,1 milhões em 2020, um aumento de R$ 7,6 milhões, ou 184,53%. Deve-se notar que a apuração de IR e CS é realizada sobre bases fiscais que divergem do resultado contábil.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do acima mencionado, o lucro em 2021 foi de R$ 114,0 milhões, contra R$ 89,7 milhões em 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH 2021 /2020 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	161.254	13,52%	243.614	22,07%	-33,81%
Contas a receber de clientes	245.292	20,57%	209.409	18,97%	17,14%
Instrumentos financeiros derivativos		0,00%	2.298		-100,00%
Estoques	270.119	22,65%	190.301	17,24%	41,94%
Tributos a recuperar	41.052	3,44%	26.642	2,41%	54,09%
Partes relacionadas	726	0,06%	427	0,04%	70,02%
Outros ativos	11.268	0,94%	6.932	0,63%	62,55%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	38.420	3,22%	44.024	3,99%	-12,73%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.350	2,96%	24.121	2,18%	46,55%
Estoques	1.730	0,15%	3.332	0,30%	-48,08%
Outros ativos	1.746	0,15%	1.591	0,14%	9,74%
Intangível	71.641	6,01%	73.941	6,70%	-3,11%
Imobilizado	314.045	26,33%	277.305	25,12%	13,25%
Total do ativo	**1.192.643**	**100,00%**	**1.103.937**	**100,00%**	**8,04%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH 2021 /2020 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	69.941	5,86%	55.812	5,06%	25,32%
Empréstimos e financiamentos	85.045	7,13%	96.553	8,75%	-11,92%
Salários e encargos sociais	43.652	3,66%	39.434	3,57%	10,70%
Tributos a recolher	15.400	1,29%	6.718	0,61%	129,23%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.857		0	0,00%	0,00%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	12.768	1,07%	21.309	1,93%	-40,08%
Partes relacionadas	175	0,01%	150	0,01%	16,67%
Comissões sobre as vendas	5.353	0,45%	5.782	0,52%	-7,42%
Outros passivos	8.452	0,71%	12.935	1,17%	-34,66%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	297.330	24,93%	297.786	26,97%	-0,15%
Provisão para riscos	4.779	0,40%	6.384	0,58%	-25,14%
Outros passivos	3.419	0,29%	264	0,02%	1195,08%
Total do passivo	**551.171**	**46,21%**	**543.127**	**49,20%**	**1,48%**
Patrimônio líquido	**641.445**	**53,78%**	560.778	**50,80%**	**14,38%**
Participação dos não controladores	27	0,00%	32	0,00%	-15,63%
Total do patrimônio líquido	**641.472**	**53,79%**	**560.810**	**50,80%**	**14,38%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.192.643**	**100,00%**	**1.103.937**	**100,00%**	**8,04%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R$ 729,7 milhões, em comparação com R$ 679,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 61,18% em 31 de dezembro de 2021 e 61,56% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento, de R$ 50,1 milhões ou 7,37%, decorreu substancialmente pelo aumento em estoques no montante de R$ 79,8 milhões, aumento dos saldos de contas a receber de clientes, no montante de R$ 35,9 milhões, aumento no saldo de impostos a recuperar, no montante de R$ 14,4, parcialmente compensados pela diminuição de caixa e equivalentes de caixa, no montante de R$ 82,3 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R$ 462,9 milhões, em comparação com R$ 424,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 38,82% em 31 de dezembro de 2021 e 38,44% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento, de R$ 38,6 milhões ou 9,1%, é observada substancialmente nas rubricas de ativo imobilizado, no montante de R$ 36,7 milhões, por conta de fortes investimentos na indústria, sendo principalmente a ampliação da fábrica do biológicos e prédio de subestação, imposto de renda e contribuição social diferido, no montante de R$ 11,2 milhões, parcialmente compensados pela diminuição nas rubricas tributos a recuperar, no montante de R$ 5,6 milhões, resultado da utilização parcial de saldos de ICMS a recuperar e ativo intangível, no montante de R$ 2,3 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R$ 245,6 milhões, em comparação com R$ 238,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 20,60% em 31 de dezembro de 2021 e 21,62% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento, de R$ 6,95 milhões ou 2,91%, decorreu substancialmente por aumentos em: (i) fornecedores, no montante de R$ 14,1 milhões, considerando o aumento de operações realizadas no ano, (ii) salários e encargos socias, no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante de R$ 4,2 milhões, decorrente principalmente do provisionamento de Incentivo de Curto Prazo (ICP), e (iii) tributos a recolher, no montante de R$ 13,5 milhões, compensados pela diminuição em empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R$ 11,5 milhões, devido a menores captações no ano e dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 8,5 milhões, devido ao pagamento de juros sobre o capital próprio realizado em dezembro de 2021.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R$ 305,5 milhões, em comparação com R$ 304,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 25,62% em 31 de dezembro de 2021 e 27,58% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R$ 1,09 milhões ou 0,36%, decorreu substancialmente pelo aumento em outros passivos de longo prazo, no montante de R$ 3,1 milhões, relacionados ao aumento de arrendamentos (*IFRS 16*), parcialmente compensados pela diminuição no saldo de provisão para riscos, no montante de R$ 1,6 milhões.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R$ 641,4 milhões, em comparação com R$ 560,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação de R$ 80,7 milhões ou 14,38%, deu-se substancialmente pelo resultado do ano, líquido do montante destinado para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ("2020") COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 ("2019")

Demonstração do Resultado

(em R$ milhares, exceto quando indicado)	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH 2020 /2019 (%)
Operações continuadas					
Receitas líquidas das vendas	730.108	100,00%	619.585	100,00%	17,84%
Custos das vendas	(356.122)	-48,78%	(311.989)	-50,35%	14,15%
Lucro bruto	**373.986**	**51,22%**	**307.596**	**49,65%**	**21,58%**
Despesas com vendas	(170.158)	-23,31%	(163.427)	-26,38%	4,12%
Despesas com pesquisas e inovação	(39.668)	-5,43%	(27.639)	-4,46%	43,52%
Despesas gerais e administrativas	(47.225)	-6,47%	(44.874)	-7,24%	5,24%
Outras despesas, líquidas	(14.819)	-2,03%	140	0,02%	
Resultado financeiro	(8.279)	-1,13%	(13.838)	-2,23%	-40,17%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**93.837**	**12,85%**	**57.958**	**9,35%**	61,91%
Imposto de renda e contribuição social	(4.124)	-0,56%	(11.680)	-1,89%	-64,69%
Lucro do exercício das operações continuadas	**89.713**	**12,29%**	**46.278**	**7,47%**	93,86%

Receita líquida

A receita líquida foi de R$ 730,1 milhões em 2020, em comparação com R$ 619,6 milhões em 2019, o que representou um crescimento de R$ 110,5 milhões ou 17,84%. Esse incremento, em termos absolutos, é atribuído aos segmentos de Animais de Produção, no montante de R$ 76,2 milhões, de Animais de Companhia, no montante de R$ 11,9 milhões e de Operações Internacionais, no montante de R$ 22,4 milhões.

Animais de Produção

O segmento apresentou receita líquida de R$ 543,2 milhões em 2020, um aumento de 16,31% em relação a 2019. O aumento dos investimentos em saúde animal por parte do produtor, especialmente na linha reprodutiva, fomentado pelo cenário positivo dos preços da proteína, motivou o esforço do nosso time comercial que, em linha com os nossos valores, se reinventou e investiu ainda mais em alternativas tecnológicas para melhorar a força de relacionamento, conseguindo uma maior positivação de clientes frente a 2019, mesmo com um menor índice de visitação, garantindo o crescimento da receita líquida.

Animais de Companhia

O segmento obteve receita líquida de R$ 100,1 milhões em 2020 com crescimento de 13,49% em relação a 2019. O aumento de pets domiciliados e até mesmo a maior atenção às necessidades dos animais por parte dos tutores que passaram a ficar mais tempo em casa, motivou o crescimento das vendas no mercado de animais de companhia. Houve um volume

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

muito positivo de sell-out, com nível adequado de estoques nos distribuidores, crescimento dos pontos de vendas principalmente nas regiões norte e nordeste do país e mais positivação de clientes se comparado ao ano anterior, motivados principalmente pelo trabalho da equipe para geração de demanda, mesmo que de forma remota.

Operações Internacionais
O segmento apresentou receita líquida de R$ 86,7 milhões em 2020, um aumento de R$ 22,4 milhões ou 34,93% comparado a 2019. No ano, houve crescimento de receita líquida na Colômbia em 25% e de 3% no México, em especial pelo câmbio favorável. Nos outros países, o crescimento da receita líquida de 78% no ano é resultado dos aumentos de volume e câmbio favorável, potencializados pelo trabalho de melhoria nas relações de parcerias com os distribuidores.

Custo das vendas
O custo das vendas, em 2020, foi de R$ 356,1 milhões, contra R$ 312,0 milhões em 2019, o que representou uma variação de R$ 44,1 milhões ou 14,15%.
O custo das vendas representou 48,78% e 50,35% da nossa receita líquida em 2020 e 2019, respectivamente. O segmento de Animais de Produção apresentou custo de vendas de 54,24% em 2020 com dimuição de 1.11 p.p. em comparação com 2019. A melhora na margem bruta observada entre os anos de 2020 e 2019 é decorrente, substancialmente, a repasse de preços, com melhora da margem também em função do impacto positivo do dólar no subsegmento de aves e suínos (parte das vendas são atreladas ao dólar) que compensaram o aumento nos custos dos produtos vendidos. O segmento de Animais de Companhia apresentou custo de vendas de 30,42% em 2020, com pequena melhora de 0,29 p.p. em relação a 2019 Os ganhos de volume e preço conseguiram compensar, na totalidade, o aumento de custos observados no ano. O segmento de Operações Internacionais apresentou custo de vendas de 35,74% em 2020, com melhora de 5,24 p.p. em comparação com 2019. O resultado positivo se deve, principalmente, ao câmbio favorável, mas também pelo aumento de volume e preços.

Lucro bruto
Pelos motivos acima expostos, nosso lucro bruto em 2020 foi de R$ 374,0 milhões, em comparação com R$ 307,6 milhões em 2019, o que representou um crescimento de R$ 66,4 milhões ou 21,58%.

Despesas operacionais
Em 2020, nossas despesas operacionais, que compreendem despesas com vendas, despesas com pesquisa e inovação, despesas gerais e administrativas e outras despesas, foram de R$ 271,9 milhões, contra R$ 235,8 milhões em 2019, o que representou um aumento de R$ 36,1 milhões ou 15,30%. As despesas operacionais corresponderam a 37,24% e 38,06% do total da receita líquida em 2020 e 2019, respectivamente. Em relação ao crescimento das despesas frente ao ano anterior, destacam-se os valores decorrentes da decisão da administração em premiar as equipes pelos resultados do ano e pelas metas superadas, com impacto de R$ 6 milhões nas despesas. Desconsiderado o efeito desta premiação sobre as despesas, destaca-se que a diluição percentual em relação às receitas líquidas foi de 1,2 p.p. em relação a 2019.

Resultado financeiro
O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa financeira líquida de R$ 8,3 milhões, redução de 40,17% frente a 2019. A redução ocorre pelo menor custo de capital, acompanhando indicadores como CDI e TJLP, e pelo impacto da variação cambial e ajustes periódicos dos instrumentos financeiros derivativos contratados.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social
Registramos lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em 2020, no montante de R$ 93,8 milhões, contra R$ 58,0 milhões em 2019, o que representa um aumento no resultado no total de R$ 35,8 milhões, e se justifica pelos efeitos citados acima. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou 12,85% e 9,35% de nossa receita líquida em 2020 e em 2019, respectivamente.

Impostos de renda e contribuição social
Em 2020, o resultado com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os correntes e diferidos, totalizaram uma despesa R$ 4,1 milhões, contra R$ 11,7 milhões em 2019, uma redução de R$ 7,6 milhões, ou 64,69%. Deve-se notar que a apuração de IR e CS é realizada sobre bases fiscais que divergem do resultado contábil.

Lucro líquido do exercício
Como resultado do acima mencionado, nosso lucro em 2020 foi de R$ 89,7 milhões, contra

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R$ 46,3 milhões em 2019.

Balanço Patrimonial Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais nas datas indicadas:

Ativo

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH 2020 /2019 (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	243.614	22,07%	45.009	5,18%	441,26%
Contas a receber de clientes	209.409	18,97%	189.076	21,74%	10,75%
Instrumentos financeiros derivativos	2.298	0,21%			
Estoques	190.301	17,24%	165.294	19,01%	15,13%
Tributos a recuperar	26.642	2,41%	19.135	2,20%	39,23%
Partes relacionadas	427	0,04%	393	0,05%	8,65%
Outros ativos	6.932	0,63%	6.128	0,70%	13,12%
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	44.024	3,99%	51.277	5,90%	-14,14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.121	2,18%	15.441	1,78%	56,21%
Estoques	3.332	0,30%	4.342	0,50%	-23,26%
Outros ativos	1.591	0,14%	507	0,06%	213,81%
Intangível	73.941	6,70%	93.295	10,73%	-20,74%
Imobilizado	277.305	25,12%	279.639	32,16%	-0,83%
Total do ativo	**1.103.937**	**100,00%**	**869.536**	**100,00%**	**26,96%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido

(em milhares de reais, exceto quando indicado)	2020	AV (%)	2019	AV (%)	AH 2020 /2019 (%)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	55.812	5,06%	40.381	4,64%	38,21%
Instrumentos financeiros derivativos			2.252	0,26%	-100,00%
Empréstimos e financiamentos	96.553	8,75%	118.230	13,60%	-18,33%
Salários e encargos sociais	39.434	3,57%	20.151	2,32%	95,69%
Tributos a recolher	6.718	0,61%	4.993	0,57%	34,55%
Imposto de renda e contribuição social a pagar			87	0,01%	-100,00%
Dividendos e juros sobre o capital próprio	21.309	1,93%	10.991	1,26%	93,88%
Partes relacionadas	150	0,01%	172	0,02%	-12,79%
Comissões sobre as vendas	5.782	0,52%	4.816	0,55%	20,06%
Outros passivos	12.935	1,17%	8.446	0,97%	53,15%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	297.786	26,97%	162.852	18,73%	82,86%
Provisão para riscos	6.384	0,58%	3.684	0,42%	73,29%
Outros passivos	264	0,02%			
Total do passivo	**543.127**	**49,20%**	**377.055**	**43,36%**	**44,04%**
Patrimônio líquido	**560.778**	**50,80%**	**492.447**	**56,63%**	**13,88%**
Participação dos não controladores	32	0,00%	34	0,00%	-5,88%
Total do patrimônio líquido	**560.810**	**50,80%**	**492.481**	**56,64%**	**13,87%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.103.937**	**100,00%**	**869.536**	**100,00%**	**26,96%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 679,6 milhões, em comparação com R$ 425,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 61,56% em 31 de dezembro de 2020 e 48,88% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento, de R$ 254,6 milhões ou 59,90%, decorreu substancialmente pelo aumento de caixa e equivalente de caixa, no montante de R$ 198,6 milhões, aumento dos saldos de contas a receber de clientes, no montante de R$ 20,3 milhões e em estoques, no montante de R$ 25,0 milhões.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 424,3 milhões, em comparação com R$ 444,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 38,44% em 31 de dezembro de 2020 e 51,12% em 31 de dezembro de 2019. Essa redução, de R$ 20,2 milhões ou 4,54%, é observada substancialmente nas rubricas de ativo intangível, no montante de R$ 19,4 milhões, por conta da descontinuidade e consequente provisionamento de alguns projetos de desenvolvimento e de tributos a recuperar, no montante de R$ 7,3 milhões, resultado da utilização parcial de saldos de ICMS a recuperar, compensados pela maior contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R$ 8,7 milhões.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 238,7 milhões, em comparação com R$ 250,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 21,62% em 31 de dezembro de 2020 e 24,21% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento, de R$ 28,2 milhões ou 13,38%, decorreu substancialmente por aumentos em : (i) fornecedores, no montante de R$ 15,4 milhões, considerando o aumento de operações realizadas no ano, (ii) salários e encargos socias, no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante de R$ 19,3 milhões, decorrente do provisionamento de PLR, (iii) dividendos e juros sobre capital próprio, no montante de R$ 10,3 milhões, conforme apuração de resultado do ano e (iv) outros passivos, no montante de R$ 4,5 milhões, compensados por transferências de empréstimos e financiamentos de curto para longo prazo, no montante de R$ 21,7 milhões, decorrentes do alongamento da dívida realizadas durante o exercício de 2020.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 304,4 milhões, em comparação com R$ 166,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 27,58% em 31 de dezembro de 2020 e 19,15% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento, de R$ 137,9 milhões ou 82,80%, decorreu substancialmente pela liberação de empréstimos e financiamentos, contratados já em condições mais alongadas para a dívida.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 560,8 milhões, em comparação com R$ 492,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R$ 68,3 milhões ou 13,88%, deu-se substancialmente pelo resultado do ano, líquido do montante destinado para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

Fluxo de Caixa

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 ("2021") COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 ("2020") E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 ("2019")

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios indicados:

(em milhares de reais)	2021	2020	2019
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	46.500	111.936	56.388
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(60.411)	(23.527)	(50.399)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(50.623)	91.516	(26.300)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(64.534)	179.925	(20.311)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 46,5 milhões em 2021, em comparação a R$ 111,9 milhões em 2020. A redução de R$ 65,4 milhões na geração de caixa líquido, ou 58,46%, é representado substancialmente pelo efeito líquido da maior lucratividade antes dos impostos observada no ano de 2021, no montante de R$ 31,8 milhões, compensada pelo efeito líquido negativo nas contas de variação no capital circulante, no montante de R$ 65,5 milhões, substancialmente pelos maiores investimentos nos estoques, ajustes ao lucro, no montante de R$ 13,9 milhões e maiores pagamento de juros e imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 17,8 milhões.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 111,9 milhões em 2020, em comparação a R$ 56,4 milhões em 2019. O aumento de R$ 55,5 milhões na geração de caixa líquido, ou 98,51%, é representado substancialmente pela maior lucratividade antes dos impostos observada no ano de 2020, no montante de R$ 35,9 milhões, somado ao efeito líquido positivo nas contas de variação no capital circulante, no montante de R$ 16,8 milhões e nos ajustes ao lucro, no montante de R$ 14,8 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 60,4 milhões em 2021, contra R$ 23,5 milhões em 2020. O aumento de R$ 36,9 milhões, ou 156,8%, decorreu substancialmente por aumento nos investimentos em aquisições de ativo imobilizado, no montante de R$ 40,6 milhões e em ativo intangível, no montante de R$ 1,0 milhão.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 23,5 milhões em 2020, contra R$ 50,4 milhões em 2019. A redução de R$ 26,9 milhões, ou 53,32%, decorreu substancialmente por redução nos investimentos em aquisições de ativo imobilizado, no montante de R$ 19,9 milhões e em ativo intangível, no montante de R$ 7,7 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R$ 50,6 milhões em 2021, em comparação aos R$ 91,5 milhões gerados em 2020. A variação de R$ 142,1 milhões, decorreu substancialmente do efeito líquido de obtenção de empréstimos e financiamentos entre os exercícios, que variou de aplicação de R$ 13,3 milhões em 2021, em comparação a geração de R$ 91,4 milhões em 2020, e ao maior pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 24,6 milhões entre os períodos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 91,5 milhões em 2020, em comparação a R$ 26,3 milhões aplicados em 2019. A geração incremental de R$ 117,8 milhões, decorreu substancialmente do efeito líquido de obtenção de empréstimos e financiamentos, no montante de R$ 91,5 milhões em 2020 frente ao efeito líquido de pagamento de empréstimos e financiamentos de R$ 9,1 milhões em 2019, e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 10,9 milhões em 2020 e R$ 16,4 milhões em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os segmentos operacionais da Companhia divulgados em suas demonstrações financeiras são (i) Animais de Produção; (ii) Animais de Companhia; e (iii) Operações Internacionais.

Os Diretores entendem que a base de sustentação das receitas da Companhia e suas controladas, e, consequentemente, de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi a venda de vacinas e produtos veterinários para animais de produção (bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos) e animais de companhia (cães e gatos), sendo que referidas receitas foram provenientes tanto do mercado interno, quanto de exportações, principalmente para a América Latina.

Além disso, a receita também é afetada por aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e por outros fatores como o aumento da concorrência no setor em que atuamos, a capacidade de pagamento dos nossos clientes e o aumento dos custos das matérias primas que utilizamos.

A tabela abaixo apresenta a receita líquida da Companhia para os últimos três exercícios sociais:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2021	% do total	2020	% do total	2019	% do total
Animais de Produção	668.838	73,91%	543.259	74,41%	467.083	75,39%
Animais de Companhia	121.143	13,39%	100.135	13,72%	88.234	14,24%
Operações Internacionais	115.010	12,71%	86.714	11,88%	64.268	10,37%
Receita líquida	**904.991**	**100,00%**	**730.108**	**100,00%**	**619.585**	**100,00%**

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além do resultado das vendas, as demais despesas abaixo demonstradas afetaram o resultado da Companhia:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2021	% do total	2020	% do total	2019	% do total
Receita líquida	904.991	100,00%	730.108	100,00%	619.585	100,00%
Custo dos produtos vendidos	(457.820)	-50,59%	(356.122)	-48,78%	(311.989)	-50,35%
Lucro bruto	**447.171**	**49,41%**	**373.986**	**51,22%**	**307.596**	**49,65%**
Despesas líquidas	(306.060)	-33,82%	(271.870)	-37,24%	(235.800)	-38,06%
Lucro operacional	**141.111**	**15,59%**	**102.116**	**13,99%**	**71.796**	**11,59%**
Resultado financeiro líquido	(15.420)	-1,70%	(8.279)	-1,13%	(13.838)	-2,23%
Imposto de renda e contribuição social	(11.734)	-1,30%	(4.124)	-0,56%	(11.680)	-1,89%
Lucro líquido	**113.957**	**12,59%**	**89.713**	**12,29%**	**46.278**	**7,47%**

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os fatores relevantes que influenciaram as variações nos resultados foram detalhados acima neste item, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não havendo mudanças adicionais relevantes atribuíveis a modificações de preços, do câmbio, da inflação e da taxa de juros, além daquelas já explicitadas neste item.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do cambio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Vide letra (b) acima.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreu a introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme divulgado pela Companhia em fato relevante de 18 de novembro de 2021, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ("OF Saúde Animal") celebrou contrato de intenção de compra da totalidade das quotas sociais de emissão da Regenera Medicina Avançada Ltda. ("Regenera").

A Regenera é uma empresa de biotecnologia, fundada em Campinas, SP, no ano de 2012, que atua na área de Medicina Veterinária, trabalhando com pesquisa e desenvolvimento de protocolos terapêuticos envolvendo células-tronco mesenquimais e derivados, e é detentora de patente no Brasil, Austrália e Estados Unidos.

A consumação da operação estava sujeita à celebração de documentações definitivas, às aprovações de determinadas condições suspensivas e a conclusão de procedimentos regulatórios de forma satisfatória, as quais foram finalizados em fevereiro de 2022, com a assinatura do "*closing*" da operação entre as partes.

Pela aquisição, a OF Saúde Animal pagará o total de R$20.000, da seguinte forma: (i) parcela de R$15.000 a ser paga após a entrega das documentações de registro da operação e (ii)parcela retida de R$ 5.000 a ser paga em duas parcelas, sendo uma de R$3.000 e outra de R$2.000, mediante resultado de metas previamente acordada entre as partes. O preço da aquisição poderá ser acrescido de duas parcelas adicionais, nos anos de 2027 e 2028, sujeitas ao atingimento de metas que serão apuradas entre os anos de 2022 e 2026.

Não ocorreu a constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, quaisquer eventos ou operações não usuais relacionados à Companhia e suas controladas ou suas atividades que tenham causado ou espera-se que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

31 de dezembro de 2020 e 2021

Não aplicável.

31 de dezembro de 2019

IFRS 16/ CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil

Essa norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos que dão direito ao controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

i. Contratos com prazo inferior ou igual a doze meses.

ii. Contratos que possuam valor imaterial ou tenham como base valores variáveis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia efetuou o levantamento de todos os contratos de arrendamento e concluiu que em todos os contratos identificados como arrendamento (pelos critérios da nova norma), aplica-se os critérios de isenção, e não ocorreram impactos materiais nas contas patrimoniais ou de resultado.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o IAS - 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quanto a nova interpretação IFRIC 23 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A IFRIC 23 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. O Grupo avaliou e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos últimos três exercícios sociais, não houve alterações com efeitos significativos em práticas contábeis da Companhia.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou cuidadosamente os impactos do surto da COVID19 em seus negócios e observou os requerimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (*IFRS*)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (*IASB*), além do ofício circular CVM/SNS/SEP nº 02/2020.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo Ouro Fino usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Perdas de créditos esperadas

O método consiste em avaliar as mudanças na qualidade dos créditos desde seu reconhecimento inicial, considerando três estágios: (i) Perda esperada no momento inicial; (ii) Aumento significativo no risco de crédito após o reconhecimento inicial; e (iii) Ativos com crédito deteriorado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela administração, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos.

Perda (*impairment*) do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisão para riscos

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Valor justo do plano de outorga de ações

A Companhia possui dois planos de outorga de ações, o Plano de opções de compra de ações aprovado em 31 de dezembro de 2014 e o Plano de Remuneração baseado em Ações – ILP aprovado em 29 de janeiro de 2021.
O valor justo das ações do Plano de opções de compra de ações foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade de a opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.
O valor justo das ações do Plano ILP foi calculado utilizando a simulação de Monte Carlo, no qual, leva em consideração a volatilidade histórica da ação e a curva de aceleração/ penalização da quantidade entregue em função da performance.

Perda (*impairment*) do ativo intangível

Anualmente, o Grupo Ouro Fino avalia a recuperabilidade ("*impairment*") dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos:

i. Premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que o Grupo Ouro Fino espera atingir.

ii. Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação.

iii. Gastos associados à comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagens.

O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil da Companhia.

Provisão para perdas dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é reconhecida quando existe incerteza quanto à realização destes saldos. São provisionados os produtos que estão próximos do vencimento e/ ou avariados.

Tributos a recuperar

Até 30 de abril de 2019, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. acumulava créditos de ICMS decorrentes de saídas com isenção nas operações dentro do Estado de São Paulo, exportações

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

e redução de 60% na base de cálculo nas operações interestaduais, com manutenção integral/parcial dos créditos das entradas, conforme convênio ICMS 100/97. A partir de 1º de maio de 2019, a manutenção do crédito foi revogada para as operações com isenção dentro do Estado de São Paulo através do Decreto 64.213.

Através da entrega do arquivo da Portaria CAT83/2009, os saldos credores ainda existentes são convertidos em créditos acumulados passíveis de apropriação e poderão ser utilizados nas compras de insumos e máquinas e equipamentos e/ou transferência para outras empresas do Grupo com relação de interdependência e que apuram ICMS a pagar regularmente.

A Administração da Companhia entende que não há risco relevante de não realização destes créditos, portanto, nenhuma provisão para perda foi constituída.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 – Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2021.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2021.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que todos os compromissos futuros de compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, estão evidenciados nos balanços patrimoniais ou nas notas explicativas da Companhia de 31 de dezembro de 2021.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2021.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2021.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Comentários dos Diretores sobre o plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2021, a Companhia pretende efetuar investimentos no montante aproximado de R$ 79,3 milhões, os quais serão destinados substancialmente em obras para adequação e expansão na planta produtiva de fármacos e nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos de acordo com o *pipeline* de lançamentos da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados principalmente por meio de recursos próprios e de agências de financiamento, como a FINEP e BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Tendo em vista o mercado altamente tecnológico em que está inserida, a Companhia está permanentemente envolvida em projetos de pesquisa e desenvolvimento de diversos tipos de produtos para saúde animal, tanto na categoria de terapêuticos como de biológicos. Nos últimos 3 anos, a Companhia e suas controladas investiram aproximadamente 8,0% de sua receita liquida em atividades de pesquisa e desenvolvimento, correspondentes a cerca de R$ 160,0 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram lançados 4 novos produtos (2 novos produtos em 2020 e 2019).

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas relevantes com publicidade, patrocínios e convênios.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Desta forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável tendo em vista que não divulgamos projeções.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo cinco membros e no máximo sete membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 2 conselheiros ou 20%, o que for maior dos membros do Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes. A Assembleia Geral será responsável também por determinar o número adequado de conselheiros, considerando a previsão do número mínimo e máximo de membros prevista no Estatuto Social da Companhia.

Além de outras matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração: (a) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes atribuições; (b) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia; (c) convocar a assembleia geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (d) manifestar-se previamente sobre o voto a ser proferido no âmbito das sociedades controladas e coligadas, relativamente às operações de (i) incorporação, cisão, fusão e transformação; (ii) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis e (iii) alteração de seus contratos sociais e regimentos internos; (e) indicar os administradores das sociedades coligadas e controladas pela Companhia; (f) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (g) escolher e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia; (h) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (i) autorizar a prática, por suas controladas, de atos que necessitem de aprovação da Companhia, exceto se de outra forma previsto no respectivo contrato ou estatuto social; (j)eleger e destituir os membros do CAE (conforme abaixo definido), dentre eles, indicando o coordenador do CAE; (k) fixar o orçamento anual do CAE; e (l) examinar e aprovar alterações ao regimento interno do CAE, bem como as regras operacionais e de funcionamento deste.

Ainda, estarão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração: (i) qualquer mudança substancial na estratégia da Companhia; (ii) a participação da Companhia em qualquer *joint venture,* consórcio, sociedade em conta de participação ou empreendimento similar; (iii) a aprovação do orçamento anual e de alterações importantes a ele relativas; (iv) qualquer acordo em ação judicial ou procedimento arbitral envolvendo valor igual o superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (v) uma vez ultrapassado o limite global previsto no orçamento anual, a assunção de dívidas e/ou celebração de contratos financeiros envolvendo valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (vi) investimentos de capital individuais não previstos no orçamento anual cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual; (vii) a celebração de qualquer contrato, acordo ou compromisso (exceto assunção de dívidas e contratos financeiros, os quais são regidos pelo disposto no item (v) acima) não previsto no orçamento anual e não relacionado à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia que represente obrigação em valor igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (viii) a aquisição, venda ou alienação de ativos fixos da Companhia não prevista no orçamento anual e que envolva valor igual ou superior

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, seja em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (ix) a renúncia, pela Companhia, a qualquer direito (incluindo acordos com clientes) cujo valor seja igual ou superior ao montante definido pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião anual, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas; (x) a prática de qualquer dos atos acima mencionados pelas sociedades controladas pela Companhia; e (xi) a aprovação prévia para a aquisição, pela Companhia, de suas próprias ações.

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração

A Companhia possui os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Recursos Humanos.

Comitê de Recursos Humanos

Compete ao Comitê de Recursos Humanos assessorar o Conselho de Administração nos assuntos abaixo, dentro outros previstos em seu regimento interno: (i) analisar e recomendar ações sobre políticas, estruturas e práticas de recursos humanos da Companhia, à luz das melhores práticas adotadas por empresas nacionais e internacionais, bem como das estratégias, oportunidades e riscos a que a Companhia está exposta nesse sentido; (ii) recomendar ao Conselho de Administração as estratégias, critérios e níveis de remuneração e benefícios de seus funcionários e administradores; (iii) examinar e discutir a política de remuneração dos membros da administração, incluindo o programa de opção de compra de ações para os beneficiários da Companhia; e (iv) debater e propor critérios para a avaliação do desempenho dos diretores da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("**CAE**") é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido pelos artigos 20, 21, 22, 23 e 24 do Estatuto Social da Companhia e pelo disposto nos artigos 31-A a 31-F da Instrução CVM 308/1999, conforme alterada pela Instrução CVM 509/2011.

O CAE será composto por no mínimo três membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Coordenador do CAE, e será instalado com a finalidade de, dentre outras e observadas as atribuições estabelecidas nas referidas instruções e em seu regimento interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição de auditoria independente da Companhia; (ii) revisar e supervisionar as atividades dos auditores internos e externos da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis e financeiras da Companhia; (iv) avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (vii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (viii) elaborar relatório anual resumido com a descrição de suas atividades e recomendações realizadas.

O CAE possui regimento interno próprio aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 29 de setembro de 2014, conforme alterado.

O regimento interno do CAE atualizado pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330,

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com).

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de agosto de 2016, conforme alterado, o qual estabelece as regras gerais relativas ao funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades.

O regimento interno atualizado do Conselho de Administração pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com).

(ii) comitê de auditoria estatutário

O CAE é órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido pelo Estatuto Social da Companhia e Instrução CVM 308/1999, conforme alterada. O CAE será composto por no mínimo três membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Coordenador do CAE, e será instalado com a finalidade de, dentre outras e observadas as atribuições estabelecidas nas referidas instruções e em seu regimento interno, conforme disposto acima.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O CAE, como comitê de assessoramento do Conselho de Administração, supervisiona as atividades dos auditores independentes, acompanha seus trabalhos e aprova o plano de trabalho desta, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Assim, cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, considerada a manifestação do CAE.

Ainda, em 23 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Contratação de Serviços Extra-Auditoria, a qual tem por objetivo orientar e auxiliar a Companhia e suas controladas quanto à contratação de serviços extra-auditoria, tendo em vista a necessidade de: (i) evitar situações que possam comprometer a independência ou colocar em risco a objetividade requerida dos serviços prestados pelos auditores externos independentes; e (ii) estabelecer padrões mínimos para a contratação de serviços extra-auditoria, observada a legislação aplicável.

(b) em relação aos membros da Diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo dois e no máximo cinco membros, sendo um deles Diretor Presidente e um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica. O mandato dos Diretores será unificado de três anos, sendo permitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, somente serão eleitos ao cargo de Diretor da Companhia, as pessoas que preencherem os seguintes requisitos: (a) possuam formação universitária completa; (b) possuam experiência profissional e capacidade técnica e de gestão adequadas aos cargos a serem ocupados; (c) tenham completado, no máximo, 67 anos à época de sua eleição, definida a idade de 70 anos como idade máxima para permanência no cargo, quando então o Diretor será compulsoriamente destituído de suas funções.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu Estatuto Social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) dois membros da Diretoria; (b) um membro da Diretoria e um procurador com poderes específicos; ou (c) dois procuradores com poderes específicos.

Compete à Diretoria da Companhia, de acordo com o Estatuto Social: (a) o exercício das atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; (b) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativas ao exercício seguinte, incluindo: (i) a estratégia empresarial e as divisões de negócios da Companhia e de duas controladas e coligadas; (ii) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões; (iii) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; (iv) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios; (v) a remuneração dos administradores de cada divisão de negócios; (vi) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e (vii) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio; (c) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício sócia, bem como proposta para destinação do lucro líquido; (d) coordenar o processo de alienação das ações representativas do capital social; (e) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração; (f) abrir e extinguir filiais, depósitos, escritórios ou representações em qualquer localidade do País e do exterior, quando as conveniências sociais o indicarem; (g) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; (h) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos, observadas as hipóteses sujeitas à aprovação do Conselho de Administração; (i) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (j) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Diretoria não possui regimento interno próprio, estando sujeita às disposições da Lei das Sociedades por Ações, do estatuto social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado e demais normas aplicáveis.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal da Companhia funcionará de forma não permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas na lei.

O Conselho Fiscal, será composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a reeleição.

O Conselho Fiscal possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho Fiscal realizada em 13 de agosto de 2014, conforme alterado.

O regimento interno atualizado do Conselho Fiscal pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações,, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com).

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(d) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

A Companhia possui um processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária.

O objetivo deste processo de avaliação de desempenho é alavancar o desempenho dos órgãos de governança e seus membros como um dos pilares do planejamento estratégico da Companhia, contribuir com a aplicação das respectivas competências de cada órgão, entre outras contribuições de aprimoramento da governança da Companhia, tais como: (i) otimização na interação entre o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária; (ii) trazer melhorias no processo decisório e na assertividade das deliberações do Conselho de Administração; (iii) melhorar a atuação e contribuição dos membros considerados individualmente; (iv) melhorar o processo de atração e renovação dos agentes; e (v) aumentar a credibilidade dos órgãos.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

O processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária é realizado anualmente pela Companhia.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

As avaliações são realizadas pelos membros de cada órgão, por meio de formulários eletrônicos com questões fechadas e abertas, considerando o colegiado, autoavaliação e avaliação entre pares. Após a apuração dos dados dos relatórios, há uma devolução estruturada ao Conselho de Administração e os planos de ação de melhorias são discutidos no Comitê de Recursos Humanos e implementados pela Diretoria.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementará planos de ações como, por exemplo, substituição de membros, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento do órgão.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

O processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária é realizada com recursos internos, no entanto, a Companhia avalia possibilidade de aprimoramento do processo com consultores e assessores externos.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral será realizada anualmente e sempre que os negócios da Companhia assim exigirem, nos termos na Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto na legislação aplicável, os acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais por meio de convocação publicado na forma do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como dos membros do Conselho Fiscal; (iii) reformar o Estatuto Social; (iv) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia seja parte, sua dissolução ou liquidação; (v) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (ix) aprovar a saída do Novo Mercado da B3; (x) aprovar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração; (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (xiii) aprovar investimento fora do ramo principal de atuação da Companhia.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de administração de conflitos de interesses em Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação societária.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas específicas para solicitação de procurações pela nossa administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas e seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia Geral portando, além da cópia dos documentos hábeis de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, cópia do comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 2 dias antes da data da realização da Assembleia Geral, com sua respectiva participação acionária, bem como procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de 1 ano da data de realização da Assembleia Geral, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º,da Lei das Sociedades por Ações). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

O acionista que desejar fazer-se representar por meio de procuração na Assembleia Geral deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo no ato ou enviando aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio de correio postal direcionado à sede da Companhia, localizada na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações,, Distrito Industrial, CEP 14140-000, na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, com antecedência de até 72 horas do início da reunião, o comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 2 dias antes da data da realização da AGO, com sua respectiva participação acionária e o instrumento de mandato outorgado, com poderes especiais.

Em situações excepcionais, a Companhia poderá autorizar o recebimento de procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, juntamente com a cópia dos demais documentos necessários para a comprovação de poderes de representação, que deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico ri@ourofino.com. Ademais, também em situações excepcionais, a Companhia poderá dispensar o reconhecimento de firma das referidas procurações. As informações sobre autorizações neste sentido constarão do edital de convocação e da proposta da administração para cada Assembleia Geral.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os documentos listados abaixo, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio de correio postal direcionado à sede da Companhia, localizada na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações,, Distrito Industrial, CEP 14140-000,

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, ou por meio do endereço eletrônico: ri@ourofino.com.

Para as pessoas físicas: (i) boletim relativo à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; (ii) cópia do documento de identidade do acionista; e (iii) cópia do comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 dias úteis antesda realização votação.

Para pessoas jurídicas: (i) boletim relativo à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia do documento de identidade do representante legal ou procurador presente; (iii) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, registrado no órgão competente; (iv) cópia do documento que comprove poderes de representação (ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso); (v) cópia do comprovante da instituição financeira escrituradora das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 dias úteis antes da realização votação; e (vi) em caso de investimento, cópia do regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador mencionados no item (iv) acima.

Nos termos da Instrução CVM 561, o boletim de voto a distância deverá ser recebido em até 7 (sete) dias antes da data da respectiva Assembleia Geral.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme legislação aplicável.

Em situações excepcionais, a Companhia poderá dispensar o reconhecimento de firma dos boletins de voto assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país. As informações sobre autorizações neste sentido constarão do edital de convocação e da proposta da administração para cada Assembleia Geral.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para a sede da Companhia, localizada na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, Bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 14140-000, na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: ri@ourofino.com.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Nos termos da Instrução CVM 594, a solicitação de inclusão (a) de proposta de deliberação no boletim de voto a distância disponibilizado por ocasião da assembleia geral ordinária, deverá ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização; (b) de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre: (b.i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco)dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (b.ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

A Companhia comunicará ao acionista em até 3 (três) dias úteis do recebimento das propostas se as solicitações de inclusão são suficientes ou não para constarem no boletim de voto a distância a ser divulgado pela Companhia.

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não adotava mecanismos diferenciados em relação ao previsto na legislação vigente destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas pelos acionistas.

(j) se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

Neste caso, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto à Distância, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Os acionistas poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio do Banco Bradesco S.A., instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, caso as ações de emissão da Companhia e de sua titularidade estejam ali depositadas, entrando em contato por meio de qualquer agência ou dos dados informados abaixo:

Banco: Banco Bradesco S.A.

Endereço: Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, Osasco, SP, CEP: 06029-900. Prédio Amarelo – Térreo

E-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br

Telefone: 0800 701 1616

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Exercício Social	Tipo de Reunião do Conselho de Administração	Quantidade	Data
31/12/2021	Ordinária	5	01/03/2021
			30/04/2021
			02/08/2021
			08/11/2021
			14/12/2021
	Extraordinária	7	29/01/2021
			18/05/2021
			11/06/2021
			21/07/2021
			17/08/2021
			23/09/2021
			27/10/2021

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O Conselho de Administração possui uma Política para Prevenção de conflitos de Interesse, que institui diretrizes e procedimentos para a prevenção, identificação, declaração e resolução de situações que possam representar conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes. Esta Política visa ainda promover medidas razoáveis para zelar pela transparência e independência nas relações estabelecidas, bem como permitir a gestão eficaz de conflitos de interesses, efetivos ou potenciais, que possam surgir, e suas possíveis consequências.

Adicionalmente, a Companhia entende que as disposições legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

A Política para Prevenção de Conflitos de Interesse atualizada pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com).

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

A Companhia adota a Política Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ("**Política de Indicação**"), que institui determinados critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2020, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com).

(ii) principais características

A indicação dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária deverá observar o disposto na Política de Indicação, no estatuto social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

Cumpre ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4. Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada à ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Kleber Cesar Silveira Gomes	23/10/1974	Pertence apenas à Diretoria	01/04/2020	3 anos	1
196.455.998-73	Contador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	01/04/2020	Sim	0%
Membro do Comitê de Recursos Humanos e de Inovação					
Marcelo da Silva	10/02/1979	Pertence apenas à Diretoria	01/04/2020	3 anos	1
285.018.648-11	Contador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	01/04/2020	Sim	0%
Diretor Financeiro na Companhia					
Norival Bonamichi	02/02/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	AGO 2024	5
263.572.166-15	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	20/04/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Inovação					
Luiz Antônio Santos Baptista	07/06/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	AGO 2024	4
467.551.367-00	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	90%
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário					
Márcio Guedes Pereira Júnior	25/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	AGO 2024	4
050.958.058-04	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	100%
N/A					
Raphael Martins Villela	15/07/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	AGO 2024	2
101.721.717-33	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	83.33%
Jardel Massari	04/04/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/04/2022	AGO 2024	5

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
263.940.816-04	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/04/2022	Sim	95.45%
N/A					
Maria Mazzarello Pereira Veloso	19/09/1966	Conselho Fiscal	20/04/2022	AGO 2023	1
505.593.895-15	Engenheira Química	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2022	Sim	0%
José Paulo Marques Netto	22/10/1949	Conselho Fiscal	20/04/2022	AGO 2023	6
528.788.308-06	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	20/04/2022	Sim	100%
N/A					
Roberto Lamb	06/06/1948	Conselho Fiscal	20/04/2022	AGO 2023	3
009.352.630-04	Físico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2022	Não	100%
N/A					
César Augusto Campez Neto	12/01/1959	Conselho Fiscal	20/04/2022	AGO 2023	9
980.271.158-68	Contabilista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	20/04/2022	Sim	100%
N/A					
Anselmo José Buosi	11/04/1964	Conselho Fiscal	20/04/2022	AGO 2023	5
048.744.858-80	Empresário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2022	Sim	0%
N/A					
Paulo César Lima	19/08/1968	Conselho Fiscal	20/04/2022	AGO 2023	9
099.601.838-74	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	20/04/2022	Sim	0%
N/A					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus mais de 13 anos de trajetória na Companhia, liderou as áreas de Finanças, Controladoria, Tecnologia da Informação, Jurídico, Relações com Investidores e Produtos, tendo, portanto, atuação importante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PwC, com passagem pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência do negócio.O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Marcelo da Silva - 285.018.648-11

Nascido em 1979, graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo e cursa atualmente, pós graduação em Especialização em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Fez carreira na área de controladoria e finanças tendo trabalhado anteriormente nas empresas UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto) e Autovias S/A (a época empresa do Grupo OHL Concesiones). Na Ourofino há mais de 13 anos, ocupou os cargos de Gerente de Projetos Financeiros, Gerente de Controladoria e, desde outubro de 2019 o cargo de Controller agregando as funções das áreas de controladoria e finanças.
O Sr. Marcelo da Silva não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Marcelo da Silva declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo

Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de lacticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.
O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Norival Bonamichi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal d Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 ate a presente data.
O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.
O Sr. Luiz Antonio Santos Baptista qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3

Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04

Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fudação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na Stern School of Business da New York City. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, da Brasil Insurance e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gas Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR Oportunities, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a International Paper e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP.
O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.
O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.
O Sr. Márcio Guedes Pereira Junior qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3

Raphael Martins Villela - 101.721.717-33

Nascido em 1983, graduou-se em ciências econômicas pela IBMEC-RJ, em 2005. O Sr. Raphael Martins Villela iniciou sua carreira no Itaú Asset, atuou na Kondor Investimentos e, entre os anos de 2010 e 2018, foi sócio da STK. Em 2018, o Sr. Raphael Martins Villela ingressou como sócio e atuou como CEO na Nexaas S.A. Em junho de 2021, ingressou na área de Private Equity do Opportunity.
O Sr. Raphael Martins Villela não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Raphael Martins Villela é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.
O Sr. Raphael Martins Villela declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.
O Sr. Raphael Martins Villela qualifica-se como conselheiro independente observados os critérios previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3

Jardel Massari - 263.940.816-04

Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agronômico de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985.
O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Jardel Massari declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Maria Mazzarello Pereira Veloso - 505.593.895-15

Nascida em 1966, é Conselheira Empresarial certificada - faz parte dos quadros de conselheiros independentes do IFC - World Bank e do BNDES e é Managing Partner/Fundadora da Olusac, plataforma para transformação de negócios. A Sra. Maria Mazzarello Pereira Veloso tem mais de 30 anos de experiência em mais de 80 países e é membro de conselhos e comitês desde 2007. Ocupou cargos de alta liderança em negócios globais e mercado diversificado em players como Orica, Vale, Monsanto, Bayer, Promon e no terceiro setor. Especialista em Transformação de Negócios, Relações Empresariais, Inovação, Gestão de Riscos e Crises, Sustentabilidade (ESG), com vasta experiência em Projetos, Processos e Operações. É Idealizadora do Degustando Saberes e do Mini Fazenda Urbana – Negócios com foco para o futuro. Fundadora e diretora do Instituto Mulheres em Operações-MEO, atua desde 2001 liderando grupos com o objetivo de alcançar a diversidade e igualdade de gênero - WCD, BPW, Grupo Mulheres do Brasil, Mulheres Líderes pela Sustentabilidade, Win (Singularity/Monsanto/Bayer). Além de Conselheira Consultiva do Instituto Toposofia Roma e do Alumni Brasil - IESE Escola de Negócios, Vice-presidente da Abrisco – Associação Brasileira de Riscos, Professora de Governança de Riscos e Sustentabilidade das Pós do UnilaSalle, SENAI CIMATEC e da UNISUAM. Com diversas publicações sobre Governança, Riscos, Sustentabilidade, Estratégia e Transformações culturais e digitais. A Sra. Maria Mazzarello Pereira Veloso é Mestra em Gestão da Competitividade – Sustentabilidade (FGV-EAESP), SUEP-Exponential Leadership, Technology Disruption, Global Impact (Singularity-USA), Pós-MBA (1ª Hons) Board Program - Governança, Risco e Compliance (Saint Paul Escola de Negócios-SP), AMP (IESE- Espanha), MBA Gestão de Pessoas (FGV) , BSc - Higiene Industrial (USP), BEng ESH (UFBA), BEng Processos Petroquímicos (Bologna-Italia) e BEng (Hons) Engenharia Química (UFBA).

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

Nascido em 1949, é sócio aposentado da PricewaterhouseCoopers, onde trabalhou por mais de 40 anos, dos quais 22 anos como sócio ativo, encerrando sua carreira em julho de 2013. Durante esse período, trabalhou em, ou conduziu, diversos escritórios da PwC no Brasil, dentre eles os de São Paulo, Recife, Porto Alegre e Ribeirão Preto. Durante o período de 2008 a 2013, atuou como Country Geografic Leader do Equador. Possui Coach Executivo pela Universidade de Monterrey, México, e curso complementar na escola NewField, do Chile.
O Sr. José Paulo Marques Netto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. José Paulo Marques Netto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Roberto Lamb - 009.352.630-04

Nascido em 1948, é conselheiro fiscal certificado pelo IBGC; foi titular no Conselho Fiscal de várias companhias brasileiras, RGE, Marcopolo, Gerdau, Seara, MARFRIG, AES Eletropaulo, AES Tiete. Atualmente é: conselheiro fiscal na COPEL S.A, conselheiro de administração na CADAM S.A. e membro dos comitês de auditoria da BB Seguridade e Dataprev. É professor de Finanças e autor das versões brasileiras de “Fundamentals of Corporate Finance”, de Ross, Westerfield, Jordan (Ross, Westerfield, Jordan e Lamb, AMGH McGraw Hill Bookman, 2013) e “Corporate Finance”, de Ross, Westerfield, Jaffe (Ross, Westerfield, Jaffe e Lamb, AMGH McGraw Hill Bookman, 2015) e co-autor de “Decisões de Investimento das Empresas”, de Galesne, Fensterseifer e Lamb (Atlas, 1999); liderou edições dos guias de Melhores Práticas do Conselho Fiscal e para o Comitê de auditoria, do IBGC.
O Sr. Roberto Lamb não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Roberto Lamb declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

César Augusto Campez Neto - 980.271.158-68

Nascido em 1959, graduou-se em administração de empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP) e em direito pela Universidade Paulista (UNIP), tendo cursado MBA em contabilidade na FUNDACE, da Universidade de São Paulo (USP) e direito pela Faculdade de Direito UNIP. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014, o Sr. César Augusto Campez Neto é diretor da Campez e Silveira Contabilidade & Associados e atuou como presidente da Associação das Empresas de Contabilidade de Ribeirão Preto e Região (AESCON-RP) nos biênios de 1999/2001 e 2003/2006, como diretor regional do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (SESCON) no período entre 2002 a 2009, como conselheiro fiscal da COOPERAC Ribeirão Preto no período entre 2006 a 2011 e diretor operacional da SICOOB COOPERAC Ribeirão Preto desde julho de 2011.
O Sr. César Augusto Campez Neto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. César Augusto Campez Neto declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Anselmo José Buosi - 048.744.858-80

Nascido em 1964, empresário graduado em Administração de Empresas e pós-graduado em Economia de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, técnico em Contabilista, Corretor de Seguros todos os ramos, Corretor de Imóveis e Consultor Financeiro, com Certificação Anbima CPA-20®, para Investimentos Financeiros. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa Ouro Fino Química desde 2018, trabalhou por mais de 25 anos na área bancária, nos segmentos Corporate, Middle Market, Personal Banking e Private Banking, nos Grupos BankBoston, HSBC Bank e Royal Bank of Canada, respectivamente americano, inglês e canadense. Desde 2012 atua como Sócio Diretor na Corretora BPA Seguros, Seguros todos os ramos, focando benefícios, Previdência Privada e sucessão empresarial e familiar.
O Sr. Anselmo José Buoni não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Anselmo José Buoni declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Paulo César Lima - 099.601.838-74

Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto (Instituição Moura Lacerda) em 1990. É membro atual do Ibracon e possui registro ativo no CRC e no CNAI (Cadastro Nacional de Auditores Independentes da CVM). Atuou por mais de 15 anos em grandes empresas de auditoria externa, das quais mais de 10 anos na PricewaterhouseCoopers (1996 a 2006). No período de 2006 a 2011, desempenhou funções de gerente de controladoria e diretor administrativo e financeiro nas empresas Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia e Carol S.A., respectivamente. Em junho de 2011 fundou a empresa ValorUp Auditores Independentes, onde atua como sócio técnico até a presente data. Foi conselheiro fiscal da Cooperfértil - Cooperativa Central de Fertilizantes com sede em Campinas no período de 2008 a 2011.
O Sr. Paulo Cesar Lima não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Paulo Cesar Lima declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73	
N/A	
Marcelo da Silva - 285.018.648-11	
N/A	
Norival Bonamichi - 263.572.166-15	
N/A	
Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00	
N/A	
Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04	
N/A	
Raphael Martins Villela - 101.721.717-33	
N/A	

Jardel Massari - 263.940.816-04

N/A

Maria Mazzarello Pereira Veloso - 505.593.895-15

N/A

José Paulo Marques Netto - 528.788.308-06

N/A

Roberto Lamb - 009.352.630-04

N/A

César Augusto Campez Neto - 980.271.158-68

N/A

Anselmo José Buosi - 048.744.858-80

N/A

Paulo César Lima - 099.601.838-74

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Luiz Antônio Santos Baptista	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	07/06/1956	21/07/2021	Até 10 anos
467.551.367-00		Contador		21/07/2021	1	100%
Membro do Conselho de Administração						
Eduardo Scarpellini	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	19/02/1971	30/12/2014	Até 10 anos
138.583.208-89		Administrador de Empresas		30/12/2014	1	100%
N/A						
Lucilene Silva Prado	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	10/11/1969	08/10/2020	Até 10 anos
081.640.338-47		Advogada e professora universitária		08/10/2020	0	0%
N/A						
Jardel Massari	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/04/1957	01/07/2020	Indeterminado
263.940.816-04	Comitê de Recursos Humanos	Empresário		01/07/2020	1	100%
Presidente do Conselho de Administração						
Kleber Cesar Silveira Gomes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/10/1974	07/05/2020	Indeterminado
196.455.998-73	Comitê de Recursos Humanos	Contador		07/05/2020	1	100%
Diretor Presidente						
Márcio Guedes Pereira Júnior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1961	01/07/2020	Indeterminado
050.958.058-04	Comitê de Recursos Humanos	Administrador		01/07/2020	1	100%
Membro independente do Conselho de Administração.						
Kleber Cesar Silveira Gomes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	23/10/1974	07/05/2020	Indeterminado
196.455.998-73	Comitê de Inovação	Contador		07/05/2020	1	0%
Diretor Presidente						
Norival Bonamichi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/02/1955	30/12/2014	Indeterminado

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
263.572.166-15	Comitê de Inovação	Empresário		30/12/2014	1	100%
Vice-Presidente do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						

Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00

Nascido em 1956, graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, tendo cursado administração financeira pela IBMEC/RJ, finanças corporativas pela FGV/RJ e MBA Executivo pela COPPEAD da Universidade Federal d Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou durante 35 anos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES, em operações de participação acionária e financiamento. Membro efetivo do Conselho Fiscal do Grupo Ouro Fino desde 2013 e da Companhia desde 2014 até 2016, o Sr. Luiz Antonio Santos Baptista foi membro suplente do conselho de administração da Vale S.A. entre julho de 2004 a junho de 2005. Foi ainda membro do conselho de administração da Aços Villares entre julho de 2004 a junho de 2005 e da Nortec Química entre abril de 2012 ate a presente data.
O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Luiz Antônio Santos Baptista declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Eduardo Scarpellini - 138.583.208-89

Nascido em 1971, graduou-se em Administração de Empresas com Ênfase em Finanças pela Universidade Paulista em São Paulo e em Ciências Contábeis pela Universidade Moura Lacerda em Ribeirão Preto. O Sr. Eduardo possui sólida formação em negócios com experiência de mais de 20 anos nas áreas de consultoria e auditoria. Sua trajetória é principalmente marcada por atividades de planejamento estratégico, abertura de novos negócios e reorganização empresarial, com destaque para o setor do agronegócio. Desde 2003 é sócio fundador da Exame Auditores Independentes, empresa que se tornou referência nacional em processos de recuperação e reestruturação empresarial. O Sr. Eduardo foi também Diretor Administrativo, Financeiro e Industrial da Sicad do Brasil Ltda. entre 2002 e 2003 e atuou como Gerente de Auditoria na Pricewaterhousecoopers entre os anos de 1995 e 2002. Adicionalmente, é profissional certificado como Técnico Responsável da Comissão de Valores Mobiliários, Certificado de Conselheiro Fiscal Titular pelo IBGC.
O Sr. Eduardo Scarpellini não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Lucilene Silva Prado - 081.640.338-47

A Sra. Lucilene é advogada, graduada em 1992 pela Universidade de Ribeirão Preto, com especializações em Direito Empresarial e Direito Tributário. Atua há quase 30 anos nas áreas de direito empresarial, em especial nas áreas tributária, comercial, de reorganizações societárias e governança corporativa. Possui formação pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheira de Administração e participou do APG – Programa de Gestão Avançada da Amana-Key. É sócia do Derraik&Menezes Advogados, professora do Insper, Conselheira de Administração do Instituto Semeia, Conselheira Fiscal dos Institutos Natura, RAP e CPM e autora de diversos livros e artigos sobre tributação. Por 15 anos, trabalhou na Natura onde foi Diretora Tributária e Jurídica e ao longo de sua carreira também atuou em empresas de auditoria, do setor de confecções, autopeças e trading.
Sra. Lucilene não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

Jardel Massari - 263.940.816-04

Nascido em 1957, graduou-se como técnico agropecuário no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais e em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), no estado de São Paulo. O Sr. Jardel Massari é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente da Ouro Fino Agronegócio desde 2008, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde 2011 e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2014. Atuou também como técnico em climatologia do Instituto Agronômico de Campinas entre 1976 e 1980 e como supervisor de vendas da Socil – Empresa Francesa de Nutrição Animal entre 1981 e 1985.
O Sr. Jardel Massari não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Jardel Massari declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73

Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73

Nascido em 1974, graduou-se em ciências contábeis pela Instituição Moura Lacerda e possui MBA em gestão pela FGV. Em seus mais de 13 anos de trajetória na Companhia, liderou as áreas de Finanças, Controladoria, Tecnologia da Informação, Jurídico, Relações com Investidores e Produtos, tendo, portanto, atuação importante nos principais movimentos estratégicos da Companhia. Antes, trabalhou como auditor por 11 anos na PwC, com passagem pelo escritório de Detroit, nos Estados Unidos. Possui sólidos conhecimentos em finanças, contabilidade, auditoria e governança corporativa aliados a uma forte experiência do negócio.O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Kleber Cesar Silveira Gomes declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04

Nascido em 1961, graduou-se em administração de empresas na Fudação Getúlio Vargas, possui MBA pela FGV e estudou na Stern School of Business da New York City. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é sócio da Pangea, atua como membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, da Brasil Insurance e membro suplente do Conselho de Administração da Light, além de ser membro do Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da Anbima, além de sócio e conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior liderou o grupo de Investment Banking do Banco J. Safra, e foi diretor de investment banking no Credit Suisse, Citigroup e Unibanco. Possui ampla experiência em M&A e transações de Mercado de Capitais, incluindo tanto transações de dívida quanto de equity. Recentemente na área de M&A, assessorou o Grupo Bio Soja na captação de recursos junto ao Fundo de Sustentabilidade gerido pela BRZ, na venda da Gas Tecnologia para a Diebold, na venda do controle da Flores Online para a 1-800-flowers e BR Oportunities, na reestruturação da Abril S.A. e a criação da Abril Educação, na contribuição da Mondo Entretenimento para a criação da XYZ Live, na aquisição da Eleva Alimentos pela Perdigão, na aquisição de uma participação de 30% na Abril S.A., na privatização da CTEEP pelo Governo do Estado de São Paulo, além da troca de ativos entre a International Paper e VCP (Três Lagoas vs. Luiz Antonio). Na área de mercado de capitais, sua experiência inclui: oferta secundária da Perdigão, ofertas iniciais de Lojas Marisa, Minerva, Springs Global, Copasa, OHL e na oferta secundária de ações da SABESP.
O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.
O Sr. Marcio Guedes Pereira Junior é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Regulamento do Novo Mercado da B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

Norival Bonamichi - 263.572.166-15

Nascido em 1955, graduou-se como técnico em zootecnia no Colégio Agrícola Federal em Muzambinho, estado de Minas Gerais. O Sr. Norival Bonamichi é um dos fundadores do Grupo Ouro Fino, exercendo os cargos de Presidente do Grupo Ouro Fino até 2008 e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ouro Fino desde então, sendo eleito para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia em 2014. Atuou também como supervisor de vendas da Socil Pró-Pecuária S.A. entre os anos de 1980 e 1985, gerente administrativo da Fazenda de José Pereira Martins Andrade Filho e da Fazenda de Rubens Lobato Pinheiro Dr. entre os anos de 1979 e 1980, gerente administrativo e supervisor de lacticínios da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), entre 1977 e 1979.
O Sr. Norival Bonamichi não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Norival Bonamichi declara que não é pessoa exposta politicamente, uma vez que não desempenha ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em outros países, territórios e dependências estrangeiros, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Luiz Antônio Santos Baptista - 467.551.367-00	
N/A	
Eduardo Scarpellini - 138.583.208-89	
Lucilene Silva Prado - 081.640.338-47	
Jardel Massari - 263.940.816-04	
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73	
Kleber Cesar Silveira Gomes - 196.455.998-73	
Márcio Guedes Pereira Júnior - 050.958.058-04	
Norival Bonamichi - 263.572.166-15	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de nossas controladas, com nossos acionistas controladores ou com os membros da administração de nossas controladoras.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05
Sócio	

Observação

Administrador do Emissor

Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05
Sócio Administrador	

Observação

Administrador do Emissor

Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			

Pessoa Relacionada

Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21
Sócio	

Observação

Administrador do Emissor

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice-presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controla			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio Administrador			
Observação			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Recursos Humanos e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio			
Observação			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	57.624.462/0001-05		
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	05.480.599/0001-21		
Sócio Administrador			
Observação			
Administrador do Emissor			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Norival Bonamichi	263.572.166-15	Controle	Controlada Indireta
Vice-Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovação e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jardel Massari	263.940.816-04	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração e Controlador			
Pessoa Relacionada			
Ouro Fino Pet Ltda.	07.380.067/0001-48		
Sócio Administrador			
Observação			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Oferecemos seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e membros dos órgãos estatutários ("**D&O**"), contratado com a seguradora Starr International Brasil Seguradora S/A, cujo limite máximo de garantia é de R$ 40 milhões. O valor do prêmio total desta apólice foi de R$ 43.406,78 (quarenta e três mil, quatrocentos e seis reais e setenta e oito centavos), com vigência até 31 de dezembro de 2022.

Estão cobertos pelo D&O os eventuais prejuízos sofridos pelos nossos administradores e principais executivos no exercício de suas atividades profissionais, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no melhor interesse da Companhia.

Em razão da natureza do seguro D&O, a apólice de seguro não cobre atos dolosos, principalmente se cometidos para favorecer a própria pessoa do administrador. A Companhia entende que a contratação deste tipo de apólice é um importante instrumento de atração e retenção de talentos, pois proporciona segurança à empresa e aos executivos, caso haja necessidade de contratação de equipe especializada para sua defesa.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, (iii) se a convocação foi em primeira ou segunda convocação, e (iv) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Oridinária e Extraordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, aprovação das demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes, aprovação do aumento de capital social da Companhia e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	29/03/2019	Primeira	92,41
Assembleia Geral Oridinária e Extraordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, aprovação das demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia e seus suplentes, aprovação do aumento de capital social da Companhia, aumento do capital social autorizado, alteração do endereço da sede social da Companhia e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	08/05/2020	Primeira	92,41
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da confirmação da nomeação do conselheiro de administração, Sr. Vitor Francisco Miguita Paulino, em substituição ao Sr. Rodrigo de Almeida Prado Catunda	16/09/2020	Primeira	89,70
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações e do Programa de Recompra de Ações de Emissão da Companhia	29/01/2021	Primeira	86,17
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Aprovação do orçamento de capital, destinação do lucro líquido, aprovação das demonstrações financeiras, remuneração global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes, aprovação do aumento de capital social da Companhia e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	09/04/2021	Primeira	72,13

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Assembleia Geral Extraordinária	Confirmação da eleição de membro do Conselho de Administração e alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia.	20/08/2021	Primeira	76,73

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("**IBGC**"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras do Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários participarem na administração das companhias, entre outros direitos.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa prática de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais, no que se refere à remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos membros da administração; e (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Possuímos uma Política de Remuneração, formalmente aprovada em 18 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração em conformidade com os critérios do Regulamento do Novo Mercado da B3, em especial seu artigo 32, inciso I.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os Conselheiros de Administração e Fiscais recebem uma remuneração fixa, conforme aprovada em assembleia geral da Companhia. Já os Diretores estatutários e não estatutários recebem, além da uma remuneração fixa, uma remuneração variável, podendo também ser beneficiários no âmbito do plano de remuneração baseada em ações de ações da Companhia.

Além disso, os Diretores, inclusive os não estatutários, fazem jus a uma série de benefícios, dentre eles: (i) cesta básica; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) seguro de vida; (v) plano de previdência privada; (vi) auxílio bolsa de estudo, (vii) refeição, (viii) cesta de natal.

Os membros dos Comitês de Recursos Humanos e de Auditoria Estatutário da Companhia são por reunião, com exceção daqueles membros que renunciaram da sua remuneração ou que a remuneração como membro do Comitê já está englobada em outro cargo que o membro ocupa na Companhia.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios sociais:

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020			
	% em relação à remuneração total			
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	81%	15%	4%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019			
	% em relação à remuneração total			
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	67%	24%	9%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018			
	% em relação à remuneração total			
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	71%	9%	20%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Nossa metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração está baseada, principalmente, nos seguintes elementos: (i) estudo de mercado para avaliação do cargo, respectiva remuneração e comparação com o mercado; (ii) índices oficiais de inflação; e (iii) negociação com o sindicato da respectiva categoria profissional.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A principal razão que justifica a composição da remuneração paga aos nossos administradores é o incentivo para a melhoria de nossa gestão e a permanência de nossos executivos na Companhia, visando o ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Atualmente a Companhia possui 3 (três) membros do Comitê de Recursos Humanos e 1 (um) membro do Comitê de Auditoria Estatutário que não são remunerados pela Companhia.

A remuneração de tais membros já está englobada em outro cargo que o ocupam na Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores para a definição da remuneração variável dos Diretores estatutários e não estatutários, são os seguintes: (i) receita líquida; (ii) lucro líquido da Companhia; (iii) EBITDA da Companhia, (v) metas individuais, baseadas no atingimento de resultados e metas pré-acordadas, sendo balizadas pela cultura e valores da Companhia. As metas individuais possuem o processo de desdobramento pelas diretrizes baseadas no planejamento estratégico e devem ser específicas, mensuráveis, factíveis e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido por cada Diretor estatutário e não estatutário.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos Diretores estatutários e não estatutários está vinculada ao desempenho da Companhia e ao atingimento das metas individuais dos respectivos diretores no período em questão, conforme descrito acima.

Em cada exercício, tais metas e objetivos são revisados de modo que sustentem os resultados esperados pela Companhia no planejamento estratégico.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia, de forma a alinhar os seus interesses com os da organização.

Em uma perspectiva de curto, médio e longo prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado e do programa de Incentivo de Curto e Longo Prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Diretores estatutários: a maior parte da remuneração fixa e variável dos diretores estatutários é suportada pelas controladas da Companhia, nos termos do Contrato de Rateio.

Diretores não estatutários: a remuneração fixa e variável dos diretores não estatutários é suportada pelas controladas da Companhia nos termos do Contrato de Rateio, exceto quando o diretor for alocado diretamente a uma única empresa de acordo com as funções exercidas.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

A Companhia possui uma Política que deve ser observada quanto à remuneração dos seus administradores de modo a alinhar os seus interesses e os objetivos da Companhia.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores são incentivos para a melhoria de sua gestão e a permanência de seus executivos na Companhia, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(i) os órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Conselho de Administração é o único órgão da Companhia que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos administradores, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar a composição e grau de competitividade da remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

A fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Ademais, a Companhia utiliza estudos para avaliação e comparação da posição a ser remunerada com o mercado, levando em consideração o mercado competidor para fins de avaliação do nível de competitividade e contratação dos executivos.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

Anualmente, o Conselho de Administração poderá reavaliar a Política de Remuneração da Companhia para verificação de eventual necessidade de alteração ou atualização.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,31	2,00	3,00	10,31
Nº de membros remunerados	5,31	2,00	3,00	10,31
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.986.248,16	1.661.662,20	469.451,52	4.117.361,88
Benefícios direto e indireto	0,00	192.819,96	0,00	192.819,96
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	397.249,63	465.265,42	93.890,30	956.405,35
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.932.588,15	0,00	1.932.588,15
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	851.899,89	0,00	851.899,89
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	78.000,00	0,00	78.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.326.911,31	0,00	2.326.911,31
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2022.		O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2022.	
Total da remuneração	2.383.497,79	7.509.146,93	563.341,82	10.455.986,55

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.508.688,00	1.302.960,00	336.875,04	3.148.523,04
Benefícios direto e indireto	0,00	135.404,72	0,00	135.404,72
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	301.737,60	364.828,84	67.375,08	733.941,52
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	796.291,81	0,00	796.291,81
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	179.564,17	0,00	179.564,17
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	58.923,85	0,00	58.923,85
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	363.631,06	0,00	363.631,06
Observação	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2022.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2022.	O número de membros de cada órgão da Companhia corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, calculada na forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº01/2022.	
Total da remuneração	1.810.425,60	3.201.604,45	404.250,12	5.416.280,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	5,42	2,00	3,00	10,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.512.781,33	1.083.351,63	324.391,56	2.920.524,52
Benefícios direto e indireto	0,00	83.644,15	0,00	83.644,15
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	302.556,27	315.332,52	64.878,32	682.767,11
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	99.531,50	0,00	99.531,50
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	47.174,59	0,00	47.174,59
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	50.558,00	0,00	50.558,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2021, o número de membros total e o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letras “b” e “c”, respectivamente) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros e do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2021, o número de membros total e o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letras “b” e “c”, respectivamente) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros e do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2021, o número de membros total e o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letras “b” e “c”, respectivamente) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros e do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.815.337,60	1.679.592,39	389.269,88	3.884.199,87

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.200.000,00	1.096.118,92	321.537,60	2.617.656,52
Benefícios direto e indireto	0,00	15.068,07	0,00	15.068,07
Participações em comitês	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
Outros	252.000,00	219.223,78	64.307,52	535.531,30
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	Encargos (INSS)	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	78.672,72	0,00	78.672,72
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	246.252,26	0,00	246.252,26
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros total e o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letras “b” e “c”, respectivamente) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros e do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros total e o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letras “b” e “c”, respectivamente) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros e do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros total e o número de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letras “b” e “c”, respectivamente) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros e do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.512.000,00	1.655.335,75	385.845,12	3.553.180,87

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Prevista para 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	06	02	03	11
Número de membros remunerados	0	01	0	01
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.150,00	-	
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	895.783,50	-	
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	597.189,00	-	

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6	2	3	11
Número de membros remunerados	0	1	0	1
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	99.531,50	-	99.531,50
Participação nos resultados				

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.110,00	-	1.110,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	141.206,84	-	141.206,84
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	105.905,13	-	105.905,13
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.110,00	-	1.110,00

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	06	02	03	11
Número de membros remunerados	04	02	03	09
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Numero total de membros	6,00	2,00	3,00	11,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.030,00	-	1.030,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	246.405,32	-	246.405,32
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	246.405,32	-	246.405,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	106.570,30	-	106.570,30

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) termos e condições gerais

Plano de Opções:

A Companhia aprovou seu plano de outorga de opção de compra de ações ("**Plano**") em assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014. O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano ("**Opções**"), e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("**Pessoas Elegíveis**"), de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos beneficiários de outorgas de Opções, os quais podem ser administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**"); (c) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (d) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano; e (e) a aprovação dos contratos de outorga de opção de compra de ações a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários ("**Contratos de Opção**"), observadas as determinações do Plano.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de Contratos de Opções, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; (c) o prazo final para exercício das Opções; e (d) o preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia em contrapartida às ações que adquirir em decorrência do exercício de suas Opções ("**Preço de Exercício**") e condições de pagamento.

O Plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral extraordinária e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão de assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

Em 29 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de incentivo de longo prazo baseado em ações da Companhia ("Plano ILP"), que será administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria previa do Comitê de Recursos Humanos e obedecidas as condições gerais do Plano ILP e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

A partir da entrada em vigor deste Plano ILP, o Conselho de Administração está autorizado a criar os Programas (definidos no Plano ILP) nos termos deste Plano ILP e de suas deliberações, segundo seus únicos e exclusivos critérios. As Remunerações em Ações nos termos do Plano e de cada Programa serão realizadas mediante a celebração de Contratos de ILP, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração.

(b) principais objetivos do plano

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opções:

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, visando a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor para a Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O Plano ILP tem por objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições estabelecidas nos Programas, recebam Ações, com objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Plano de Opções:

Ao possibilitar que os administradores, empregados e prestadores de serviços que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O Plano ILP gera um potencial de ganho ao beneficiário baseado no desempenho da Companhia e das ações, portanto, torna alinhados os objetivos do plano estratégico da organização.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Plano de Opções:

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos administradores, empregados e prestadores de serviços, com base no atingimento de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. O Plano constitui um instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O Plano ILP se insere na prática de remuneração variável, como instrumento de incentivo de longo prazo e constituem instrumentos incentivadores de alta performance e do comprometimento com objetivos empresariais.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Plano de Opções:

O Plano alinha os interesses da Companhia, de seus administradores, de seus empregados e de seus prestadores de serviços na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais executivos e empregados cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O Plano ILP alinha os interesses dos Beneficiários, Companhia e Acionistas por meio da concessão de benefícios de acordo com o desempenho das ações e da Companhia e busca estimular a melhoria na gestão e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

Plano de Opções:

Nos termos do Plano, poderão ser conferidos direitos de aquisição/subscrição sobre um número de ações da Companhia que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações da Companhia vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

As remunerações em Ações nos termos do Plano poderão conferir direitos de recebimento de Ações pelos Beneficiários que não exceda 2% (dois por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Remunerações em Ações, transferidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido transferidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas).

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Opções:

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária da Companhia. Sendo assim, a quantidade de direitos outorgados está atrelada ao limite de diluição descrito no item “f” acima.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável para o Plano ILP, tendo em vista que nesses casos o instrumento de incentivo de longo prazo ocorre por meio da transferência de ações após o término do Período de Carência (definido no Plano ILP) e, portanto, não há opções outorgadas.

(h) condições de aquisição de ações

Plano de Opções:

Quando julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Opções, elegendo os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, fixando o Preço de Exercício das Opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das Opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

Não aplicável, pois não há aquisição de ações pelos Beneficiários, mas sim a sua transferência após o Período de Carência.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opções:

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, conforme o caso, com base na média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O Conselho de Administração deverá considerar como Preço da Ação (definido no Plano ILP) para composição do cálculo do Número Base de Ação (definido no Plano ILP).

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de Opções:

As Opções se tornarão exercíveis na medida em que os respectivos Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores, empregados ou prestadores de serviço da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e as datas especificadas conforme segue: (a) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 1º aniversário da data de outorga; (b) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 2º aniversário da data de outorga; (c) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 3º aniversário da data de outorga; (d) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 4º aniversário da data de outorga; e (e) 1/5 das Opções poderão ser exercidas após o 5º aniversário da data de outorga.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções, que será de quatro anos a partir do término do respectivo prazo de carência.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

Os direitos dos Beneficiários em receber as Ações somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Beneficiário permanecer continuamente vinculado a Companhia durante o período compreendido entre a data de outorga ao prazo determinado no programa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(k) forma de liquidação

Plano de Opções:

O Preço de Exercício será pago pelo Beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O Plano ILP será liquidado prioritariamente em ações ordinárias da Companhia, mantidas em tesouraria. De modo a assegurar que a Companhia possua ações de sua própria emissão em tesouraria em número suficiente para fazer frente ao Plano ILP, o Conselho de Administração poderá, a partir da aprovação do primeiro Programa e em qualquer momento durante a vigência deste Plano ILP, aprovar programas de recompra de ações ordinárias de emissão da Companhia para dar cumprimento ao Plano ILP, respeitadas as normas legais e regulamentares que regem a negociação com as próprias ações.

(l) restrições à transferência das ações

Plano de Opções:

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações da Companhia adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas ações.

As Opções outorgadas nos termos do Plano são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O Conselho de Administração instituirá, em cada Programa, as condições a serem atingidas pelos Beneficiários para adquirirem o direito de recebimento das Ações.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opções:

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações da Companhia por parte dos Beneficiários.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, poderão, a seu critério, desde que não haja prejuízo ao Beneficiário, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das ações da Companhia objeto das Opções por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações da Companhia correspondentes na

operação em questão; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano.

Na hipótese da ocorrência de operação de reorganização societária, ou de qualquer outro tipo de operação, que implique alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle da Companhia, o Beneficiário terá direito, a critério do Conselho de Administração, (a) à antecipação da aquisição do direito ao exercício de todas as suas Opções ou (b) ao pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus, nos termos do Plano, caso tais Opções fossem totalmente exercidas.

Caso o número, espécie e classe das ações da Companhia existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo Preço de Exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

Os Programas, nos termos do Plano ILP, não impedirão a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações. O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações objeto dos Programas, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; (b) a antecipação da transferência das Ações; e/ou (c) o pagamento em dinheiro da quantia a que o Beneficiário faria jus nos termos do Plano e de cada Programa.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opções:

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço por justa causa, todas as Opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

demissão sem justa causa, destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as Opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as Opções já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Para exercício das Opções na hipótese (ii) acima, a Companhia deverá notificar os herdeiros e sucessores legais do Beneficiário.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário, desde que as novas disposições do Plano não causem impacto adverso ao Beneficiário.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto abaixo.

- desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação à Remuneração em Ações outorgada por meio dos Programas aos quais se vinculou por meio de Contratos de ILP, se o término da sua relação com a Companhia ocorrer dentro do Período de Carência de cada Programa;

- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário perderá todos os direitos com relação à Remuneração em Ações outorgada por meio dos Programas aos quais se vinculou por meio de Contratos de ILP, se o término da sua relação com a Companhia ocorrer dentro do Período de Carência de cada Programa;

- for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, o Beneficiário terá direito a Remuneração em Ações proporcional à parcela do Prazo de Carência usufruído

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

pelo Beneficiário em cada Programa (recebimento pro-rata). Neste caso, a transferência das Ações será realizada ao final do Prazo de Carência do Programa ao qual o Beneficiário estava vinculado na Data do Pagamento do referido Programa, estando sujeita às condições e cumprimento do programa e no contrato de ILP.

- desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou algum processo sucessório aprovado pelo Conselho de Administração, o Beneficiário terá direito a Remuneração em Ações baseada em de Ações proporcional à parcela do Prazo de Carência usufruído pelo Beneficiário em cada Programa (recebimento pro-rata). Neste caso, a transferência das Ações será realizada ao final do Prazo de Carência do Programa ao qual o Beneficiário estava vinculado na Data do Pagamento do referido Programa, estando sujeita às condições e cumprimento do programa e no Contrato de ILP;

- desligar-se da Companhia por falecimento ou invalidez permanente (reconhecida administrativamente pelo órgão governamental competente), o Beneficiário (em caso de invalidez permanente), ou para seus herdeiros e/ou beneficiários (se aplicável), receberão a Remuneração em Ações previstas em cada Programa que o Beneficiário estava vinculado por meio de Contratos de ILP, de forma antecipada ao término do Programa (Data de *Vesting*), considerando a quantidade de ações baseada no programa definido. O pagamento das Remunerações em Ações, neste caso, ocorrerá no prazo de até 1 (um) ano a contar do falecimento ou declaração da invalidez permanente pelo órgão governamental competente do Beneficiário.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

As tabelas abaixo representam as informações quantitativas sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) prevista para o exercício social em curso, e (ii) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2020; 31/12/2019 e 31/12/2018.

Destacamos, ainda, que não ocorreram outorga de opções aos membros do Conselho de Administração.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2021)

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,00	2,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00
Outorga de opções outorgadas		
Data de outorga	-	1ª Programa – 01/02/21
Quantidade de opções outorgadas	-	1ª Programa – 16.139
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	01/02/2024
Prazo máximo para transferência das Ações	-	1ª Programa – 01/02/24
Prazo de restrição a transferências das ações	-	Até 01/02/24
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	32,75
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	1ª Programa – 502.832
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,030%

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Plano de Opção:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	6,00	2,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Outorga de opções outorgadas		
Data de outorga	N/A	1ª outorga – 30/12/14 2ª outorga – 28/09/16
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1ª outorga – 36.937 2ª outorga – 40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% das opções outorgadas a cada ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	1ª outorga – 30/12/24 2ª outorga – 28/09/26
Prazo de restrição à transferências das ações	N/A	Conforme item 13.4 (i) deste formulário de referência
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	41,36
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	1ª outorga – 457.501,68 2ª outorga – 658.160,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,14241%

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2020

Plano de Opção:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6,00	2,00

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros remunerados	0,00	1,00
Outorga de opções outorgadas		
Data de outorga	-	1ª outorga – 30/12/14 2ª outorga – 28/09/16
Quantidade de opções outorgadas	-	1ª outorga – 36.937 2ª outorga – 40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	20% das opções outorgadas a cada ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – 30/12/24 2ª outorga – 28/09/26
Prazo de restrição à transferências das ações	-	Conforme item 13.4 (i) deste formulário de referência
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	44,94
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	1ª outorga – 457.501,68 2ª outorga – 658.160,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

Remuneração baseada em ações exercício social encerrado em 31/12/2019

Plano de Opção:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6,00	2,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções outorgadas		
Data de outorga	-	1ª outorga – 30/12/14 2ª outorga – 28/09/16
Quantidade de opções outorgadas	-	1ª outorga – 36.937 2ª outorga – 40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	20% das opções outorgadas a cada ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – 30/12/24 2ª outorga – 28/09/26
Prazo de restrição à transferências das ações	-	Conforme item 13.4 (i) deste formulário de referência
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	38,68
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	1ª outorga – 457.501,68 2ª outorga – 658.160,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2018

Plano de Opção:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	2
Número de membros remunerados	0	1
Outorga de opções outorgadas		

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Data de outorga	-	1ª outorga – 30/12/14 2ª outorga – 28/09/16
Quantidade de opções outorgadas	-	1ª outorga – 36.937 2ª outorga – 40.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	20% das opções outorgadas a cada ano
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – 30/12/24 2ª outorga – 28/09/26
Prazo de restrição à transferências das ações	-	Conforme item 13.4 (i) deste formulário de referência
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N.A.	36,21
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N.A.	N.A.
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N.A.	N.A.
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	1ª outorga – 457.501,68 2ª outorga – 658.160,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N.A.	0,14241%

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Plano de Opção:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6,00	2,00
Número de membros remunerados	0,00	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	1ª outorga – N.A. 2ª outorga - 8.000
Data em que se tomarão exercíveis	-	**1ª outorga** N.A. **2ª outorga** 100% em set/21
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – dez/24 2ª outorga – set/26
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Conforme item 13.4 (i) deste formulário de referência
Preço médio ponderado de exercício	-	55,09
Valor justo das opções na data da outorga	-	1ª outorga – N.A. 2ª outorga – 157.280,00
Opções exercíveis		
Quantidade	-	1ª outorga - 36.937 2ª outorga - 32.000
Prazo máximo para exercício das opções	-	1ª outorga – dez/24 2ª outorga – set/26
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Conforme item 13.4 (i) deste formulário de referência
Preço médio ponderado de exercício	-	50,24
Valor justo das opções na data da outorga	-	1ª outorga – 457.506,71 2ª outorga – 500.880,00

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Valor justo do total das opções na data da outorga	-	1.115.666,71

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que não houve exercício de Opção pela diretoria estatutária da Companhia desde a aprovação do plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

Plano de Opção:

O valor justo atribuído às Opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

O modelo de precificação utilizado para cálculo foi o valor justo do ativo outorgado (fair value), ganho esperado com o plano e método "ad hoc".

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As tabelas abaixo apresentam os dados e premissas utilizadas nos modelos de precificação do Plano de Opção:

1ª outorga – dezembro/2014

Encerramento do período de carência (vesting)	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**
Preço da ação na data da outorga	30,61	30,61	30,61	30,61	30,61
Preço estimado de exercício (*strike*)	33,45	35,41	37,46	39,35	41,38
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%	26,20%
Taxa de juros livre de risco	12,80%	12,60%	12,40%	12,30%	12,20%

2ª outorga – setembro/2016

Encerramento do período de carência (vesting)	**28/09/2017**	**28/09/2018**	**28/09/2019**	**28/09/2020**	**28/09/2021**
Preço da ação na data da outorga	39,00	39,00	39,00	39,00	39,00
Preço estimado de exercício (*strike*)	41,57	43,91	46,40	49,07	51,91
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0	4,0	5,0	6,0	7,0
Volatilidade esperada	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%	30,40%
Taxa de juros livre de risco	11,60%	11,60%	11,70%	11,70%	11,80%

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Nas duas outorgas realizadas para membros da diretoria estatutária, a taxa de dividendos esperada era de aproximadamente 1,2% ao ano. No entanto, as Opções têm dividendos protegidos, uma vez que o preço de exercício decresce de acordo com os dividendos distribuídos ao longo do tempo. Dessa forma, a taxa de dividendos utilizada no modelo de precificação foi de 0,0%.

A tabela abaixo apresenta os dados e premissas utilizadas nos modelos de precificação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

1ª outorga – 01/02/2021

Encerramento do período de carência (vesting)	**01/02/2024**
Preço da ação na data da outorga	32,75
Preço estimado de exercício (*strike*)	54,14
Tempo de vida esperado (em anos)	3,0
Volatilidade esperada	15% a.a.
Taxa de juros livre de risco	NA

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opção:

Para levar em consideração a estimativa de exercício antecipado, foi utilizado o *Simplified Method*, uma vez que as Opções se encontram praticamente *at-the-money* nas datas de outorga. O *Simplified Method* considera a média entre (i) o momento que as Opções adquirem o direito de aquisição e (ii) o prazo máximo para o seu exercício.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

Não aplicável, uma vez que não há exercício antecipado no Planos de remuneração baseados em ações.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opção:

A volatilidade foi calculada através do retorno dos preços das ações da Ourofino, utilizando como base três anos (quando possível) e de empresas comparáveis, utilizando como base cinco anos, retroativos para a data de outorga. O valor da volatilidade utilizada foi de 26,2% e 30,4%, para a 1ª e 2ª outorga, respectivamente.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

A volatilidade calculada foi considerada o histórico da ação.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Opção:

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Todas as características do plano de Opções da Companhia foram mencionadas nos itens anteriores.

Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações:

Todas as características do plano de Opções da Companhia foram mencionadas nos itens anteriores.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de valores mobiliários diretamente detidos por administradores da Companhia na data de encerramento do último exercício social:

	Companhia	Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Ouro Fino Pet Ltda.	Ouro Fino de México, S.A. de C.V.	Ouro Fino Colombia S.A.S.
Conselho de Administração	56,29%	0,01%	0,01%	0,01%	0,36%	0%
Diretoria	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6,00	2,00
Número de membros remunerados	-	1,00
Nome do plano	-	Itaú Vida e Previdência S.A. e Brasil Prev Seguros e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Para benefício/capital segurado antecipado, é necessário ter: (i) no mínimo 55 anos de idade; (ii) no mínimo 5 anos de tempo de participação no programa de previdência; e (iii) ter rompido o vínculo com a instituidora. 0
Valor atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	68.425,44
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	47.174,59
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	Durante o período de diferimento, após sessenta dias a contar da data do protocolo da proposta de inscrição.

* A partir de 01/10/2020 houve a migração do plano Itaú Vida e Previdência S.A para Brasil Prev Seguros e Previdência.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	2,00	1,00	2,00	5,00	5,58	6.00	3,00	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	1,00	2,00	5,00	5,00	4,00	3,00	2,00	3,00
Valor da maior remuneração	1.205.406,50	1.034.923,26	720.000,00	251.448,00	421.908,00	240.000,00	112.291,68	108.031,28	107.179,20
Valor da menor remuneração	97.553,50	0,00	376.118,92	251.448,00	241.908,00	240.000,00	112.291,68	108.031,28	107.179,20
Valor médio da remuneração	651.480,00	1.034.923,26	548.059,46	251.448,00	283.908,00	240.000,00	112.291,68	108.031,28	107.179,20

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Não considerado no cálculo 1 (um) membro na Diretoria Estatutária que iniciou o Contrato em 01/04/2020, 1 (um) membro no Conselho de Administração que iniciou em 01/08/2020 e 2 (dois) membros no Conselho Fiscal, sendo que um iniciou em 08/05/2020 e o outro o contrato extinto em 08/05/2020

Conselho de Administração	
31/12/2020	Não considerado no cálculo 1 (um) membro na Diretoria Estatutária que iniciou o Contrato em 01/04/2020, 1 (um) membro no Conselho de Administração que iniciou em 01/08/2020 e 2 (dois) membros no Conselho Fiscal, sendo que um iniciou em 08/05/2020 e o outro o contrato extinto em 08/05/2020

Conselho Fiscal	
31/12/2020	Não considerado no cálculo 1 (um) membro na Diretoria Estatutária que iniciou o Contrato em 01/04/2020, 1 (um) membro no Conselho de Administração que iniciou em 01/08/2020 e 2 (dois) membros no Conselho Fiscal, sendo que um iniciou em 08/05/2020 e o outro o contrato extinto em 08/05/2020

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos administradores ou membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos nossos controladores.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

As tabelas abaixo apresentam o montante total da remuneração de administradores suportado por sociedades controladas da Companhia, recebidos em função do exercício de seus cargos na Companhia, nos últimos três exercícios sociais:

Não há remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia paga por controladores e/ou sociedades sob controle comum em função do exercício de seus cargos na Companhia.

Remuneração para o exercício social 31/12/2020

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Sociedades controladas	00,00	0	0	0 0,00

Remuneração para o exercício social 31/12/2019

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Sociedades controladas	48.075,84	0	0	48.075,84

Remuneração para o exercício social 31/12/2018

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	TOTAL
Sociedades controladas	274.211,36	-	-	274.211,36

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Brasil

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de Empregados			
(Por atividade)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Administrativos	342	319	335
Diretoria/executivos	5	7	7
Especialista	16	17	17
Gerente	25	24	26
Operacional	318	314	[310
Supervisor	46	44	50
Técnico	44	41	43
Expatriados	2	2	1
Total	**798**	**768**	[789

Ouro Fino Pet			
Número de Empregados			
(Por atividade)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Administrativos	10	7	6
Diretoria/Executivos	1	1	1
Especialista	0	1	1
Gerente	5	4	4
Supervisor	0	0	
Técnico	0	-	-
Comercial	34	36	42
Total	**50**	**49**	54

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ouro Fino Agronegócio			
Número de Empregados			
(Por atividade)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Administrativos	46	41	36
Diretoria/Executivos	1		1
Especialista	6	7	7
Gerente	24	20	22
Operacional	1	1	4
Supervisor	6	7	10
Técnico	0		-
Comercial	126	120	126
Total	**210**	**197**	206

México

Ouro Fino México[1]			
Número de Empregados			
(Por atividade)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Administrativos	4	5	6
Gerente	2	2	2
Comercial	11	20	24
Especialista	1	1	2
Supervisor	2	2	1
Total	**20**	**30**	35

[1] Sociedade controlada diretamente pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

Colômbia

Ouro Fino Colômbia SAS [1]			
Número de Empregados			
(Por atividade)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Administrativos	7	5	5
Gerente	1	1	1
Comercial	20	26	28
Especialista	1	1	1
Supervisor	4	4	2
Total	**33**	**37**	37

[1] Sociedade controlada diretamente pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Ouro Fino Saúde Animal			
Número de terceirizados			
(Por atividade)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Alimentação	15	18	11
Limpeza	32	37	24
Manutenção	35	166	[atualizar]98
Segurança	18	19	11
Transporte	17	22	21
Total	**117**	**262**	166

Ouro Fino Agronegócio			
Número de terceirizados			
(Por atividade)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Alimentação	1	2	1
Limpeza	3	1	3
Segurança	2	0	1
Transporte	4	2	3
Manutenção	0	14	12
Total	**10**	**19**	22

(c) índice de rotatividade

	Ouro Fino Saúde Animal	
	Índice de Rotatividade	
31/12/2019	**31/12/2020**	**31/12/2021**
1,01%	1,03%	0,95%

	Ouro Fino Pet	
	Índice de Rotatividade	
31/12/2019	**31/12/2020**	**31/12/2021**
1,98%	1,47%	[1,11%

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

	Ouro Fino Agronegócio	
	Índice de Rotatividade	
31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
1,93%	1,45%	1,49%

	Ouro Fino México	
	Índice de Rotatividade	
31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
4,48%	4,22%	2,20%

	Ouro Fino Colombia	
	Índice de Rotatividade	
31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
1,61%	2,37%	1,03%

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui uma política de remuneração que compreende práticas salariais e de remuneração variável dos seus empregados.

A política de remuneração salarial possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) a aplicação de critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da empresa; (ii) proporcionar uma remuneração competitiva; (iii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam o reconhecimento e a valorização da performance individual ou de grupos multifuncionais; (iv) proporcionar uma remuneração que assegure a manutenção do poder aquisitivo dos empregados; (v) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho; e (vi) regulamentar critérios e estabelecer controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da empresa, como por exemplo: (a) formar uma estrutura de funções adequada à realidade da Companhia, onde cada cargo tenha seu valor agregado claramente definido, subsidiando os gestores na alocação de pessoas; (b) estabelecer carreiras de cargos que estimulem e proporcionem o crescimento profissional dos empregados; (c) manter e otimizar a capacidade da empresa em obter, manter e desenvolver empregados, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, para a produtividade e para o comprometimento com objetivos e resultados; (d) favorecer a administração e o controle compartilhado das políticas de Recursos Humanos, através do corpo diretivo com o suporte consultivo da área de Recursos Humanos da Companhia; (e) dispor de instrumentos seguros para o controle de sintonia da linha de competitividade salarial e de benefícios da empresa em relação ao seu mercado; e (f) definir critérios que ampliem e flexibilizem alternativas de crescimento dos empregados na empresa estruturando meios adequados à sua movimentação horizontal e vertical, compatibilizando, racionalizando e dirigindo adequadamente os investimentos necessários.

Para consecução dos objetivos acima, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria. Conta, ainda, com o suporte de consultoria externa independente. Periodicamente e através de consultoria externa independente, são realizadas pesquisas de mercado junto a representativas empresas que espelham o painel competitivo, selecionadas em função da similaridade de atividade econômica, tecnologia de produtos e serviços, patrimônio líquido, localização geográfica, número de empregados entre outros aspectos de natureza técnica. Esse procedimento permite manter o controle de sintonia permanente do poder competitivo das estruturas salariais, bem como contribui para diagnosticar e corrigir possível vulnerabilidade.

A Companhia utiliza diversas regras para a movimentação dos seus empregados e consecução de sua política de remuneração salarial, dentre as quais destacamos: (i) alteração de cargos e salários, seja de forma individual, baseado no mérito pelo desempenho, ou de forma coletiva, decorrentes de reajustes salariais, de alterações na lei ou dos acordos coletivos celebrados com os sindicatos de representação; (ii) transferência interna de seus empregados, incentivando a renovação das forças de trabalho, fator que apresenta-se como fator altamente motivacional; e (iii) reposicionamento e reavaliação dos cargos, decorrentes de alteração de deveres, responsabilidades e funções dos empregados.

A política de remuneração variável possui um programa interno considerado como incentivo de curto prazo (ICP), que compõe a remuneração total dos

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

empregados, como forma de remunerar o desempenho dos profissionais pelo alcance de resultados e metas pré-acordadas entre gestores e seus colaboradores. As metas do programa deverão ser específicas, mensuráveis, factíveis e expressar o impacto final esperado pela organização do esforço empreendido pelo profissional. São elegíveis todos os empregados das empresas do Grupo Ouro Fino.

(b) política de benefícios

A Companhia possui benefícios concedidos a seus colaboradores, sendo alguns extensivos às suas famílias. Dentre os diversos benefícios, destacamos: (i) refeição; (ii) cesta básica; (iii) cartão horta, relacionada ao Projeto Nossa Horta; (iv) assistência médica; (v) assistência odontológica; (vi) convênio com farmácia; (vii) auxílio creche; (viii) centro de esporte e lazer (Gympass e Convênio Sesi); (ix) seguro de vida; (x) plano de previdência privada; (xi) subsídio educacional e idiomas; e (xii) auxílio transporte.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

São elegíveis a participar do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("**Plano de Opção**") os diretores estatutários e não estatutários. As características do Plano de Opção encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

Plano de Remuneração Baseado em Ações:

Em 29 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a criação de um plano de remuneração baseado em ações da Companhia, que será administrado pelo Conselho de Administração com a assessoria previa do Comitê e obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia.

O Plano se insere na prática de remuneração variável, sendo elegíveis diretores estatutários e não estatutários e constituem instrumentos incentivadores de alta performance e do comprometimento com objetivos empresariais.

As características do Plano de Remuneração Baseado em Ações encontram-se descritas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

(i) grupos de beneficiários

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia e Plano de Remuneração Baseado em Ações ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

(ii) condições para o exercício

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia e Plano de Remuneração Baseado em Ações ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

(iii) preços de exercício

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia e Plano de Remuneração Baseado em Ações ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

(iv) prazos de exercício

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia e Plano de Remuneração Baseado em Ações ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para mais informações sobre o Plano de Opção da Companhia e Plano de Remuneração Baseado em Ações por Performance e Ações Restritas ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A atuação da Companhia junto às entidades sindicais, representativas de seus colaboradores pautar-se-á pelas condutas das empresas da Companhia, que sempre mantiveram uma postura de respeito à organização sindical, à liberdade de associação e ao direito à negociação coletiva, primando pelo diálogo e pela busca de soluções negociadas. Neste sentido, a Companhia não possui histórico negativo no relacionamento com as entidades sindicais, representativas de seus colaboradores, sendo que desde a constituição da Companhia, não houve paralisações ou greves registradas.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 14.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
181.400	0,336	0	0,000	181.400	0,336
BNDES Participações S.A.					
00.383.281/0001-09	Brasileiro-RJ	Não	Não	15/01/2018	
6.613.960	12,260	0	0,000	6.613.960	12,260
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Jardel Massari					
263.940.816-04	Brasileiro-SP	Sim	Sim	04/07/2019	
15.514.585	28,758	0	0,000	15.514.585	28,758
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Norival Bonamichi					
263.572.166-15	Brasileiro-SP	Sim	Sim	23/02/2021	
14.851.588	27,529	0	0,000	14.851.588	27,529
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
OPPORTUNITY HDF ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA					
33.857.830/0001-99	Brasileiro-SP	Sim	Não	13/08/2020	
9.267.107	17,178	0	0,000	9.267.107	17,178

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
7.520.366	13,939	0	0,000	7.520.366	13,939
TOTAL					
53.949.006	100,000	0	0,000	53.949.006	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física	6.698
Quantidade acionistas pessoa jurídica	91
Quantidade investidores institucionais	14

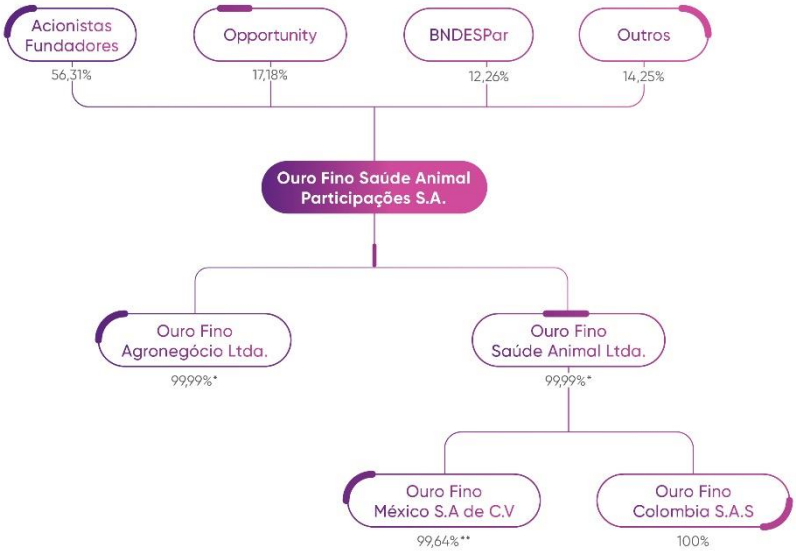
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	23.401.433	43,377%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	23.401.433	43,377%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



*Na Ouro Fino Agronegócio Ltda e Ouro Fino Saúde Animal Ltda, a participação remanescente de 0,01%, ou seja, que não é propriedade da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., é de propriedade, em partes iguais de 0,005%, entre os sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari.

**Na Ouro Fino México, S.A. de C.V., a participação remanescente de 0,36%, ou seja, que não é propriedade da Ouro Fino Saúde Animal Ltda., é de propriedade, em partes iguais de 0,18%, entre os sócios fundadores Norival Bonamichi e Jardel Massari.

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Partes	Norival Bonamichi, Jardel Massari (em conjunto, "**Acionistas Principais**") e Opeg Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior, Opportunity Lógica Master Fundo de Investimento em Açoes, Opportunity Ações Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I Investimento no Exterior (em conjunto, "**Opportunity**") Interveniente Anuente: Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
Data de celebração	13 de setembro de 2020.
Prazo de vigência	O acordo de acionistas será extinto caso o Opportunity se torne titular de menos de (i) 50% da participação por eles detida em 13 de Agosto de 2020, sendo certo que nenhum evento de diluição no âmbito do qual direitos de preferência ou prioridade não sejam concedidos à Opportunity será considerado para o cálculo do limite estabelecido acima; ou (ii) 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Nos termos do Acordo de Acionistas, as partes comprometem-se a (i) proferir seus votos em todas e quaisquer assembleias gerais da Companhia; (ii) fazer com que a Companhia exerça seus direitos de voto nas sociedades subsidiárias; e (iii) instruir seus representantes nos órgãos de gestão da Companhia a cumprir com as disposições do Acordo de Acionistas. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece matérias que estarão sempre sujeitas à aprovação prévia da Opportunity, quais sejam (i) qualquer alteração nos contratos de rateio e de licenciamento de marcas da Companhia, os quais se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência; (ii) qualquer operação entre a Companhia e partes relacionadas que exceda o valor de R$5 milhões anuais; ou (iii) qualquer alteração das disposições estatutárias da Companhia estabelecendo que tais transações entre partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos conselheiros independentes do Conselho de Administração e, se aplicável, pela assembleia geral de acionistas, sem que sejam computados os votos dos Acionistas Principais.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Nos termos do Acordo de Acionistas, a Opportunity tem o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como seu respectivo suplente, conforme aplicável.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Nos termos do Acordo de Acionistas, a Opportunity não poderia alienar ou de qualquer outra forma dispor das ações de emissão da Companhia por ela subscritas por um período de nove meses, contados a partir de 13 de Agosto de 2020 (exceto por transferências para afiliadas ou para partes relacionadas).
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Não existem demais restrições ou vinculação do direito de voto dos membros do Conselho de Administração.

Partes	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR ("BNDESPAR") Acionistas Controladores: Norival Bonamichi e Jardel Massari

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

	Acionistas Remanescentes: Carlos Henrique Henrique, Dorival Coraucci Neto, Fábio Lopes Júnior Intervenientes: Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., Ouro Fino Saúde Animal Ltda., Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda. Intervenientes Anuentes: Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi, Cilene Regina Cerantola Biasi Massari, Solange Aparecida Aguiar Henrique, Débora Mazer e Carolina Vogt Turim Lopes
Data de celebração	30 de junho de 2014.
Prazo de vigência	31 de dezembro de 2025 ou até que a BNDESPAR detenha menos do que 5% do capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro. Na última hipótese, a BNDESPAR poderá exigir que o lote de ações remanescentes de sua titularidade seja adquirido, solidariamente, pelos Acionistas Controladores. Não obstante, as obrigações previstas no Acordo de Acionistas cessaram de imediato em razão da liquidação da oferta de distribuição pública inicial de ações da Companhia ("**IPO**"), à exceção das obrigações (i) ao pagamento à BNDESPAR pelos Acionistas Controladores da diferença positiva, se existente, entre o primeiro valor de cotação das ações de emissão da Companhia e o valor por ação efetivamente pago à BNDESPAR em decorrência de sua retirada da Companhia antes da realização do IPO, obrigação esta que sobreviverá pelo período de 3 anos contados da data de aquisição da totalidade das ações da BNDESPAR pelos Acionistas Controladores; (ii) à remissão à BNDESPAR de informações contábeis da Companhia nos casos previstos no Acordo de Acionistas; e (iii) ao direito da BNDESPAR de eleger ao menos 1 membro do Conselho de Administração.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Não aplicável, tendo em vista que as obrigações previstas no Acordo de Acionistas cessaram de imediato em razão da liquidação do IPO.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Nos termos do Acordo de Acionistas, a BNDESPAR tem o direito de indicar um membro do Conselho de Administração da Companhia.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	Não aplicável, tendo em vista que as obrigações previstas no Acordo de Acionistas cessaram de imediato em razão da liquidação do IPO.
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	Não aplicável, tendo em vista que as obrigações previstas no Acordo de Acionistas cessaram de imediato em razão da liquidação do IPO.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

Não ocorreram eventos societários relevantes na Companhia nem em suas controladas e coligadas nos últimos três exercícios sociais.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 15.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As operações da Companhia com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia ou para quaisquer outras partes.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Em atenção às melhores práticas de governança corporativa, e em aderência às especificidades de seu modelo de negócio, a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, e tem por objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral, definindo de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações,, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Condomínio Rural Ouro Fino	26/09/2014	33.446,26	R$ 33.446,26	R$ 33.446,26	10 anos	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Data do contrato: 26/09/2014 Condomínio Rural Ouro Fino é sociedade com controladores em comum com a Companhia.
Objeto contrato	O objeto do contrato é o licenciamento oneroso e não exclusivo das marcas Ouro Fino para exercer as atividades de forma direta e/ou indiretamente, no segmento de pecuário, incluindo criação de gado nelore de elite, e cavalos de raça. O valor anual devido pelo licenciamento das Marcas é de R$5.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	Contrato de licenciamento de marcas. O valor apresentado nos campos “montante envolvido” e “montante” refere-se ao total das operações do ano de 2020.
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

Neotech Soluções Ambientais Ltda.	12/04/2017	654.735,00	0	R$ 654.735,00	N/A	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Neotech Soluções Ambientais Ltda é sociedade com um dos controladores e seu membro próxima da família em comum com a Companhia.
Objeto contrato	Serviços de incineração realizados pela parte relacionada Neotech Soluções Ambientais Ltda.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	O valor apresentado no campo “montante envolvido” e “montante” refere-se ao total das operações do ano de 2020.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

Ouro Fino Química Ltda.	30/06/2014	1.373.286,70	R$ 254.767,92	R$ 1.373.286,70	N/A	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade sob controle comum com a Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	O contrato de compartilhamento de despesas foi celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da Companhia, com a parte relacionada Ouro Fino Química Ltda. (“Compartilhadora”), com anuência da Companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2020 são relativos à tecnologia da informação, comunicação e criação. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado com base de custos incorridos, sem remuneração adicional, considerando-se o tempo						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Saldo a receber decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado no campo “montante envolvido” e “montante” refere-se ao total das operações do ano de 2020.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ouro Fino Química Ltda.	30/06/2014	854.699,87	150.000,00	R$ 854.699,87	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda. é sociedade com controladores em comum com a Companhia.						
Objeto contrato	O contrato de compartilhamento de despesas é celebrado entre a Ouro Fino Saúde Animal Ltda., controlada da companhia, com a parte relacionada Ouro Fino Química Ltda. (“Compartilhadora”), com anuência da companhia e de suas outras controladas (Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.). Em termos gerais, o contrato visa aumentar a eficiência administrativa das partes, concentrando serviços administrativos e de apoio, que também beneficiam as Compartilhadoras, na empresa Ouro Fino Saúde Animal Ltda., assim, o contrato tem por objeto estabelecer as regras e condições para o compartilhamento e reembolso proporcional pelas Compartilhadoras à Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em relação às despesas incorridas em benefício das Compartilhadoras. Os principais serviços compartilhados em 2020 são relativos à área de suprimentos internacionais, para apoio relacionado a importações de produto técnico da China e a área de recursos humanos. O contrato prevê que o compartilhamento será realizado e						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	O contrato tem prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante o envio de notificação escrita à outra parte com 120 dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Saldo a pagar decorrente a rateio de despesas de Centro de Serviços Compartilhados. O valor apresentado nos campos “montante envolvido” e “montante” referem-se ao total das operações do ano de 2020.						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Condomínio Rural Ouro Fino	01/01/2014	2.349.818,56	R$ 56.418,66	R$ 2.349.818,56	N/A	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Condomínio Rural Ouro Fino é sociedade com controladores em comum com a Companhia.
Objeto contrato	Serviços de manutenção, administração, limpeza, segurança, telecomunicações e arrendamento realizado na Fazenda Guatapará, realizados pela parte relacionada Condomínio Rural Ouro Fino.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	“Saldo existente” refere-se a saldo de adiantamento em aberto com a parte relacionada Condomínio Rural Ouro Fino, decorrente de rateio de despesas condominiais. O valor apresentado no campo “montante envolvido” e “montante” refere-se ao total das operações do ano de 2020.
Posição contratual do emissor	Devedor

Especificar							
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	03/05/2017	33.291.602,00	R$29.419.255,69	R$33.291.602,00	8 anos	SIM	0,000000

Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.
Objeto contrato	Financiamento destinado à modernização e adequação regulatória das instalações da planta industrial de Cravinhos /SP, assim como aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro. Em relação à taxa de juros cobrada, os subcréditos A e B possuem taxa de 3,16% a.a. acima da TJLP e os subcréditos C, D, E e F possuem taxa de 3,44% a.a. acima da SELIC.
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento desses contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. concedeu em penhor máquinas e equipamentos no valor global de R$ 5.319.570,07. Além disso, a Ouro Fino Saúde Animal Participações S/A, o Sr. Jardel Massari e o Sr. Norival Bonamichi prestaram fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. com as respectivas outorgas uxórias da Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari e da Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi. A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.
Rescisão ou extinção	Adimplemento das obrigações contratadas, vencimento antecipado (i.e. inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe em (i) restrições a capacidade de crescimento da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. a novos mercados; (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação) nos termos do contrato ou das disposição aplicáveis aos contratos celebrados com o BNDES ou liquidação antecipada.
Natureza e razão para a operação	Financiamento com o BNDES
Posição contratual do emissor	Devedor

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	19/01/2016	292.198,72	R$ 101.039,95	R$ 292.198,72	5 à 10 anos	SIM	0,000000

Relação com o emissor	BNDES Participações S.A. – BNDESPAR é acionista da Companhia.
Objeto contrato	Os contratos celebrados com o Banco do Brasil S.A. ou com o Banco Rabobank International Brasil S.A. ou com o Banco Santander (Brasil) S.A. são repasses de recursos da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) integrante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a aquisição de maquinários. Em relação à taxa de juros cobrada, R$122.198,72 foram contratados a 8,7% a.a. e R$170.000,00 foram contratados a 9,5% a.a.
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento desses contratos, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. concedeu em alienação fiduciária os bens adquiridos com os recursos dos repasses e o Sr. Jardel Massari e o Sr. Norival Bonamichi, prestaram fiança em benefício da Ouro Fino Saúde Animal Ltda. com as respectivas outorgas uxórias da Sra. Cilene Regina Cerantola Biasi Massari e da Sra. Lucinéia Garcia Ribeiro Bonamichi (quando aplicável). A prestação dessa garantia pelos acionistas controladores não implicou o pagamento de qualquer custo ou remuneração pela Companhia ou suas controladas.
Rescisão ou extinção	(i) não pagar pontualmente as prestações previstas no instrumento, ou se não dispuser de saldo suficiente nas datas dos respectivos vencimentos para que o credor promova os lançamentos contábeis destinados a liquidações, conforme autorização para débito em conta; (ii) sofrer protesto cambiário, requerer a sua recuperação extrajudicial, judicial ou falência ou tiver a sua falência ou insolvência civil requerida, ou por qualquer motivo encerrar suas atividades; (iii) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas; (iv) prestar informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; (v) prestar informações que, se de conhecimento do credor, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; (vi) tornar-se inadimplente em outras operações mantidas junto ao credor; (vii) exceder o limite do crédito concedido; (viii) desviar no todo ou em parte os bens dados em garantia; (ix) não mantiver em dia o seguro dos bens dados em garantia; e (x) não reforçar no prazo indicado na comunicação que lhe for feita pelo credor as garantias constituídas.
Natureza e razão para a operação	Celebração de contratos de financiamento com o Banco do Brasil S.A., Banco Rabobank International Brasil S.A. ou Banco Santander (Brasil) S.A. para aquisição de maquinários. 15/09/2014 13/07/2010 29/07/2010 07/05/2010 08/10/2010 12/11/2010 11/10/2012 18/08/2015 19/01/2016
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltda.	30/07/2014	218.538,64	R$ 83.333,33	R$ 218.538,64	20 anos	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Ouro Fino Química Ltda., Ouro Fino Hong Kong Limited. e Shanghai Ouro Fino Trading Co., Ltd. são sociedades sob controle comum com a Companhia.
Objeto contrato	O objeto do contrato é o licenciamento oneroso e não exclusivo das marcas Ouro Fino para exercer as atividades de forma direta e/ou indiretamente, dos segmentos de fabricação, distribuição, trading, importação, exportação, fabricação por conta e ordem de terceiros e venda de produtos agroquímicos entre outros relacionados. Para os primeiros 5 anos de vigência do Contrato, o valor anual devido pelo licenciamento das Marcas é de R$ 100.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos primeiros cinco anos de uso da marca (Período Inicial). Para os próximos 05 anos após o período inicial o valor anual pelo licenciamento das Marcas é de R$ 200.000,00 reajustado pela variação positiva do IGPM pelos cinco anos de uso da marca após o Período Inicial (Período Adicional) e, para os próximos anos após o Período Adicional, o valor anual será obtido através de avaliação do valor de mercado a ser determinado por um comitê independente, de acordo com os parâmetros estabelecidos no contrato.
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	N/A
Natureza e razão para a operação	Contrato de licenciamento de marcas. O valor apresentado nos campos “montante envolvido” e “montante” refere-se ao total das operações do ano de 2020.
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O Conselho de Administração aprovou em 16 de dezembro de 2019 uma Política para Prevenção de conflitos de Interesse, que institui diretrizes e procedimentos para a prevenção, identificação, declaração e resolução de situações que possam representar conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes. Esta Política visa ainda promover medidas razoáveis para zelar pela transparência e independência nas relações estabelecidas, bem como permitir a gestão eficaz de conflitos de interesses, efetivos ou potenciais, que possam surgir, e suas possíveis consequências. Com base no disposto nessa política, anualmente todos os colaboradores, diretores e conselheiros declaram potenciais conflitos, os quais são analisados elo Comitê de Ética e ações cabíveis são tomadas para resolução, quando aplicável.

Além da Política citada acima, aplicam-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, segundo a qual o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Ao Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é submetida a decisão acerca de todas as nossas operações, conforme competência descrita pelo nosso Estatuto Social vigente. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo. Em especial, o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e suas controladas, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação. A escolha da empresa que será contratada sempre leva em consideração o critério do melhor preço, conhecimento do mercado, entre outros.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Nos casos de contratos de locação a ser celebrados com partes relacionadas, os valores praticados são baseados em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, exclusivamente para este fim.

Dessa forma, a Companhia entende que os procedimentos acima e outros previstos na Política, asseguram a realização de todas as suas transações com partes relacionadas em caráter estritamente comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

16.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
09/04/2021	458.101.920,03		53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
09/04/2021	458.101.920,03		53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
09/04/2021	458.101.920,03		53.949.006	0	53.949.006
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
09/04/2021	650.000.000,00		0	0	0

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/03/2019	Assembléia Geral Ordinária Extraordinária	29/03/2019	18,268,255.02	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
08/05/2020	Assembleia Geral Ordinária Exraordinária	08/05/2020	48,172,374.26	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
09/04/2021	Assembléia Geral Ordinária Extraordinária	09/04/2021	32,864,512.34	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável tendo em vista que, nos últimos 3 exercícios sociais, não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações de emissão da Companhia.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não sofreu reduções do seu capital social.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 17.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo legal de 25% do saldo de lucro líquido do exercício anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as nossas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, IV da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista ne Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de voltar nas assembleias gerais e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Direito e participação em oferta pública por alienação de controle: Nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, caso ocorra uma oferta pública por alienação de controle da Companhia, o ofertante deverá realizar nova oferta pública de aquisição de ações direcionada a todos os acionistas da Companhia, nas mesmas condições e valores da oferta inicial.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há, no estatuto social da Companhia, regras que representam limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No entanto, há regras estatutárias que obrigam os acionistas a realizar oferta pública de aquisição de ações em determinadas situações.

O artigo 37 do nosso Estatuto Social indica que a alienação de controle da sociedade sob condição de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia facultam à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação.

Além das previsões mencionadas acima, o Estatuto Social da Companhia não estabelece mais nenhuma exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.418.968	29,02	24,51	R$ por Unidade	26,36
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	51.087.715	34,70	27,50	R$ por Unidade	31,02
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	88.244.793	38,45	31,88	R$ por Unidade	34,77
31/03/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	39.597.301	37,04	29,50	R$ por Unidade	33,06

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	45.925.615	45,02	18,50	R$ por Unidade	37,17
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.255.579	32,00	20,80	R$ por Unidade	26,13
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.586.898	33,46	26,01	R$ por Unidade	29,61
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	34.796.304	38,00	26,77	R$ por Unidade	31,50

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.050.188	34,00	30,87	R$ por Unidade	32,42
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	20.233.598	36,00	29,53	R$ por Unidade	31,03
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	53.928.006	44,50	35,50	R$ por Unidade	39,53
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.241.551	43,05	37,05	R$ por Unidade	39,75

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob o código OFSA3.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição nos últimos três exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição nos últimos três exercícios sociais.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição nos últimos três exercícios sociais.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição nos últimos três exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11- Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para este item 18.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
29/01/2021	13/09/2021 à 01/12/2021	23.582.833,00	Ordinária		10.780.000	4,570000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000

A Companhia aprovou, em reunião realizada em 29 de janeiro de 2021, o Programa de Recompra de Ações de Emissão da Companhia, cujo objetivo é a aquisição de até 1.078.000 (um milhão e setenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria, visando à maximização da geração de valor aos acionistas, e, eventualmente, serem utilizadas para atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações aprovado também nesta data pela Assembleia Geral Extraordinária de acionistas e melhor detalhado abaixo, podendo, ainda, serem canceladas ou alienadas.
O Programa de Recompra, ainda, tem as seguintes características:
(i) as aquisições, objeto do Programa de Recompra, poderão ser feitas no prazo de até 18 (dezoito) meses, com início em 30 de janeiro de 2021 e término em 29 de julho de 2022, cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações;
(ii) o número total de ações ordinárias de emissão da própria Companhia que poderão ser adquiridas, ou seja, 1.078.000 (um milhão e setenta e oito mil) ações, representa cerca de 4,57% (quatro vírgula cinquenta e sete por cento) das ações em circulação no mercado, que atualmente são 23.582.833 (vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e oitocentas e trinta e três) ações, negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão sob o Código de Negociação "OFSA3.SA"; e
(iii) as operações de aquisição serão realizadas no pregão da BM&FBOVESPA, a preços de mercado, com a intermediação da seguinte instituição financeira: XP Investimentos CCTVM S.A., com sede Av. Chedid Jafet, 75 - Torre Sul Vila Olímpia/SP CEP: 04551-060, CPNJ 02.332.886/0001-04.
O Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações aprovado tem como objetivos: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (iii) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor à Companhia; e compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.
Caberá ao Conselho de Administração interpretar, organizar e administrar o Plano, podendo o órgão, inclusive, criar os Programas de Incentivo de Longo Prazo dentro do Plano, no qual estarão deliberados: (i) o Período de Apuração; (ii) as Pessoas Elegíveis; (iii) as Remunerações Base de cada Beneficiário; (iv) o Número Base de Ações de cada Beneficiário; (v) os Indicadores de Performance; e (vi) as Metas de Performance.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2021

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	181.400	28,38
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	181.400	
Relação valores mobiliários em circulação	0,340000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 19.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**20/08/2014**
Órgão responsável pela aprovação	Assembléia Geral
Cargo e/ou função	A Companhia, os administradores, os conselheiros fiscais, os funcionários com acesso a informação privilegiada, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, assim como os acionistas controladores, diretos e indiretos, sociedades controladas e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador, direto ou indireto, ou em sociedades controladas, possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, e que tenham aderido à Política de Negociação de Valores Mobiliários (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características

Esclarecer as regras que deverão ser observadas visando a coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia, ou informações privilegiadas, em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia, e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das nossas políticas internas. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as pessoas vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.
A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, sala CCS 210, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: site da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nenhuma Pessoa Vinculada com acesso à informação privilegiada poderá negociar a qualquer tempo valores mobiliários de emissão da Companhia, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores, antes que tal informação seja divulgada ao mercado. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nos “Períodos de Impedimento à Negociação”, que são definidos na regulamentação aplicável e pelo Diretor de Relações com Investidores. Os Períodos de Impedimento à Negociação incluem os seguintes prazos: (i) os 15 dias que antecedem a divulgação de informações periódicas pela Companhia, como ITR e DFP; (ii) o prazo em que estiver em curso a negociação pela Companhia de valores mobiliários de sua própria emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) o período entre a data de deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio e a publicação de seus respectivos editais e anúncios; e (iv) o prazo em que existir a intenção de promover incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**") disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3 (Sistema IPE), bem como divulgar ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relação com Investidores da companhia aberta;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Em observância às normas da CVM e da B3, em 20 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A." ("**Política de Divulgação**"), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, quais sejam: os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os administradores, os conselheiros fiscais, diretores, os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, os empregados e executivos com acesso a informações relevantes e, ainda, por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia ("**Destinatários**"). Os Destinatários deverão assinar o Termo de Adesão à Política de Divulgação, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas.

A Política de Divulgação visa a prover os acionistas da Companhia e ao mercado em geral a melhor simetria possível na disseminação das informações, bem como a assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, evitando, desta forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, cabendo a ele (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) realizar a divulgação de ato ou fato relevante de forma a preceder ou ser realizado simultaneamente à veiculação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no País ou no exterior, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias NEO1; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.ourofino.com), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação de ato ou fato relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer ato ou fato relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que os Destinatários devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerada uma "Informação Relevante" qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) no preço de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de usa emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou quaisquer valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes aos valores mobiliários.

Os Destinatários devem, ainda, guardar completo sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia ainda não divulgados ao mercado, devendo dar a este difusão restrita, somente quando necessária para o desenvolvimento desses negócios, sempre em caráter confidencial e de forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação da Companhia.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, os Destinatários devem obrigatoriamente, nos termos da Política de Divulgação:

- reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando nossos padrões sobre segurança de correspondência eletrônica;
- encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se deu seu conhecimento; e
- comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

De acordo com a Política de Divulgação, um ato ou fato relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar os legítimos interesses da Companhia.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco seu interesse legítimo, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em seu benefício deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores da Companhia do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da Instrução CVM 358;
- o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ou ainda, os demais administradores ou acionistas controladores da Companhia – estes dois últimos grupos, mediante comunicação simultânea ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia – poderão

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, desde que em envelope registrado, lacrado e com advertência de confidencialidade, tendo como destinatário o Presidente da CVM; e

- em qualquer hipóteses de manutenção do sigilo de ato ou fato relevante, ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item acima ou divulgar imediatamente o respectivo ato ou fato relevante, caso que não eximirá os acionistas controladores e os administradores da Companhia de sua responsabilidade pela divulgação.

Os administradores da Companhia são obrigados a comunicar à Companhia, à CVM e à entidade de mercado nos quais os valores mobiliários emitidos pela Companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia e de sociedades controladas ou controladoras, desde que companhias abertas, de que sejam titulares. Devem, ainda, comunicar os valores mobiliários emitidos por essas companhias que pertençam (i) ao cônjuge do qual não estejam separados judicialmente; (ii) ao companheiro; (iii) a qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; e (iv) a sociedades controladas direta ou indiretamente.

Todos os Destinatários da Política de Divulgação da Companhia são responsáveis por não divulgar ato ou fato relevante de forma privilegiada, ainda que em reuniões, públicas ou restritas, devendo previamente à veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, os Destinatários deverão contatar e submeter o material objeto de exposição ou divulgação ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em caráter confidencial, o qual tomará as providências necessárias à divulgação simultânea de informações, se for o caso.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: na cidade de Cravinhos, no Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, SP 330, KM 298, bloco C, 2º andar, Setor Ouro Fino Saúde Animal Participações,, Distrito Industrial, CEP 014140-000; e (ii) internet: *site* da Companhia (ri.ourofino.com); site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 21.